

Juliana dos Santos Lopes

A ADOLESCÊNCIA EM SEMILIBERDADE:

**Um estudo fenomenológico sobre o processo de mudança vivido por
adolescentes em conflito com a lei**

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
Belo Horizonte**

2006

Juliana dos Santos Lopes

A ADOLESCÊNCIA EM SEMILIBERDADE:

**Um estudo fenomenológico sobre o processo de mudança vivido por
adolescentes em conflito com a lei**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. José Paulo Giovanetti

**Belo Horizonte
2006**

*Especialmente a minha mãe e
aos adolescentes e educadores da Semiliberdade.*

Agradecimentos

À Deus por conceder-me sensibilidade, coragem e potencial intelectual necessários à aproximação, envolvimento e discussão deste tema.

À minha mãe, fonte de amor, com quem aprendi a ter garra profissional, fé em Deus e confiança em mim..
À meu pai que, ao longo da vida, ofereceu-me referências e apoio necessários à minha formação pessoal.

Ao Valtinho, que encorajou-me a transformar a riqueza de uma experiência em um projeto de pesquisa.

Ao Miguel Mahfoud por iniciar-me pelos caminhos da pesquisa fenomenológica, ajudando-me a me livrar de alguns resquícios da experiência vivida na instituição e a delimitar, com mais clareza, meu objeto de estudo.

Ao Giovanetti que, com sua profunda humanidade e benevolência, acolheu-me como orientanda, guiando-me com leveza, competência e objetividade pelos caminhos da produção Intelectual, sem podar meu desenvolvimento ou formatar meu percurso.

Ao querido “mestre” Escípio, porto seguro, que escuta minhas angústias, acolhe minhas dores e ajuda-me a manter a saúde emocional durante os momentos de caos, tanto dentro quanto fora da Semiliberdade.

Aos meus irmãos: Margarete, pela paciência em ler meus escritos e valorizar minha produção, Alexandra por tirar-me dos momentos de “hibernação intelectual”, mostrando-me a leveza da vida, por meio do lazer e descontração e Clayson, com quem aprendo sempre a arte de lidar com os homens.

Aos sobrinhos, meus amores: Arthur, Lucas e Luíza, fontes de alegria em minha vida.

À amiga Débora, presença certa em momentos da vida, cujo amor fraterno foi essencial.

À amiga Patrícia, que manteve sua lealdade e com quem pude contar sempre e em tudo!

À amiga e colega de profissão Nilda, suporte essencial em minha vida e em minha atuação na Semiliberdade!

Ao Cláudio, com quem durante um longo período, compartilhei minha vida e esse projeto.

Aos amigos do Grupo Mineiro de Psicologia Humanista, que acompanharam esse exercício intelectual, compartilharam minhas aflições e mantiveram-me em contato com o mundo e com as pessoas. Principalmente, Marden, Cláudio, Rita, Genílce e Luiz.

Ao Diretor do Sistema Salesiano de Educação Popular, Pe. Jairo de Matos Fonseca e ao Diretor das Unidades de Semiliberdade, Ir. Alcides Felício da Silva, que abriram as portas da Instituição, confiando em mim e viabilizando a realização deste trabalho.

Às coordenadoras das Unidades de Semiliberdade, Tereza, Fernanda e Adriana, que me dispuseram parte de seu precioso tempo, ajudando-me a selecionar e contactar os adolescentes.

Aos educadores da Semiliberdade, que me motivaram a iniciar esse projeto, mesmo antes de ele se tornar uma dissertação de mestrado. Em especial, Damaly, Rosemary, Elcio, Ricardo.

Aos adolescentes que me permitiram aproximar de suas vivências, entregando-me, com confiança, suas histórias e ensinando-me o valor de uma relação humana significativa.

Aos demais professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, em especial Beth e Alessandro que, com simpatia, bom humor e paciência, lidaram com minhas dificuldades.

À Dalva, pela dedicação e disposição em revisar o português deste trabalho, dentro de tão pouco tempo!

SEMILIBERDADE: 24 HORAS NO AR.

Chegam calados, zangados, assustados... Olhos vermelhos... Maconha?
 Ou encharcados de lágrimas de sofrimento...
 Olhos esbugalhados, tensos, vidrados... CRACK?
 Ou medo do que há entorno...
 Olhos frios, duros... Maldade?
 Ou tentativa de se proteger do que há por vir...
 Não sei... Pois são olhos que não se deixam olhar nos olhos.

Vão se instalando, confiando, experimentando, testando...
 Ficam folgados! Brincam, reclamam: “Cê tá me tirando grandão!!!”
 Querem o poder, se impõem. Não conhecem o próprio poder transformador.

Desafiam-me:

- Sou Art. 157 sabia?
- Fumo mesmo, e daí!
- Arrombo qualquer casa que quiser!
- Esse sou eu: Um infrator!

Confrontam-me

- Eu faço!!!
- Mas não pode!!!
- Eu faço!!!
- Mas não pode!!!

UFA!!!! Não volto mais, vou desistir!!!

De que adianta? De que vale tanto esforço?
 De que vale mostrar-lhes perspectivas... Esperanças... Que esperança?
 Saem daqui pro morro, saem daqui pro tráfico, pra morte... De que vale!?

E aí a peteca... O futebol... O totó...
 E eles jogam e riem e discutem e se acertam e fazem acordos.

ADOLESCENTES...

E descobrem maravilhosos: C com A = CA, S com A = SA.
 “Olha aqui! Eu já sei ler! CASA! Não me perco mais ao vir pra cá!”

QUASE CRIANÇAS...

Como não enxergar o brilho nos seus olhos quando são amados?
 Como deixá-los sem um toque? Um afeto?
 Como lhes negar a chance de simplesmente se saberem humanos?
 É preciso ficar, cuidar, acreditar e esperar... para um dia escutar:

“Quando sair, vou procurar a mulher que me denunciou,
 vou olhar no olho dela assim! E ela vai ter medo. Mas depois olharei assim...
 e lhe direi: - Não quero mais me vingar de você, descobri o valor da vida!”

Juliana dos Santos Lopes

RESUMO

Lopes, Juliana dos Santos. *A Adolescência em Semiliberdade - Um estudo fenomenológico sobre o processo de mudança vivido por adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil, 216 p.

O presente trabalho teve como objetivo geral, avaliar os elementos vivenciados por adolescentes durante o cumprimento de Medida Sócioeducativa de Semiliberdade, identificando aqueles experimentados como facilitadores de uma mudança para um percurso de vida mais construtivo. Para tanto, buscou-se, investigar o sentido da experiência de se cumprir uma medida como a Semiliberdade, relacionando os elementos encontrados nessa vivência ao processo de mudanças estabelecido. Para alcançar tais objetivos, realizou-se um percurso histórico contextualizando as Medidas Sócioeducativas no âmbito das políticas públicas, detectando as peculiaridades da Medida de Semiliberdade. Em seguida, optou-se por uma concepção de adolescência como processo de desenvolvimento psicossocial, cuja principal característica é a busca por efetivar uma identidade significativa, conforme descrito por Erik Erikson. A partir dessa compreensão, procurou-se definir adolescente em conflito com a lei, analisando-se os efeitos do contexto social vivido por esses jovens sobre tal etapa de desenvolvimento humano. Conceituou-se, então, mudança, tomando como base a teoria de Carl Rogers sobre processos de mudança e relações humanas significativas. A metodologia escolhida foi a fenomenologia. A análise das entrevistas permitiu-nos detectar um processo de mudança significativo, estabelecido a partir da coexistência de elementos encontrados na instituição, com alguns intrapsíquicos e outros externos ou sociais. Dentre os elementos vivenciados na instituição, destacamos: a) a Semiliberdade, experimentada como uma chance de sobreviver e mudar; b) a característica de ambigüidade (semipreso, semilivre) como uma possibilidade de exercer a liberdade de escolha; c) a presença de relações humanas significativas, constituídas por interesse genuíno, consideração e referências seguras e afetivas; d) a existência de regras estruturantes (e não impositivas) que sinalizem um limite vivenciado como organizador e) a existência de um espaço para se expressar em grupo (assembléias), que possibilite a descoberta de novas formas de elaboração de conflitos. Todos esses elementos, aliados a um posicionamento pessoal e a construção de um projeto de vida (elementos intrapsíquicos) e ao reconhecimento social e estruturação da vida externa (elementos sociais), precisam estar presentes em maior ou menor graus para a instauração, desenvolvimento e efetivação de um processo de mudança. Conclui-se, que um processo de mudança significativo pode ser desencadeado ou potencializado dentro desse tipo de instituição e que sua efetivação depende da intercalação desses elementos e, principalmente, da forma como são vivenciados e significados pelos adolescentes. Além disso, compreendeu-se que o processo de mudança não é linear e que cada elemento que o constitui pode ser vivenciado com maior ou menor intensidade pelo adolescente, dependendo do nível de desenvolvimento no qual se encontre.

Palavras-chave: Adolescência em Conflito com a Lei, Medidas Sócioeducativas, Semiliberdade, Processo de Mudança.

ABSTRACT

Lopes, Juliana dos Santos. Adolescents at Semiliberdade - a phenomenological study about the process of change experienced by law offender adolescents. Masters degree Dissertation. Psychology Post-Graduation Program at the Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brazil, 216 p.

This present paper has as a general goal to evaluate the elements experienced by adolescents during the fulfillment of the Social-educational Measure at Semiliberdade, identifying those experienced as change facilitators towards a more constructive life path. For this, one aimed as specific goal to investigate the meaning of the experience of fulfilling a Social-educative Measure at Semiliberdade, relating the elements found in this experience to the established process of change. In order to achieve these goals, a historic overview was made, in order to place the Social-educative Measures at Semiliberdade in context in the means of Public Policy regarding the children and adolescence assistance, to detect the peculiarities of the Semiliberdade Measure. Next, it is conceptually described adolescents and the law offender adolescence. Regarding the first topic, one searched for the concept of adolescents as a process of psychosocial development, of which the first characteristic is the search of a meaningful identity and the emergence of a psychosocial force of allegiance. After this understanding, it is defined law offender adolescents, analyzing the effects of a lifetime of exclusion, involvement with drugs traffic and self-destruction, during this phase of psychosocial development. It is then, defined theoretically the change, understood as a personal, dynamic experience, which happens amidst meaningful human relationships, constituted by facilitating elements. The phenomenology was the chosen method. There are three interviews presented, with young that were at Semiliberdade, who are currently free and considered to be on a constructive life course. From their report, it was possible to organize four major themes: previous life, life at Semiliberdade, change, current life. This structure allowed for an understanding of the process of change constituted by elements of the relationship, intrapsychic and external or social spheres. It is concluded that a meaningful process of change can be unchained or enhanced inside this kind of institution, and that its effectiveness depends on interlacing the elements on these three ranges and, mostly, on how these elements are experienced and understood by the adolescents. Besides that, it is understood that the process of change is not linear and that each element, which constitutes it, can be experienced with more or less intensity by the adolescents, depending on his/her level of development

Keywords: law offender adolescents, Social-educative Measures, Semiliberdade, Process of Change.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRINQ: Associação dos Fabricantes de Brinquedos .
- FEBEM: Fundação Estadual de Bem Estar do Menor.
- FUNABEM: Fundação Nacional de Bem Estar do Menor.
- CEIP: Centro de Internação Provisória.
- ILANUD: Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção ao Delito e Tratamento do Delinqüente.
- LBA: Legião Brasileira de Assistência.
- OAB: Ordem dos Advogados do Brasil.
- SAM: Serviço de Assistência ao Menor.
- SAMESE: Superintendência de Atendimento às Medidas Socioeducativas.
- SAS: Secretaria de Ação Social.
- PSC: Prestação de Serviços à Comunidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - DA FEBEM ÀS UNIDADES DE MEDIDAS SOCIO- EDUCATIVAS.....	17
1.1 As políticas de atendimento à criança e adolescente no Brasil.	17
1.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	25
1.3 As Medidas Sócioeducativas.....	28
1.4 Privação de liberdade: Internação ou Semiliberdade.....	32
1.5 A Semiliberdade.....	35
1.6 O Regimento Interno, uma estrutura organizadora.....	38
CAPÍTULO 2 - ADOLESCÊNCIA: UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL.....	40
2.1 As diferentes concepções teóricas.....	40
2.2. A teoria de Erik Erikson.....	43
CAPÍTULO 3 - ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: SERIA A MELHOR DEFINIÇÃO?.....	50
3.1. Crianças e adolescentes: um resgate da condição de cidadãos.....	50
3.2. Adolescente autor de ato infracional: existe um perfil?	53
3.3. Algumas palavras sobre a questão da violência.....	55
3.4. Sobre o envolvimento com o narcotráfico.....	56
3.5. Um adolescente em busca de uma identidade significativa.....	60
CAPÍTULO 4 - “ELE NÃO NASCE INFRATOR”: UMA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	65
CAPÍTULO 5 - SOBRE UM PROCESSO DE MUDANÇA: PARA ALÉM DA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS.....	71
5.1. O conceito de mudança em Carl Rogers.....	72
5.2. Processos da vida e processos pessoais.....	78
5.3. Sobre a relação facilitadora de um processo de mudança.....	81

CAPÍTULO 6 - A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO DE APROXIMAÇÃO DO VIVIDO..... 87

6.1. Seleccionando a amostra.....	91
6.2. A Coleta de Dados.....	93
6.3. A Análise dos Dados.....	95

CAPÍTULO 7 - ENTREVISTAS

7.1. Temas abordados e análise da entrevista.....	98
7.1.1. Sujeito 1 – Flávio.....	98
7.1.2. Sujeito 2 – Pedro.....	114
7.1.3. Sujeito 3 – João Paulo.....	130
7.2. Descrição da estruturas das vivências por unidade temática.....	164
7.2.1 Vida anterior à medida.....	164
7.2.2 Vivendo em (semi)liberdade.....	167
7.2.3 Mudança.....	180
7.2.4 Vida atual.....	192

CAPÍTULO 8 - ARTICULANDO O DIÁLOGO FINAL.....193

8.1 Um percurso auto-destrutivo.....	197
8.2 Semiliberdade e processo de mudança.....	199
8.3 Elementos Encontrados no Percurso da Semiliberdade.....	200
8.3.1 O sentido da Semiliberdade.....	200
8.3.2 A ambigüidade: semipreso, semilivre.....	201
8.3.3 Relação com a equipe.....	202
8.3.4 As regras.....	203
8.3.5 As assembléias: possibilidade de se expressar.....	205
8.4 Elementos vivenciados para além dos muros da Semiliberdade.....	205
8.4.1 A relação significativa diferenciada.....	206

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....207

REFERÊNCIAS.....212

ANEXOS.....216

INTRODUÇÃO

Uma criança, vítima de violência, em situação de vida desumana ou precária, desperta em muitos de nós sentimentos de compaixão. Segmentos da sociedade se mobilizam, por meio de projetos sociais e campanhas em torno da causa da infância em situação de risco. No entanto, a reação social não está pautada nesses mesmos sentimentos quando essa criança se torna um adolescente agente de violência, um autor de ato infracional. Já não são mais vistos como adolescentes ou cidadãos de direitos, mas sim como “delinquentes”, que devem ser punidos exemplarmente, domados ou exterminados. Falar da possibilidade de mudança nesses adolescentes é um desafio, mesmo dentro de setores da sociedade envolvidos com a causa da infância e juventude.

O trabalho como coordenadora de uma Unidade de Semiliberdade durante um ano e meio suscitou um pulsar de questões que deram origem a esta pesquisa. A Semiliberdade é uma instituição que mantém adolescentes entre 14 e 19 anos, autores de diversos tipos de ato infracional e que, por isso, cumprem medida sócioeducativa em regime semi-aberto, por determinação judicial. Um considerável número de profissionais (psicólogos, assistentes sociais, educadores), participa de tal trabalho, cujo principal objetivo é o de promover a chamada cidadania e “reinserção social”.

O envolvimento com esse tipo de trabalho pode ser inebriante. Refletindo acerca da intensidade de tal experiência, surge a imagem de um cais de porto, constituído por referências, valores e crenças pessoais, do qual se parte todos os dias em direção a um barco em alto mar: a Semiliberdade. Uma vez a bordo, conviver, durante 12 horas, com pessoas vindas de outros mundos, outras referências, outras realidades, muitas vezes, fiéis a valores conflitantes com os nossos. Ora navegávamos em águas calmas, um mar infinito, suave, como eram os momentos de sintonia profunda com a vivência dos adolescentes, momentos de encontro, dos jogos de futebol, das manhãs de faxina, das conversas na varanda... Ora nos deparávamos com tempestades, ondas enormes, trovoadas e alguns “homens ao mar”. Eram os momentos de angústia, de agressividade explícita ou velada, das ameaças, e das evasões, das sensações de impotência, incertezas e desânimo. Ao final de um dia o retorno ao cais, não mais como a mesma pessoa. Permanecia a certeza da imprevisibilidade das condições do clima e do balanço daquele mar no dia seguinte.

Era assim, a vida em Semiliberdade. Como coordenadora, ocupava o lugar de autoridade na “casa”. Representava justamente a lei com a qual os adolescentes estavam em conflito. Era necessário exercer a função de coordenadora com a autoridade que lhe cabe, garantindo a vigência das regras e colocando aos adolescentes os limites e restrições

necessárias. Mas, ao mesmo tempo, e principalmente, era fundamental funcionar como referência, como guia. Conduzi-los em direção a um crescimento pessoal. Construir com eles uma modalidade de relação afetiva que os motivasse a ficar, os fizesse confiar e se interessar por iniciar uma mudança em suas vidas, uma vez que a possibilidade de evasão em um regime semi-aberto é grande.

O compromisso de provocar mudanças no percurso da vida daqueles “meninos” foi se tornando cada vez mais presente. Muitas vezes, daquele trabalho dependia sua perspectiva de vida ou morte. Cada momento vivido com eles precisava ser produtivo nesse sentido. O tempo que possuíamos para as intervenções era curto e incerto. A qualquer momento aquele adolescente que “ia se mantendo tão bem”, poderia pular o muro e ir embora. Muitas vezes, vimos isso acontecer.

Em certa ocasião, cinco dos seis adolescentes que se encontravam na casa, “resolveram” arrumar suas coisas e pular o muro. Como protesto a uma medida disciplinar que seria adotada: haviam feito uso de maconha na casa e o Regimento Interno previa que, nesses casos, se chamasse a polícia, fizesse um Boletim de Ocorrências e lhes aplicasse alguma restrição. Com aquela atitude de evasão, os adolescentes estariam colocando em risco todo seu percurso e mesmo a própria vida. Na ocasião, nenhum deles foi contido fisicamente, nem convencido com argumentos legais a ficar na casa. A intervenção feita a cada um foi o instrumento utilizado para evitar aquela evasão em massa, considerando a sua particularidade e confiando no vínculo afetivo já estabelecido. Na ocasião, apenas um se foi. Os demais confiaram e decidiram ficar, ainda que fosse para enfrentar a polícia, temida por todos, que foi efetivamente chamada.

Episódios como esse e outros com final não tão positivo, sempre nos faziam questionar a prática, o nosso lugar como profissionais e como pessoas bem como nossos objetivos. Às vezes nos perguntávamos sobre a validade de algumas de nossas intervenções. Tantos eram os questionamentos que foi necessário um distanciamento, deixar o barco seguir seu rumo, para perceber o impacto de toda aquela experiência. E encontrar aquilo que mais intrigava e que suscitava uma investigação científica.

A partir desse afastamento, foi observada uma grande mudança pessoal. Muitos preconceitos, crenças e valores perderam o significado, a partir da relação intensa, da (com)vivência em Semiliberdade. Perante tal realidade, iniciou-se um questionamento acerca da existência de algum processo de mudança significativa também vivenciado por aqueles adolescentes e sobre a nossa contribuição para a vigência de tal processo. Víamos mudanças

acontecendo ali dentro, mas será que se mantinham lá fora? Será que o que os adolescentes viviam ali os ajudava, de alguma forma, a permanecerem vivos e longe do crime?

De todos os adolescentes que por ali passavam, alguns conseguiam ficar, cumprir a medida e sair por liberação judicial. Mais tarde recebíamos notícias, nem sempre positivas, sobre o seu percurso. Alguns retornavam para o crime ou para outras instituições. Alguns morriam... Mas havia aqueles que mudavam seu percurso, conseguiam se manter fora da criminalidade, longe do tráfico e vivos! Constituíam família, se mantinham no trabalho, enfim, encontravam um lugar nessa sociedade. Por quê? O que se passava de diferente entre eles? Qual era a contribuição de nosso trabalho para aquele processo?

Assim, aos poucos, foi nascendo o tema da presente pesquisa. Refletir sobre o processo experimentado por aqueles adolescentes pareceu-nos o melhor caminho para se compreender o que facilitava uma mudança significativa que se sustentasse e evoluísse lá fora.

Mas, além disso, a escolha desse tema também se pautou por um segundo interesse. Nos encontros das redes de atendimento à criança e ao adolescente, muito vem se discutindo acerca da eficácia das medidas sócioeducativas de privação de liberdade. No espaço jurídico, todas as Convenções, Cartas de Direitos¹ e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente priorizam a aplicação das medidas em meio aberto, considerando que manter o adolescente em uma instituição, em regime de privação total ou parcial de liberdade seria pouco efetivo para seu processo de mudança. Por isso, essa medida deverá ser tomada apenas em caráter excepcional, breve e respeitando algumas condições.

As críticas mais severas estão voltadas para os Regimes de Internação, principalmente aqueles pautados num caráter punitivo-correcional, herança das instituições autoritárias do Regime Militar. Nesse sistema, crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas estariam em **situação irregular** e, por isso, seriam casos de segurança pública.

A Medida de Semiliberdade, por sua vez, é pouco investigada. Sua aplicação tem sido restrita devido ao número reduzido de instituições que a desenvolvem. Além disso, pouco material teórico se produziu sobre a prática realizada nessas instituições, que possuem uma condição bastante peculiar em sua estrutura e funcionamento. De acordo com Volpi, embora

¹ A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança (C.I.D.C.) adotada em 1989, fala sobre os princípios de excepcionalidade e brevidade que devem ser considerados ao se impor um regime de privação de liberdade. Além disso, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude “Regras de Beijing”, ressaltam que se deve recorrer, de maneira preferencial, a medidas educativas diversas da privação de liberdade.

uma medida de Semiliberdade seja entendida como capaz de substituir, em grande parte, a medida de Internação, “a falta de unidade nos critérios por parte do judiciário na aplicação de Semiliberdade, bem como a falta de avaliações das atuais propostas, tem impedido a potencialização dessa abordagem” (VOLPI, 2002, p. 26).

Para além da discussão sobre o tipo de medida mais adequado às características de adolescentes em conflito com a lei, há uma questão que está presente no dia-a-dia de cada educador ou técnico: a pergunta sobre como atendê-los de forma realmente eficaz e a busca de estratégias pedagógicas, formas de intervenção que proporcionem ao adolescente uma melhor integração e um certo fortalecimento pessoal, que lhes sustente após o desligamento, a fim de que não se deixem levar novamente pelo mundo do crime.

Esses dois campos de interesse se intercalaram e constituíram nosso objeto de estudo. Assim, **o objetivo geral** da presente pesquisa definiu-se como: avaliar os elementos vivenciados durante o cumprimento de medida sócioeducativa de Semiliberdade, identificando aqueles que são facilitadores da mudança para um percurso de vida construtivo. Como **objetivos específicos**, buscamos: **a)** Investigar qual o sentido, para o adolescente, da experiência de cumprimento de medida sócioeducativa de Semiliberdade; **b)** Identificar elementos constitutivos dessa medida, experimentados como facilitadores de um processo de mudança; **c)** Analisar o processo de mudança que se instaura na vida do adolescente durante esse período.

Delimitada nossa proposta, tornou-se clara a necessidade de serem percorridas três áreas de conhecimento promovendo sua intercessão, a fim de melhor compreender os elementos surgidos no encontro com os adolescentes. Assim, investigamos o universo das medidas sócioeducativas, as características da adolescência e, em especial, dos adolescentes em conflito com a lei e o chamado processo de mudança. Organizamos o estudo da seguinte forma:

No capítulo 1, buscou-se definir o que são medidas sócioeducativas. Para tanto, iniciamos um percurso histórico, mostrando o processo que culminou com a elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do adolescente, determinando a substituição das Instituições totalitárias (as FEBEMs), por Instituições de Medida Sócioeducativa. Buscamos, então, uma definição da Medida de Semiliberdade que se mostrou bastante peculiar no que diz respeito ao tipo de contenção que propõe. Com essa percepção, verificamos a importância de se acrescentar à discussão a definição da estrutura proporcionada por um regimento interno, como elemento organizador. Para essa etapa, utilizamos como principais referências as discussões propostas por Mário Volpi, Karyna Sposato, Antônio Carlos Gomes da Costa e

Emílio Garcia Mendes, além de guias sobre as Medidas Sócioeducativas, Legislação Brasileira e artigos que discutiam o tema.

Com esse estudo verificamos que o tema adolescente em conflito com a lei vem sendo abordado, principalmente, no âmbito jurídico e pedagógico. A discussão teórica passava pela questão da cidadania e das características educativas que deveriam estar presentes nas Instituições que os atendem. Assim, optamos por buscar uma definição de adolescência em geral e de adolescente em conflito com a lei em particular, procurando nos aproximar de uma compreensão mais relacionada à psicologia social.

No **Capítulo 02**, investigamos algumas concepções teóricas acerca da adolescência na busca daquela que melhor nos atenderia. Aos poucos, a definição de adolescência foi se desenhando como um processo de desenvolvimento, uma fase da vida cujas interferências do espaço social seriam fundamentais para sua plena realização. Para tanto, utilizamo-nos principalmente da construção teórica de Erik Erikson, que resgata a importância dessa fase da vida para a efetivação de uma identidade significativa.

No **Capítulo 03**, buscamos uma definição do que seria o chamado “adolescente em conflito com a lei”. Retomamos a discussão sobre as políticas de atendimento, desta vez enfatizando a desconstrução dos rótulos e apontando o resgate da condição de cidadãos para esses adolescentes. Mais uma vez, os autores Mário Volpi, Antônio Carlos Gomes da Costa e Emílio Garcia Mendes foram fundamentais. No entanto, nos deparamos com a necessidade de melhor compreender esses adolescentes do ponto de vista psicossocial. Assim, abordamos o contexto de envolvimento com o narcotráfico e da violência, em que estão inseridos. Utilizamos, nesse momento, o esclarecedor trabalho de Alba Zaluar, procurando fazer uma articulação entre tal contexto e o processo de desenvolvimento psicossocial proposto por Erik Erikson.

No **capítulo 04**, procuramos definir o que estaríamos chamando de mudança. Entendendo mudança como um processo interior, que envolveria muito mais do que mudanças de comportamento observáveis, utilizamos a compreensão teórica de Carl Rogers acerca de tal processo e acrescentamos as contribuições de Mauro Amatuzzi, essenciais para uma distinção entre processos pessoais e processos da vida.

No **capítulo 05**, explicitamos o método de investigação a ser utilizado. Mostramos como a pesquisa de orientação fenomenológica seria a mais adequada à abordagem do tema, uma vez que o processo de mudança se configura como um vivido passível de ser investigado por um método de aproximação da experiência proposto pela fenomenologia. Buscamos

descrever, neste capítulo, os procedimentos metodológicos e os cuidados utilizados para a seleção da amostra e realização das entrevistas.

No capítulo 06, apresentamos a análise das entrevistas. Cuidamos para preservar as falas dos entrevistados que foram apresentadas na íntegra. Procuramos, além disso, esclarecer gírias e maneiras de falar para melhor compreensão do relato. Com os dados em mãos, realizamos uma síntese descritiva da estrutura das vivências na qual já se destacavam os elementos relativos ao processo de mudança.

No capítulo 07, realizamos um diálogo entre a síntese anteriormente elaborada e os teóricos que contribuíram para esse trabalho.

Nas considerações finais, retomamos brevemente o percurso realizado, acrescentando alguns pontos significativos e conclusões alcançadas durante todo esse trabalho.

Investigar o processo de mudança vivido por esses adolescentes é uma forma de conhecer os caminhos trilhados. O presente estudo pretende contribuir para descortinar essa realidade e acrescentar novos conhecimentos à prática.

CAPÍTULO 1

DA FEBEM ÀS UNIDADES DE MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS

Para alcançar uma melhor compreensão do que são, como funcionam e quais os objetivos das Medidas Sócioeducativas, faremos uma breve retrospectiva abordando um pouco da história das políticas públicas de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil. Durante esse percurso, tentaremos enfatizar as propostas de atendimento destinadas às crianças ou adolescentes envolvidos com algum tipo de delito. No entanto, sabemos que ao longo da história, em muitos momentos, não se fazia uma distinção bem definida entre atendimento às crianças em condições de vida precária e atendimento aos considerados “delinquentes”. Em muitas situações, a prática de pequenos delitos e o envolvimento com o crime acabavam surgindo como consequência de uma situação geral de negligência, descaso e exclusão social, de uma parcela considerável de crianças e adolescentes no país.

Após essa contextualização, buscaremos esclarecer os princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente² (ECA), distinguindo-o do antigo Código de Menores de 1979³ e apontando seus avanços. Entenderemos o Estatuto como um instrumento criado a fim de garantir os direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, prevendo a implantação de políticas públicas para atender a esse objetivo. Dentre essas, ressaltaremos as Políticas de Garantias das quais fazem parte as Medidas Sócioeducativas.

Entraremos na discussão do que são as Medidas Sócioeducativas, seus principais pilares, formas de aplicação e tipos de medida, priorizando a Medida Sócioeducativa de Semiliberdade, com suas características objetivas e suas peculiaridades.

1.1 As políticas de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil

Conhecer a história é fundamental para se desfazer mitos e preconceitos que turvam ou impedem a compreensão do Estatuto da Criança e do Adolescente e, conseqüentemente, das Medidas Sócioeducativas. A falta de conhecimento dessa evolução

² Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei No. 8069 de 13 de julho de 1990.

³ Código de Menores de 1979. Lei Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

histórica, aliada a uma lenta e, às vezes, inexistente implantação de políticas públicas que atendam ao que é determinado pela lei, são responsáveis por um conjunto de mitos e críticas que gravitam em torno desse documento, sem a devida fundamentação. Essas críticas se tornam ainda mais extremadas quando o assunto é a eficácia das medias aplicáveis aos adolescentes autores de ato infracional. Lamentavelmente são enfatizados pela mídia exemplos de sistemas já comprovadamente falidos, que funcionam na contramão da evolução histórica, como é o caso das FEBEMs de São Paulo. Experiências inovadoras que buscam colocar em prática alguns princípios norteadores do Estatuto, geralmente não são tratadas com real interesse pela mídia. Assim, a opinião pública é induzida a cometer erros de interpretação e a adotar posicionamentos equivocados como o de apoiar o movimento de redução da maioria penal, bem como o de se propor mudanças em partes ou mesmo em todo o Estatuto.

As primeiras iniciativas do poder público visando a algum atendimento às crianças e aos adolescentes em circunstâncias difíceis foram oficializados em 1927 com a criação do primeiro Código de Menores Brasileiro⁴. O Código de 27 atuava especificamente sobre os órfãos abandonados e filhos de pais ausentes ou desconhecidos. Os antigos “enjeitados” que eram abandonados pelas mães na Roda dos Excluídos⁵. Para as crianças inseridas em famílias-padrão, com moldes socialmente aceitos para a época, destinavam-se os direitos civis, continuando a merecer proteção do Código Civil Brasileiro.

De acordo com Silva (2000), o Código de Menores de 27 consagra o sistema dual de atendimento à criança. De um lado, os chamados “menores”, de outro as “crianças comuns”. Daí a característica pejorativa do termo “menor” que inadvertidamente é utilizado, ainda hoje, para se referir aos autores de ato infracional. A partir deste instrumento legal, cria-se a chamada: “Doutrina do Direito do Menor”, ou seja, um conjunto de leis específico destinado aos casos considerados de “condutas anti-sociais” por parte de crianças e adolescentes. Esses casos passam a ficar sob a responsabilidade do Juiz de Menores, que se tornou o senhor onipotente, responsável pela vida e destino dos chamados “menores”. A partir de então, a criança estaria submetida ao que previa o Código de Menores e não mais ao Código Civil como os cidadãos comuns. No entanto, apenas no art. 68, o Código de Menores

⁴ Código de Menores - Decreto no. 17943, de 12 de outubro de 1927.

⁵ A roda dos excluídos era um mecanismo criado pela Santa Casa de Misericórdia para receber donativos que, a partir de 1896, começou a ser utilizado para receber crianças recém-nascidas e abandonadas por diversos motivos. Nesse mecanismo, a criança era depositada numa espécie de cilindro giratório que permitia que a identidade da mãe fosse preservada. A criança ficaria sob os cuidados das irmãs de caridade. Considerando-se o destino dessas crianças na época (morte nas ruas, ainda recém-nascidas, por abandono), o sistema foi considerado um avanço!

ocupa-se do já então denominado “menor infrator”, estabelecendo a obrigatoriedade de separação entre os “menores delinquentes” e os condenados adultos, o que não deixa de ser um de seus méritos. Com a vigência do Código de 27 tanto o “menor abandonado” quanto o “delinquente” tornam-se **objeto** de atenção e vigilância da autoridade pública, representada pelo Juiz de Menores que, então, passa a ter o poder tanto de conceder-lhes atenuantes frente ao Código Penal, quanto de determinar o seu recolhimento às chamadas Colônias Correcionais, primeiras instituições especificamente criadas para “delinquentes”. Essas instituições funcionavam sob a orientação do Serviço de Assistência ao Menor - SAM, órgão do Ministério da Justiça, equivalente ao atual Sistema Penitenciário. Para os menores carentes, eram destinados os Patronatos Agrícolas e as Escolas de Aprendizagem Profissional.

Verifica-se que o Código de 1927 promove aqui mais uma distinção discriminatória entre o atendimento aos chamados carentes e aos “menores delinquentes” e que o caráter coercitivo-punitivo já estava presente. Tanto nos Internatos de Correção, quanto nas chamadas Escolas de Aprendizagem Profissional, o trabalho e a disciplina eram enfatizados e utilizados como único e principal instrumento de educação.

Além do SAM, surgem, neste período, diversas entidades federais de atenção às crianças e adolescentes ligadas à figura da Primeira Dama do País. Como a Legião Brasileira de Assistência - LBA e as Casas de Formação Profissional: Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa do Pequeno Aprendiz etc. Essas entidades não deixam de ser importantes conquistas sociais para a época, uma vez que voltam sua atenção para crianças e adolescentes em situações difíceis. No entanto, estavam totalmente vinculadas ao Estado e regidas por um modelo autoritário e centralizador. Para Costa (1994), o período de 1945 a 1964 se caracterizou pela expansão conflituosa dessas conquistas. Um setor da sociedade buscava mantê-las e aprofundá-las, enquanto outro buscava freá-las e manter sob controle a tendência à organização e mobilização que passa a surgir entre a população menos favorecida.

O regime militar de 1964 vem dismantlar essas entidades federais, calando os movimentos sociais em surgimento e impondo um regime ainda mais autoritário e desumano nas práticas em internatos do SAM. Foi um período marcado pela decadência desse tipo de serviço. Nas palavras de Antônio Carlos:

“... o SAM passa a ser execrado perante a opinião pública, pela imprensa de oposição do governo. Seu caráter repressivo, embrutecedor e desumanizante é desvelado à opinião pública que passa a conhecê-lo como ‘universidade do crime’ e ‘sucursal do inferno’”. (COSTA, 1994, p. 126).

No entanto, a situação política do país ainda não permitia uma mobilização da sociedade civil no sentido de exigir mudanças nessa realidade.

O período que se estendeu de 1964 a 1980 foi marcado por duas importantes leis no campo do atendimento às crianças e adolescentes, mas que ainda não configuravam uma visão dos direitos. Trata-se da Lei n.º 4.513/64 que estabelecia a Política Nacional de Bem-Estar do Menor e a Lei n.º 6697/79 que estabelece o 2º Código Brasileiro de Menores vigorando até a aprovação do ECA em 1990.

Com o Código de 1979, estava instaurada a chamada **Doutrina da Situação Irregular** em substituição à Doutrina do Direito do Menor. Permanecia a discriminação entre as crianças de família regular de classe média e “estável” e as consideradas em “situação irregular”. De acordo com Silva (2000), sob a categoria de situação irregular, estavam as crianças privadas das condições essenciais de sobrevivência, mesmo que eventuais, as vítimas de maus-tratos e castigos moderados, as que se encontrassem em perigo moral, ou seja, as que viviam em ambientes contrários aos bons costumes e as vítimas de exploração por parte de terceiros. Consolidava-se uma política de exclusão em que as crianças oriundas de famílias de classe média tornavam-se padrão de normalidade. Costa (1994) considera que, principalmente crianças pobres, negras ou abandonadas eram alvo de intervenção policial e recolhimento para as instituições recém-criadas. A distinção entre os “carentes” e os “delinquentes”, que já estava presente no Código anterior, é ainda mais intensificada com a vigência dessa Doutrina, que adotava como objetivo principal a criação de serviços específicos para os “menores delinquentes”. Com isso, o poder que antes estava nas mãos exclusivamente do Juiz de Menores passa para as do Estado e é exercido principalmente pela polícia.

Relembremos o contexto histórico dessa época. A revolução de 64 instaura uma ampla reforma, constituída por novos aparatos e instituições que eram entendidos como conquistas. A chamada Política Nacional de Bem-Estar do Menor era considerada uma inovação, atendendo aos objetivos do Governo Militar principalmente. Assim, são criadas a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM, em 1964, que iria gerir e modelar o funcionamento das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – FEBEM, instituições criadas a nível estadual, responsáveis pelo recolhimento e “reeducação” dos “menores em situação irregular”.

Silva (2000) chama a atenção para a ideologia que perpassava todo o trabalho nessas entidades. Uma ideologia originada do diálogo estabelecido entre parte minoritária do Poder Judiciário e as Organizações dos Estados Americanos. Ou seja, nenhum dos princípios

já existentes sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada em 1948 ou de outros acordos e discussões mundiais eram considerados para fundamentar as práticas.

Em um país governado pelo Regime Militar, que menosprezava todo um discurso mundial em prol dos direitos humanos, baseando-se convenientemente em teorias e idéias importadas dos Estados Unidos, era perfeitamente justificável a criação de instituições que tinham como característica um projeto arquitetônico semelhante às prisões para adultos com muros altos, celas e grades, uma proposta pedagógica baseada nos preceitos do militarismo com ênfase na segurança, na disciplina e na obediência. Na opinião de Silva (2000), tudo isso estaria fundamentado teoricamente, uma vez que inspirava-se no modelo americano desenvolvido, dentre outros, por Donald W. Winnicott, para atendimento de crianças evacuadas ou tornadas órfãs em virtude da 2ª. Guerra Mundial. É claro que estamos falando de uma utilização deturpada das idéias desse autor.

Winnicott (1999) fazia uma relação entre a conduta anti-social ou a delinquência juvenil e a privação da vida familiar. Descrevia situações de privação emocional presentes nos primórdios da relação mãe-bebê, como determinantes de tal conduta. Em uma palestra para Magistrados proferida em 1946, Winnicott propõe a criação de lares substitutos ou internatos que pudessem oferecer a estrutura física e o quadro referencial e afetivo que não foram vividos na relação familiar. Para o autor, quanto pior fosse a história pregressa de desestruturação no lar da criança, mais ela precisaria de uma estrutura firme que a contivesse. No caso de instituições, o rigor do ambiente era a base. No entanto, Winnicott também fala da importância de um envolvimento afetivo daqueles que cuidam dessas crianças, um misto de amor e força:

O comportamento anti-social não se trata de uma doença. Nada mais é, por vezes, do que um S.O.S pedindo o controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes. (...) A criança anti-social está simplesmente olhando um pouco mais longe, recorrendo a sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional. (WINNICOTT, 1999, p. 122 e 123).

É claro que a necessidade de um envolvimento afetivo, do amor e cuidado apontados pelo autor como essenciais para o “tratamento” dessas crianças, foi deliberadamente desconsiderada pelas pessoas e órgãos responsáveis pelo atendimento da época. Priorizou-se a contenção e o rigor nas instituições.

Essa concepção teórica serviu como uma luva para compor o discurso dominante de que o problema do “menor” estava diretamente ligado ao problema da família, considerada desestruturada por encontrar-se fora dos padrões da família burguesa. Outros fatores sociais não eram levados em conta, a não ser para comprovar que uma família pobre ou com uma configuração diferente do padrão pai-mãe-filhos seria necessariamente desestruturada e, portanto, geradora de crianças com distúrbios de conduta. Assim, uma instituição que buscasse atender tais crianças, deveria recriar uma estrutura com estabilidade ambiental e um certo padrão de atendimento e cuidados. Winnicott (1999) sugeria, aos magistrados, que as crianças recebessem, nessas instituições, um “amor apoiado na força” e que fossem cuidadas por pessoas que estivessem em íntimo contato com elas, a fim de mesclar o afeto e a força necessários a sua reorganização emocional. Mas, dentro de um regime militar, essa concepção teórica foi utilizada de forma recortada e distorcida, priorizando-se apenas aqueles elementos que serviriam para justificar práticas autoritárias da época.

Em termos de discussão, o enfoque correcional-repressivo que via o menino como ameaça social vinha sendo substituído pelo enfoque assistencialista, que passa a vê-lo como carente: sem um saber, sem uma história, sem potenciais. De acordo com Costa (1994), esse enfoque assistencialista se pautava pela tentativa de oferecer à criança aquilo que, acreditava-se, ela não teria, seja por incapacidade, seja por lhe ter sido sonegado no âmbito das relações sociais.

O atendimento assistencialista dirige-se à criança e ao jovem perguntando pelo que ele não é, pelo que ele não sabe, pelo que ele não tem, pelo que ele não é capaz. Daí que, comparado ao menino de classe média, tomado como padrão da normalidade, o menor marginalizado passa a ser visto como carente bio-psico-sócio-cultural, ou seja, um feixe de carências. (COSTA, 1994, p. 128).

Nessa perspectiva, o “menor infrator” precisaria ser retirado da sociedade, desta vez com a finalidade de oferecer-lhe uma estrutura não vivida no âmbito familiar. Estranhamente, os portões fechados, muros altos e as celas seriam a chamada “estrutura estável”. Essa fortaleza era justificada pelo argumento de que a equipe de trabalho precisaria de tranquilidade, autonomia e segurança, para desenvolver suas diversas atividades de “reeducação”. Vale a pena transcrever a orientação do Grupo de Trabalho do Tribunal de justiça de São Paulo, apontada por Silva:

O Grupo de Trabalho recomendou que para essas unidades fossem contratados inspetores de alunos, monitores ou atendentes jovens e vigorosos (com um mínimo de escolaridade), a presença da guarda permanente (reedição do sistema penitenciário), correlacionamento policial perfeito (o mesmo tratamento para menores e adultos), que houvesse compreensão política (para justificar a necessidade de isolamento das instituições totais) e, sobretudo, confiança social (para que não houvesse ingerência no que acontecia dentro dos muros das instituições). (SILVA, 2000, p. 04).

Parece que é justamente esse último item que, com o tempo, não se sustentou. Aos poucos, o argumento e a crença da sociedade de que a FEBEM seria um lugar ideal para a educação e socialização de crianças e adolescentes, em situações de abandono ou delinquência, foram abandonados a partir das denúncias sobre o que vinha se passando por trás dos muros das FEBEMs.

Mas as coisas começam a mudar primeiro fora desses muros. A segunda metade da década de 70 traz consigo um processo de abertura política que possibilitou a emergência de alguns setores populares. Assim, associações de bairro, igrejas, grupos de oposição começam a desenvolver diversos trabalhos de assistência e atendimento preventivo às crianças. Surgiam experiências inovadoras e, na década de 80, muito estava acontecendo na área do atendimento não-governamental. No entanto, no setor público, as novas concepções ainda esbarravam-se com a rigidez e morosidade características das instituições totalitárias.

Costa (1994) destaca dois movimentos surgidos nesse período. Um vindo dos técnicos, políticos e magistrados mais progressistas, envolvidos com a “causa do menor” e indignados com as situações desumanas mantidas nas instituições que pretendiam seu “bem-estar”. Esse grupo voltou-se para as experiências, em expansão além dos muros, que começavam a indicar novos caminhos. Criou-se uma equipe composta por um grupo de técnicos do UNICEF, da parte progressista da FUNABEM, das Secretarias de Ação Social - SAS, do Ministério da Previdência e Assistência Social, com o objetivo de aprender a fazer com quem estava fazendo. Iniciava-se um período de grande mobilização e discussão sobre a situação da criança e do adolescente no Brasil.

O outro movimento surgia nas comunidades, nas novas organizações não-governamentais, na sociedade civil que se indignava com a situação daquelas crianças e se mobilizava no sentido de que fossem consideradas como Prioridade Nacional e não mais caso de Segurança Pública como definia o Código de Menores. Toda essa mobilização dá origem ao I Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento aos Meninos e Meninas de Rua, em novembro de 1984.

A partir daquele evento, as alternativas comunitárias de atendimento se impuseram, como uma crítica em ato ao velho modelo assistencialista e correcional-repressivo, resultante da articulação entre o Código de Menores e a desgastada Política Nacional de Bem-Estar do Menor. (COSTA, 1994, p. 135).

Mas foi com a participação dos próprios meninos e meninas de rua em evento realizado em Brasília⁶ em maio de 1996, que se acrescentaram novos elementos para engrossar o caldo. Com um alto grau de organização e consciência política, crianças e adolescentes do recém criado Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua levaram, para a discussão, suas vivências. Denunciaram nesse evento, principalmente, todas as formas de violência que vinham sofrendo. Violência nas ruas, violência policial, violência nas instituições, violência presente no descaso do poder público perante tais situações desumanas. A constatação de tal nível de maturidade e consciência política impôs uma nova ótica sobre a questão daquelas crianças. Era hora de encará-los como cidadãos, que vinham sendo brutalmente lesados em seus direitos fundamentais como seres humanos. A luta deveria, então, se pautar pela defesa de seus direitos e isso exigiria toda uma reformulação da concepção de atendimento e assistência.

Segundo Sposato (2001), é com o advento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989 que surge uma nova reflexão crítica entre os atores envolvidos com a questão. Começa-se a repensar a prática. O período compreendido entre 86/88 foi marcado por um forte movimento do qual participaram o segmento jurídico, as políticas públicas representadas por assessores progressistas, o movimento social, representado por considerável grupo de entidades não-governamentais como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB a Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP e a Associação dos Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ dentre outros. A força desse movimento e o prestígio dessas entidades influenciaram a elaboração da Constituição Brasileira de 1988. Que coloca a criança na condição de prioridade nacional. Todo esse percurso culmina com a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, projeto de lei votado e aprovado pelo Congresso Nacional, por unanimidade, em 25 de abril de 1990, entrando em vigor em 10 de outubro do mesmo ano.

⁶ I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Encontro com crianças e adolescentes que haviam passado por um amplo processo de discussão nos Estados, levando à Brasília a face de uma cruel realidade social que vinham enfrentando ao longo de suas histórias.

1.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Sem dúvida, o Estatuto da Criança e do Adolescente instaura um novo referencial político-jurídico frente ao então vigente Código de Menores. Como foi visto, o Estatuto surge para regulamentar as conquistas em favor da infância e juventude no Brasil e é resultado de um amplo processo de mobilização social. Este novo instrumento legal surge dois anos depois da Convenção Internacional das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança de 1989, utilizando-se de seus princípios como pano de fundo para elaboração de seu texto. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, ratifica e sistematiza o que é previsto na convenção sendo, por isso, considerado pelos diversos autores que trabalham com o tema (Sposato, 2001; Mendez, 1994; Costa, 1994 e Volpi, 2001), uma das leis mais avançadas no que diz respeito à criança e ao adolescente elaborada nos países da América Latina. De acordo com Sposato, apenas o Brasil e o Peru alteraram totalmente seus ordenamentos jurídicos, distinguindo os programas para crianças e adolescentes vítimas dos programas para crianças e adolescentes infratores adotando assim, integralmente, os princípios da Convenção.

Mas quais são as características desse novo instrumento legal que o torna tão inovador? Segundo Costa (1994), o Estatuto inova em termos de concepção geral e processo de elaboração. Apresenta mudanças em relação ao Código de Menores de 1979, no que diz respeito ao conteúdo, método, gestão. Além disso, adota um novo paradigma com relação à compreensão do conceito de criança e adolescente.

Com relação à concepção geral, o Estatuto adota a Doutrina de Proteção Integral, em substituição à Doutrina de Situação Irregular. Essa nova concepção é proposta pelas Nações Unidas na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e rompe de vez com a noção de que algumas crianças seriam objetos de intervenção e controle do Estado, simplesmente por se encontrarem nas ruas ou favelas, em situação de vida precária. Eleva, ainda, essas crianças, bem como as demais (independente da situação social, cor, característica ou condição financeira) à categoria de cidadãos, titulares de direitos e, portanto, protegidos integralmente pelos princípios da cidadania social. O ECA, baseando-se na Doutrina de Proteção Integral, reconhece todas as crianças como seres humanos que possuem algumas necessidades para seu pleno desenvolvimento e formação. Como pessoas humanas e cidadãos possuem direitos fundamentais que devem necessariamente ser garantidos pelo Estado. Com esse novo paradigma, crianças e adolescentes são reconhecidos como pessoas em fase especial de desenvolvimento que, por isso, não têm ainda condições de se defender ou

de buscar seus direitos, nem possuem meios próprios de arcar com suas necessidades. Tais necessidades e direitos devem ser consideradas como prioridade absoluta para o país que adota a Doutrina de Proteção Integral. Assim, as crianças têm primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento em serviços e preferência na formulação e execução de Políticas Públicas. O termo Integral também está relacionado ao fato de se estender a todas as crianças e adolescentes do país, não somente àquelas socialmente excluídas. Para Costa (1994), essa Doutrina aponta para o valor da infância e juventude como portadores da continuidade de seu povo, da sua família e da espécie humana e para o reconhecimento de sua vulnerabilidade.

Para Sposato (2001), o ECA impõe um novo modelo de Políticas Públicas que adota medidas cabíveis para pais, sociedade civil e o próprio Estado. Algo que deveria parecer óbvio torna-se presente nos princípios do Estatuto: não é a criança que se encontra em situação irregular, quando seus direitos são negligenciados e sim a pessoa ou instituição que se omitiu, de alguma forma, em relação à garantia de tais direitos, uma vez que, neste caso, estarão deixando de cumprir com seu dever constitucional.

Outra inovação do Estatuto é a forma como foi elaborado. Trata-se de uma Lei com características diferentes das demais, na medida que foi pensada, discutida e elaborada não só pelo Poder Legislativo, mas por grande número de representantes da sociedade civil. Organizações como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor, núcleos de estudo ligados às Universidades dentre outros, estiveram presentes e atuantes na elaboração do Estatuto. O resultado de tal mobilização é o retrato dos interesses da sociedade civil. Para Costa (1994), o Estatuto da Criança e do Adolescente é mais do que um projeto de lei é, um projeto da sociedade.

Outra característica que o difere principalmente do Código de Menores de 79 está relacionada à gestão. O Estatuto propõe uma descentralização política e considera a participação popular como fundamental na exigência de implantação, execução e controle do funcionamento das políticas públicas.

A partir do Estatuto, o poder do Juiz sobre o destino das crianças também é reduzido. Segundo Silva (2000), o Juiz passou a ser obrigatoriamente assessorado por uma equipe interprofissional, composta por psicólogos e assistentes sociais. No Código de 1979 ficava ao seu arbítrio consultar ou não outro profissional.

Uma vez apontadas todas essas características que definem o Estatuto da Criança e do Adolescente como uma das mais avançadas leis que diz respeito à criança e ao

adolescente, na América Latina, vejamos como é sua organização e o que diz acerca do atendimento a adolescentes autores de ato infracional.

O ECA é constituído de duas partes: a primeira delas versa sobre cinco Direitos Fundamentais que devem ser garantidos à criança e ao adolescente: o direito à vida e à saúde; o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e o direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Já a segunda parte é aquela que irá estabelecer Políticas de Atendimento que deverão ser adotadas pelo Estado, com o objetivo de garantir tais direitos. Assim, quatro linhas básicas de ação serão formadas:

1 - Políticas Sociais Básicas: são dirigidas a um universo mais amplo de destinatários. São aquelas que deverão garantir o que é direito de todos, independente da situação em se encontrem. Pertencem a essa categoria, as políticas que determinem a educação para todos, o direito à saúde como, por exemplo, a obrigatoriedade de vacinação infantil, o acompanhamento pré-natal. Mas também as que propiciem acesso à cultura, esporte e lazer para todos.

2 - Políticas de Assistência Social: essas já são voltadas às crianças ou famílias que delas necessitem por encontrarem-se em estado permanente ou temporário de privação econômica ou social. É o caso das chamadas “bolsa-escola”, “bolsa-família”, ou outros tipos de auxílio e complementação de renda.

3 - Políticas de Proteção Especial: são destinadas a casos ou grupos de crianças e adolescentes que se encontram em situações extremamente difíceis, a chamada: Situação de Risco pessoal e social. Segundo Costa (1994), a situação de risco pessoal e social se refere à exposição da criança ou adolescente a fatores que ameacem ou, efetivamente, violem sua integridade física, psicológica ou moral, por ação ou omissão da família, de outros agentes sociais ou do próprio Estado. Assim, são destinadas às crianças vítimas de abusos, maus-tratos, negligências etc.

4 - Políticas de Garantias: essas políticas estão ligadas à garantia dos direitos constitucionais inerentes a todo cidadão (nesse caso ao adolescente) a quem se atribui algum tipo de crime (no caso, ato infracional). Nesse sentido, tais políticas devem garantir ao adolescente a quem se atribui a autoria de um ato infracional direitos constitucionais tais como: a presunção da inocência, a ampla defesa por advogado e o direito de ser submetido a um julgamento justo para responder por sua conduta. Se for inocente, ser absolvido, se for culpado, ser submetido a uma medida sócioeducativa, levando-se em conta a gravidade do ato

infracional cometido, a sua situação socioeconômica e familiar e suas características peculiares como uma pessoa em processo de desenvolvimento.

1.3 As Medidas Sócioeducativas

Um mito que insiste em pairar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é o de que este instrumento não responsabiliza os adolescentes pelos atos infracionais praticados. Muitos chegam a argumentar que o Estatuto só prevê seus direitos, não definindo seus “deveres legais”. Esse mito é reforçado pelos meios de comunicação, pela polícia que, inclusive, se utiliza disso para justificar sua omissão ou arbitrariedade. Esse discurso está presente tanto em parcelas menos esclarecidas da sociedade, quanto em setores que deveriam conhecer o Estatuto a fundo, e prezar pela sua efetiva implantação. É o caso de alguns políticos que insistem em defender a redução da maioria penal, ou de alguns profissionais que atuam na área social. Mesmo alguns juizes, com menos experiência na área da infância e juventude, parecem desconhecer o funcionamento das medidas sócioeducativas, muitas vezes, desconsiderando sua eficácia.

Um dos elementos que contribui para que esse mito se mantenha é a interpretação equivocada do termo *inimputável penalmente*, citado na Constituição Federal⁷. A confusão está presente na distinção entre o termo *inimputável* e o termo *irresponsável*. Quando se afirma que uma pessoa, com menos de 18 anos, é inimputável penalmente, significa dizer que não poderá ser submetida aos critérios previstos no Código Penal como são os adultos. No entanto, essa pessoa deve ser responsabilizada por uma conduta que rompe com o que é socialmente aceito e infringe o que é legalmente estabelecido, ou seja, uma conduta reconhecida como crime ou contravenção penal, o chamado Ato Infracional⁸. Mas, por se tratar de pessoa ainda em processo de desenvolvimento, deverá ser submetida a uma legislação específica que leve em conta esse aspecto. No caso do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁷ A Constituição Federal, em seu artigo 228, diz que: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitando-se às normas da legislação especial”.

⁸ O Estatuto define, em seu Art. 103, que é considerado um *ato infracional* toda conduta descrita no código civil como crime ou contravenção penal.

As garantias, direitos e deveres estabelecidos no Estatuto, para o adolescente autor de ato infracional, são equivalentes às dos adultos, exceto o limite máximo para a privação de liberdade. Garantir a esses adolescentes os mesmos direitos civis de um adulto a quem se atribui um crime significa dizer, por exemplo, que nenhum adolescente poderá ser privado de liberdade pura e simplesmente por apresentar comportamentos considerados socialmente “inadequados”, por estar perambulando pelas ruas, por se suspeitar ou presumir que estaria envolvido com alguma atividade criminosa, devido à sua situação sócio-econômica. Assim, um adolescente só poderá ser privado de sua liberdade, quando for autuado em flagrante, como acontece com qualquer cidadão comum, ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, conforme prevê o Art.106 do Estatuto. Nesse último caso, poderá ser intimado judicialmente a comparecer perante o Juiz, para responder a algum processo, inclusive ser mantido em regime de internação, antes da sentença, pelo prazo máximo de 45 dias⁹, nos casos em que haja indícios suficientes da autoria do ato infracional conforme ressalta o Art. 108. Mas, em hipótese alguma, deverá ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal, ou sem que lhe sejam assegurados seus direitos. Tal processo é baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece, em 23 de seus artigos (do Art. 103 ao 124), os procedimentos a serem adotados pela Justiça, Ministério Público e pelo Estado, na ocorrência de atos infracionais. Uma vez constatada a autoria do ato infracional, ao adolescente deverá ser aplicada uma das seis medidas sócioeducativas. Todos esses artigos citados condenam, claramente, as ações arbitrárias da polícia, poder público ou de quem quer que seja, em casos de suspeita do envolvimento de adolescentes com atos infracionais.

As Medidas Sócioeducativas são sanções aplicáveis apenas ao adolescente autor de ato infracional e estão baseadas em dois pilares: a proteção da sociedade, uma vez que a sociedade civil precisa ter garantida sua proteção e segurança, e a proteção do adolescente, uma vez que esse é cidadão e, por isso, deverá ter seus direitos garantidos, visto que é dever do Estado garantir o direito de todos os cidadãos (vítimas e vitimizadores). Esse segundo pilar baseia-se, mais uma vez, nos princípios da Convenção Internacional que já previa, no tratamento ao adolescente que infringiu a lei, o cumprimento de todos os princípios processuais penais devidos, bem como um atendimento diferenciado, visando estimular a dignidade, o valor e fortalecer o respeito aos direitos humanos. Conforme afirma Volpi (2002), uma medida sócioeducativa deve ter a função de proteger, educar, oportunizando a inserção do adolescente na vida social.

⁹ Em Belo Horizonte, o CEIP (Centro de Internação Provisória) é uma instituição que se presta a essa finalidade.

É importante compreender a diferença entre uma sanção sócioeducativa e uma pena. O adulto, ao cometer um crime, deverá ser submetido a um processo com base no código penal, em que a definição da pena se dá pelo tipo de crime cometido, uma relação linear. Já o adolescente deverá ser encaminhado a uma medida sócioeducativa. De acordo com Gomes Neto (2001), “as medidas sócioeducativas são sanções de caráter pedagógico, sem caráter de pena, ou seja, não se busca a punição ou retribuição ao adolescente pelo ato infracional praticado”. Esse mesmo autor diferencia pena de sanção. Esclarece-nos que, a pena é uma das formas de sanção, como existem as sanções administrativas, por exemplo. Uma pena é aplicada relacionando-se a conduta (crime) ao que está disposto na lei. Por isso, na pena, há um tempo determinado, um caráter punitivo diante de uma infração cometida e não se levam em conta as características pessoais do autor da infração. Já uma sanção sócioeducativa deverá ter um caráter eminentemente pedagógico e socializante. Ao encaminhar um adolescente para cumprir uma medida, o Juiz deve considerar que seu objetivo específico é a reeducação e o retorno à família e à sociedade e não a punição pura e simples. Além disso, para a aplicação de uma medida sócioeducativa é necessário se levar em conta a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Segundo Gomes Neto (2001), por circunstâncias, o Estado quer dizer as condições pessoais do adolescente (psicológicas, físicas, sociais, familiares e econômicas), ou seja, o seu contexto pessoal, bem como a estrutura existente no órgão ou instituição, para o cumprimento da medida.

É por isso que podemos ter diferentes medidas sócioeducativas aplicadas a dois adolescentes que cometeram o mesmo ato. Por outro lado, adolescentes que praticaram atos infracionais distintos poderão ser encaminhados ao mesmo tipo de medida. Assim, o ato infracional cometido, não é o que define o tempo e o tipo de medida. Essa definição está nas mãos do juiz, que precisará avaliar inúmeros fatores da vida do adolescente, tais como: a situação sócio-econômica, a situação de risco pessoal, a possibilidade de apoio familiar, aspectos de seu desenvolvimento psicológico. Para isso, o juizado deverá contar com uma equipe técnica, psicólogos e assistentes sociais, que lhe auxiliarão na compreensão da situação global do adolescente. Infelizmente, fatores como ausência de vagas e de programas adequados, ou mesmo, fatores políticos, como a falta de interesse em se implantar as medidas sócioeducativas previstas no Estatuto, acabam também determinando tal decisão. Com relação a esse aspecto, vale transcrever a seguinte afirmação indignada:

O óbvio precisa ser dito. Qual seja, de que o Estatuto prevê soluções adequadas e efetivas à questão da chamada delinquência juvenil e o que nos tem faltado é a efetivação destas propostas, seguramente por ausência de decisão política, mas não apenas por isso, também pela inação da sociedade, que parece, em especial em nossos centros urbanos maiores, adormecida, indiferente ao destino de nossas crianças e jovens, prioridade absoluta da Nação Brasileira. (SARAIVA, 2001, p. 58).

O autor aponta, nessa afirmação, para um outro problema que contribui para intensificar o mito de impunidade atribuído ao Estatuto: nos grandes centros, algumas estruturas do regime anterior continuam a ser utilizadas para a aplicação de Medidas Sócioeducativas, não contemplando, em sua prática, o que realmente a caracteriza. Além disso, verifica-se que, nas cidades do interior, medidas como a Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à comunidade nem mesmo são conhecidas, quanto mais aplicadas aos adolescentes.

Outro mito que paira sobre o Estatuto é o de que as “penas” atribuídas aos adolescentes são brandas e, por isso, não são efetivas. Para Volpi (2001), privar de liberdade, por até três anos, pessoas em plena fase de desenvolvimento e descobertas é bastante significativo, principalmente quando a situação dessa privação é extremamente precária e desumana. O autor argumenta que países que adotam penas mais graves, como prisão perpétua, não conseguiram diminuir a prática de atos infracionais por adolescentes. Enfim, não existe relação direta entre o agravamento da medida e diminuição da infração, e sim entre a seriedade e o rigor com que a medida é realizada e os seus efeitos na vida do adolescente.

O Estatuto faz uma clara distinção entre as medidas de proteção, aplicáveis às crianças menores de 14 anos de idade, e as medidas sócioeducativas. No caso de crianças, entende-se que o fato de se envolverem com algum tipo de infração está ligado a uma situação de grave risco pessoal e social. Assim, a elas deve ser buscada toda forma de proteção, aplicando-se aos adultos as punições devidas, pois esses sim, estão negligenciando ou descumprindo o dever de garantir àquelas crianças o direito à educação e proteção adequadas. Já no caso dos adolescentes, é inegável a importância de lhes atribuir a responsabilidade por um ato infracional cometido, uma vez que estão em pleno processo de inserção social. Segundo Mendez (2000), “a responsabilidade – neste caso penal – dos adolescentes é um componente central de seu direito a uma plena cidadania. Pretender construir cidadania sem responsabilidade constitui um contra-senso, produto da ingenuidade ou da incompetência”.

Colocada essa distinção, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece seis medidas sócioeducativas a serem cumpridas, evoluindo em termos da necessidade de

contenção, proteção ou gravidade do ato infracional. De acordo com o Art. 112, “verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de Semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional”. As quatro primeiras medidas não implicam em restrição ou privação de liberdade, o que é reservado às medidas V e VI.

Os autores Volpi (2002), Saraiva (2001) e Costa (1994) acreditam que uma efetiva e eficaz implantação das medidas em meio aberto, reduziria em muito a necessidade das medidas de restrição de Liberdade. Na opinião de Saraiva (2001), considerando-se que as medidas de privação de liberdade devem ser destinadas a adolescentes autores de atos infracionais graves, essa deveria ser bem menos aplicável, uma vez que, salvo raríssimas exceções, uma criança ou adolescente não começa sua carreira de infrações por um ato mais grave. Sem dúvida, terão cometido outras infrações anteriormente, de menor gravidade, que não foram devidamente sancionadas, por uma medida de Liberdade Assistida ou de Prestação de Serviços à Comunidade.

1.4 Privação de Liberdade: Internação ou Semiliberdade

Volpi (2001) ressalta que o tipo de atendimento presente nessas medidas deve se basear numa visão do adolescente como sujeito que tem seus direitos humanos fundamentais garantidos, mas que, devido à prática do ato infracional, terá alguns de seus direitos, como o de ir e vir, cerceados. Além disso, o Estatuto prevê que sejam adotados 3 princípios básicos para sua aplicação. O princípio da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de desenvolvimento.

As medidas privativas de liberdade (Semiliberdade e Internação) devem ser aplicadas em circunstâncias efetivamente graves, seja para a segurança social, seja para a segurança do próprio adolescente¹⁰. Esse segundo elemento, justifica a permanência em

¹⁰ Do ponto de vista jurídico, o adolescente infrator grave é todo aquele que recebeu a medida de privação de liberdade, prevista no art. 122 do ECA. Geralmente o adolescente considerado “infrator grave”, quando apreendido, recebe, como medida, a internação. De acordo com o Art. 122, “a medida de internação só poderá ser aplicada quando: I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; II - por reiteração ou cometimento de outras infrações graves; III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente proposta”.

regime de Semiliberdade de adolescentes que não cometeram atos infracionais de grave ameaça ou violência à pessoa, mas sim, atos considerados leves, como porte de armas ou envolvimento com o tráfico. No entanto, freqüentemente encontram-se sob a ameaça de traficantes ou gangues rivais e a possibilidade de cumprirem uma medida em regime aberto, em sua própria comunidade, torna-se inviável. Nesses casos uma medida como a Semiliberdade pode ser aplicada para a segurança do adolescente. Por outro lado, o envolvimento pode ser ainda inicial ou superficial e tal medida é avaliada pelo juizado como mais oportuna para proporcionar uma chance de resgate desses adolescentes.

Muitos adolescentes que vão para o regime de Semiliberdade geralmente já passaram pelo regime de Internação. Portanto, também podem ser considerados “adolescentes infratores graves”, segundo a definição de Mendez (2001), por serem reincidentes ou autores de atos infracionais como assaltos, furtos, tráfico de drogas e homicídios. Existe uma busca da equipe da Semiliberdade de estabelecer uma parceria com os juizados a fim de que lhe sejam encaminhados adolescentes com um “perfil” mais adequado a esse tipo de medida. Mas, para isso, é necessário tentar encontrar uma distinção mais clara entre uma Semiliberdade e uma Internação.

A principal distinção apontada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é a possibilidade de realização de atividades externas independentes da autorização judicial. A lei sugere que a organização e os objetivos educacionais sigam o modelo da Internação, sem o caráter de total privação de liberdade que o caracteriza. Além disso, a Semiliberdade pode ser aplicada como primeira medida, ou como processo de transição entre a Internação e o meio aberto. Podemos verificar que há pouca definição legal sob o caráter dessa medida.

Se ambas, Internação e Semiliberdade, são destinadas aos chamados adolescentes infratores graves, se ambas são consideradas privativas de liberdade, se em ambas deve ser assegurado ao adolescente o direito à educação, convivência familiar e comunitária, quais seriam as características que tornam a Semiliberdade uma medida tão peculiar?

Assim como a Internação, a Semiliberdade possui um aspecto coercitivo, uma vez que afasta o adolescente do convívio familiar e de sua comunidade de origem, mantendo-o em uma instituição. No entanto, a privação de liberdade nesse caso, é relativa, uma vez que não suspende totalmente o direito de ir e vir do adolescente, apenas o restringe. Neste caso, seu direito será condicionado às regras da instituição.

Todos os adolescentes que forem submetidos à privação de liberdade só o serão porque a sua contenção e submissão a um sistema de segurança são condições *sine qua non* para o cumprimento da medida. Ou seja, a contenção não é em si a medida sócioeducativa, é a condição para que seja aplicada”. (VOLPI, 2002, p. 28).

A contenção é, portanto, um elemento presente em ambas as medidas. Mas é justamente aí, no tipo de contenção, que começam as diferenciações.

Se compararmos a Medida de Internação com a Medida de Semiliberdade, podemos identificar dois tipos de contenção. Uma que chamaremos *Contenção Externa*, que está relacionada à presença de uma estrutura física (prédios, grades) criada para impedir o acesso do adolescente ao meio externo; e de pessoal (presença de policiais, e/ou agentes penitenciários), que têm como objetivo garantir efetivamente a segurança e a permanência do adolescente na instituição. O outro tipo de contenção seria a chamada *Contenção Interna*, relacionada a proposta pedagógica. Trata-se de um tipo de contenção mais implícita e deve ser construída no trato com os adolescentes. Esses devem compreender que, embora não se encontrem em um local com grades e totalmente restrito, estão cumprindo uma medida imposta pelo juiz. Devem ser conscientizados de sua responsabilidade em cumprir tal medida, o que implica em se submeter ou se adequar às regras daquela proposta sócioeducativa.

Entendemos que os dois tipos de contenção devem estar presentes em ambas as medidas: Internação e Semiliberdade. A diferença está na ênfase dada à contenção interna, ou à contenção externa. Assim, para o caso da Semiliberdade, é necessário um investimento bem maior na contenção interna, visto que a restrição da liberdade do adolescente é relativa.

Podemos concluir, então, que um adolescente que é encaminhado para um Regime de Internação, em que a privação de liberdade é mais radical, deveria precisar principalmente desse tipo de contenção externa para se manter ali e conseguir se submeter a qualquer tipo de intervenção sócioeducativa. O adolescente que é encaminhado para uma Semiliberdade, no entanto, deveria já ter essa condição sanada. Ou seja, deve ser capaz de se manter num local que restringe sua liberdade sem necessidade de uma contenção física. Embora consiga se manter cumprindo a medida de Semiliberdade, ainda não seria capaz de se conter num regime aberto, quer seja por não possuir condição interna, pessoal suficiente para se manter longe das infrações, quer seja por se encontrar sob grave ameaça em sua comunidade de origem.

1.5 A Semiliberdade

A Medida Sócioeducativa de Semiliberdade é considerada uma importante alternativa à Internação devido à sua natureza e finalidade (VOLPI, 2002). No entanto, é uma medida ainda pouco aplicada no país¹¹. De acordo com recente pesquisa elaborada pelo ILANUD¹², a Semiliberdade é, dentre as medidas sócioeducativas, a de menor implementação e a que menos possui uma construção teórica específica. A falta de uma proposta teórica consistente e de critérios por parte do judiciário para a aplicação dessa medida, bem como de uma avaliação da efetividade dos programas já existentes são alguns dos fatores que prejudicam a expansão desse tipo de proposta.

De acordo com Volpi (2002), constata-se a existência de basicamente duas modalidades de aplicação da medida de Semiliberdade: a) programas caracterizados por unidades de atendimento para grupos de até 40 adolescentes, onde o acesso ao meio externo é programado progressivamente a partir do processo de desenvolvimento educacional do adolescente. São conhecidas como semi-internatos; b) programas de Semiliberdade caracterizados por unidades comunitárias de moradia, para grupos de cerca de 12 adolescentes, para a manutenção e inserção em programas sociais e comunitários.

No Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado da Defesa Social, por meio da Superintendência de Atendimento às Medidas Sócioeducativas – Samese, é responsável pela implantação das medidas sócioeducativas em meio fechado. De acordo com dados fornecidos pela Samese, há doze unidades de medidas em meio fechado (Semiliberdade e Internação) no Estado. Quatro delas têm a gestão feita pelo Estado e por organizações não-governamentais, e as demais são supervisionadas pelo Estado, o qual repassa verbas diretamente aos municípios para que estes administrem as Unidades.

Dessas doze unidades, apenas duas são de Semiliberdade: A Casa de Semiliberdade Ouro Preto, localizada em Belo Horizonte, com capacidade para atender a 12 jovens, geralmente abrigando de 8 a 10 e a Casa de Semiliberdade Santa Terezinha, localizada também em Belo Horizonte, com capacidade para 15 jovens, geralmente abrigando entre 8 e

¹¹ Ver o Quadro sobre Internação e Semiliberdade nos anexos.

¹² O Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - ILANUD, realizou um mapeamento da execução das medidas sócioeducativas em todo o país, de acordo com a região e o Estado. As informações para a composição deste relatório foram coletadas junto às autoridades estaduais responsáveis, no período compreendido entre setembro de 2003 a fevereiro de 2004..

12. Em ambas, a gestão é feita por meio de uma parceria entre o Estado e o Sistema Salesiano de Educação Popular.

Não existe, até a presente data, Unidade de Semiliberdade para o sexo feminino em Belo Horizonte. Também não há um programa de atendimento ao egresso. Recentemente foi firmada uma parceria com a Pastoral do Menor, no entanto, o formato e a implementação do programa ainda estão em discussão.

A legislação em vigor não especifica detalhadamente o funcionamento de uma Unidade de Semiliberdade. Sugere que a organização e os objetivos educacionais sigam o modelo da Internação, sem o caráter de total privação de liberdade que o caracteriza. As experiências atuais do 2º tipo têm sido desenvolvidas em Belo Horizonte.

Como não há um documento específico para orientar a execução dessa medida, cabe às instituições estabelecer a metodologia que norteará seu trabalho. Algumas têm construído sua prática, criando um ambiente que atenda às necessidades básicas, como a alimentação, proteção, instalações mais humanas etc. Algumas têm buscado estabelecer um “clima” próximo ao familiar, por meio do atendimento a número reduzido de adolescentes e uma organização da rotina de uma casa, é o caso das duas “casas” existentes em Belo Horizonte.

Em se tratando de estrutura física, as duas unidades não têm um projeto arquitetônico que priorize uma total contenção externa, como é o caso dos Centros de Internação. Assim, funcionam numa casa alugada ou cedida pelo Estado, em um bairro comum, de Belo Horizonte (próximo ao centro urbano), sem qualquer identificação escrita de se tratar desse tipo de instituição. Todos esses elementos contribuem para diminuir um pouco o estigma, mas não o eliminam de todo. Diríamos que se trata de uma casa híbrida. Seus portões geralmente permanecem trancados, mas os muros são baixos e de fácil transposição. Educadores, e não agentes penitenciários, permanecem com as chaves e regulam a entrada e saída dos adolescentes e demais pessoas da casa. Os quartos se intercomunicam como numa casa comum e o trânsito dos adolescentes dentro da casa é livre. Nas salas da equipe técnica e coordenação, também é permitido o acesso do adolescente, salvo em momentos de reunião ou quando estão sozinhos.

Com relação ao trânsito para o ambiente externo, verifica-se um processo gradativo. No início, os adolescentes saem acompanhados por um educador e, aos poucos, vão sendo liberados para saírem sozinhos, mas sempre com um destino certo (escola, atividades externas, saúde, trabalho etc). É quando terão que assumir a responsabilidade de retornar no

tempo determinado. Como podemos verificar, na Semiliberdade, a gradativa diminuição da contenção externa implica no fortalecimento da chamada contenção interna.

Durante o tempo em que permanecem nas “casas”, os adolescentes participam de atividades pedagógicas e oficinas profissionalizantes, também rotinas cotidianas de convivência. Alguns são encaminhados a emprego e a maioria é inserida em escolas ou projetos de suplência organizados pela instituição, conforme preconiza o Estatuto. Durante a semana passam dia e noite na Unidade, quando não se encontram em atividade externa. Os adolescentes são avaliados mensalmente, em sua adaptação às normas, crescimento pessoal, relações interpessoais e com a comunidade. A Unidade funciona sob as regras de um Regimento Interno que estabelece algumas normas da casa, regras de convivência, sanções advindas da transgressão às normas, sem desconsiderar os direitos fundamentais previstos em lei. O Regimento Interno estabelece também critérios para a liberação do adolescente nos finais de semana, para visita domiciliar. Além disso, a forma de trabalho e tipo de intervenção dos educadores está pautada na Pedagogia da Presença¹³, adotada pelos Salesianos, bem como nos ensinamentos de Dom Bosco.

São realizadas discussões de caso na instituição e junto à equipe técnica do Juizado da Infância e da Juventude. Bimestralmente é enviado ao juizado um relatório sobre o adolescente. Com base nas discussões e no relatório, o Juiz decidirá: 1) pela manutenção da medida: continuar na casa; 2) por uma progressão de medida: Liberdade Assistida ou liberação; 3) por uma regressão de medida: Internação. Além disso, as atitudes dos adolescentes, dentro da casa, consideradas “transgressões graves” às normas do Regimento Interno, como brigas ou uso de drogas, por exemplo, são informadas ao Juizado por meio de um Relatório Circunstanciado. Nessas ocasiões, são sugeridas ações que vão desde uma advertência a uma regressão da medida, que poderão ser acatadas ou não. Os casos de evasão também são informados imediatamente ao Juizado e o adolescente nesse caso, passa a ser considerado em descumprimento de medida e a ele é expedido um Mandado de Busca e Apreensão.

As regras de convivência, a organização do espaço físico, o planejamento das atividades, sempre que possível, são discutidos com os adolescentes, em bate-papos informais no café da manhã ou em outros momentos de encontro e em assembleias ordinárias realizadas, geralmente, uma vez por mês. Este é um importante aspecto da proposta pedagógica que visa

¹³ Para saber mais sobre essa proposta pedagógica, consultar: COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Pedagogia da Presença; Da Solidão ao Encontro*, 1a. Ed., Belo Horizonte, Modus Faciendi, 1997.

ao desenvolvimento da cidadania. Volpi (2002) ressalta que “deve-se evitar atitudes pseudodemocráticas. Existem limites legais na definição das regras que não são passíveis de decisão do grupo, mas que podem e devem ser informadas da maneira mais clara e pedagógica possível, inclusive por escrito”. Esta observação aponta para a importância de se trabalhar o Regimento Interno com todas as pessoas envolvidas no processo educativo.

1.6 O Regimento Interno, uma estrutura organizadora.

Nossa compreensão é que o Regimento Interno deveria funcionar como um instrumento de estruturação que norteia as relações naquela “microsociedade” - a Semiliberdade. Se um de seus objetivos é ajudar o adolescente a lidar com a lei e a sociedade, a “lei” que a regulamenta as relações dentro da própria instituição, precisará ter sentido e consequências reais e bem definidas. É importante, para a promoção da autonomia, que se tenha espaço para a colocação e crítica das pessoas envolvidas a partir da prática do dia-a-dia. As propostas de alterações deste Regimento devem fazer parte de um amplo processo de discussão e não simplesmente alteradas conforme a situação ou preferências pessoais. Volpi (2002) aponta para a necessidade de que a equipe utilize o planejamento e a avaliação como instrumentos pedagógicos importantes para a superação do espontaneísmo e ativismo caracterizado pela ação sem reflexão.

Uma estrutura confiável, onde o adolescente sinta que conhece as regras do jogo e que é respeitado em sua individualidade, favorecerá um processo coerente, efetivo e afetivo. O adolescente assume um papel dentro do grupo e a previsibilidade do cumprimento das normas, facilitará uma evolução na sua autopercepção, na forma de relacionar-se, devido às respostas recebidas dentro de uma estrutura “estável”, possibilitando novas experimentações e, daí, novos conceitos de si, do ser humano, dos direitos e deveres.

O respeito ao Regimento Interno, à individualidade, ao objetivo primeiro da instituição: educar (que não se limita ao ensinar) e uma estrutura institucional segura, irá ajudá-los a reconhecer em suas atitudes, os valores, objetivando uma formação mais humanizada e uma relação entre seres humanos.

Consideramos a importância para o processo de desenvolvimento dos adolescentes, que as consequências de determinada atitude estejam claras e que realmente ocorram. Uma restrição, que não estiver relacionada à transgressão, deixa de ter o efeito

constitutivo do limite, para se tornar uma punição. Como punição, o limite sempre está centrado naquele que o coloca e não no que ele é por si. Aplicando-se uma sanção por motivações pessoais e não porque tal ato tenha tal consequência, repete-se uma relação de dependência vivida entre o adolescente e a autoridade. Nesse tipo de relação, a transgressão a uma norma torna-se uma forma de afrontar o outro como autoridade e de se afirmar. Não uma escolha consciente do ato e suas consequências. De certa forma, esse tipo de relação, muitas vezes, se repete nas outras situações vividas pelo adolescente. No juizado, por exemplo, o que acontecerá com ele, o tipo de medida a qual se submeterá, muitas vezes, dependerá da pessoa que o está julgando e nem sempre das consequências reais de seu ato ou de suas características pessoais.

CAPÍTULO 2

A ADOLESCÊNCIA: UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL

2.1 As diferentes concepções teóricas

A definição de adolescente em conflito com a lei passa por um estudo do conceito de adolescência que vem sendo elaborado pela ciência psicológica. A adolescência é um período singular do desenvolvimento humano. Verdadeiras revoluções pessoais iniciam-se com as mudanças biológicas e físicas que se concentram nessa fase da vida. Talvez devido a essa revolução, a adolescência é vinculada a uma idéia geral de turbulência e instabilidade. Campos (1987) assinala duas imagens caricaturadas que contribuem para manter esta mística. A idéia do adolescente como vítima visionária e/ou como o causador de vítimas. O primeiro correspondendo à classe média e o segundo às classes menos favorecidas.

Muuss (1969), em sua obra de sistematização parcial sobre as diversas teorias da adolescência, elabora uma definição geral que abrange os níveis sociológicos, psicológicos e cronológicos.

... sociologicamente, adolescência é um período de transição da dependência infantil à auto-suficiência adulta. Psicologicamente é uma situação 'marginal' na qual novos ajustamentos que distinguem o comportamento da criança do comportamento adulto em uma sociedade têm que ser feitos. Cronologicamente, é o tempo que se estende de aproximadamente doze ou treze anos até casa dos vinte e vinte e dois, com grandes variações individuais e culturais. (MUUSS, 1969, p. 14).

O início da adolescência parece ser bem demarcado pelo conjunto de mudanças biológicas e fisiológicas ocorridas por volta dos 12 anos, associadas à maturação sexual. Seu término, no entanto, não é tão facilmente definido e irá variar de acordo com a concepção teórica de cada autor. No entanto, todos parecem concordar que este término está relacionado à entrada na vida adulta e à capacidade de assumir responsabilidades sobre a própria vida, em conjunto com uma certa independência dos pais.

Para a justiça, a duração desse período está baseada em critérios objetivos, cronológicos. Assim:

Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. Parágrafo único: Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990, Art. 2º).

Portanto, para efeitos legais, pessoas com idade entre 12 e 18 anos são consideradas adolescentes e, por isso, serão submetidas a uma legislação específica, conforme tratado no capítulo anterior. O discurso atual, presente no meio jurídico, tem enfatizado a peculiaridade dessa fase de desenvolvimento, considerando que, por ainda não possuírem uma identidade formada, os adolescentes deverão receber assistência e proteção integral. Esse artigo do Estatuto aponta para um elemento na definição legal sobre a duração da adolescência, que terá consequências diretas para a prática profissional dentro de instituições como a Semiliberdade. Serão submetidos ao mesmo tipo de medida, desde *garotos* de 15-16 anos, até *jovens adultos* de 19-21 anos de idade, visto que em caráter excepcional, o Estatuto também se aplicará a esses últimos. Trata-se, portanto, de um universo amplo constituído por jovens com diferentes necessidades, que vão desde aquelas inerentes à infância e à adolescência propriamente dita, até a uma fase onde já deveriam ser considerados como jovens adultos. A idade de 18 anos, no entanto, continua a ser vivenciada e entendida, tanto pelos adolescentes em cumprimento de medida quanto pela justiça e a polícia, como um marco para a entrada no mundo adulto, com suas complicações e punições mais severas.

Verifica-se que, a definição da idade limite da adolescência é bastante subjetiva, estando relacionada ao contexto social e mesmo à cultura no qual o adolescente está inserido.

Inúmeros estudos têm buscado compreender as características desta etapa do desenvolvimento humano. São teorias que resultam em pontos de vista divergentes e que, no início, baseavam-se em experiências pessoais e filosóficas. Estudos posteriores de caráter mais científico vieram modificar conceitos, descartando visões pautadas apenas no comportamento e contribuindo para uma compreensão mais clara da adolescência.

Estudos teóricos de origem biogenética, como os de Stanley Hall (1844-1924), os primeiros a abordar o tema, são confrontados por antropólogos que apontam a influência de fatores sociais e culturais.

O surgimento da psicanálise traz uma compreensão de caráter mais universal da adolescência. A psicanálise vem afirmar que mudanças sociais, emocionais e do comportamento do adolescente são fenômenos universais, havendo uma estreita correlação entre mudanças fisiológicas e processos orgânicos de um lado e mudanças psicológicas e de auto-imagem do outro. Para a psicanálise freudiana, os estágios de desenvolvimento psicosssexual são geneticamente determinados e relativamente independentes de fatores ambientais. Embora não tenha subestimando completamente a atuação das forças sociais, Freud considera que os fatores ambientais são secundários às tendências inatas ou à personalidade já estruturada nos primeiros anos de vida.

Os estudos freudianos não enfatizam o período da adolescência, trabalho realizado por outros autores psicanalistas como Aberastury e Knobel (1991), mas é interessante notar que Freud sugere uma segunda fase edipiana na adolescência, o que dá a idéia de se tratar de um período de reedição das vivências infantis.

A posição extrema do papel atribuído aos instintos e ao determinismo biológico no processo evolutivo é questionada por autores psicanalíticos mais atuais, dentre eles Erik Erikson (1979), que buscará reformular as concepções freudianas à luz dos estudos e descobertas da antropologia cultural.

Tanto Muuss (1969), quanto Campos (1987), apontam, dentre os inúmeros estudos que surgiram no campo antropológico, para a importante obra de Margaret Mead (1943) - *Coming of Age in Samoa* - como uma chave para a compreensão da adolescência no ponto de vista antropológico e cultural. Seu trabalho é dedicado especificamente ao estudo da adolescência em uma comunidade primitiva, onde o desenvolvimento de uma criança segue um padrão relativamente contínuo, não havendo nenhuma mudança básica ocorrida no período da adolescência que marque uma ruptura com a infância. O que ocorre é o contínuo assumir de novas funções que vai substituindo a submissão da criança pelo domínio na idade adulta. Parece que a descontinuidade que ocorre em nossa sociedade, na passagem da infância para a adolescência e idade adulta, não é verificada em outros contextos culturais. Portanto, nessas sociedades, a adolescência não seria nem mesmo considerada uma fase de turbulência e transição.

Para Muuss (1969), a exigência de uma mudança de postura, de saída repentina de uma posição não responsável para a de assumir um trabalho e se tornar responsável por si mesmo, é freqüentemente fator gerador dos conflitos e tensões atribuídos a essa fase do desenvolvimento.

No caso dos adolescentes de classe menos favorecida, observam-se outras características. Muitas vezes, esses jovens foram levados a assumir uma posição de responsável pelo auto-sustento (tanto econômico, quanto afetivo-emocional) quando ainda crianças. Parece não existir, nesses casos, uma passagem gradativa de uma fase para a outra, respeitando-se sua capacidade e maturação emocional, tampouco uma ruptura clara entre a infância e adolescência, conforme apontado por Muuss. Talvez ocorra isso sim, um atropelo no processo pessoal desses adolescentes, em função das exigências de sobrevivência às quais são submetidos durante a vida.

Com as contribuições da antropologia cultural, observa-se uma posição intermediária em que os fatores biogenéticos e forças ambientais são pesados com mais cuidado e reconhecidos como se interagindo mutuamente. Os estudos de Mead lançam por terra os mitos da adolescência como período necessariamente tempestuoso e de tensão. Parecem indicar a importância da sociedade facilitar esse processo natural de desenvolvimento humano e não impedi-lo ou bloqueá-lo.

Por outro lado, os estudos da antropologia cultural acabam caindo em outro extremo, também despertando críticas. Fica implícita a extrema influência do ambiente. Os antropologistas acreditam no determinismo cultural e, segundo Muuss (1969), deixam de lado as influências dos fatores biológicos dos efeitos da puberdade sobre o indivíduo. No entanto, o autor ressalta que os últimos trabalhos de Mead sobre esse assunto sofrem modificações, moderando-se a posição extremista e passando a considerar aspectos universais do desenvolvimento. Com isso, a autora abre caminho para uma concepção intermediária sobre adolescência, que parece ser ingrediente que influenciou Erik Erikson.

2.2 A teoria de Erik Erikson

A construção teórica de Erikson representa um progresso para a compreensão da adolescência em uma perspectiva mais social, sem abrir mão dos processos psíquicos que envolvem esse período do desenvolvimento humano. Erikson diferencia-se de outros autores psicanalistas, por possuir uma visão de adolescência como etapa do ciclo de vida e não como uma fase peculiar, de transição, com características de uma “síndrome”. Além disso, o próprio Erikson (1998) considera-se um representante do ponto de vista psicossocial dentro da psicanálise.

O autor nos fala que o uso do termo ‘psicossocial’ é uma tentativa de estabelecer uma comunicação, um trânsito entre dois campos teóricos e metodológicos distintos, mas que precisam ser considerados em relação, quando se trata da compreensão do desenvolvimento humano. Para Erikson, essa compreensão não pode se basear apenas nos processos psíquicos, pois a existência humana depende, a todo momento, da interação de três processos de organização que devem complementar-se:

O processo biológico da organização hierárquica dos sistemas de órgãos que constituem um corpo (soma), o processo psíquico que organiza a experiência individual através da síntese do ego (psique) e o processo comunal da organização cultural da interdependência das pessoas (ethos). (ERIKSON, 1998, p. 27).

Podemos dizer que Erikson adota uma concepção mais ampla de ser humano, que se constitui a partir da inter-relação desses três diferentes processos. Assim, abordar o comportamento do adolescente tomando como base apenas os processos psíquicos, de estruturação do ego a partir da organização psicosexual seria, no mínimo, reduzi-lo a uma 3ª parte.

Partindo desse princípio, o autor irá falar da interação das energias vitais vindas desses três processos, que contribuirão para a formação da pessoa ao longo da vida. Assim, não seria somente a energia sexual, conforme pensava Freud, a única responsável por essa estruturação. Erikson postula a existência de energias advindas desses outros processos (corporal e social), que interagem com a energia sexual na constituição do ser humano. Dentre elas a Força Psicossocial.

As forças psicossociais surgem em momentos críticos do desenvolvimento humano, emergindo dos conflitos entre a tendência à evolução (sintônica) e a tendência à estagnação ou patologia (diatônica). Em cada estágio do desenvolvimento humano, há uma determinada força psicossocial básica que precisará emergir para garantir a existência orgânica adequada, dentro de uma ordem social em comum.

Erikson também irá relacionar as modalidades sociais de comunicação ao modo de funcionamento e interação dos órgãos nos quais estão investidas as energias sexuais postuladas por Freud. Por exemplo, no estágio anal, o organismo é impulsionado à exploração do mundo, controlá-lo em busca de conquistar sua autonomia. Se a criança não vive, naquele período, experiências significativas e um tipo de interação que a permita explorar e vivenciar

esse potencial, sua tendência será se tornar mais passiva, desenvolvendo uma modalidade relacional pautada na vergonha e na dúvida. Esse processo prejudicaria a emergência da força psicossocial básica desse período, que seria a vontade.

Para a compreensão do desenvolvimento do organismo humano, Erikson utilizará, como princípio, o conceito de epigênese: termo retirado da embriologia, que mostra como cada órgão tem seu tempo de origem e um estágio crítico de desenvolvimento. Caso o processo não ocorra no tempo certo, o órgão não será capaz de atingir sua plenitude, pondo em risco o funcionamento dos demais órgãos. Para o autor, o desenvolvimento psicológico da criança também segue as leis epigenéticas de desenvolvimento. Assim, a criança precisa vivenciar uma sequência de experiências significativas oferecidas pelas interações com os outros. Essas experiências variam de cultura para cultura, mas: “todas as culturas precisam garantir algum ritmo adequado” o que seria esperado e necessário para todos os seres humanos, independentes de suas diferenças de personalidade e padrão cultural.

O autor destaca oito estágios evolutivos do desenvolvimento humano, equivalentes às fases de atividade constantes, nas quais a pessoa deve enfrentar e dominar um problema central que se torna dominante como dilema daquela fase. O período da adolescência se localiza no 5º estágio e seu dilema fundamental é a necessidade de encontrar um novo *sentido de identidade*. Assim, a adolescência seria o período final de confirmação e reorganização dessa identidade.

A identidade inclui a soma de todas as identificações sucessivas desses primeiros anos, quando a criança queria ser como as pessoas de que dependia. A identidade é um produto singular que enfrenta agora uma crise a ser exclusivamente resolvida em novas identificações com companheiros da mesma idade e com figuras líderes fora da família. (ERIKSON, 1976, p. 159).

O conceito de identidade utilizado pelo autor vai além do processo de identificação. Trata-se de uma *identidade existencial*, que gradualmente deverá transcender a identidade psicossocial. Trata-se da construção de um senso de continuidade da existência do Eu. Um reconhecimento de si mesmo em diferentes situações experienciadas, ao longo da vida. Nesse sentido, o conceito de identidade abordado pelo autor estaria mais relacionado ao conceito de Self, ou seja, a conjunção dos diversos “Eus” que, quando coesa, pode ser reconhecida como uma identidade existencial. Ao falar das modalidades de interação da criança com o mundo, o autor tem se referido a um “Eu” que experiencia. Esse conceito vai

além da concepção do Ego como instância mais ou menos inconsciente, sintetizadora das experiências do mundo externo e do mundo interno, teorizado por Freud. O Eu, descrito a todo o momento por Erikson, é um eu mais próximo da concepção existencial. Um “Eu” que está no mundo que o vivencia, o experimenta através do corpo e da relação com o outro. Um “Eu” consciente e em sintonia com o Ethos social, que se constitui nessa relação. Assim, a *identidade existencial* seria caracterizada pelo sentimento realmente alcançado, mas permanentemente revisto, da realidade do eu, dentro da realidade social.

É na adolescência que estes elementos se encaixam, como em um quebra-cabeça e a tarefa principal do adolescente é buscar esta integração, cuja antítese seria a confusão de identidade postulada pelo autor.

Este importante papel de síntese atribuído à adolescência lhe confere um status diferente daquele sugerido por outros autores. A adolescência deixa de ser vista como uma síndrome, um período de confusão e desordem a ser superado e passa a ser entendida como uma importante fase de evolução, com crescentes conflitos, mas possuindo um intenso potencial de crescimento e reorganização, assim:

... só com a adolescência o indivíduo desenvolve os requisitos preliminares de crescimento fisiológico, amadurecimento mental e responsabilidade social para experimentar e atravessar a crise de identidade. De fato, podemos falar de crise de identidade como o aspecto psicossocial do processo adolescente. (ERIKSON, 1976, p. 92).

Com relação ao sentido da palavra crise, o autor ressalta que não se trata da idéia de uma catástrofe ou de uma desestruturação, mas sim de um período crucial de crescente vulnerabilidade e potencialidade no qual surge a necessidade de uma escolha entre tendências que se apresentam como cruciais naquela fase, uma tendência ao desenvolvimento e evolução, sintônica e outra tendência à desestruturação e regressão, distônica. Na fase da adolescência acontecem dois movimentos:

O primeiro deles é a busca de uma reedição do que viveu na infância, onde o adolescente deverá afirmar e/ou descartar algumas de suas identificações infantis. Essa reedição será experimentada na relação com o meio externo, no encontro com pessoas de seu convívio que se tornam significativas para ele. Erikson (1976) amplia a compreensão desse o meio externo, que lhe parece inespecífica na teoria Psicanalítica. Para o autor, não se trata de uma divisão simplista de organismo e “seu” meio: “Aceitando o fato de que o meio humano é

social, o mundo exterior do eu é formado de outros eus que para ele são significativos”. Esse “outro eu” se torna significativo na medida que o reconhece em muitos níveis de comunicação. O *Outro Significativo* é aquele que estabelece uma relação de aceitação da organização interior do “Eu”. Esse reconhecimento permite-lhe ativar o seu ser, ou seja, afirmar-se, ser ele mesmo. Nesse sentido, Erikson (1976) enfatiza a organização do Eu, no mutuo reconhecimento eu / outro: “Eu o Reconheço porque se reconhece em mim”. A identidade significativa buscada na fase da adolescência se configura nesse jogo de confirmações e negações recíprocas entre o eu e o outro que se torna significativo para ele. Nessa fase do desenvolvimento, o “Outro Significativo” deixa de ser encontrado nas figuras parentais, para ser buscado nas relações sociais. Daí a importância para o adolescente do grupo de amigos, da turma, de alguns adultos-referência.

Erikson (1976) ressalta que a forma como cada um viveu as fases anteriores aparecerá agora, de certa forma, como necessidades na adolescência: “Assim, se na fase mais antiga levou a crise de identidade uma importante necessidade de confiança em si e nos outros, então, o adolescente procura mais fervorosamente homens e ideais em que possa ter fé”. Esta afirmação contribui para a compreensão da adolescência como um período de reedição das vivências infantis, como possibilidade de reformulação do que foi vivido, dependendo do atendimento adequado dessa necessidade em novas relações.

O segundo movimento é um reconhecimento do adolescente, pela sociedade, como uma pessoa que como é, merece confiança. De acordo com Erikson (1998), da luta entre a tendência sintônica de estabelecimento de uma identidade e a tendência distônica de confusão de identidade, deverá emergir uma força psicossocial que seria a *fidelidade*. Trata-se do apego a uma causa dentro da comunidade, com alguma denominação ideológica, na qual o adolescente se reconheça. Para que essa força se estabeleça, esse movimento de reconhecimento mútuo é fundamental. O adolescente precisa sentir-se reconhecido pela sociedade na qual está inserido, como ser de valor. Ao mesmo tempo reconhecer nessa sociedade, motivos para se apegar a ela, se inserir, fazer parte. A fidelidade está diretamente ligada à capacidade do adolescente de confiar no seu próprio Eu e despertar confiança.

Para isso o adolescente precisará ter estabelecido também um sentimento de existência de um “eu” e uma consciência maior de si mesmo em relação com o mundo. Um sentimento de “eu”, no qual ele possa confiar, apropriando-se de si mesmo e ampliando sua autopercepção. Assim, poderá também se considerar digno de confiança. As relações estabelecidas ao mundo serão de outra ordem. O adolescente torna-se mais engajado a uma causa dentro dessa sociedade que o reconheceu, comprometendo-se com ela e consigo

mesmo. Somente passando por esse reconhecimento mútuo, dessa vez não pelos pais, mas pela sociedade é que o adolescente poderá ser capaz de aceitar determinados valores ideológicos, tornando-se fiel a eles. Segundo Erikson (1998), a força psicossocial da fidelidade, aceita uma mediação ideológica, quer seja uma ideologia implícita numa “maneira de vida”, quer seja militantemente explícita.

Quando esse processo não acontece, ele irá se fixar às causas desafiadoras dessa comunidade, como é o caso de facções criminosas, gangues etc. A contrapartida da fidelidade é o *repúdio de papel*, que pode surgir como um desafio sistemático a essa comunidade.

Para o adolescente realizar esses dois movimentos, Erikson postula a existência de um período de espera nessa fase, onde o adolescente poderá viver o adiamento sancionado de um comprometimento definitivo com o mundo adulto. *A moratória psicossocial*:

Por moratória psicossocial entendemos um compasso de espera nos compromissos adultos e, no entanto, não se trata apenas de uma espera. É um período que se caracteriza por uma tolerância seletiva por parte da sociedade e uma atividade lúdica por parte do jovem. Entretanto, conduz também freqüentemente, a um empenho profundo, ainda que amíúde do jovem”. (ERIKSON, 1976, p. 157).

O autor ressalta que cada cultura institucionaliza uma certa moratória para o jovem e que muito da delinquência juvenil, especialmente em sua forma organizada, deve ser considerada uma tentativa de criação de uma moratória psicossocial.

A idéia de um período de espera institucionalizado pela sociedade levanta uma questão. As medidas sócioeducativa estariam, de certa forma, funcionando como uma moratória psicossocial sem, no entanto, oferecer condições para o adolescente encontrar uma saída sintônica para a crise psicossocial dessa fase, ou seja, o estabelecimento de uma identidade significativa? Erikson (1976) ressalta que: “o rótulo do diagnóstico que se adquire durante a moratória psicossocial é de máxima importância para o processo de formação da identidade”.

A confusão de identidade é apontada pelo autor como um risco ou uma polaridade negativa no sentido de desenvolvimento, característico desta fase. Erikson considera a procura de uma identidade significativa como o mais crucial de todos os estágios, o mais sofrido e o mais perigoso. Isso se deve à perda da estabilidade anteriormente conquistada, que é abalada pelas mudanças concretas da adolescência. Assim, retorna a busca da confiança, da segurança

desta vez no grupo. Retorna o tema edipiano, em uma matriz social. Retorna a busca de uma identidade ocupacional, sexual, etária.

O autor considera que o fim do processo da adolescência é marcado por um firme sentimento de identidade existencial. Esse sentimento positivo de identidade será então condição para o amadurecimento necessário ao enfrentamento das exigências sociais da fase adulta.

Podemos verificar, após a busca da definição do conceito adolescência, que a maioria dos autores investigados, Aberastury & Knobel (1991), Campos (1987), Erikson, (1976) e Muuss (1969) concorda em alguns pontos que nos dão pistas sobre uma definição em comum. Todos, de uma forma ou de outra, irão falar da adolescência como um período de reedição da vivência de conflitos infantis. Mesmo a questão da turbulência e das tensões não parece ser um consenso que aponta para a essência dessa definição. Campos (1987) cita estudos mais recentes que buscam padrões psicológicos dos adolescentes normativos como a pesquisa com 3500 adolescentes americanos, realizada por Douvan e Adelson, cujos resultados indicaram alguns padrões de comportamento em adolescentes, que contradizem o quadro tradicional de turbulência psicológica da literatura. Além disso, o final dessa fase da adolescência tem sido caracterizado, principalmente, pela aquisição de condições pessoais, (identidade significativa, ego estruturado, eu existencial) que deverão ser utilizadas como recurso para lidar com a realidade e com as exigências do mundo adulto.

O conceito adotado nesse estudo baseia-se na concepção de adolescência como processo de desenvolvimento humano, com características peculiares, devido às mudanças concretas específicas dessa faixa etária. Uma fase de busca de consolidação de uma identidade existencial significativa. Busca essa que se processa a partir de um movimento de reedição das vivências relacionais infantis, que agora serão revisitadas na relação com outras pessoas-referência, fora do círculo familiar. A adolescência aqui considerada é vista como uma fase de importância crucial, para todo o processo posterior de desenvolvimento humano.

CAPÍTULO 3

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: SERIA A MELHOR DEFINIÇÃO?

3.1 Crianças e Adolescentes: um resgate da condição de cidadãos.

Após adotar o conceito de adolescência como etapa singular de desenvolvimento humano, nos deparamos com uma tarefa árdua: encontrar uma categoria que melhor defina os adolescentes autores de ato infracional. Ao longo da história das crianças e adolescentes no Brasil, diversos nomes foram utilizados, cada um deles carregando uma concepção sobre a relação entre esses jovens, a sociedade e a criminalidade. A distinção entre o criminoso comum adulto e o adolescente é algo recente na história do país. De acordo com Mendes (1994), o tema delinquência juvenil, como um problema social, é inexistente antes do final do século XIX, período em que os códigos penais estabeleciam como única diferença normativa a redução de 1/3 da pena para menores de 18 anos. Os principais estudos sobre a infância demonstram que o surgimento da consciência social de criança como categoria diferente do adulto somente se constituiu no final do Sec. XVIII¹⁴. Como vimos, no Brasil, com o advento do Código de Menores de 1927, aquelas que não possuíam família ou não tinham acesso à escola, já foram excluídas da categoria criança e denominadas menores.

Essa é uma das primeiras categorias referente à crianças e adolescentes excluídos socialmente. Englobava-se aí, tanto aqueles em situação de carência ou abandono, quanto os que cometiam pequenos delitos. Não havia parâmetros de diferenciação para se medir a dimensão da chamada delinquência juvenil. Posteriormente, o Código de Menores de 1979, acaba por criar uma nova categoria o “menor infrator”, distinguindo-o do órfão e do abandonado. Ambos eram considerados ainda como “seres” em situação irregular, objetos sob os quais deveria se impor a intervenção do Estado. No caso do menor infrator, essa intervenção visava principalmente a solução de um problema nacional, ou seja, o problema da segurança pública. Assim, o problema vivido por aquela criança, a negligencia o abandono que vinha sofrendo, não era o principal objeto de intervenção, uma vez que não era considerada como alguém, mas sim como algo, um objeto. Para Mendes (1994) esse período

¹⁴ Sobre o surgimento e evolução do conceito de infância, consultar: ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª Ed. , Rio de Janeiro: LTC, 1981.

originou uma categoria a qual denominou: “um monstro bicéfalo indiferenciado, o menor-abandonado-delinquente”.

Os termos: pivete e delinquente eram utilizados indiscriminadamente, de forma pejorativa, apontando para um ser estranho, quase não-humano, para o qual era necessário se criar instrumentos de controle e punição. Esses ‘seres’ deveriam ser retirados do convívio social, pois se encontravam em Situação Irregular. O confinamento na FEBEM, os uniformes azuis e a cabeça raspada contribuíam para a consolidação do rótulo.

Durante a década de 70 e 80 no Brasil, surge a categoria *menino de rua* denunciando o colapso de uma sociedade marcada pelas desigualdades e pela inexistência de políticas públicas eficazes de atenção à criança e ao adolescente. Durante esse período, o chamado “menor”, aos poucos deixa de ser definido como “uma ameaça social”, para ser reconhecido como um ser de necessidades não atendidas, gerando uma política assistencialista tal qual definiu Costa (1992). Será necessário um amplo processo de abertura, discussão e mobilização, a fim de que esse menor seja percebido como uma criança ou um adolescente, cercado de omissões, seja por parte de seus responsáveis, seja por parte da sociedade. Apenas com o advento do Estatuto da Criança e o Adolescente essa categoria se firma legalmente e tais crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos.

Mas o que significa elevá-los à categoria de cidadãos? Durante todo esse período, crianças e adolescentes ficaram excluídos dos benefícios da cidadania, inclusive da presunção de inocências (Seda, 1999). Ou seja, os direitos fundamentais (como o direito a saúde, educação, a liberdade, respeito, dignidade e tantos outros) que, por determinação constitucional, devem ser garantidos a todo cidadão, não eram nem reconhecidos como direito em se tratando de crianças. Assim, considerar meninos de rua, como cidadãos, é automaticamente denunciar a omissão do Estado, que tem como dever garantir os direitos previstos em sua Constituição a todo e qualquer cidadão.

Essa nova concepção irá mobilizar a sociedade, sensibilizada com a causa dos meninos e meninas de rua. Surgem campanhas, organizações não-governamentais e outros movimentos em prol desses novos cidadãos. No entanto, a situação do menor infrator não desperta a mesma compaixão. Há uma grande dificuldade, por parte da sociedade, em identificá-los como cidadãos cujos direitos foram cerceados. Em geral, a reação da população frente a um adolescente autor de ato infracional é de medo, ódio, indignação e clamor por punição imediata e exemplar. Para o senso comum, tais adolescentes só são reconhecidos como cidadãos, para se cobrar deles deveres e responsabilidades perante a lei. No entanto, o outro lado da cidadania, a garantia dos direitos legais previstos para os adultos, é esquecido,

descartado! Como ficaria o direito desses cidadãos, a quem se atribui a autoria de um ato infracional?

Sobre esse assunto, Seda (1999) nos esclarece que, o Direito Criminal surgiu, para proteger os cidadãos das arbitrariedades dos governantes daquele momento. Está baseado numa doutrina, bastante humanista, na opinião do autor, na qual se veda ao Estado punir pessoas por sua condição pessoal. Ou seja, “Não se punem pessoas pelo que são, mas somente por condutas que a sociedade reprova e que sejam descritas (as condutas) em lei aprovada pelo povo ou por seus representantes” (Seda, 1999). Não se é infrator por mera denúncia, nem se é punido publicamente por uma condição social ou conduta que, no caso de um adulto não será punível. Reconhecer adolescentes autores de ato infracional, como cidadãos é, portanto, estender-lhes os mesmos benefícios do Direito Criminal, considerando ainda que, por serem inimputáveis, tais adolescentes deverão ser submetidos a uma legislação específica, conforme descrito anteriormente. Assim:

Quando a um adolescente se imputa (é imputável), uma conduta que é definida como crime, ele goza da presunção da inocência, tem direito à ampla defesa por advogado, é submetido a um julgamento justo para responder por sua conduta (é responsável), terá sua culpa aferida no devido processo legal previsto no Estatuto (é culpável, tem culpabilidade) por juiz imparcial. Se for inocente (...) será absolvido (ver o rigoroso artigo 189 do Estatuto). Se for culpado será condenado. (SEDA, 1999, p. 67).

Com o advento do ECA, elimina-se, portanto a rotulação “menor”, “infrator”, “carente”, “abandonado”, etc. Agora, todas as crianças e adolescentes do país são classificadas como “pessoas em fase de desenvolvimento” e, nesses casos, surge uma nova concepção: crianças e adolescentes em *Situação de Risco*, quer seja este risco pessoal ou social.

Assim, a tendência atual dos profissionais da área social é de defini-los a partir do que eles são: adolescentes. Amaro (2000) ressalta que essa mudança de definição também foi acontecendo no meio científico, ao longo do tempo. Assim, o termo delinquência vem dando lugar a um conceito mais sóciojurídico: “adolescentes em conflito com a lei” ou “adolescentes autores de ato infracional”, desvinculando a ação infratora da pessoa que a praticou, conforme nos sugere Seda (1999). Essa gradativa desvinculação permite à comunidade científica buscar compreender não mais a delinquência enquanto uma categoria nosológica, mas o fenômeno de

envolvimento com o crime, constituído por fatores que levam um adolescente a praticar atos infracionais.

Estaremos, então, nos referindo a adolescentes que, por diferentes razões e em diferentes contextos, cometem algum tipo de infração. Dessa forma, buscamos seguir a concepção dos autores pesquisados, não incorporando o ato infracional à identidade do adolescente. A prática de ato infracional deve ser vista como uma circunstância de vida passível de ser modificada. Isso não significa minimizar ou negar o problema, mas ampliar a sua compreensão, considerando-o como um fenômeno de caráter multifatorial.

Reconhecer esses adolescentes como cidadãos, sujeitos de direitos e deveres, como quaisquer outros adolescentes, é o primeiro passo para se constituir uma nova visão do tipo de atendimento e intervenção que devem receber. Essa concepção deveria provocar toda uma reorganização nos objetivos e estruturas das instituições responsáveis pelo seu atendimento. Não deveriam mais servir para o confinamento e exclusão de um delinqüente da sociedade, mas sim como um espaço destinado, no mínimo, para o resgate da cidadania desses jovens! Sabemos que, infelizmente, ainda não é essa a realidade que impera nas diversas instituições.

Verificamos que a luta dos profissionais que atuam na área é por desconstruir o rótulo que distingue o adolescente em conflito com a lei de outro adolescente qualquer. Eliminar o termo “delinqüente” como categoria nosológica vaga e discriminatória. No entanto, a existência de atos infracionais com vários níveis de gravidade, cometidos por adolescentes causa reações na sociedade que põe em risco essa luta, impulsionando-nos a buscar outros fatores para compreender melhor o chamado adolescente autor de ato infracional.

3.2 Adolescente autor de ato infracional: existe um perfil?

Uma vez reconhecidos como cidadãos, faz-se necessário compreender o que os diferem de outros adolescentes em situação de risco que, embora também tenham convivido com diversos tipos de violência e situações de exclusão social, encontram um outro caminho que não o da criminalidade. Assis (1999), ao investigar famílias de meninos infratores com irmãos não infratores, verifica que a situação social precária e a convivência em um mesmo ambiente familiar pouco estruturado não chegam a ser determinantes na trajetória do ato

infracional. Segundo a autora, parece que o que os diferencia é a forma como significaram sua própria vida.

Consideramos fundamental, buscar elementos que caracterizam esses adolescentes que cometem algum tipo de ato infracional grave e que, por isso, são submetidos a algum tipo de medida sócioeducativa de privação de liberdade. Esse recorte, o fato de serem submetidos a uma medida de internação ou Semiliberdade, já delimita, de certa forma, um perfil desses jovens. Sabemos que nem todos os adolescentes que cometem alguma infração, que estão envolvidos com drogas ou com traficantes serão submetidos a uma medida sócioeducativa. Geralmente, aqueles oriundos de famílias mais abastadas, possuem melhores condições e recursos para se defenderem, tornando-se mais raro receberem esse tipo de sanção, a menos que o ato infracional praticado seja de grave ameaça ou violência e tenha grande repercussão social. O comum é que jovens de classes mais favorecidas, ou com melhor organização familiar, sejam submetidos a medidas não restritivas da liberdade, como a Advertência e a Liberdade Assistida. E, espera-se, que também sejam aplicadas medidas aos seus responsáveis legais conforme preconiza o Estatuto.

Quando se analisa o perfil do adolescente em conflito com a lei, que cumpre medida de privação de liberdade, em uma das 190 instituições existentes no Brasil, verifica-se que: 90% são do sexo masculino, 76% têm idade entre 16 e 18 anos, mais de 60% são negros, 51% não freqüentavam a escola e 49% não trabalhavam quando cometeram o delito, 66% viviam em famílias consideradas extremamente pobres, e 85,6% eram usuários de drogas quando iniciaram o cumprimento da medida. (SILVA & GUERESI, 2003).

A observação empírica, confirmada pelas fala de alguns autores, tais como: Assis, (2004), Mendes (1994), Amaro (2000) e Costa (1994) permite-nos visualizar alguns elementos que geralmente estão presentes na vida desses jovens: 1) o fato de serem autores e vítimas de diversos tipos de violência; 2) o uso de drogas ilícitas e o conseqüente envolvimento com o narcotráfico; 3) uma formação na lógica do crime organizado e a busca de um reconhecimento pessoal nesse meio; 4) Uma certa vulnerabilidade social decorrente da ausência ou precariedade de vínculos familiares.

Teceremos algumas considerações acerca desses elementos buscando, posteriormente, visualizar a conseqüência desse contexto na fase de desenvolvimento psicossocial caracterizada pela adolescência.

3.3 Algumas palavras sobre a questão da violência.

Conforme já vimos, os adolescentes considerados infratores graves são aqueles que cometeram algum tipo de ato infracional envolvendo grave ameaça ou violência contra outra pessoa ou contra o patrimônio. A violência é, portanto, um elemento presente na vida desses adolescentes. É por meio da violência que se impõem, é como pessoas “violentas” que geralmente são reconhecidos pela sociedade e é com violência que são tratados pela polícia e por algumas instituições que os atendem e deveriam “educá-los”.

Entendemos violência, não só como a agressão física. Esta é, sem dúvida, uma das facetas que compõem esse conceito, mas não esgota sua definição. É preciso pensar a violência como um fenômeno multifatorial. Abramovay (2002), adota em seu estudo sobre a questão da vulnerabilidade social, uma definição de violência direta, indireta e simbólica para identificar diferentes expressões desse fenômeno:

A violência direta se refere aos atos físicos que resultam em prejuízo deliberado à integridade da vida humana. Essa categoria envolve as modalidades de homicídios (assassinatos, chacinas, genocídio, crimes de guerra, suicídios, acidentes de trânsito e massacres civis). A violência indireta envolve todos os tipos de ação coercitiva ou agressiva que implique prejuízo psicológico ou emocional. Por fim, a violência simbólica abrange relações de poder, interpessoais ou institucionais, que cerceiam a livre ação, pensamento e consciência do indivíduo. (ABRAMOVAY, 2002, p.20).

A violência presente na vida desses adolescentes pode ser analisada como uma moeda de duas faces: A primeira face apresenta o adolescente como agente. Neste caso, a violência seria uma atuação intencional, uma ação do adolescente no mundo que compreende o uso da força física, do poder obtido pelo porte da arma de fogo, com o objetivo de se impor, causar dano, destruir outra pessoa ou objeto. Nesse sentido, a violência seria a utilização da agressividade com objetivo específico de destruir. Gonzalez (2002) fará uma distinção entre a agressividade e a violência, onde agressividade seria a transformação da energia vital interna, quando em contato com as resistências do ambiente externo. Para Gonzalez, a agressividade é uma modalidade de comunicação, uma forma de procura de relação ainda que tenha conotação negativa. Já a violência seria a utilização negativa dessa energia na medida que provoca sofrimento ao outro. Por outro lado, a canalização positiva dessa energia seria a *assertividade*, necessária à afirmação de si perante o outro e o mundo. A assertividade está

relacionada à capacidade de se colocar, emitir sua opinião, fazer valer seus direitos. Capacidade essa que nem sempre é aceita por não interessar ao sistema vigente.

Não encontrando saída positiva para essa energia, e diante da lógica do crime, verifica-se que, desde muito cedo, esses adolescentes aprendem a transformar essa agressividade em violência. Conforme constatou Zaluar (1994), é pela sua capacidade de atuar de forma violenta e pela disposição para matar que os jovens são aliciados e valorizados no mundo do crime. São reconhecidos por serem “duros” e, cada vez mais, capazes de conviver e enfrentar a violência.

A outra face da moeda coloca o adolescente como vítima de um fenômeno social bem mais amplo. Vai muito além dos maus-tratos, cenas de violência familiar e ambientes violentos enfrentados por esses jovens. Com relação a esse fenômeno, Briceno-Leon (2002) discorre sobre um tipo de violência atualmente existente na América Latina, que não tem nenhum caráter político ou ideológico. Trata-se de uma violência urbana, que podemos classificar como social, por expressar conflitos sociais e econômicos. Para esse autor, a pobreza não é causa direta de violência. Sua hipótese é que o empobrecimento e a desigualdade social, e não a pobreza em si, originam a violência urbana atual. Segundo ele, o choque entre o aumento da expectativa em se adquirir bens de consumo, conforto e qualidade de vida (incentivados pelos meios de comunicação) e a frustração diante da impossibilidade ou incapacidade de adquiri-los pela via prescrita e aceita pela sociedade é fator gerador desse tipo de violência social.

Abramovay (2002) também aborda esse aspecto ao fazer uma relação entre a violência e a condição de “vulnerabilidade social”, na qual se encontram os jovens de classes menos favorecidas. Aqui, por “vulnerabilidade social”, entende-se o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

3.4 Sobre o envolvimento com o narcotráfico

Considerando-se que o porte de uma arma e o uso de drogas são fatores de entrada no mundo do crime, situações comuns vividas na adolescência como, por exemplo, as disputas de poder que, em outro contexto, acontecem nas escolas, nos esportes etc são, nestes

casos, potencializadas pelo poder da arma de fogo e pela falsa ilusão de ser alguém temido e respeitado em sua região. A atividade criminosa parece ser, muitas vezes, encarada pelos adolescentes como uma aventura, uma “brincadeira”. No entanto, não se trata de um jogo simbólico. É um jogo com a própria vida, como numa roleta russa. Esses adolescentes, bem cedo, precisam lidar com situações reais no mundo do crime: matar ou morrer, proteger-se a cada minuto, fugir, lidar com o juizado, a polícia e as leis perversas impostas pelos criminosos adultos. Enquanto o desejável é que, nessa fase de desenvolvimento, o adolescente esteja dedicando energia na elaboração das diversas identificações e vivências infantis, na busca de uma identidade significativa, conforme discutido no capítulo anterior, verifica-se que, neste caso, o processo de desenvolvimento pessoal do adolescente parece ficar em suspenso. Ou então, seguir um percurso autodestrutivo.

Em pesquisa realizada no bairro Cidade de Deus - RJ, a antropóloga Alba Zaluar (1994) investigou como se dá o envolvimento dos adolescentes com a criminalidade. A autora verifica que o caminho da criminalidade entre os jovens é recente. Antes, as crianças eram apenas ensinadas a roubar pelos adultos, para terem um meio rápido de fonte de renda, enquanto estavam fora das famílias. Hoje a utilização de crianças e adolescentes, cada vez mais jovens, tem crescido significativamente, justificando-se pela pretensa concepção de impunidade¹⁵.

A autora ressalta que, diante do fracasso escolar já definido e da inadequação do ensino profissionalizante, os adolescentes viam a saída pela via criminosa como um meio de obter renda. No entanto, Zaluar (1994) acredita que o desemprego e o subemprego não seriam suficientes para explicar a adesão aos valores da subcultura do crime. A saída criminosa é a entrada possível para a sociedade de consumo já instalada no país. A falta de oportunidades, a falta da educação gera um rompimento dos vínculos sociais necessários à juventude, mas não estabelecem uma relação linear com o envolvimento no mundo do crime. Briceno-Leon (2002) e Abramovay (2002) também comungam com essa percepção e entendem que, embora os elementos acima citados contribuam para a instauração do problema, o envolvimento com o mundo do crime se dá, principalmente, como consequência de uma sociedade capitalista, que estimula o consumismo e o individualismo, que reconhece seus membros pelo que possuem, não pelo que são. Assim, estamos falando da busca, por parte do adolescente, por

¹⁵ A pesquisa foi realizada durante o ano de 1986, período em que o Estatuto da Criança e do Adolescente encontrava-se em fase de elaboração e aprovação. Atualmente, a morosidade na aplicação das determinações do Estatuto em vários Estados, ainda tem contribuído para a impunidade e, conseqüentemente, o aliciamento de crianças e adolescentes por este motivo.

algum tipo de reconhecimento social. No entanto, é uma tentativa de ser reconhecido pelo pseudopoder conquistado pelo porte de uma arma de fogo, pela visibilidade adquirida por meio da identificação com o marginal, enfim, pela fama e bens materiais conquistados via atividade criminosa.

Outros fatores, segundo os adultos entrevistados por Zaluar, contribuem para o aliciamento dos adolescentes ao narcotráfico.

As crianças e adolescentes são usados como mensageiros ou como vigias desde cedo, por se tratarem de mão-de-obra barata, são os chamados “aviõezinhos”. Nessa relação, as crianças não têm a compreensão da dimensão de tal “trabalho”. Esse fator não deixa de se configurar como uma das mais cruéis formas de violência. Trata-se da exploração do trabalho infantil, que os impede de vivenciar relações e atividades fundamentais ao seu pleno desenvolvimento. Nesse caso, assumem algo cuja dimensão e riscos são maiores do que sua capacidade de elaboração e responsabilização. Durante o período, atuando como coordenadora da Semiliberdade, foi possível presenciar a dificuldade enfrentada por um adolescente de 14 anos em se adequar ao ritmo da casa, por ter um ciclo de sono totalmente alterado (dormia durante o dia e se mantinha acordado à noite). Segundo ele, isso se devia a seu trabalho no “morro” como “soldado do tráfico”, que consistia em ficar de guarda durante a noite toda, na “boca de fumo”. Assim, perdia o contato com a vida cotidiana, com figuras parentais ou com outros adultos de referência e sua vida se resumia às ordens e contato com os traficantes e à guerra noturna travada pelo tráfico. Suas necessidades psicoafetivas e psicossociais e mesmo seus direitos fundamentais eram totalmente desconsiderados. O adolescente, nessa situação, é utilizado como um “peão”, que pode ser descartado ou substituído a qualquer momento.

Outro fator apontado pelos entrevistados de Zaluar (1994), como causa da entrada do adolescente no mundo do crime, foi uma considerada “fraqueza” do adolescente. Os adultos consideram que o adolescente entra nesse mundo por ter “cabeça fraca”. É facilmente aliciado pela ilusão de ganho fácil e impunidade, pelo “gosto por arma de fogo, pela disposição para matar”. Segundo a autora, os traficantes desenvolvem uma estratégia de atração e aproximação dos menores, seja por meio do uso da droga, seja pelo empréstimo de arma.

Assim, a máquina do tráfico parece se valer especificamente das necessidades inerentes a essa fase de desenvolvimento humano. Os adolescentes são valorizados por sua

capacidade de empunhar uma arma e utilizar toda sua energia para a prática de delitos em nome da “firma”¹⁶. No entanto, trata-se de um valor momentâneo, descartável.

A entrada para o mundo do crime também aparece como um ritual de passagem do mundo infantil, para o adulto. “Os entrevistados referiram-se sempre a uma fase crucial da vida, que começa em torno dos 14 anos de idade, como um marco no envolvimento com a criminalidade” (ZALUAR, 1994, p.101). A busca de uma identificação com o masculino e com o mundo adulto, muitas vezes encontra respaldo no porte da arma de fogo, na capacidade de dominar um território, ou na disposição para matar. Para Briceno-Leon (2002), a arma teria uma significação simbólica de masculinidade, pois, para impunhá-la e utilizá-la, é preciso coragem, força, virilidade. Os adolescentes, encontrando-se nessa fase de definição de sua identidade, são particularmente vulneráveis a esse tipo de valor.

Além disso, os transgressores acabam se tornando referência nesse contexto. Sem outras referências de sucesso e projeção social, os traficantes são vistos como modelos de ascensão social, tornam-se referência de projeto de vida à longo prazo. “Único a enriquecer e sair da favela, conquistando tudo aquilo que o imaginário local atribui a atividade criminosa bem sucedida”.(ZALUAR, 1994, p.78).

Com relação ao mundo do crime, Zaluvar aponta para duas importantes características: a lógica empresarial: transformação do crime em um negócio, um meio de vida, um trabalho; e o conjunto de valores que formam um quadro cultural pautado na violência. Trata-se de uma poderosa instituição que exerce uma função sobre os jovens, oferecendo-lhes algum reconhecimento e referências. Função essa que vêm sendo negligenciada pelas instituições que deveriam exercê-las. Para Abramovay (2002), o tráfico exerce uma governabilidade negativa que acaba ocupando o papel negligenciado pelo Estado, no que tange ao bem-estar social. Assim, o sentimento de pertencimento dos jovens acaba sendo atendido na lógica perversa do tráfico de drogas, nas gangues e quadrilhas. Uma contra cultura que possui leis pessoais, modificadas de acordo com a mudança ou morte do traficante que detém o poder sobre determinada região.

O afastamento dos pais da convivência com os filhos, a saída da família de seu papel socializador e a ineficácia de seus substitutos (a escola e as instituições sociais), abrem espaço para a instituição do crime atuar. “Na ausência de uma engenharia institucional que busca a justiça e o acesso a todos, e que daria sustentação ao aparecimento de uma nova

¹⁶ A “firma” é o nome que geralmente é utilizado pelos adolescentes para se referirem à organização das diversas atividades presentes na indústria das drogas e mercado do tráfico.

cultura, formaram-se as condições para o aparecimento e difusão deste viver trágico dos jovens bandidos” (ZALUAR, 1994, p.116).

3.5 Um adolescente em busca de uma identidade significativa

Quais seriam as repercussões de todo esse contexto na fase de desenvolvimento humano denominada adolescência? Vimos, no capítulo anterior, que essa fase é considerada por Erikson uma etapa crucial de desenvolvimento por se tratar de momento de síntese, onde são confirmadas ou rechaçadas as vivências experienciadas na infância, para a definição de uma identidade significativa.

Três elementos principais caracterizam a fase da adolescência e, sem dúvida, sofrerão interferência devido ao contexto acima relatado: 1) A crise psicossocial que se constitui por um conflito entre a integração da identidade existencial ou a confusão e instauração de uma identidade negativa; 2) a emergência da força psicossocial de fidelidade a partir desse conflito; e 3) a necessidade de instauração de uma moratória psicossocial que propicie a vivência dessa fase de desenvolvimento e inserção à vida adulta.

Com relação ao primeiro elemento: Erikson (1976) considera que a confusão de identidade e a evolução para uma identidade negativa seriam os principais riscos da adolescência. Como vimos, é no jogo de reconhecimento mútuo entre o eu-adolescente e a sociedade, que essa identidade existencial vai se estabelecendo com um sentido de continuidade e integração.

Um adolescente em situação normal precisa encontrar na sociedade essencialmente um reconhecimento de suas necessidades afetivo-emocionais, bem como condições que facilitem seu desenvolvimento em direção à vida adulta. Para a formação de sua identidade é necessário que encontre um reconhecimento de seu “*status* e função como pessoa cujo crescimento e transformação graduais fazem sentido para aqueles que começaram fazendo sentido para ele” (ERIKSON, 1976, p.156).

Mas que tipo de reconhecimento esses adolescentes, atualmente em conflito com a lei, vem recebendo ao longo de suas vidas? Durante a infância, muitos viveram situações de abandono e violência. Para enfrentar um mundo hostil e sobreviver a ele, precisaram se distanciar de si mesmos, abandonando seu processo pessoal de desenvolvimento, uma vez que suas necessidades psicoafetivas, que deveriam ser atendidas nas relações familiares e

posteriormente sociais, são constantemente desconsideradas. Acabaram desenvolvendo modalidades relacionais, pautadas na agressividade e muitas vezes não se sentindo reconhecidos pela sociedade nem mesmo como seres humanos.

É certo que alguns dos atuais adolescentes em conflito com a lei, encontraram espaço para o reconhecimento das primeiras necessidades psicoafetivas e psicossociais em outras relações ou em instituições com capacidade para atendê-los, estabelecendo vínculos afetivos e desenvolvendo a possibilidade de confiar. No entanto, esses adolescentes acabariam apresentando outras necessidades inerentes ao processo de desenvolvimento, que não foram atendidas o suficiente naquelas relações.

Muitos, no entanto, não chegam nem mesmo a se beneficiar desses recursos. Constituem-se por conta própria, criam suas próprias referências. Não têm a oportunidade de encontrar relações significativas, promotoras de uma evolução positiva no processo de desenvolvimento psicossocial.

De acordo com Erikson (1976), quando, nas etapas anteriores à adolescência, acontecem perturbações graves no atendimento às necessidades inerentes às determinadas fases, são geradas introjeções contraditórias de si mesmo, abalando todo o processo posterior e causando, na adolescência, uma *Confusão de Identidade* e não uma integração.

Como a crise psicossocial inerente à fase da adolescência é a busca de um sentido de identidade, nesses casos parece restar, como última saída, a construção de uma *Identidade Negativa*.

O termo Identidade Negativa não está relacionado a nenhum julgamento de valor. É negativo na medida que se dá no sentido oposto ao curso positivo de desenvolvimento. De acordo com Erikson (1976), quando não se dá um reconhecimento mútuo entre o adolescente e a sociedade, acontece a perda desse sentido de continuidade do Eu, acarretando a perda do sentimento de identidade existencial. Com isso, o adolescente apresenta um desprezo excessivo pelos antecedentes, pelas tradições e papéis oferecidos por essa sociedade e faz a “escolha” por uma identidade negativa: isto é, “uma identidade perversamente baseada em todas aquelas identificações e papéis que, em momentos críticos do desenvolvimento, foram-lhe apresentados como sumamente indesejáveis ou perigosos e também, entretanto, como os mais reais”. (ERIKSON, 1976, p.175).

Assim, trata-se de uma identidade oposta à tendência natural do organismo de desenvolvimento e integração, mas que, naquelas circunstâncias, seria a única passível de aceitação e reconhecimento.

No entanto, essa identidade negativa é confirmada, tanto no mundo do crime, quanto na sociedade em geral. No mundo do crime, os adolescentes são reconhecidos como peças descartáveis, pelos traficantes e bandidos adultos, que, conforme vimos em Zaluar (1994), se tornam referência, na falta de outros adultos que com eles se importem. A autora verifica em sua pesquisa, que os traficantes buscam uma outra vida para seus próprios filhos, procurando afastá-los de suas atividades criminosas, na expectativa que se tornem “alguém”. Utilizam-se, então, dos filhos de outras pessoas: crianças ou adolescentes que, muitas vezes, sem outras referências ou perspectivas de vida, acabam servindo como peões para o esquema do tráfico. O reconhecimento nesse tipo de “relação social” passa pelo valor funcional dessas crianças e adolescentes. São utilizados por servirem bem como “aviões¹⁷” ou como “escudo”. Portanto, nessa relação, não recebem reconhecimento pelo seu valor pessoal, por sua existência enquanto ser humano, e nem pelo sentido dessa existência naquela comunidade.

Na sociedade em geral, o adolescente acaba derivando um sentimento de identidade, uma identificação total com aquilo que a sociedade pelo menos supõe que ele é, delinqüente. Isso, segundo Erikson, seria mais fácil do que lutar por um sentimento de identidade em papéis aceitáveis que são de certa forma inatingíveis pelos recursos internos do adolescente. Na opinião do autor: “os jovens impelidos ao extremo de suas condições podem acabar encontrando um sentimento maior de identidade no fato de serem ensimesmados ou de serem delinqüentes do que em qualquer coisa que a sociedade possa lhes oferecer” (ERIKSON, 1976, p.256).

Parece-nos que o caminho para a construção de uma identidade negativa, não se trata simplesmente de uma escolha, consciente, como sugere Erikson, mas de uma saída possível para a exigência de “ser”. Considerando-se que, na adolescência diferentes necessidades emocionais retornam, a busca da integração e consolidação dessa identidade significativa, impele o adolescente em direção a um caminho possível, a fim de dar continuidade a seu processo organísmico. Erikson fala de situações nas quais o adolescente assume uma identidade distinta da sua, ou distante do seu verdadeiro eu, a fim de atender a necessidade de ser valorizado pela mãe ou pelo grupo. Em outras situações, esse percurso negativo parece estar relacionado a uma tentativa desesperada de ser ele mesmo. “... a identidade negativa é ditada pela necessidade de encontrar e defender um nicho próprio contra ideais excessivos exigidos ou por pais morbidamente ambiciosos ou, de fato, realizados por

¹⁷ O termo “avião” é utilizado no mundo do tráfico, para designar as crianças que servem como mensageiros, levando e trazendo pequenas quantidades de drogas, para os traficantes e usuários.

pais superiores”. (ERIKSON, 1976, p.175). Ser reconhecido e valorizado por pessoas significativas, não se adequar ao desejo do outro, são necessidades inerentes ao processo de desenvolvimento humano que deveriam ser atendidas em determinadas etapas desse desenvolvimento. Como já foi dito, o não atendimento adequado a essas necessidades gera, na adolescência, a chamada confusão de identidade.

O segundo elemento, prejudicado pelo contexto vivido por adolescentes em conflito com a lei, é a emergência da força psicossocial de fidelidade. Como vimos, o que surge neste contexto é um certo desprezo do adolescente por uma sociedade que o negligenciou. Um desprezo por sua estrutura, por suas leis. De acordo com Erikson (1998), a contrapartida da fidelidade é o *Repúdio de Papel*: uma tendência a contestar o que lhe é determinado por essa sociedade e um desafio sistemático a suas regras e imposições. No entanto, o autor ressalta que é necessário um certo repúdio ao papel no processo societário do adolescente. O jovem precisará construir uma forma de confirmação ideológica na qual ele possa fidelizar-se.

No caso desses adolescentes, parece que não se estabelece uma aliança com a sociedade, um vínculo a alguma causa social. Nem mesmo no mundo do crime essa fidelização acontece, uma vez que não há um ideal que justifique as atividades criminosas. Essas são realizadas em função do mercado capitalista, do lucro. Nesse contexto, enfatiza-se o individualismo e não o bem comum. Vive-se cada um por si, numa vida fugaz, constituída de prazeres momentâneos (drogas, dinheiro rápido, aventuras). Não há um engajamento com o mundo, uma vez que o que importa é aproveitar (e não viver) a vida hoje. Na linguagem dos adolescentes: “se morrer, amanhã faz dois dias”.

Finalmente o terceiro elemento presente nessa fase de desenvolvimento é a instauração de uma moratória psicossocial. Como vimos, desde cedo, esses “meninos” são levados a assumir papéis e responsabilidades do mundo adulto. Muitas vezes são pequenos chefes de família, ou então, desvinculados da família de origem, tornam-se responsáveis por seu próprio sustento. Quando chegam à adolescência parece não haver possibilidade de se instaurar um período de espera, como deveria ocorrer nessa fase. Erikson (1976) considera que muito da delinquência juvenil, especialmente em sua forma organizada, deve ser considerada uma tentativa de criação de uma moratória psicossocial. Nesse sentido, os adolescentes encontrariam no crime organizado algum envolvimento ainda que seja com atividades criminosas, que o permitisse experimentar antes de se tornar adulto de fato.

Acreditamos que, se, nesse tipo de envolvimento chegar a se estabelecer uma moratória psicossocial, como sugere Erikson, essa não oferece ao adolescente a possibilidade

de integração à sociedade e ascensão à vida adulta de forma positiva. Na verdade, nossa impressão é de que nas relações com o traficante, não há espaço para o lúdico, não há tolerância aos ensaios do adolescente. Espera-se dele uma atitude de homem feito, que precisa dar conta das regras perversas desse mundo, não podendo “vacilar”. Assim, as características principais que devem estar presentes na chamada Moratória Psicossocial, não existem nesse tipo de relação social.

Tendo em vista tudo que foi dito, consideramos que os chamados adolescentes em conflito com a lei encontram-se distanciados de si mesmos. Desviam-se de um processo pessoal de desenvolvimento rumo à idade adulta, a autonomia e a uma vida plena e integrada. Em contrapartida, encontram-se num acelerado processo de autodestruição. Vivem o imediatismo, constroem, de forma precária, os recursos internos para lidar com as exigências da sociedade e as adversidades do mundo do crime. Lidam com o risco da morte física iminente, com a perda da liberdade, como “ossos do ofício” e ao mesmo tempo tentam lutar contra uma morte mais significativa ou se entregam a ela sem perspectivas. Trata-se da morte do Eu, da perda do sentido de existência e continuidade do Eu.

CAPÍTULO 4

“ELE NÃO NASCE INFRATOR”: UMA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Há algum tempo, uma campanha contra a redução da idade penal foi veiculada na mídia, trazendo a imagem de um bebê atrás das grades, com uma frase: “ele não nasce infrator”. Além da mensagem de impacto, trazia a idéia de que aquele bebezinho vai se tornando um alguém, fruto do que ele é essencialmente, do que ele recebe do mundo exterior e das escolhas que ele faz. Partindo dessa imagem, pergunto-me: Quem é esse adolescente, em essência, ao nascer? Entendemos que todo bebê nasce igual em status, ou seja, é ser humano. Tal resposta gera uma incoerência quando se propõe, como objetivo de um trabalho, facilitar o processo de mudança promovendo uma “humanização” desses adolescentes. Como torná-los aquilo que já são? Rogers (1961) auxilia-nos a desfazer essa aparente contradição. O autor compreende o ser humano como um organismo que possui, em si, o potencial para se desenvolver plenamente e a tendência a exercer esse potencial. Essa vida plena se relaciona ao funcionamento integral da pessoa em uma direção cujas características gerais revelam uma certa universalidade. É um organismo digno de confiança, pois possui uma tendência crescente a se auto-atualizar a cada momento. Segundo Rogers, essa tendência é necessariamente construtiva, pode ser impedida, mas não pode ser destruída sem destruir o organismo.

É necessário, portanto, que esse organismo encontre condições favoráveis para a liberação dessa tendência e utilização de todo seu potencial. Assim, adotamos como premissa básica a concepção de que aquela criança que “não nasce infrator” nasce, em essência, um ser humano e, como tal, é um organismo digno de confiança. Faz-se necessário retomar esse processo de desenvolvimento humano, principalmente em seu aspecto relacional, para se compreender um pouco mais o efeito das condições desfavoráveis vivenciadas por aqueles adolescentes, em seu processo pessoal.

Na realidade, esse mesmo bebê que possui em si o status de ser humano, não se “sabe” ser humano ao nascer. A constituição do ser humano acontece em referência a alguém, conforme relembra Amatuzzi (2002). Não basta, ao bebê, nascer para ser. É preciso que ele seja reconhecido no mundo dos homens. Não se trata de um reconhecimento superficial, mas

sim de uma experiência vivida de reconhecimento como parte da espécie humana. É preciso existir de forma significativa para alguém. “Ser” para alguém, reconhecido e valorizado como único, mas também como uma continuidade da raça humana. Um ser que repetirá o percurso, a tendência ao desenvolvimento e evolução inerente a todo ser humano, mas também que romperá com o estabelecido, por meio de sua marca pessoal, criando, reinventando e redescobrimdo esse mundo onde acaba de entrar. Rogers (1977) afirma que, somente numa relação significativa é possível “ter sua existência confirmada por outra pessoa”. Na história de vida de alguns dos adolescentes, muitas vezes, parecia-nos que essa vivência não havia sido experimentada. Nesses casos, sua existência parecia servir apenas para atender a necessidade das pessoas que lhe serviam de referência, ou mesmo, casos em que sua existência nem chegava a fazer sentido para aquelas pessoas. Assim, enquanto bebês, precisaram, adaptar-se ao mundo que encontravam, para sobreviver, abrindo mão de suas necessidades psicoafetivas.

Nesse primeiro momento da existência de um bebê, é a mãe a pessoa privilegiada para estabelecer um tipo de relação facilitadora da vivência de humanidade. Erikson (1976) afirma que é nessa etapa que um sentimento de confiança básica irá se constituindo, na medida que a mãe comunica ao bebê, por meio de uma relação basicamente não verbal, que pode confiar nela, no mundo e em si próprio, que é amado e bem-vindo. Essa é uma fonte ontológica de fê e esperança. A confiança, aí estabelecida, é a segurança íntima na conduta dos outros, assim como um sentido fundamental de boa conceituação própria. O autor considera a confiança básica como pedra angular de uma personalidade vital. “O que consideraríamos ser o mais remoto e indiferenciado sentimento de identidade? Eu sugeriria que nasce do encontro da pessoa materna com o bebê, um encontro que é de confiança e reconhecimento mútuos”. (ERIKSON, 1976, p. 105). É nesse encontro que surge no bebê a vivência: “eu existo”, para Erikson essa vivência pode ser definida com a afirmação: “eu sou a esperança que tiver e der”.

Esse tipo de vivência é possível numa relação de total entrega do bebê, na qual se sinta acolhido e aceito integralmente. É vivida na experiência de fusão e contenção por meio da relação mãe/bebê, conforme descrito por Mahler (1975). Na relação fusional, vive-se um certo abandono de si mesmo em função do outro. Na contenção, o bebê vivencia, no corpo, um primeiro rudimento de delimitação de si. No colo reasssegurador, seu mundo interno é delimitado, significado, não se misturando a realidade externa. Para viver essa experiência de integração é necessário que o mundo se adapte ao bebê e às suas necessidades e emoções, que deverão ser reconhecidas e significadas pelo adulto. Para isso, precisa existir um profundo

interesse, um amor incondicional por ele, a ponto de se deixar aproximar de seu fluxo vital, misturar-se a ele e significá-lo. Por meio dessa vivência, o bebê vai desenvolvendo uma identidade filial, ou seja, se percebe como filho, especial para alguém e por isso digno de se cuidados. O resultado para o bebê é a certeza experienciada de que: ‘eu existo e minha existência tem valor para alguém’ (ERIKSON, 1976). Assim, além da confirmação de sua existência, o bebê experiencia a vivência de ser digno de confiança, de ser amado integralmente por outro ser humano. É a semente de uma confiança interna em si mesmo, a chamada segurança ontológica. Baseados nessa formulação entendemos que, a tão falada “auto estima” que se busca trabalhar com os adolescentes, por meio de propostas pedagógicas e culturais, deveria se considerada mais profundamente e trabalhada em nível relacional, no sentido de se resgatar ou estabelecer essa segurança ontológica e a confiança básica, fundamentais ao enfrentamento das adversidades e frustrações experimentadas ao longo da vida

O estado de fusão, embora necessário ao estabelecimento da segurança ontológica, é um tipo de vivência bastante ambígua. Por um lado, proporciona um bem-estar e plenitude, por outro, manter-se na relação fusionada é ameaçador à formação da identidade, pois é também abandono de si, dependência total do outro, perda do eu-corporal, angústia. Alguns adolescentes parecem permanecer ou retornar a essa fase, repetindo uma relação fusionada com os companheiros no crime, por exemplo. São os “parceiros”. Muitas vezes, o adolescente desconsidera o próprio processo pessoal, para acompanhá-lo, socorrê-lo, ou ser solidário a ele em outro ato infracional.

Se o desenvolvimento do eu se dá como um contínuo que vai da total dependência do bebê humano a autonomia do adulto, a continuidade desse processo se encontra na gradual separação. Segundo Rogers (1977), a tendência à diferenciação seria um aspecto da tendência a atualização presente em todo organismo. Quando um aspecto da experiência humana se diferencia e é simbolizado na consciência, de forma particular, o indivíduo começa a delimitar-se, vivenciando a experiência de si mesmo.

O autor se refere a uma etapa do processo cuja experiência do eu se dá diferenciando-se do outro. Nesse processo, o Ser que está se percebendo e se diferenciando, precisa igualmente de aceitação e reconhecimento de sua diferença, por parte do outro Ser, que antes exercia total domínio sobre seus desejos e sua vida. É a batalha pela autonomia, que consiste, num primeiro momento, na capacidade de diferenciar o “eu” e o “tu”. Um momento em que os sentimentos hostis, a agressividade, a oposição ao desejo do outro se manifestam mais claramente, principalmente por meio de uma crescente oposição ao querer da mãe. No

caso desses adolescentes observa-se diferentes formas de retorno a essa fase. Por um lado, há verdadeira idolatria pela mãe, contra a qual não se pode experimentar sentimentos “negativos” e, ao mesmo tempo, uma agressividade de afirmação voltada ao meio externo. Por outro lado, certa agressividade voltada à figura materna, enquanto autoridade. Submeter-se a seu poder e domínio, nessa fase de desenvolvimento, parece ser ameaçador a afirmação de si e constituição de sua identidade como pessoa, separada, com um querer próprio. Essa modalidade relacional, que passa pelo viés da agressividade de afirmação, parece se repetir na relação com outras figuras femininas de autoridades. Dentro da instituição, muitas vezes, os adolescentes contestavam ordens, desrespeitavam normas, não pelo caráter da norma em si, mas por uma necessidade de afirmação de si, por uma busca por reconhecimento de seu querer e de seu poder pessoal, diferente do querer do outro.

A identidade pessoal em formação só pode se afirmar na relação com o outro significativo e através da oposição. Erikson aponta para a necessidade dos pais manterem a firmeza de que a criança não será rechaçada ao se opor a eles buscando seu autodomínio: “O bebê deve ganhar a certeza de que a sua fé em si mesmo e no mundo não será comprometida pelo desejo violento de fazer sua escolha” (ERIKSON, 1976, p.110). O meio deve também apoiá-lo em sua necessidade de fazer as coisas por si mesmo. É a vivência do poder pessoal. Nas palavras de Erikson, “eu sou naquilo que posso através da ação” (ERIKSON, 1976, p. 115). Na adolescência, principalmente dentro da instituição, o reviver dessa fase geralmente é confundido como uma forma de desobediência à lei e desrespeito à autoridade.

Entendemos que esse é o momento em que a dimensão pessoal está se constituindo. É na diferenciação que o eu se depara com o não-eu. É preciso certo distanciamento para haver uma relação entre dois “eus”, duas pessoas. Sendo reconhecido em sua dimensão pessoal, sua peculiaridade, o adolescente pode reconhecer o outro em sua peculiaridade e em seus limites, também como pessoa. É o que parece ocorrer quando reconhecemos, mesmo que em uma instituição de restrição de liberdade, a capacidade de um adolescente em decidir sobre alguns aspectos de sua própria vida, permitindo-lhe exercitar esse potencial. Trata-se do exercício de uma liberdade que vai além daquela institucional, uma liberdade experiencial. Nesse sentido, a relação passa a ser entre duas pessoas e não entre educador e educando ou “coordenador” e adolescente “infrator”.

Nessa fase de desenvolvimento, a criança começa a se deparar com suas potencialidades e com aquilo que já é ou não capaz de fazer por si mesma. Se antes, era cuidada e significada pela figura materna, principalmente, agora precisará ser treinada para cuidar de si mesma em relação ao que é possível e/ou permissível e o que não é (ERIKSON,

1998). A figura do pai vai sendo vista, cada vez mais, como central, como autoridade e proteção. Um pai como autoridade inclusive “muscular” que, diferente da mãe, aponta, de forma mais firme, os limites da realidade. Os “sins” e os “nãos” deverão ser contrabalanceados por aspectos ameaçadores e proibidos. Submeter-se a essa outra forma de limite, é tranquilizador para a criança, pois, não ameaça a identidade pessoal em franco desenvolvimento e permite que se estabeleça o processo de separação/individuação entre a criança e a figura materna. Quando não encontra esse outro tipo de limite, a criança pode se prender ao eterno conflito entre o seu querer e o querer da mãe, conflito esse que não a livra da relação de dependência materna e que, geralmente, retorna na adolescência.

Ao buscar a afirmação de si e exercitar seu poder pessoal, a criança esbarra em obstáculos da realidade que exigirão dela um posicionar-se. Lapierre (1986), ao estudar o desenvolvimento humano à luz da evolução do movimento e da agressividade, ressalta que a criança nessa fase torna-se necessariamente agressiva. Trata-se de uma agressividade de oposição, que precisará ser conduzida em direção a uma expressão mais simbólica. O Eu infantil, em processo de diferenciação e afirmação precisará encontrar as resistências dos objetos e do mundo real. Ocorre uma confrontação entre seu poder e os limites da realidade, na busca de uma compreensão de até onde pode ir. Segundo o autor a agressividade, nessa etapa, seria o resultado de um conflito entre o desejo de afirmação pela ação e os obstáculos e interdições que essa afirmação encontra. Para Erikson (1998), nesse estágio se estabelece um importante princípio de ritualização:

Eu o chamo de judicioso, pois ele combina a lei e a palavra. Estar pronto para aceitar o espírito da palavra que transmite o que é lícito é um aspecto importante deste desenvolvimento. Aqui está a origem ontogenética daquela grande preocupação humana com as questões de livre vontade e da auto-determinação, e também, da definição legítima de culpa e transgressão. (ERIKSON, 1998, p. 44).

Assim, ao se deparar com uma realidade, sinalizada e constantemente confirmada pelas figuras parentais, a criança, aos poucos, nela se insere e desenvolve a capacidade de lidar com suas limitações, desenvolvendo uma flexibilidade para enfrentá-las.

Na nossa opinião, essa também parece ser uma importante fase do desenvolvimento que, quando não é vivenciada o suficiente na infância, retorna na adolescência na forma de uma transgressão às regras do mundo, de um conflito com a lei e a ordem que regulamenta essa realidade. Numa época em que precisará fazer suas próprias

escolhas sobre o tipo de vida a levar, o grupo ao qual se filiar, o adolescente precisará ter vivido essa possibilidade de escolha na fase anterior de desenvolvimento, a infância, quando deveria ter aprendido a fazer escolhas básicas para sua vida e a cuidar de si mesmo. Nessa fase, precisaria exercer seu poder pessoal para algumas coisas, mas ainda não poderia fazê-lo sozinho em outras situações, necessitando de uma referência, de um poder “maior” do que o dele. Esse poder vem de uma autoridade protetora, que deve cuidar para que possa ir até determinado ponto por sua livre escolha, mas que também deve impedi-lo de ultrapassar outros ponto, pra sua proteção e segurança. No caso da criança, essa outra referência pode ser personificada na figura do pai. No entanto, sabemos que a grande maioria desses adolescentes é originaria de famílias cuja principal referência é a mãe. Geralmente não conhecem o pai ou, quando o conhecem, não encontram neste, a referência protetora, afetiva e firme de que necessitam. Acreditamos que uma instituição, com regras bem definidas e uma estrutura organizadora, poderia exercer essa função de representante da realidade, mostrando o funcionamento do mundo, com suas regras e limites. Mas, para isso, precisaria também ser um espaço onde algumas escolhas básicas permanecem garantidas, enquanto certas áreas de vontade própria deverão estar submetidas.

O controle dos impulsos, que se mostrará necessário, é o equilíbrio natural e interno entre necessidades pessoais e os limites em relação à outra pessoa e ao mundo externo. Para Erikson (1976), a experiência vivida nessa etapa do processo pode ser traduzida como: “eu sou alguém que pode, em relação a o outro que também o é”.

Considerando-se a adolescência como um momento de reedição das vivências infantis, visando a integração de um Eu existencial e significativo, podemos observar, nesses adolescentes, o retorno de diferentes fases desse processo de desenvolvimento humano: relações com a autoridade, masculina ou feminina, cuja busca por um reconhecimento do poder pessoal se manifesta por meio de uma postura desafiadora e agressiva, diferentes necessidades de reconhecimento e busca de confirmação de uma existência enquanto alguém, ainda que um alguém “infrator”.

CAPÍTULO 5

SOBRE O PROCESSO DE MUDANÇA: PARA ALÉM DA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS

Qual seria o objetivo principal das medidas sócioeducativas que se prestam ao atendimento a adolescentes em situação tão peculiar? A mudança na categoria de “menores delinqüentes” para “adolescentes infratores” e, posteriormente “adolescentes em conflito com a lei”, ao longo do tempo, suscitou uma revisão desses objetivos. Atualmente, conforme apontado por Volpi (2002), o caráter educativo da medida deve estar presente, garantindo ao adolescente “um processo sócioeducativo capaz de fazê-lo perceber a gravidade de seu erro, rever um projeto de vida e mostrar-se capaz de conviver na sociedade respeitando as normas instituídas”. De acordo com Costa (1994), o ECA vem para “substituir práticas assistencialistas e correccionais-repressivas, por uma proposta de trabalho emancipadora, baseado na noção de cidadania, onde a estes adolescentes deve ser assegurada a condição de sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta”. Mendes (1994) também compartilha da visão de que a principal função de uma medida sócioeducativa deveria ser educar adolescentes para a cidadania, garantir seus direitos e prepara-los para cumprir seus deveres. Assim, a formação de cidadãos é, na opinião dos autores, o objetivo principal do trabalho sócioeducativo.

Buscando avançar um pouco mais, consideremos esses “adolescentes autores de ato infracional” como pessoas. Conforme discutimos no capítulo anterior, adotando-se uma visão humanista, são pessoas que possuem em si o potencial para o pleno desenvolvimento como seres humanos. No entanto, não experimentaram suficientemente condições favoráveis para desenvolver esse potencial. Surge, assim, um outro objetivo, para além da garantia de direitos, a reeducação ou formação de cidadãos, englobando todos esses. Trata-se do objetivo de promover condições favoráveis ao pleno desenvolvimento humano dessas pessoas, facilitando o estabelecimento de um processo de mudança. Um processo que permita ao adolescente sair de uma posição de rigidez e passividade, como espectador dos acontecimentos que o cercam e o levam pela vida do crime, para uma postura de ator, condutor de sua própria vida, a fim de que, ao retornar à liberdade, seja capaz de se basear em seu próprio organismo, para escolher por uma vida com sentido, construtiva e com equilíbrio

entre as exigências externas e as necessidades internas. Assim, deverá ser capaz de se manter distante do caminho auto-destrutivo do mundo do crime, sem depender do controle institucional.

5.1 O Conceito de mudança em Carl Rogers

Rogers (1961) em seu livro: Tornar-se Pessoa, busca descrever como seria um processo no qual o homem se torna plenamente humano, capaz de se auto-regular e controlar seus impulsos. Segundo ele, quando se estabelece tal processo, não há necessidade de um controle externo para o homem, pois ele mesmo se torna capaz de se auto-regular, buscando um equilíbrio natural e interno que o permita estabelecer relações e trocas com os outros, e de respeito mutuo. Em suas palavras:

Quando o homem é plenamente homem, quando ele é um organismo integral, quando a consciência de sua experiência, esse atributo especificamente humano, funciona plenamente, pode-se ter então confiança nele, o seu comportamento é então construtivo. Nem sempre será convencional. Será individualizado. Mas será igualmente socializado. (ROGERS, 1961, p. 105).

O autor chamará de *vida plena* a esse processo de movimento na direção que o organismo adota, quando lhe são dadas condições para seu desenvolvimento. Rogers tem como principal convicção, a crença no potencial humano. Segundo ele: “a natureza profunda do Ser Humano, quando funciona livremente, é construtiva e digna de confiança” (ROGERS, 1961). Não se trata da noção ingênua de que o homem nasce bom, mas sim, de que todo Ser Humano funciona como um organismo e possui em si um potencial para se desenvolver, evoluindo no sentido do crescimento positivo. Chamou a isso de *tendência atualizante*. Essa tendência é necessariamente construtiva. Pode ser impedida, mas não pode ser destruída sem destruir o organismo. Todo organismo a possui. É necessário, no entanto, que encontre certas condições que facilitem a sua liberação. Assim o Ser Humano precisa de condições favoráveis a sua evolução no sentido positivo. Mesmo que essas condições não tenham sido oferecidas no início de sua vida, como muitas vezes parece ser o caso desses adolescentes, a tendência

está lá. Portanto, tais condições podem ser estabelecidas em qualquer etapa da vida, instaurando-se um processo de mudança.

Uma instituição de medida sócioeducativa engajada, sem dúvida, pretende provocar mudanças na vida desses adolescentes, para que não reincidam e se mantenham de forma mais produtiva na sociedade. Mas o que seriam essas mudanças? Que tipo de processo deve se estabelecer para que tais mudanças sejam suficientes para o alcance efetivo desses objetivos?

Os conceitos: *Processo* e *Mudança*, num primeiro momento, são quase inseparáveis. Processo é movimento, não algo estático, não uma coisa que se estabelece. É fluido. Não se instala, é desencadeado. É através de um processo que uma mudança se inicia. De acordo com Rogers (1961), embora existam mudanças concretas de um ponto para outro, uma mudança significativa não é isso. Trata-se da passagem para um estado de movimento interno que ocorre em nível de experiência vivida.

Os indivíduos não se movem de um ponto fixo ou homeostático para um novo ponto fixo, embora um processo desse gênero seja possível. Mas o contínuo mais significativo é o que vai da fixidez para a mudança, da estrutura rígida para o fluxo, de um estado de estabilidade para uma realidade processual. (ROGERS, 1961, p. 113).

Carl Rogers é o autor que mais se preocupa em investigar, de forma científica, a mudança que ocorre no ser humano buscando compreender o processo de “tornar-se pessoa”. No início de sua obra, enfatiza tal processo ocorrendo na Psicoterapia. Posteriormente encontrará nas demais relações interpessoais os mesmos elementos que o facilitam, ampliando sua visão para além dos limites da clínica.

Rogers quer investigar as constantes que intervêm no estabelecimento desse processo. Utilizará, para isso, o método fenomenológico, até então não o reconhecendo como tal. Em sua pesquisa, busca ouvir gravações de entrevistas terapêuticas realizadas por ele ou por outros membros de sua equipe. Utiliza, como instrumento, sua própria pessoa e a forma como aquelas entrevistas lhe tocam. Procura colocar entre parênteses as concepções teóricas e se abrir ao fenômeno de mudança como se apresenta na fala dos clientes, durante o processo terapêutico.

Na opinião de AmatuZZi (2001), Rogers se afasta um pouco de sua busca inicial por compreender o processo em funcionamento, se atendo aos elementos identificáveis em cada etapa desse processo. De fato, seu estudo produziu uma escala verificável, um contínuo

que possibilita a identificação de onde o indivíduo se encontra naquele momento em relação ao seu processo pessoal. Retornaremos a essa escala mais à frente, pois a consideramos essencial para a compreensão de onde geralmente se encontram os adolescentes, com relação a seu processo de desenvolvimento humano, em diferentes momentos dentro da instituição.

Por ora, vejamos como AmatuZZi (2001) irá definir o que seriam os processos humanos. O autor dá segmento às idéias de Rogers em duas direções. Primeiro, investiga o processo terapêutico em movimento, ou seja, o fenômeno tal qual ele ocorre. Depois discorre sobre diferentes tipos de processo, mostrando a existência de processos efetivos de mudança para além da clínica. Fala de forma profunda e bela sobre os processo da vida e sobre como a vida pode ser vivida como um contínuo processo de mudança, aprendizado e crescimento, ou pode ser simplesmente “levada”, sem um comprometimento maior com esse processo:

A vida certamente é um processo relacional onde muitas coisas acontecem. Mas ela poderá deixar, mais ou menos, de ser um processo de descobertas pessoais, de aprendizagens verdadeiras, de encontros transformadores. E isso, quando as pessoas, de alguma forma, se bloqueiam ao processo de viver. Executam uma vida previamente estruturada mais do que a vivem em plenitude. (AMATUZZI, 2001, p. 120).

O autor propõe uma distinção entre *processo pessoal* e *processo relacional*, que irá contribuir para a nossa compreensão dos tipos de processos vividos dentro da Semiliberdade. Como exemplo, fala do processo terapêutico. Na terapia, instaura-se um processo relacional, onde uma coisa acontece em decorrência de outra e, assim, sucessivamente. Mas não necessariamente significa que aquele cliente esteja vivenciando um processo pessoal. Esse ocorre de forma mais profunda, como o próprio Rogers (1961) afirma, trata-se de um movimento interno em nível da experiência vivida. Analogamente, poderíamos pensar que, numa instituição, acontecerá, na maioria das vezes, um processo relacional com diferentes etapas e acontecimentos. No caso da Semiliberdade, esse processo vai desde uma situação de maior reclusão e controle sobre o adolescente, por exemplo, até uma liberdade maior de ir e vir, culminando com a liberação judicial. As ações e intervenções durante esse processo estão relacionadas ao comportamento do adolescente, sua capacidade de lidar com as regras, retornar aos estudos, se manter em um trabalho e não reincidir no crime. Aos poucos, esse processo vai se desenvolvendo e as intervenções vão se diferenciando de acordo com as mudanças no comportamento do adolescente. Esse processo institucional seria o que AmatuZZi chama de processo relacional. Neste, muitas coisas acontecem, mas não

necessariamente desencadeia-se um processo pessoal, onde os acontecimentos tocam o adolescente em nível interno. Para ocorrer um processo pessoal, é preciso que a pessoa passe a funcionar de forma diferente, a se posicionar de forma diferente perante as mesmas situações. Ocorre, nesses casos, uma modificação interna, de forma tão visceral, que não há como retornar a forma de funcionamento anterior.

Um processo pessoal envolve mobilização mais profunda da pessoa, um envolvimento mais ativo na exploração de suas próprias vivências, que culmina num questionamento das estruturas atuais dentro das quais a pessoa age e abre para uma forma mais produtiva de ser. (...) Muda o modo de relação consigo mesmo, com os outros, e com o mundo. Quando isso começa a acontecer, então está ocorrendo processo. (AMATUZZI, 2001, p. 118).

Amatuzzi ressalta, ainda, que um processo pessoal pode ser desencadeado por diferentes circunstâncias ao longo da vida e não só por meio de uma psicoterapia. A vida deveria ser um constante processo de transformação, que permitisse às pessoas passarem pelos desafios existenciais inerentes às diferentes etapas de desenvolvimento humano. No entanto, muitas vezes, esses processos são bloqueados. Os adolescentes em conflito com a lei, conforme foi visto, possuem inúmeras razões para terem bloqueado o seu processo pessoal. Assim, encontram dificuldades ao enfrentar os desafios existenciais inerentes ao seu desenvolvimento. Ficam à deriva, ao sabor dos ventos nos processos da vida.

Rogers (1961) identificou durante o processo terapêutico, um contínuo que inclui sete etapas desse processo pessoal. Segundo ele, nem sempre os pacientes passam por todas as etapas e, em sua maioria, evoluem melhor quando já chegam na terceira ou quarta fase desse processo. Podemos resumir essa descrição conforme se segue:

Primeira fase: O indivíduo encontra-se em estado de rigidez e repugnância face a sua própria experiência. Há uma recusa de comunicação pessoal, as construções pessoais são extremamente rígidas. As relações íntimas e pessoais são encaradas como perigosas. Não existe desejo de mudança. Seu modo de viver a experiência atual está sempre vinculado às experiências passadas. Os problemas que reconhece são apreendidos como completamente exteriores a si mesmo.

É precisamente assim que, na maioria das vezes, chegam os adolescentes às instituições para cumprimento de medida. Um estado de total desconfiança, fechados à relação. Vindos de outras instituições, das delegacias de polícia, juizados ou da rua, alguns

foram submetidos a situações totalmente desumanas. Carregam uma história marcada pela violência em todas as suas formas de manifestação. Ora, se desde a infância suas necessidades como seres humanos são negligenciadas, precisam se fechar, desde cedo, ao contato afetivo com o outro. Segundo Rogers (1961), esse comportamento defensivo tem como resultado uma rigidez perceptual, simbolização incorreta, discriminação insuficiente. Tal contexto também pode levar a um comportamento “desorganizado” caracterizado por uma tensão entre o eu e o organismo.

O autor considera que, para passar dessa primeira fase para a segunda, o indivíduo precisa vivenciar a experiência de que é totalmente aceito, sem precisar fazer nenhum movimento em função disso. Para ele, isso acontece pela terapia de jogo ou de grupo.

Essa proposição levantada por Rogers pôde ser verificada na chegada dos adolescentes a Semiliberdade. No primeiro momento, essa aceitação, muitas vezes, independia de esforços da equipe e era estabelecida, ou não, pelos outros adolescentes no grupo. Parecia que, quando o novato era reconhecido pelo grupo e aceito como um igual, também reconhecia os demais adolescentes como iguais, desencadeando um certo clima facilitador constituído por identificação e certa confiança. A partir disso, o adolescente começava a se abrir ao contato, primeiro com os outros adolescentes, depois com os educadores e finalmente com os técnicos. A observação desse fenômeno foi possível durante o período de atuação na coordenação da Semiliberdade quando foi possível verificar que, alguns adolescentes não chegavam a ser aceitos nem pelo próprio grupo, como no caso de usuários de crack ou autores de estupro. Esses adolescentes, na maioria das vezes, eram expulsos implícita ou explicitamente pelo grupo, acabando por evadir tão logo chegavam ou alguns dias após. Assim, parecia-nos que os primeiros a possibilitarem ou não esta condição de aceitação eram os próprios adolescentes, e isso também dependia de como eles haviam experimentado ou não uma condição de aceitação.

O clima de aceitação, segundo Rogers, em quantidade suficiente para que a pessoa possa confiar no outro e no ambiente, clima que continua a persistir mesmo sem um sinal de reciprocidade do outro, é o necessário para a superação dessa primeira fase.

Na **segunda fase**, começa a acontecer uma expressão um pouco maior sobre coisas externas. Os problemas são percebidos como exteriores ao próprio indivíduo. Não existem sentimentos de responsabilidade pessoal. Sentimentos são descritos como não possuídos ou como objetos do passado. As construções pessoais continuam rígidas e não reconhecidas como construções, mas como fatos.

Alguns adolescentes também chegam nessa fase ou passam por ela, após vivenciarem a primeira. Começam a falar um pouco sobre as coisas que lhes aconteceram como fatalidades, como externas a si mesmos. Reconhecem como problema o fato de estarem “presos”. Geralmente, nessa fase, os adolescentes adotam chavões para justificar a situação em que se encontram: “sou um produto da sociedade”. Não reconhecem e nem se responsabilizam pela própria vida. É uma fase onde pedem de tudo para os educadores, desde de um remédio até um emprego.

É na transição dessa para a fase seguinte que, segundo Rogers, as pessoas geralmente procuram terapia. A partir dessa fase o autor destaca, cada vez mais, os elementos que se estabelecem em um processo de psicoterapia, o que não é objetivo de nosso estudo. Rogers ressalta que o paciente pode manifestar uma fixidez característica da primeira fase, em uma esfera de sua existência, e uma fluidez maior em outra. No caso dos adolescentes, podemos identificar mais claramente características inerentes às duas primeiras fases do processo. No entanto, também verificam-se falas que se aproximam das fases posteriores, durante o período que estão na instituição, o que nos leva a crer na possibilidade de se potencializar um processo de mudança dentro da instituição. Descreveremos, resumidamente, o restante do processo com o objetivo de oferecer uma compreensão do que seria a tendência ao pleno desenvolvimento humano, no caso de serem oferecidas condições constantes e facilitadoras.

Na **terceira fase**, surgem falas sobre si mesmo como de fosse um objeto. As experiências pessoais são expressas, mas como se fossem objetos. Há alguma comunicação sobre sentimentos pessoais no passado. A aceitação dos sentimentos é reduzida e, quando são reconhecidos, são revelados como vergonhosos, negativos ou anormais.

Na **quarta fase**, ocorre um contato mais intenso com os sentimentos, mas ainda pouca abertura para aceitação dos mesmos. As experiências estão mais próximas do presente. Começa-se a questionar a rigidez das construções pessoais. O indivíduo toma consciência da sua responsabilidade perante os seus problemas pessoais, mas com alguma hesitação.

Na **quinta fase** há uma irrupção de sentimentos no presente, um fluxo mais livre na expressão desses sentimentos, e a busca por vivenciá-los. A experiência interna começa a se tornar o principal ponto de referência. Aumenta o diálogo interno.

Nas **sexta e sétima fases**, ocorre um desbloqueio dos sentimentos antes vivenciados como estranhos. A experiência é vivida de forma mais imediata. Gradativamente vai ocorrendo uma abertura para o novo e sentimentos novos são usados como referência, havendo uma total confiança em seu processo organísmico. O eu torna-se, cada vez mais, a

consciência subjetiva e reflexiva da experiência e as construções pessoais são constantemente revistas e atualizadas.

5.2 Processos da vida e processos pessoais

De acordo com Amatuzzi (2001), as duas primeiras fases podem ser consideradas como prévias, ou, quem sabe, como pré-terapêuticas. Só após ultrapassar essas fases é que a pessoa inicia uma terapia por vontade própria, o que poderá provocar um processo pessoal de mudança. E no caso dos adolescentes em conflito com a lei? Como um processo sócioeducativo, poderia provocar um processo de mudança verdadeiramente profundo, existencial e não apenas cognitivo?

Denne e Thompson (1991) fizeram um estudo fenomenológico com pessoas que passaram de um estado de desespero e falta de sentido e significado da vida para um estado prolongado de força, clareza, satisfação diante de uma vida mais significativa. Verificaram que esse processo é possível em outras situações fora do contexto psicoterapêutico, encontrando cinco variáveis constituintes dessa transição: 1) durante a transição, os indivíduos assumiram responsabilidade pela própria vida, preferindo criar para si mesmos uma vida significativa, a depender de outros ou do meio ambiente para tal mudança. Os participantes aceitavam a responsabilidade por sua existência e isso ocorria a partir de um desenvolvimento da autoconsciência e dos próprios valores durante a relação e conversa com outras pessoas; 2) aceitação de aspectos resistentes da experiência. Os participantes começaram a aceitar aspectos positivos e negativos de si mesmos e de sua existência. Se não faziam isso imediatamente, eles admitiam na consciência a existência desses aspectos; 3) congruência entre a personalidade, conceitos significativos e a experiência. Essa congruência era o que servia de base, estrutura para o conceito do que seria uma vida realmente significativa; 4) decisões em torno de algo. A transição envolvia a tomada de decisão, aceitando-se riscos e possibilidades. Algumas vezes, as decisões poderiam ser de forma dramática, outras vezes, ocorriam mais gradualmente. Essas decisões resultavam em efeitos observáveis, como a escolha de viver uma vida em congruência com os ideais, ou efeitos mais íntimos, como a aceitação de emoções como uma importante parte da existência; 5) Um relacionamento progressivo e balanceado entre si mesmo e o mundo. Os participantes passavam por uma transição de uma relação ansiosa e alienada com o mundo para uma

relação sentida como satisfatória e balanceada entre a consciência de si e as exigências externas.

A principal contribuição de Denne e Thompson, para nosso estudo, é mostrar que uma mudança para uma vida significativa pode acontecer mediante um processo interno de mudança não necessariamente desencadeado em função de uma psicoterapia. Segundo eles, a progressão para um relacionamento balanceado entre si mesmo e o mundo não precisa necessariamente se dever à mudanças no meio ambiente, mas principalmente surgir como consequência de uma nova atitude, decisão e atividades que se desenvolviam em espiral, aumentando a abertura tanto de si mesmos quanto de si em relação ao mundo.

Amatuzzi (2001) contribuirá um pouco mais para responder a essa questão. Em seus estudos, busca resgatar a intenção inicial de Rogers, procurando ir além da fotografia das etapas do processo. Por meio da descrição fenomenológica pretende identificar o processo com um filme em movimento. Para isso, utilizando-se da Versão de Sentido¹⁸, o autor se pergunta sobre a possibilidade de encontrar, nos relatos dos terapeutas sobre as sessões, distinções que caracterizam momentos de mudança, ou de virada no processo dos clientes. Ao dividir esses relatos em etapas, o autor verifica que um tom de angústia crescente diante do questionamento do presente e da própria vida, precede uma mudança. Em determinado momento, ocorre revisão de valores e comportamentos que dão origem a uma crise. Segundo Amatuzzi, essa crise seria o nome dado ao encontro com o real duro no presente e no desamparo. Esse momento antecede a uma mudança repentina e inexplicável em suas palavras: “Suspeitamos também de que esses momentos sejam decisivos no processo: são eles que mobilizam as mudanças mais profundas à partir do próprio íntimo do cliente” (AMATUZZI, 2001, p. 100).

O autor considera que a crise é o que desencadeia o processo de mudança e entende que o objetivo do processo terapêutico seria, portanto, permitir a crise. Ressalta que seus resultados são hipóteses a serem verificadas e que decorrem do atendimento de determinado tipo de pessoa, com queixas sobre problemas de relacionamento e insatisfação com a vida e submetidas a determinado tipo de atendimento, ou seja, a terapia ou acompanhamento.

¹⁸ Trata-se de um relato livre, produzido pelo terapeuta, que longe de ser um registro objetivo do acontecimento, busca captar a reação viva a esse acontecimento. É escrito ou falado imediatamente após o acontecimento ocorrido. Consiste numa fala expressiva da experiência imediata de seu autor, face a um encontro recém-terminado. É um indicador indireto do sentido do encontro. (AMATUZZI, 2001, p. 74).

Será que tal movimento também poderia ser identificado nos adolescentes submetidos a uma medida sócioeducativa? Com certeza, em sua maioria, não são pessoas que se encaixam nesse perfil. Como foi dito, geralmente, tais adolescentes encontram-se em uma fase de seu processo pessoal anterior a essa fase identificada por Amatuzzi. Embora possa até existir certa insatisfação com a vida, ainda não há um questionamento. Também não buscam ajuda por vontade própria e, muitas vezes, não estão abertos a receber ajuda. Nossa impressão, baseada apenas na observação empírica, durante o trabalho com esses jovens, é que movimentos semelhantes chegam a ocorrer para alguns durante o período que se encontravam na instituição. Presenciamos momentos de crise, de angústia e questionamento dos próprios valores e comportamentos, principalmente, quando se deparavam com outras possibilidades de vida, outras formas de relação. É quando verificam, por exemplo, que existe outra forma de reivindicação, não violenta, mas nem por isso menos eficaz. Como foi o caso de um adolescente que escreveu uma carta com suas reivindicações e propostas à assembléia realizada todo sábado, da qual não participaria, pois havia sido liberado para visitar a família. O mesmo adolescente, no início, não opinava nas assembléias, afirmando: “não adianta nada esse papo, só ganho as coisas no grito mesmo”.

Ao pensar sobre o processo de mudança a ser estabelecido dentro de uma medida sócioeducativa, perguntamo-nos se não seria uma tarefa demasiado complexa para tal contexto. Como facilitar esse processo de mudança, em tão pouco tempo e com tantas variáveis institucionais a se considerar? O trabalho seria, então, de propiciar um movimento, um avanço nas etapas do processo propostas por Rogers? Facilitar a crise, provocando uma revisão de valores? Retornamos, assim, a nossa questão inicial geradora de todo esse estudo. Quais seriam esses elementos e como seriam possibilitados dentro de uma instituição?

Os autores citados, falam de uma mudança de caráter existencial e não puramente cognitivo. Mostram como esse processo evolui, passando por diferentes etapas, sempre num movimento crescente em direção a uma aproximação mais efetiva de seu centro pessoal e um funcionamento mais em sintonia com seu organismo. Amatuzzi ressalta ainda que esse movimento crescente desembocará numa crise, um encontro com o real, momento decisivo no processo que antecede a mudança. Esse seria o momento do emergir da pessoa.

5.3 Sobre a relação como facilitadora do processo de mudança

Quando me ponho no mundo, a partir de minha experiência vivida, deixo emergir o que há de singular, único em mim: a dimensão pessoal. Essa dimensão pessoal só emerge quando entro em contato com um tipo de vivência interna, anterior a qualquer sentimento ou pensamento que a defina. AmatuZZi (2001) dá o nome de vivido a esse tipo de experiência pré-reflexiva. O vivido não é sabido de antemão. É no ato da relação pessoal que o vivido se manifesta e pode ser acessado, possibilitando uma experiência de si mesmo. Assim, é na relação com o outro que o ser humano acontece enquanto pessoa.

Mas que tipo de relação seria essa? Afinal, o adolescente experimenta todo tipo de relação com pessoas do mundo do crime, que também se tornam pessoas de referência para ele. Sabemos que tais relações só propiciam um processo autodestrutivo.

Na busca de uma compreensão das leis gerais que regem tais relações, Rogers (1961, p. 288) também se fará essa pergunta: “seria possível formular, numa única hipótese, os elementos que tornam qualquer relação mais facilitadora de crescimento ou que, pelo contrário, a dificultam?” Tomando como base o estudo do processo de mudança na relação psicoterápica, o autor tenta compreender as características de uma relação que facilite o desenvolvimento humano. Nas palavras de Rogers seu estudo:

... procura examinar a ordem subjacente a todas as relações humanas, uma ordem que determina quando é que a relação se processa no sentido do crescimento, do aperfeiçoamento, da abertura e da maturidade dos indivíduos ou, pelo contrário, quando contribui para a inibição do desenvolvimento psicológico. Para a formulação de atitudes defensivas e para a elevação de barreiras de ambas as partes. (ROGERS, 1961, p. 290).

Assim, não se trata de qualquer relação, mas uma relação significativa e facilitadora do desenvolvimento humano. De acordo com AmatuZZi (2001), para que ocorra um processo pessoal de mudança, é necessário que a pessoa esteja em contato com o centro de si mesma. Esse contato acontece, quando a pessoa encontra uma outra que entra em contato com o que se passa com ela, através de seu próprio centro pessoal e é capaz de dar sentido ao que é vivido por ela. Quando nosso centro pessoal é ouvido pelo outro e significado, reaprendemos a nos ouvir também e a confiar na sabedoria de nosso próprio organismo.

Costa (2001) propõe como linha mestra para o trabalho com os adolescentes em situação de risco, o que ele chamou de Pedagogia da Presença, onde o termo Presença tem o sentido de voltar-se para o outro a fim de se aproximar de sua vivência, resgatando seu valor. A dimensão essencial do trabalho é a relação de reciprocidade, onde um se volta para o outro saindo de seu campo experiencial, aproximando-se desse outro, estabelecendo um contato profundo que permite um verdadeiro encontro de pessoa para pessoa.

A proposta pedagógica norteadora do trabalho nas Semiliberdades de Belo Horizonte, baseada nas idéias de Dom Bosco, também ressalta a importância da qualidade da relação no desenvolver do trabalho. Essa proposta é chamada: Pedagogia Salesiana e considera que todo educando possui, dentro de si, “uma corda que vibra”, e que precisa ser encontrada e tocada pelo educador. Essa afirmação, muito utilizada durante os treinamentos e capacitações é, também, uma referência ao encontro profundo com o outro.

As propostas pedagógicas citadas possuem o mérito de colocar numa linguagem comum para a comunidade educativa, o que filósofos e psicólogos teorizam. No entanto, pecam ao reduzir atitudes da ordem do vivido a práticas ou técnicas pedagógicas. Além disso, enfatizam apenas o educando como merecedor de tal consideração e respeito, esquecendo-se de atender às necessidades semelhantes dos educadores envolvidos no processo. Uma vez que, os educadores seriam as pessoas mais passíveis de se tornarem referência significativa para os adolescentes, precisariam ter vivenciado um tipo de relação facilitadora, para serem capazes de propiciá-la nos encontros com eles.

Rogers verifica em seus estudos e, principalmente, por meio da prática psicoterápica e da vivência pessoal em Grupos de Encontro, que um processo de mudança se estabelece devido muito mais a um conjunto de atitudes do terapeuta do que a seus conhecimentos técnicos ou teóricos. Essas atitudes estão ligadas ao seu modo de ser e se baseiam na crença no potencial humano. Assim, qualquer pessoa que reúna algumas dessas atitudes e que seja capaz de expressá-las a outra pessoa, de forma que esta as vivencie verdadeiramente, pode facilitar o processo de mudança. Essas atitudes podem ser desenvolvidas, quando a pessoa também as vivencia em outras relações. Podem ser aprendidas, mas são principalmente vivenciadas e adotadas como parte integrante do ser.

Uma relação significativa possui, portanto, elementos específicos que a diferenciam de uma relação qualquer. Ao investigar o processo psicoterapêutico, Rogers encontra elementos necessários a uma terapia bem sucedida e levanta hipóteses de que também o sejam em qualquer mudança construtiva realizada na pessoa. Chega a formular uma equação do processo que reúne tais elementos, conforme nos descreve John Wood.

Quanto mais o cliente perceba o terapeuta como real, genuíno, empático, manifestando uma consideração incondicional por ele, mais se distanciará de um tipo de funcionamento estático, sem sentimentos, fixo, impessoal e mais se aproximará de um modo de funcionamento caracterizado pela experiência fluída, mutável e aceitadora dos sentimentos pessoais diferenciados. (WOOD, 1995, p. 117).

A atitude de *consideração positiva incondicional* é apontada por Rogers como o primeiro desses elementos. É preciso se fazer uma distinção aqui. Não se trata de uma aceitação conivente com tudo o que a pessoa faz. Assim, posso não aceitar o ato infracional cometido por aquele adolescente, mas preciso ser capaz de reconhecer nele algo de humano e considerá-lo ser humano de forma positiva, independente de suas ações. Na atitude de aceitação incondicional, reconheço o outro como ele se apresenta, sem tentar moldar seu comportamento. Trata-se da capacidade de aceitar cada aspecto da experiência do cliente como sendo parte integrante dele e de qualquer ser humano. É o oposto de uma atitude de avaliação seletiva, pois não deve haver condições para a aceitação.

Parece-nos que, no caso dos adolescentes autores de ato infracional, esse seria o primeiro passo: aceitá-los integralmente como parte da comunidade humana, o que não é, na verdade, algo tão simples. Trata-se de enxergar nele algo de humano, como enxergo em mim mesmo e de se admirar diante desse algo. Assim, é necessário ser capaz de reconhecer as experiências e sentimentos que o levam a cometer um ato infracional, como algo existente em todo ser humano, em maior ou menor grau, e não deixar de considerá-lo por isso. Ser capaz de interessar-se por ele, com suas fraquezas, problemas e também suas potencialidades. Trata-se de um interesse genuíno pela pessoa que está ali, sob a insígnia de infrator. Rogers (1995) ressalta que uma consideração positiva incondicional total não existiria, exceto em teoria, mas que um terapeuta eficiente precisaria experimentar tal consideração pelo seu cliente, pelo menos em muitos momentos de seu contato com ele. A consideração positiva incondicional produz uma aceitação de diversos aspectos de si mesmo. Assim, a pessoa pode vivenciar a sensação de que não só existe, mas tem valor para alguém, ainda que carregue em si aspectos positivos ou negativos.

Essa atitude se assemelha ao amor incondicional experimentado pela mãe por seu bebê, que o aceita profundamente, independente das noites em claro e da dedicação exclusiva que precisará lhe dispensar. Penso que, diferente do bebê que está aberto a esse tipo de relação, esses adolescentes em especial possuem uma dificuldade em aceitar tal investimento. É como se precisassem se proteger de qualquer tipo de afeto (de tudo que os afeta), já que num primeiro momento em que estavam abertos ao que viesse, muitas vezes, o que

experimentaram foi um elevado índice de frustração, causado por experiências de dor e desprazer. O interesse genuíno é experimentado em nível não verbal. Não se trata de uma elaboração intelectual, mas de uma experiência vivida. É o “voltar-se para o outro” que traz a pessoa para o mundo das relações. Para a vida.

Uma segunda condição necessária ao estabelecimento de um processo pessoal de mudança é a *relação empática*. “Um alto grau de empatia talvez seja o fator mais relevante numa relação, sendo, sem dúvida um dos fatores mais importantes na promoção de mudanças e de aprendizagem” (ROGERS, 1977). As conseqüências de uma relação empática podem ser verificadas ao longo de cada etapa do processo de desenvolvimento humano.

O autor entende empatia como um processo mais do que um estado, no qual há uma aproximação o mais possível da vivência do outro, percebendo e experimentando seus significados e lhe retornando o sentido do que está sendo experimentado. Na relação empática, é necessário: “pôr de lado nosso próprio eu, o que pode ser feito apenas por uma pessoa que seja suficientemente segura de que não se perderá no mundo possivelmente estranho ou bizarro do outro e de que poderá voltar sem dificuldades ao seu próprio mundo quando desejar” (ROGERS, 1977, p. 73). O autor ressalta a importância de não se perder a noção do “como se”, caso contrário, não se trata mais de uma relação empática e sim de identificação.

A interação ou relação empática é o que permite ao receptor se perceber como membro da raça humana e está relacionada à primeira etapa de desenvolvimento humano. Propicia um sentimento de que, se o que estou experienciando é reconhecido por outro ser humano, então é algo que constitui o humano. Se o sentimento de hostilidade, o impulso para destruir o outro, a necessidade de fusão atendida na droga ou a sensação de morte do eu, podem ser compreendidos, através da empatia, por outro ser humano, talvez essas vivências façam parte da raça humana. Talvez o adolescente não seja apenas “um delinquente”, um “artigo 157”, talvez seja alguém. Rogers (1977) diz que a compreensão baseada numa alta sintonia por parte de outra pessoa confere ao receptor sua qualidade de pessoa. A empatia proporciona a confirmação de que existimos como pessoa.

A *congruência* seria outro elemento, apontado por Rogers, que consideramos essencial a próxima fase do processo de desenvolvimento humano. A congruência é um estado de acordo interno entre a experiência, a consciência e sua comunicação. Numa linguagem fenomenológica, trata-se de uma comunicação clara entre o vivido, o simbolizado e o manifesto. O autor define o termo da seguinte forma:

Com isto (congruência) quero dizer que quando o que estou vivenciando num determinado momento está presente em minha consciência e quando o que está presente em minha consciência está presente em minha comunicação, então cada um desse três níveis está emparelhado ou é congruente. Nesses momentos, estou integrado ou inteiro, estou inteiramente íntegro. (ROGERS, 1983, p. 09).

A congruência foi também chamada por Rogers como autenticidade, o que gerou uma compreensão equivocada desse conceito, como sendo o mesmo que franqueza. A congruência seria um estado de acordo interno que não precisa necessariamente ser explicitado. Uma pessoa congruente reconhece seus próprios limites, sentimentos e valores, que estarão envolvidos na relação com o outro. Está mais relacionada a uma atitude de aceitação positiva incondicional de si mesma como pessoa, tanto quanto se busca fazer com o outro. A congruência pode ser entre a experiência e a sua representação consciente. Em uma instituição como a Semiliberdade, uma situação de discussão tensa entre os adolescentes, muitas vezes, gerava uma vivência onde o próprio organismo se punha em alerta. Essa vivência podia ser representada ou não à consciência como medo. Uma atitude congruente, nesse caso, seria conseguir reconhecer essa vivência como medo, aceitando-a como existente em todo ser humano e digna de consideração, sem tentar negá-la para si mesmo, devido à função exercida.

A congruência também está relacionada a uma sintonia entre o que está sendo representado na consciência e sua comunicação. Isso não significa comunicar ao outro absolutamente tudo que se passa em si mesmo, mas apenas aquilo que se escolher comunicar, desde que em sintonia com o que se está realmente sentindo ou vivenciando. “genuinidade terapêutica não requer que o terapeuta sempre expresse todos os seus sentimentos, mas somente requer que o que quer que seja expresso seja real e genuíno e não incongruente no contexto do ambiente terapêutico” (FREIRE, 2000, p. 52-53).

No exemplo citado, posso adotar uma atitude firme diante da situação, mas também com mais cautela, baseada no que estou experienciando sem, no entanto, expressar abertamente tal sentimento. Estaria sendo incongruente na medida que, mesmo experimentando a vivência de medo, agisse como se nada tivesse se passando e adotasse uma postura neutra, escondendo-me atrás de uma fachada de autoridade. Uma atitude de incongruência como essa, era claramente sentida pelos adolescentes, estabelecendo-se uma relação de desconfiança, uma vez que, cada um de nós tende a reconhecer a congruência ou incongruência explicitada nas pessoas com quem convivemos.

A congruência é considerada por Rogers (1961) o mais importante elemento que deve estar presente nas interações cotidianas. Trata-se de revelar a outra pessoa onde estamos emocionalmente. A congruência estabelece os limites entre o eu e o outro. Acreditamos que é elemento fundamental para o adolescente quando está numa fase de desenvolvimento de afirmação de si e diferenciação do outro. Na medida que posso me colocar como pessoa, quer seja na função de terapeuta, educador ou coordenador de uma Unidade de Medida, abre-se, ao adolescente, a possibilidade de também se colocar aceitando suas diferenças, sem precisar necessariamente se adequar ao outro para ser aceito. Começa a aprender a relacionar-se com o outro como uma pessoa e verificar até onde pode ir nessa relação. Aprende a considerar como importante sua vivência interna a partir da consideração que o outro de referência mostra ter por sua própria vivência. Gera nele uma busca de sua própria congruência.

Os elementos acima descritos são apontados por Carl Rogers praticamente em toda sua obra, como necessários e suficientes ao estabelecimento de um processo de mudança. Perguntamo-nos, nesse estudo, se seriam também esses elementos vivenciados pelos adolescentes autores de ato infracional, como fundamentais para uma mudança, para que se mantenham vivos e fora do mundo do crime, buscando uma vida mais produtiva e significativa. Também perguntamo-nos se encontraremos, em nossas entrevistas, outros elementos mais significativos, dos quais nem suspeitávamos.

Vimos também como os autores entendem um processo de mudanças e as etapas que se manifestam durante o estabelecimento desse processo, principalmente em um contexto de psicoterapia. Buscaremos detectar, na fala dos adolescentes, como se daria esse processo em seu ponto de vista, dentro de seu contexto. Verificaremos, finalmente, se uma mudança pessoal significativa pode ser vivenciado dentro de uma Instituição de Medida Sócioeducativa de Semiliberdade.

CAPÍTULO 6

A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO

Nos capítulos anteriores, resgatamos a história, adotamos concepções de adolescência, delineamos um conceito de adolescente em conflito com a lei e procuramos esclarecer o que estamos chamando de mudança significativa. Tudo isso foi feito com o objetivo de nos aproximar de nosso objeto de estudo. Ao alinhar conceitos, optar por uma, ou outra forma de explicação da realidade, adotamos como referência uma visão de homem e de mundo, que é pessoal. Realizamos, assim, um recorte teórico único, a fim de compreender determinada realidade.

Para escolher um método de investigação científica, é necessário também se fazer um recorte: perguntar-se pelas características do objeto a ser investigado e buscar dentro de determinado tema, aquilo que nos impacta, que nos intriga e mobiliza a iniciar uma pesquisa.

Refletimos, então, acerca desse objeto, buscando clarear a pergunta que nos inquietava. Nessa reflexão, entendemos que nosso interesse é pelo processo de mudança vivenciado pelos adolescentes. Não buscávamos opiniões, quer seja da equipe quer seja do adolescente, acerca de tal mudança, tampouco quantificarmos tal mudança estatisticamente. Queríamos compreender o processo dinâmico se passando como num filme. Talvez até nos aproximar dessa dinâmica, investigar esse processo pessoal que envolve mudanças profundas no Ser e na sua forma de estar no mundo. Acreditamos que é esse o tipo de processo que sustentaria uma mudança significativa no adolescente.

Avançando um pouco mais na caracterização de nosso objeto de estudo, pretendemos investigar a mudança relacionada às vivências dentro da Semiliberdade e não uma mudança qualquer. Muito embora experiências fora da instituição, vividas durante o período, possam aparecer no relato como significativas, não será esse nosso foco. Intriga-nos essa relação entre se cumprir uma medida como a Semiliberdade e se redirecionar a própria vida. Assim, pretendemos encontrar nessa investigação, os elementos que favorecem uma mudança significativa e que são vivenciados dentro daquela instituição.

Ao tomar, dessa forma, o processo de mudança em Semiliberdade como objeto de estudo, estamos intrinsecamente tomando o sujeito que o vivencia. Sujeito e objeto de investigação se misturam, o que Minayo (1992) aponta como uma característica das pesquisas em ciências sociais que as tornam essencialmente qualitativas. A revalorização desse tipo de pesquisa, segundo Minayo, deve-se a um interesse maior pelos significados da experiência

para o homem, fruto da visão atual de homem como ator social e, por isso, sujeito de transformação.

Buscamos apreender essa experiência de mudança compartilhada por seres humanos que, embora atribuam diferentes significados a uma experiência, de acordo com sua história pessoal, compartilham um mundo social que lhes é comum. Nesse caso, não só o mundo do crime, que dita as normas e costumes e o mundo das delegacias, juizados e medidas sócioeducativas, mas também o mundo da adolescência. Ao fazer parte de uma mesma comunidade, esses sujeitos apresentam uma concepção natural desse mundo conforme nos ensina Schutz (1979) e, por isso, podem nos oferecer, em seus relatos, experiências típicas, comuns aos demais sujeitos não entrevistados.

Trata-se, portanto, da investigação de uma experiência consciente. Ao colocar mais claramente o objeto a ser investigado, resta-nos buscar uma metodologia que seja capaz de melhor abordá-lo. Nessa busca, verificamos que três correntes de pensamento se desenvolveram como específicas para uma investigação em ciências sociais e saúde: o positivismo sociológico, a fenomenologia sociológica e o materialismo histórico. O que as diferencia não é o método, mas sim a concepção de ciência. Grosso modo, na ciência positivista, interessa os fatos objetivos, a causalidade; já na concepção fenomenológica, interessam não mais os fatos, mas os fenômenos, os significados atribuídos pelo homem ao objeto que se apresenta. No materialismo histórico, estuda-se o momento, a compreensão do processo ao longo do tempo. (MARTINS e BICUDO, 1989).

A Pesquisa fenomenológica surge como uma possibilidade de melhor compreender nosso objeto de estudo, uma vez que buscamos conhecer um fenômeno, o sentido da experiência de mudança, os elementos que a constituem vivenciados pelos adolescentes. A pesquisa fenomenológica é uma forma de pesquisa qualitativa que, por definição, pode investigar esse fenômeno, que é acontecimento, diz dos significados que são atribuídos pelo sujeito ao objeto, tal qual se apresenta a sua consciência.

De acordo com Amatuzzi, a pesquisa fenomenológica sonda o vivido, que é “nossa reação interior imediata àquilo que nos acontece, antes mesmo que tenhamos refletido ou elaborado conceitos” (AMATUZZI 2001, p. 53). Assim, o vivido não é simplesmente uma reação externa, traduzida por um comportamento perante algum fato ou acontecimento. Trata-se de uma reação interior, visceral, conectada a nosso centro pessoal. Uma experiência pré-reflexiva, pois, contém um sentido anterior ao pensamento ou sentimento. Seria a sabedoria do organismo antes mesmo de se tomar consciência dela. Para a fenomenologia, o vivido é

um importante caminho para se ter acesso ao conhecimento da experiência, no momento que ela se apresenta, enquanto fonte para um posicionamento, uma ação no mundo.

A fenomenologia é considerada dentro das ciências sociais, “a sociologia da vida cotidiana”, conforme nos esclarece Minayo (1992). A pesquisa fenomenológica busca seu nome e metodologia na filosofia de Husserl, sofrendo influência também do sociólogo Max Weber. Husserl foi discípulo de Franz Brentano (1864-1873), precursor do movimento das idéias sobre fenomenologia no século XIX, na Áustria e Alemanha. Brentano faz uma crítica ao positivismo por sua recusa de toda a filosofia como ciência. Considera que o método de pesquisa em ciências humanas deve ser fundado não na busca de uma realidade objetiva do objeto a ser investigado, mas na representação desse objeto tal qual se mostra à consciência, ou seja, deve buscar a compreensão do fenômeno psíquico. Segundo Gomes (1998), Brentano já sugere que a experiência consciente seja estudada pelo método descritivo, compreensivo e argumentativo.

A partir dessa semente lançada por Brentano, Husserl desenvolverá uma filosofia e um método de investigação científica que busca voltar-se às coisas mesmas, à essência dessas coisas como se apresentam na consciência humana. Trata-se do método fenomenológico.

A fenomenologia focaliza a experiência consciente e Gomes (1998) define-a como uma experiência absoluta, na qual o interior e o exterior apresentam-se imbricados um com o outro. A experiência consciente esclarece-se a partir da significação dos acontecimentos que a constitui. Esses elementos se organizam na forma de uma estrutura que serve de base, de matriz social para sua expressão. Essa matriz é o mundo onde a vida cotidiana se desenvolve, um lugar onde se apresentam nossas metas e objetivos, o chamado mundo-da-vida.

Para se compreender essa experiência consciente, é necessário aproximar-se do aspecto da experiência vivido pelo sujeito o mais possível, deixando em suspenso todas as nossas concepções teóricas, crenças ou valores, buscando-se reduzir a compreensão ao fenômeno como se apresenta à consciência. Trata-se da redução fenomenológica husserliana. Assim, o fenômeno surge não como um objeto do mundo exterior em si, mas como algo carregado do sentido e ligado ao mundo interior daquele sujeito. Este sentido não é puramente subjetivo e individual. Para Husserl, devido à intersubjetividade, o significado colhido por meio da redução fenomenológica possui elementos essenciais que são compartilhados por outros indivíduos como parte da experiência humana.

Após esse primeiro passo, Husserl sugere que se faça uma exploração descritiva do material, uma síntese, reunindo informações que garantam a permanência da estrutura do objeto. Posteriormente é necessário reencontrar um novo sentido daquele objeto. Um sentido

que se apresente como essencial naquela experiência e que, por isso, estará presente em todos os relatos.

Assim é no contato com a experiência vivida pelo adolescente que se torna possível o acesso à experiência consciente que dá sentido ao processo de mudança. Essa experiência consciente se dá no mundo pessoal de cada um, o chamado mundo da vida. “O mundo da vida é simplesmente toda a esfera das experiências cotidianas, direções e ações através das quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos” (SCHUTZ, 1979, p.16).

O conceito de mundo-da-vida e mundo social foi cunhado por Husserl, mas aprofundado e ampliado por Schutz. Na opinião de Minayo (1992), é Schutz quem consegue dar consistência sociológica aos princípios filosóficos de Husserl e fazer deles, não apenas uma atitude, mas teoria e método de abordagem da realidade. Esse mundo da vida pode ser focalizado de vários ângulos. Se, por um lado, cada mundo da vida é particular, único, onde duas pessoas jamais poderiam vivenciar exatamente a mesma situação e da mesma forma, por outro, o indivíduo constrói seu mundo pessoal, baseado em materiais e métodos que são oferecidos pelos outros, o que também o torna um mundo social. Diferente de Husserl, Schutz não considera o mundo da vida como privado, e intransponível, mas sim um mundo intersubjetivo, compartilhado com os semelhantes. Assim, ainda que uma vivência seja única, vinculada a uma história pessoal, o significado dessa experiência pode ser compartilhado e apreendido pelos demais, graças à intersubjetividade e à noção de mundo social compartilhado.

É no relato que uma experiência pessoal poderá ser compartilhada. Ao relatar o “como” se deu seu percurso, o adolescente nos coloca em contato com um mundo pessoal, subjetivo que, no entanto, poderá ser acessado, graças a intersubjetividade. Schutz (1979) nos esclarece como a intersubjetividade nos permite aproximar dessa experiência vivenciada pelo outro. Numa atitude natural, a existência de outros não é questionável, assim como a existência de um mundo exterior. Logo, ao reconhecer no outro, um outro eu, posso também me aproximar e captar sua corrente de consciência, no presente, através de minha própria corrente de consciência. Isso significa que a corrente de pensamento que capto é a do outro e não minha, mas revela a mesma estrutura básica de minha própria consciência, significando que o outro é como eu. É o que Schutz denominou de tese geral do alter-ego. Pressuposto essencial para a possibilidade de compreensão genuína do vivido pelo outro.

Consideramos, finalmente, que o uso da fenomenologia também se justifica pelo tipo de aproximação e elaboração da experiência que possibilita aos sujeitos investigados.

Uma pesquisa de orientação fenomenológica pode oferecer a esses adolescentes uma possibilidade de aproximação do próprio fluxo experiencial. A indagação sobre o “como” remete ao processo e não aos fatos ou situações e possibilita uma compreensão sobre como tudo que foi vivido ressoou como significativo para o sujeito. Nesse sentido, a pesquisa fenomenológica, pode ser facilitadora da continuidade do processo que está sendo investigado. Segundo Amatuzzi, a aproximação do vivido desencadeia mudanças.

6.1 Selecionando a amostra

Os sujeitos dessa pesquisa são adolescentes, autores de ato infracional acautelados pela justiça, que cumpriram uma Medida Sócioeducativa de Semiliberdade. Vimos no capítulo um que, em Belo Horizonte, existem apenas duas dessas instituições, ambas mantidas pelos Salesianos. O fato de ter atuado em uma delas como coordenadora, poderia facilitar o acesso à instituição, mas, ao mesmo tempo, o envolvimento afetivo com o trabalho poderia funcionar como um obstáculo para a realização da pesquisa.

O efeito de tal envolvimento só poderia ser avaliado no retorno à instituição. Assim, foi feito um primeiro contato com o representante do Sistema Salesiano de Educação Popular em Belo Horizonte, Pe. Jairo Matos Fonseca, responsável pela direção das duas casas. A recepção foi bastante positiva e o interesse pela pesquisa foi evidente. Pe. Jairo informou-me sobre a nova organização hierárquica. Assim, atualmente as duas Unidades possuem um diretor geral, o Ir. Alcidez e duas coordenadoras, uma para cada casa: Tereza e Fernanda. Depois de assinados os devidos termos de autorização, iniciamos os primeiros contatos diretos com a equipe.

Verificamos que o vínculo anterior foi por um lado fundamental nessa fase da pesquisa. Além de facilitar o acesso à instituição, também foi a base para a confiança que permitiu o livre trânsito pela casa, acesso a documentos e mesmo a participação em situações cotidianas, junto aos adolescentes e educadores. Além disso, o conhecimento prévio do ritmo da Semiliberdade, nos fez entender, rapidamente, que seria necessária uma adaptação aos momentos de tensão, à velocidade dos acontecimentos. Por muitas vezes foi necessário cancelar visitas e entrevistas já agendadas com a equipe, ou com algum adolescente, devido a esse ritmo frenético presente na instituição.

Por outro lado, a todo tempo, foi necessário esclarecer à equipe, aos adolescentes o objetivo daquele trabalho e a razão de minha presença na casa. Assim, tomamos o cuidado de explicitar os objetivos da pesquisa desde o primeiro contato, tanto para a equipe de educadores, quanto para os adolescentes que permaneciam cumprindo medida, mas também de continuar conversando a respeito durante toda o processo.

Pensamos em entrevistar, num primeiro momento, os adolescentes que apresentaram alguma mudança, durante o período em que se encontravam na instituição. Para isso, buscamos informações com a equipe que apontou alguns elementos objetivos referentes a essa mudança, tais como: aparente redução do uso de drogas, melhor aceitação das normas e diminuição do número de transgressões a elas; frequência à escola, às atividades como cursos de formação ao trabalho e desvinculação de parceiros do crime. Baseado nesses elementos, que serão descritos num relatório bimestral, o Juizado da Infância e Juventude irá conceder a liberação do adolescente. Assim, decidimos que somente seriam entrevistados adolescentes que já estivessem liberados, pois entendemos que estes já haviam passado por algum tipo de mudança dentro da Semiliberdade.

Trata-se, portanto, de um tipo de amostra intencional, cujos sujeitos escolhidos são selecionados a partir de contatos anteriores ou indicação de terceiros. O objetivo é entrevistar sujeitos que, supõe-se, tenham vivenciado tal processo de mudança, o que oferece maior possibilidade de se encontrar em seu relato os elementos procurados.

Alguns nomes de adolescentes foram sugeridos para a entrevista, considerados, pela equipe, como “modelos” de processos bem sucedidos. Relembrar desses adolescentes gerou um efeito mobilizador na equipe que passou por um recente golpe: o assassinato de um dos adolescentes que cumpria medida. Segundo a coordenadora que relatou o fato, a desesperança e a sensação de impotência gerada por esse episódio pôde ser abrandada pela lembrança de alguns frutos do trabalho.

No entanto, nesse primeiro contato, entendemos que não poderíamos utilizar apenas de critérios apontados pela equipe para selecionar nossa amostra, pois corríamos o risco de nos basear numa amostra tendenciosa que ressaltaria apenas alguns aspectos das experiências. Assim, pensamos em alguns critérios para selecionar os sujeitos que pudessem nos oferecer um relato mais próximo da vivência do processo de mudanças. Seriam entrevistados adolescentes que: a) apresentaram uma evolução pessoal e que, dentro dos critérios da instituição, foram conquistando etapas progressivas de liberação; b) permaneceram pelo período de seis meses a um ano cumprindo a medida e possuíam menos de dois anos de liberação; c) que, após esse período, foram liberados pelo juizado ou

receberam uma progressão de medida para a Liberdade Assistida; d) que se supunha, estariam conseguindo se manter longe da criminalidade, estando envolvidos com algum trabalho, curso ou dando continuidade a projetos iniciados na Semiliberdade.

Assim, no segundo passo da pesquisa, fizemos um levantamento dos adolescentes liberados pelo Juiz durante os anos de 2003 e 2004, nos arquivos das duas Unidades. O resultado, embora preocupante, não foi tão surpreendente. Na Semiliberdade Santa Terezinha, foram efetivamente liberados ao todo doze adolescentes durante o período de 2003/2004. Na Semiliberdade Ouro Preto, foram liberados sete adolescentes durante o mesmo período.

Para selecionar quais seriam entrevistados, contamos, mais uma vez, com a preciosa ajuda de educadores da casa. Os adolescentes, geralmente, mantêm contato com alguns educadores que lhes ficam como referência após serem liberados. Assim, os educadores têm notícias sobre suas vidas lá fora e possuem informações que, muitas vezes, nem mesmo a equipe técnica tem acesso. Assim, a partir das informações dos educadores, cada nome retirado do relatório foi se transformando em uma pessoa com uma história, vivida antes, durante e depois da Semiliberdade. A partir das informações oferecidas pelos educadores, selecionamos sete adolescentes da Semiliberdade Santa Terezinha e quatro adolescentes da Semiliberdade Ouro Preto que se enquadravam nos critérios acima descritos. Destes 11 adolescentes, tivemos notícias de que um havia falecido recentemente. Um fator dificultava o contato: geralmente o telefone de referência constante nos prontuários é de um vizinho, um amigo ou parente. Assim, era difícil conseguir falar efetivamente com todos. Conseguimos estabelecer um contato pessoal com seis adolescentes. Apenas um deles não se interessou em participar da entrevista. Os cinco restantes se prontificaram a comparecer à instituição, nos horários marcados e se mostraram bastante disponíveis para conceder as entrevistas. Finalmente, selecionamos, dentre essas, **três** entrevistas que foram consideradas mais representativas, tocando em aspectos essenciais de nosso objeto de estudo.

6.2 A coleta de dados

Buscamos a descrição do sujeito sobre a experiência vivida, utilizando como principal recurso a entrevista individual semiestruturada. Trata-se de um tipo de entrevista que oferece uma abertura para o entrevistado descrever sua experiência pessoal. Possui um tema gerador que é apresentado ao entrevistado. Esse é solicitado a falar sobre “o como” se deu tal

processo, no caso, o percurso pela Semiliberdade. Isso facilita que a experiência seja descrita como um processo, reduzindo-se as opiniões e concepções.

Numa entrevista de caráter fenomenológico, nosso interesse é em saber como diferentes pessoas experienciam uma certa condição que é comum. Segundo Thompson (1992), o principal objetivo desse tipo de entrevista não é a busca de informações, mas um registro subjetivo de como um homem ou uma mulher olha para trás e enxerga a própria vida. Nesse relato, ocorre um rememorar da história que permite a aproximação do que foi vivido. O entrevistador deve buscar explorar o mundo do entrevistado, sempre atento ao sentido que este mundo tem para ele. No entanto, precisa cuidar para não restringir ou direcionar o relato com excesso de perguntas.

Procuramos adotar alguns cuidados, desde a elaboração do roteiro até o convite para participar da pesquisa. Com relação ao convite, optamos por utilizar o vínculo entre equipe e adolescente para que fosse feito o primeiro contato. Combinamos a forma como os adolescentes seriam abordados, via telefone. Assim, deveriam ser convidados a participar de uma pesquisa, que pretendia entender o processo de mudança que haviam vivido. Além disso, esclarecia-se que estávamos convidando apenas adolescentes que conseguiram realizar mudanças em suas vidas. Isso, aliado à oportunidade de visitar a Semiliberdade, parecia motivá-los a participar.

O encontro era marcado na instituição de origem, de acordo com a disponibilidade do adolescente. Com relação ao local de realização das entrevistas, nos questionávamos se o uso das dependências da Instituição poderia comprometer, de alguma forma, a expressão dos entrevistados. Tínhamos a alternativa de realizá-la em um barracão dos fundos, separado da casa, geralmente utilizado para reuniões da equipe técnica, ou uma sala de uma Paróquia próxima à Semiliberdade, conhecida pelos adolescentes que costumavam participar de eventos ali promovidos. Decidimos fazer uma primeira entrevista na Instituição, a fim de avaliar uma possível interferência no resultado da entrevista. Verificamos, a partir daí, que estar ou não nas dependências da Semiliberdade parecia irrelevante para o conteúdo da entrevista, pois surgiram elementos significativos naquele relato. Assim, decidimos que a escolha do local para a realização da entrevista ficaria a cargo dos adolescentes, que seriam convidados a falar no espaço que melhor lhes conviesse. Portanto, das cinco entrevistas, duas aconteceram nas dependências da instituição, resguardando-se a privacidade necessária, e três foram feitas na sala cedida pela Paróquia.

Alguns esclarecimentos foram dados ao adolescente, antes de começarmos a entrevista. Expliquei-lhes que se tratava de uma pesquisa para uma Universidade e não para a

Semiliberdade. Esclareci sobre a minha relação com a Semiliberdade, falando das motivações que me levaram a desenvolver tal pesquisa. Ressaltei o interesse em conhecer a vivência deles, como experienciaram aquele período e não em saber opiniões dos outros a esse respeito. Consideramos que esse interesse pela pessoa deles facilitou o desenrolar da entrevista.

Após tais esclarecimentos e procedimentos, iniciamos uma conversa, presentificando o tema a ser abordado. Relembramos-lhes que haviam passado por aquela experiência e que algumas mudanças provavelmente aconteceram em suas vidas durante aquele período. Pedia-lhes, então, que falassem sobre aquela experiência de cumprir tal medida. Aos poucos, foram descrevendo tal experiência e solicitávamos que falassem ou clareassem alguns aspectos da experiência tais como: a) elementos que facilitavam a mudança e aqueles que a dificultavam; b) como se percebiam mudando, o que lhes parecia que era mudar; c) situações que os faziam se perceber nesse processo. Finalmente, pedíamos que falassem um pouco sobre o que ficou de mais significativo daquele período e que, ainda hoje, os ajudaria a se manter lá fora.

Durante a entrevista, atentou-se para os elementos que se destacavam quando falavam de seu processo relacionado à instituição. No entanto, evitou-se ficar preso a eles, deixando aparecer outros fatores que não estariam relacionados, pelo menos diretamente, à Semiliberdade, mas que despontavam como significativos para o processo de mudança.

Todos esses elementos se apresentavam como substratos, matrizes da experiência vivida pelo entrevistado. Após terem se destacado à consciência apresentaram-se como aquilo que há de essencial e que estava sendo tematizado pelo sujeito entrevistado, conforme nos ensina Martins & Bicudo (1989).

6.3 Análise dos dados

Segundo Amatuzzi (1996), a pesquisa fenomenológica é uma aplicação do método fenomenológico no trabalho de pesquisa em psicologia utilizando-se de dados empíricos. O autor descreve diferentes formas de se tratar os dados pesquisados, mas aponta para uma estrutura subjacente aos passos operacionais da pesquisa. Assim, a forma de se analisarem os dados deverá conter: 1) sintonização com o todo do vivido; 2) encontro dos elementos

experiências (ou unidades temáticas emergentes); 3) síntese ou articulação final, redizendo o fenômeno.

Para proceder à análise fenomenológica, consideraremos dois momentos conforme apontados por Forghieri (1993), considerados paradoxalmente relacionados e reversíveis. Esse procedimento é denominada de envolvimento existencial e distanciamento reflexivo. Utilizaremos, como etapas desse processo, o proposto por Martins & Bicudo (1989), que consiste em 5 fases:

1. Uma leitura empática, em que o pesquisador procura se aproximar do lugar do sujeito e tentar viver a experiência dele como se ele o fosse sem, no entanto, perder a noção do “como se”, sem buscar qualquer interpretação. Trata-se de uma visão geral, do ponto onde se encontra o sujeito da pesquisa.
2. Uma volta ao início da leitura, que pode ocorrer tantas vezes quanto necessário, agora já buscando ‘unidades de significados’, elementos que indiquem o processo de mudança ocorrendo conforme experienciado.
3. É o momento de encontro com as unidades de significados. Serão marcadas ou ressaltadas frases e outras formas de expressão do vivido que se relacionam umas com as outras, indicando “momentos distinguíveis na totalidade da descrição”.
4. Síntese de todas as unidades de significado, reagrupando-as de forma a se tornarem uma proposição consistente da experiência do sujeito.
5. Comparar as sínteses de cada entrevista, buscando identificar o que há de comum na elaboração de cada sujeito e o que há de particular, com o intuito de obter os elementos essenciais que se apresentam como significativos da vivência de todos.

CAPÍTULO 7

AS ENTREVISTAS

Ao realizar uma leitura empática do conteúdo das entrevistas foi possível verificar que, aos poucos, delineavam-se quatro unidades temáticas, presentes em todas elas. Dentro de cada unidade, verificamos diferentes formas de se experienciar o vivido, mas, também percebemos uma estrutura em comum. Assim, organizamos as entrevistas em blocos referentes às unidades temáticas abaixo relacionadas:

1. A vida anterior à Medida Sócioeducativa de Semiliberdade;
2. Vivendo em (semi) liberdade;
 - 2.1. Ambigüidades;
 - 2.2. Vivências experimentadas como positivas;
 - 2.3. Vivências experimentadas como negativas;
3. Mudança;
 - 3.1. Antecedentes;
 - 3.2. O que é concebido como mudança;
 - 3.3. O que é necessário para o processo acontecer;
 - 3.4. Problemas enfrentados ao se tentar mudar;
4. A vida atual

As entrevistas foram descritas na íntegra nesses blocos, por isso optamos por não acrescentá-las aos anexos. Alteramos apenas os nomes e formas de identificação dos entrevistados. Em alguns momentos, incluímos a pergunta que lhes foi feita, com o objetivo de clarear o conteúdo da resposta. Para isso, colocamos entre parênteses a pergunta ou tema que estava sendo abordado, precedidos da letra **P**, significando pesquisador. Buscamos transcrever, fielmente, a fala dos entrevistados inclusive ressaltando, com sublinhado, palavras que eles mesmos enfatizavam e, também, descrevendo entre parênteses, pausas, expressões e mudanças de ritmos que faziam durante o relato. Já na síntese dos significados, procuramos esclarecer a fala dos adolescentes devido ao excesso de gírias e à forma de elaboração das frases que utilizam.

7.1 Temas abordados e análise das entrevistas

7.1.1. Sujeito 01 - Flávio

1 A VIDA ANTERIOR À MEDIDA DE SEMILIBERDADE

1.1 O Uso de drogas:

- E o tráfico: 09 e 30.
- E a autodestruição: 31 e 37

1.2 Relação com Deus: 40, 41, 42, 43.

2 VIVENDO EM (SEMI) LIBERDADE

2.1 Ambigüidade:

- Um bom lugar, difícil de ficar: 01, 04, 05, 22.

2.2 VIVÊNCIAS EXPERIMENTADAS COMO POSITIVAS:

- Um Lugar: para esperar e viver: 12, 13.
- Um lugar: para escolher entre dois mundos: 14.
- As relações: de “amizade” com educadores: 15, 16, 19, 25.
- As práticas: Espaço para se expressar: 17,18.

2.3 VIVÊNCIAS EXPERIMENTADAS COMO NEGATIVAS:

- Lidar com as normas da instituição: 02, 03.
- A relação com o educador: poder: 03,20,21.
- A relação com o educador: intervenções: 21, 23, 24.
- O contraste entre os dois mundos: 06, 07.

3. A MUDANÇA

3.1 Antecedentes

- A Esperança: “para tudo tem saída” 32

3.2 O que é concebido como mudança:

- A redução ou abandono da droga; 25, 26, 27, 28
- Amadurecimento: Constituir família 11
- Auto-imagem: Ser respeitado pelo grupo por mudar: 27

3.3 O que é necessário para o processo de mudança acontecer;

- Encontrar uma pessoa significativa
- “Não é a mãe”: 10, 34
- Alguém que se importe, um incentivo: 08, 32, 33, 35
- Uma relação empática: 36
- Um posicionamento pessoal: 29
- Um projeto de vida: 11

3.4 Problemas enfrentados ao tentar mudar:

- As exigências do mundo do crime: 38, 39

4 A VIDA ATUAL

4.1 Percepção de si: 44

QUADRO 1 – Sujeito 1: Flávio

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
Item	A VIDA ANTERIOR À MEDIDA DE SEMILIBERDADE O uso de drogas: e o tráfico		
09	“Como nas ‘treta’ aí na rua, como muita gente aí manda. Ai você faz as ‘treta’.”	No mundo do crime, algumas pessoas planejam as infrações e os adolescentes executam-nas sem pensar.	Nos “serviços” que fazemos para o mundo do crime, não pensamos muito, só atendemos a ordem.
30	(P: Sobre a relação entre o uso de droga e o envolvimento com o crime.). “Às vezes, vai do pensamento da pessoa. Se a pessoa quer só usar, ah... tem como...(Sem se envolver?) É, tem como, sem se envolver... O que rola é o seguinte... o que rola no barraco é isso: Se o cara não tem dinheiro, ele vai ter que arrumar um jeito de conseguir dinheiro pra comprar, então, se ele não tiver um jeito de comprar, ele vai pegar fiado. Então, nesse pegar (fiado) os cara diz: ‘Então vem trabalhar!’ É... pra firma entendeu? Se ele não trabalhar, então ele vai roubar. Se não roubar, eles mata ele.”	Há possibilidade de ser usuário de drogas sem se envolver com o crime. Mas o que acontece, no contexto em que vive, é que a pessoa precisa conseguir dinheiro para adquirir a droga e, quando não tem outra forma de consegui-lo, tentará pegar a droga fiado. Como fica devendo, é solicitado a trabalhar para a organização do tráfico ou, então, terá que roubar para conseguir o dinheiro. Se não fizer nem uma coisa nem outra, poderá ser assassinado pelos traficantes.	Eu penso que existem formas de fazer uso da droga sem se envolver com o mundo do crime. Mas, no contexto em que vivo, o que acontece é que, quando não se tem dinheiro para comprar a droga, tenta-se encontrar uma forma de adquiri-lo. Quando não se consegue, acaba-se pegando fiado, mas essa dívida é sempre cobrada. Ou seremos obrigados a trabalhar para organização do tráfico, ou teremos que roubar. Caso contrário, paga-se com a vida.
	O uso de drogas: e a autodestruição		
31	“Então ele vai ter que pensar isso tudo: ‘ou eu peço minha mãe, ou pego alguma coisa em casa, ou eu vou pro crime’... e tudo mais”. (P: Então... ai ele vai precisando, precisando mais...) “Aí ele já vira um viciado... aí... (faz sinal de cabeça negativamente) ...ai é trágico...”	O adolescente terá que pensar no esquema das drogas e encontrar formas de pagar por elas. A busca de recursos em casa é uma outra forma, que já denuncia uma falta de controle sobre o uso (vício).	Eu considero que a situação torna-se trágica, que a pessoa já está viciada, quando cai nesse círculo vicioso, chegando a buscar recursos em casa, ou mesmo, cair no crime, para pagar pela droga.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
37	“Eu já quase arrumei morte por causa de droga. O cara fica me estressando, eu jogava a droga fora, o cara endoidava!”	A droga surge como estopim para conflitos que chegam a terminar em morte.	Eu já quase morri por causa de conflitos com outros rapazes em decorrência da droga. Eu me irritava com os outros adolescentes e acabava desperdiçando a droga. Os outros ficavam furiosos.
Relação com Deus e o mundo do crime			
40	“...mas como se diz: Deus tem um plano para vida de cada um...” (P: Então... Você acredita nisso... Você sempre acreditou nisso?) “Sempre tive isso pra mim! Antes de eu vir pra cá, eu já pensava... Tem que acreditar Nele né?”	A idéia de que Deus tem um plano para vida de cada pessoa, sempre existiu para o adolescente, mesmo antes de ir para a Semiliberdade.	Eu acredito que o que venha a acontecer em minha vida é plano de Deus. Já pensava assim antes mesmo de vir para a Semiliberdade. É importante confiar nisso, é preciso confiar Nele”.
41	“...muita gente só pensa em Deus no momento ruim. Então eu já tenho o contrário. Estando no momento ruim, eu nem penso Nele.(P:?) Porque sei lá! Ele não tá ali na hora ruim que você tá usando droga. Ele num tá no meio para usar droga! Vamos supor, o cara ruim estiver de meu lado, eu não vou precisar Dele não!.. Então Deus não nos leva para esse lado. Muita gente pede pra Ele proteger mas pô, o cara tá lá usando droga! Ele não vai querer estar do seu lado”.	Muitas pessoas pensam em Deus nos momentos ruins, em que estão fazendo algo errado. Para ele, Deus não está presente nesses momentos, portanto, nem se deve buscá-lo ou pedir sua proteção quando se está usando drogas.	Quando estou usando droga, ou fazendo algo “errado”, não procuro pensar em Deus nem mesmo esperar por sua proteção. Acredito que Ele não estará presente num meio em que se use drogas. Acho errado quando os outros pedem proteção a Deus nesses momentos. Não considero que Deus queira estar junto da pessoa quando ela está fazendo uso de drogas.
42	“...É né, de lei... Imagina cê tá usando droga ali. Fala... Ah! Deus toma conta de mim.. tudo mais.. então cê tá pensando em Deus para coisa ruim, você está pensando em 2 lados.”	O uso da droga é incompatível com a proteção divina e pensar em Deus nesses momentos, é invocá-lo para o mal.	Eu acho errado pensar em Deus nos momentos que estiver usando drogas. Para mim, pedir sua proteção, nesses momentos, é invocá-lo para o mal.
43	“Como se diz, Deus pesa a mão também, entendeu? Então, nada que acontece de	Para o adolescente, Deus também pode nos corrigir. Não é só o diabo que faz com	Eu acredito que nada que acontece de errado conosco é por acaso e que não é só

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	errado com nós não é só o diabo que faz não! Porque Deus também pesa a mão. Tem muita gente aí que toma tiro aí, não morre, depois chuta a pedra e morre! Então é muita treta, entendeu? Isso aconteceu lá onde que eu moro lá. O cara tomou 14 tiros aí em todo lado, não morreu, continuou a mesma vida e não morreu. O cara bateu a cabeça no meio fio e morreu! (risos) então... é muita 'treta'.. não tem nem como entender o cara bater a cabeça no meio fio e morrer."	que coisas ruins nos aconteçam. Isso vai depender da forma como se vive a vida. Deus nos dá chances de sobreviver, mas também pode nos castigar pela forma como vivemos.	porque o diabo nos faz. Acredito que Deus avalia a forma como vivemos a vida e poderá também nos corrigir. Ele poderá nos dar chances na vida, como quando a pessoa leva vários tiros e não morre, mas também poderá nos castigar em situações mais simples e isso depende da forma como estamos levando a vida.
VIVENDO EM (SEMI) LIBERDADE Ambigüidade: Um bom lugar, difícil de ficar...			
01	(P: Então, eu queria que você começasse me falando mesmo... Como é que foi este tempo que você esteve aqui?) "Na Semiliberdade?" (P: É .) "Há... (pensativo) esse tempo... demonstrou muitas coisas boas... mas também teve horas que... Assim, o que eu vou falar aqui é na 'real' (certo receio)."	A permanência na Semiliberdade demonstrou ao adolescente muitas coisas boas, mas não foi só isso. O adolescente pretende falar de tudo, de uma forma sincera, sem ocultar.	Eu enxerguei coisas boas aqui na Semiliberdade, mas também encontrei dificuldades. Pretendo falar abertamente de todas essas coisas nessa entrevista, tudo bem?
04	"Então, certas coisas aqui eles piora, dificulta o cara a ficar." (P: Como é isso?) "Tem umas coisas aqui que são... Porque aqui é bom e tudo mais, entendeu? Eles são legal e tudo mais... Mas só que, na <u>real</u> o cara... há... é difícil demais o cara agüentar ficar aqui."	Certas situações que acontecem na Semiliberdade dificultam a permanência dos adolescentes. Embora seja visto como um bom lugar, com boas pessoas, na realidade é muito difícil para o adolescente cumprir tal medida.	Certas situações vividas aqui, dificultaram a minha permanência em cumprimento de medida. Eu percebo a Semiliberdade como um bom lugar e também me simpatizo com as pessoas, mas conseguir ficar e cumprir essa medida é algo realmente muito difícil para nós.
05	"Ah... é... muito difícil, (P: Como é, o que dificulta?) Ah... dificulta porquê aqui dentro, você ta... mesma coisa que... Não vou dizer um escravo entendeu?... Só que aqui, o	Dentro da Semiliberdade, o adolescente terá que se submeter às regras (aproxima-se à situação de um escravo). Por outro lado, verifica também a facilidade de pular o	É difícil conseguir ficar aqui e não fugir. Quando cheguei, me sentia quase que um escravo, tendo que me submeter às regras. Ao mesmo tempo, via a facilidade de fugir e não

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	menino que cair aqui ... Pra cada pessoa isso aqui é de um jeito! Então, do ponto de vista dele, ele olha assim: ‘Ah... o muro é baixinho.... eu vou pra escola, ta pela ‘orde’. Já pensa em sair daqui. Só que, tem muitas coisas que faz ele ficar.”	muro e fugir. Isso é algo que dificulta sua permanência. Mas há muitas coisas que o fazem ficar. Cada adolescente que é encaminhado para lá enxergará a Semiliberdade de um jeito.	ficar para cumprir a medida. Para cada um, isso terá um peso diferente. Mas, embora fugir seja fácil, há muitas coisas que nos fazem ficar.
22	“Aqui é ótimo e tudo mais, entendeu? Aqui vive melhor que muitas casas, que a gente ... Só que está faltando <u>consideração</u> e eles estudar <u>o que</u> , como é que tem que fazer com um lugar como esse.” (...) “O cara (educador) ali ta ali fora. Mas tem que saber levar aqui dentro. Lá fora ele pode fazer do jeito que quiser.”	A Semiliberdade é considerada como melhor do que outras Unidades de Medida Socioeducativa. No entanto, falta consideração por parte dos educadores. Para o adolescente, consideração significa, o educador saber como atuar, como intervir, o que não deve ser como faria lá fora.	Eu considero a Semiliberdade um bom lugar, vive-se aqui melhor do que em muitas outras unidades de medida. No entanto, falta certa consideração pelos adolescentes, um conhecimento maior sobre a forma de agir, de intervir com os adolescentes aqui dentro. Não pode ser uma atuação comum, como se estivesse em um lugar qualquer.
Vivências positivas: um local para esperar e uma chance para viver			
12	“Olha, passar por aqui, me ajudou bastante, entendeu? Que talvez nesses seis meses, eu lá fora, talvez eu não estaria aqui.”(P: Você acha que não?) “Eu acho, entendeu!”	Passar pela Semiliberdade o ajudou a manter-se vivo. Corria o risco de morrer se estivesse nas ruas.	Passar pela Semiliberdade me ajudou muito... Tenho a impressão de que eu não estaria vivo se tivesse passado esses 6 meses fora daqui.
13	“Aqui é um <u>descanso</u> para mente, entendeu? Aqui, cê tá trabalhando, aqui cê enche o dia, o dia inteiro tem coisa pra fazer, entendeu? Então, você não pensa em nada quando você ta aqui. Então você vai vivendo”.	A Semiliberdade é um espaço para um descanso mental. As atividades, mantidas na casa, ocupam seu tempo, permitindo-lhe se livrar das preocupações e simplesmente viver.	Vivi aqui um momento de descanso mental onde não precisava pensar em tudo que vivo lá fora, onde podia fazer outras coisas, ocupar meu tempo. Enfim, ir vivendo apenas.
Vivências Positivas: Um lugar para escolher entre dois mundos			
14	“Na hora que você sai, lá fora, você já vê tudo diferente. Aí pensa... ‘Pô, lá dentro é uma coisa e aqui fora é outra...’ Aí eu vou decidir <u>o quê</u> , que eu vou seguir...”	Ao voltar para seu cotidiano se depara com outro mundo, outro tipo de vida. Isso faz com que compare os dois “mundos” e tenha que decidir por qual caminho seguir.	Entrar e sair da Semiliberdade me permite perceber as diferenças entre esses dois mundos e comparar, pensar sobre essa diferença. Assim poderei decidir qual caminho seguir.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Vivências Positivas: A relação com o educador “amizade”		
15	(P: Fala pra mim, o que ficou de mais significativo pra você nesse tempo na Semiliberdade, que ajudou nas mudanças em sua vida). “Lá fora?” (P: O que você viveu aqui de mais significativo). “Aqui, a amizade, entendeu? Foi a amizade... (completa) Mais com os educadores!”	O que viveu na Semiliberdade de mais significativo, que o ajuda ainda hoje a realizar mudanças em sua vida, foi a amizade. Principalmente a amizade com os educadores.	Vivi coisas significativas para minha mudança, no mundo lá fora e também dentro da Semiliberdade. Aqui dentro, o que vivi de mais significativo foi a relação de amizade que experimentei principalmente com os educadores.
16	“Dependendo do jeito que eles (os educadores) conversam com a gente, muda muito a gente, entendeu?... É igual quando você tá na igreja e o pastor falando... e você... pegar <u>uma amizade</u> e guardar ela, entendeu?... Alguma coisa a gente vai tentar fazer.”	A forma como os educadores conversam com o adolescente pode ajudar na mudança. É associada à forma como o pastor da igreja lhe fala e reconhecida como uma manifestação de amizade a ser preservada. Assim, as palavras ali ditas serão consideradas.	A forma como o educador me fala pode provocar em mim muitas mudanças. Experimento essa forma diferenciada como se fossem as palavras de um pastor da igreja falando a seu rebanho. Percebendo essas palavras, como uma manifestação de amizade, vou me apropriar delas, guardá-las. Tentarei utilizar algo daquilo que foi dito em minha vida.
19	“Por que é gente boa? Por causa que ser gente boa é porque ele <u>sabe</u> conversar, ele <u>sabe</u> levar o que tem que levar... e o que não tem que levar, ele isola, entendeu? Ele não fala nada.” (P. Como é isso?) “Ele sabe que agente está errado, mas não fala nada pra não criar... polêmica entendeu. Então... ele sabe levar as pessoas.”	O bom educador é percebido como aquele que sabe a forma de conversar, sobre coisas que precisam ser ditas e que não insiste em conversar sobre coisas que não devem ser ditas. Ele sabe que o adolescente está errado, mas evita falar daquilo de uma forma que gere conflito. Ele sabe se relacionar com as pessoas.	Quando um educador sabe conversar sobre coisas que precisam ser ditas, quando não fica insistindo em falar de assuntos delicados, eu o percebo como “gente boa”. Esse educador até sabe que estamos errados em alguns momentos, mas procura não falar daquilo de uma forma que gere conflito entre nós dois. Ele sabe se relacionar conosco.
25	“(o educador)... Falar: ‘Aí veio, se eu pegar você fumando de novo...’ Igual o tio X, que já deu muito boi pra mim. Já pegou eu usando droga, foi um monte de vez aí, entendeu? Só que ele chegava, levava pro canto e falava: ‘Aí,	Consideração é quando o educador dá algumas chances antes de aplicar as medidas cabíveis. Quando avisa o que pode acontecer se o adolescente reincidir no uso da droga dentro da unidade. Quando conversa, avisando	Senti que fui considerado por determinado educador, quando ele me deu várias chances ao invés de denunciar-me imediatamente pelo uso da droga. Quando ele conversava comigo, de forma particular, avisando-me sobre o que seria

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	não vou falar nada não, nem por no relatório, nem nada não, mas se pegar de novo, acabou!”. Aí, nessa conversa, com um, com o outro, a gente para de fumar, dá um tempo”. (P: Aí ajuda a parar?...) “Ajuda.”	que não terá nova chance da próxima vez. Conversando com um, com outro, os adolescentes acabam diminuindo o uso da droga.	obrigado a fazer, caso percebesse que estou fumando novamente. Com essas conversas, acabamos diminuindo o uso de droga na casa e isso nos ajuda a parar.
	Vivências Positivas: Assembléias: possibilidade de se expressar		
17	“Vamos supor: Igual... quando junta todo mundo lá fora, entendeu? (está falando da assembléia) Quando todo mundo fala, entendeu? Ali, cê tem um momento de liberar o que <u>você sente</u> ”.	As reuniões em Assembléia são momentos onde o adolescente sente que pode expressar-se.	A assembléia é um momento significativo para mim... É onde todos podem falar e o vivencio como um momento onde posso colocar para fora as coisas que estou sentindo.
18	“...Então você já fala: ‘Pô veio! Esse aí é chato, esse aí é gente boa’”.	Nos momentos de assembléias, é possível se conhecer quem é quem.	Nos momentos de interação nas assembléias, posso ir conhecendo as pessoas e verificando aquelas que considero amigas e as que não considero assim.
	Vivência negativas: A relação com as normas da instituição		
02	“Só que... eles estão tentando ajudar, mas em certos momentos eles atrapalham, entendeu? Quando um adolescente vem pra um lugar como esse... isso daí, sinceramente, dificulta o adolescente a conviver esse período... Então esse negócio de escola... de café da manhã...”	Considera que as pessoas da Semiliberdade estão tentando ajudar, mas, em certos momentos, atrapalham. A obrigação de freqüentar a escola, participar do café da manhã, é vivida como um aspecto dificultador da permanência do adolescente	Eu reconheço a intenção das pessoas da Semiliberdade em nos ajudar, mas penso, que em alguns momentos, as regras que eles nos impõem, não nos ajudam e até dificultam nossa convivência aqui. Ter que freqüentar a escola ¹⁹ , tomar o café da manhã ²⁰ são exemplos de coisas que dificultam nossa permanência.

¹⁹ De acordo com o ECA, todo adolescente que estiver cumprindo Medida Sócioeducativa deve ser reinserido na escola. Muitas vezes os adolescentes abandonaram a escola muito cedo e serão inseridos em escolas regulares, geralmente na série em que pararam, o que é um vivido como um dificultador.

²⁰ Na proposta pedagógica Salesiana, há uma prática denominada: “bom dia”. Há um horário estipulado para o café da manhã, que acontece sempre à mesa com os demais adolescentes. Nessa ocasião é lida uma parte da bíblia ou alguma mensagem para o início do dia.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
03	“... ninguém é obrigado a ficar lendo Bíblia não, entendeu? Isso é uma coisa que tinha de ser por livre e espontânea vontade entendeu?” (...) “Mas só que aqui, os cara obriga. O cara é obrigado a ler. Então, aquilo ali... o ponto de vista da pessoa... Eles manda, entendeu? Eles manda e é obrigado a fazer!”	Para o adolescente, a leitura de trechos da bíblia é uma prática que deveria ser por livre escolha e não uma obrigação. Considera que os educadores obrigam o adolescente a fazê-lo. Seu ponto de vista não importa nesses momentos. É obrigado a cumprir a ordem.	A prática diária de leitura da bíblia²¹, me soa como uma imposição. Considero que isso é algo que não deveria ser obrigatório e sim uma atitude livremente assumida pelo adolescente. Quando sou obrigado a fazer algumas coisas aqui, como seguir práticas religiosas, tenho a impressão que o meu ponto de vista não é respeitado.
Vivências negativas: A relação com o educador: o poder			
03'	“... ninguém é obrigado a ficar lendo Bíblia não, entendeu? Isso é uma coisa que tinha de ser por livre e espontânea vontade entendeu?” (...) “Mas só que aqui, os cara obriga. O cara é obrigado a ler. Então, aquilo ali... o ponto de vista da pessoa... Eles manda, entendeu? Eles manda e é obrigado a fazer!”	Para o adolescente, a leitura de trechos da bíblia é uma prática que deveria ser por livre escolha e não uma obrigação. Considera que os educadores obrigam o adolescente a fazê-lo. Seu ponto de vista não importa nesses momentos. É obrigado a cumprir a ordem.	A prática diária de leitura da bíblia²², me soa como uma imposição. Considero que isso é algo que não deveria ser obrigatório e sim uma atitude livremente assumida pelo adolescente. Quando sou obrigado a fazer algumas coisas aqui, como seguir práticas religiosas, tenho a impressão que o meu ponto de vista não é respeitado.
20	“Agora o outro (educador), já não sabe (conversar): ‘Ah! Você tá errado!’ Você fala uma coisinha, aí daqui a pouco você tá no relatório: ‘Vou chamar as meninas²³!’ Então o clima aí complica”.	Refere-se ao que considera o “mal” Educador. Este, diferente do outro, não sabe conversar com o adolescente. Aponta seu erro por pequenas coisas. Anota suas atitudes no relatório de ocorrências, ou então ameaça contar para a coordenação (as meninas) o que está se passando. Isso faz com que o clima da casa torne-se tenso.	Para mim, o educador que não é amigo (gente boa), é aquele que não sabe se relacionar conosco. Ele tende a apontar nossos erros e, por qualquer motivo, irá utilizar de seu poder de anotar nosso comportamento no relatório ou, então, ameaçará com a intervenção da coordenação, em alguma situação. Isso torna o clima na casa bastante tenso.
21	“Igual eles falam: ‘Ah, você está fumando, eu vou chamar os homens!’ O único pensamento que vem é: ‘Ah,	A acusação vinda do educador de que o adolescente está fumando maconha e a ameaça de chamar a polícia gera, no	Pensamos em abandonar a medida, evadir, quando o educador nos acusa de estar usando drogas dentro da

²³ Durante o período de permanência do adolescente na Semiliberdade a casa foi coordenada por mulheres (o que acontece até a presente data). Geralmente é a coordenação que coloca alguma restrição ao adolescente devido à alguma ocorrência.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	vou embora então uai!’ Então, eles aí, com esse jeito deles, eles mesmo prejudicam a gente. Está tentando ajudar, mas acaba prejudicando.”	adolescente, o impulso de fugir. A forma de falar nesses momentos pode prejudicar mais do que ajudar.	unidade e ameaça chamar a polícia. Sei que estão tentando ajudar, mas essa forma (ameaçadora) de falar mais nos prejudica do que nos ajuda nesses momentos.
Vivências negativas: O contraste entre dois mundos			
06	“Então, muitas coisas aqui... o povo te levanta de manhã e pá e tudo mais... Varrer casa e limpar casa, isso não é coisa que a gente faz não, entendeu?” (...) “É... porque no ‘mundão’, ele vai seguir as regras do mundo, entendeu? Ele sabe que lá se ele vacilar... aí ele ...”	As regras de convivência ensinadas na Semiliberdade, como as atividades domésticas, não são coisas que geralmente os adolescentes fazem quando estão fora dali. O mundo do crime tem suas próprias regras, que são diferentes das que aprendem ali e desrespeitá-las é arriscado.	Fazer atividades domésticas, ter um cotidiano, são coisas que não faziam parte de minha realidade. Quando estamos lá fora, temos que nos haver com as regras do mundo do crime, e não saber lidar com elas é arriscado.
07	“Mas lá fora ele já num vai pensar o que pensa aqui dentro, entendeu? Mas aqui dentro tá ensinando ele a viver lá fora. Mas o que ensina aqui dentro, ele não vai viver <u>nada</u> lá fora. Aqui eles ensinam uma coisa, lá fora é totalmente diferente.”	Ao sair da Semiliberdade, ele não poderá pensar como pensa lá dentro. Embora dentro da instituição se tente ensinar como viver fora, esses ensinamentos não são aplicados no mundo lá fora.	Não posso aplicar a forma de viver que tentam me ensinar aqui, na Semiliberdade, quando estou no mundo lá fora. Para viver lá fora, tenho que aprender outras coisas, pois, na realidade do mundo em que vivo, existem outras regras.
Relação com os Educadores: intervenções			
21	“Igual eles falam: ‘Ah, você está fumando, eu vou chamar os homens!’ O único pensamento que vem é: ‘Ah, vou embora então uai!’ Então, eles aí, com esse jeito deles, eles mesmo prejudicam a gente. Está tentando ajudar, mas acaba prejudicando.”	A acusação vinda do educador de que o adolescente está fumando maconha e a ameaça de chamar a polícia gera, no adolescente, o impulso de fugir. A forma de falar nesses momentos pode prejudicar mais do que ajudar.	Pensamos em abandonar a medida, evadir, quando o educador nos acusa de estar usando drogas dentro da unidade e ameaça chamar a polícia. Sei que estão tentando ajudar, mas essa forma (ameaçadora) de falar mais nos prejudica do que ajuda.
23	“Então, como se fosse, se eu fosse educador e o cara: ‘Ah, eu vou fumar maconha!’ (diria) ‘Pô não vai não, deixa pra você fumar lá fora, porque aqui não pode fumar.’”	Se estivesse no lugar de um educador, o entrevistado abordaria um adolescente que tentasse fumar maconha dentro da instituição, de uma forma diferente. Pediria a ele	Se eu fosse um educador, em situações em que o adolescente tentasse se impor fumando maconha na unidade, eu tentaria dissuadi-lo de sua intenção, pedindo-lhe que

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	fumar lá fora, porque se fumar aqui, eu vou ser obrigado a te derrubar!’ (com voz macia). Então o cara, dependendo do jeito de conversar com ele, ele vai pensar três vezes: ‘Vou fumar lá fora, vou esperar daqui à pouco’. Entendeu?”	que adiasse o uso da droga para quando estivesse em atividade externa, pois, se o fizesse ali dentro, ele seria obrigado a adotar as medidas cabíveis naquela situação. A forma como o educador fala nesses momentos é significativa para a mudança da postura do adolescente.	esperasse para fazê-lo lá fora, mostrando-lhe que se o fizesse dentro da unidade, minha obrigação seria denunciá-lo. Para mim, a forma do educador conversar, o tom de suas palavras, pode levar o adolescente a considerá-las, adiando o uso da droga para não fazê-lo dentro da casa.
24	“Que o cara que fuma aqui dentro... Igual antigamente, eu mesmo eu falavam isso: ‘Você pode fumar quando sai, porque que vem fumar aqui dentro?’ (P: E por que fuma quando tá aqui dentro?) “Não é!? Entendeu? É aí que tá o problema, porque aí, tem que vir a consideração do cara (do educador).”	O adolescente que fuma maconha dentro da casa pode fazer isso nos momentos que estiver fora, quando sai para atividades externas. No entanto, insiste em fumar ali dentro. Ele considera que é aí que se encontra um problema e é nesse momento que o educador precisará ter consideração pelo adolescente, ou seja, saber como intervir.	Temos como fazer uso da maconha sem precisar desrespeitar as regras da Unidade, nos momentos que saímos para atividades externas. Mas, às vezes, insistimos em usá-la dentro da casa e isso sinaliza um problema. É nesse ponto que o educador precisará saber agir conosco.
	A MUDANÇA Antecedentes: A esperança		
32	(P: Você acha que nesse ponto já não tem saída?) “Claro que tem saída!... Tudo tem saída!” (com um certo tom de repreensão) “Tudo tem saída! Até o crack, que é a pior coisa que o cara tá usando, tem saída quando encontra incentivo.”	Mesmo quando a pessoa chega no estágio de tornar-se viciada, ou de usar o crack., ela poderá sair disso, desde que encontre um incentivo.	Eu acredito mesmo que é possível sair desse círculo vicioso. Até mesmo se livrar do crack. , que considero a pior droga que existe, quando se encontra algum incentivo.
	O que é concebido como mudança: redução ou abandono da droga		
25	“(o educador)... Falar: ‘Aí véio se eu pegar você fumando de novo...’ Igual o tio X, que já deu muito boi pra mim. Já pegou eu usando droga, foi um monte de vez aí, entendeu? Só que ele chegava, levava pro canto e falava: ‘Aí, não vou falar nada não, nem por no	Essa consideração é quando o educador dá algumas chances antes de aplicar as medidas cabíveis. Quando avisa o que pode acontecer se o adolescente reincidir no uso da droga dentro da Unidade. Quando conversa, nesses momentos, avisando que não	A forma como um determinado educador agia ao me pegar usando drogas na casa, é exemplo do que chamo de consideração. Por muitas vezes, eu era surpreendido usando drogas na casa, mas, ao invés de o educador denunciar-me imediatamente,

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	relatório, nem nada não, mas se pegar de novo, acabou!’ Ai, nessa conversa, com um, com o outro, a gente para de fumar, dá um tempo...” (P: Ai ajuda a parar?...) “Ajuda”.	terá nova chance da próxima vez. Conversando com um, com outro, os adolescentes acabam diminuindo o uso da droga.	ele procurava conversar e mostrar o que seria obrigado a fazer, caso me pegasse novamente fazendo isso. Nessa conversa com um outro educador, eu acabava parando de fumar ou reduzindo o uso da droga.
26	(P: E ajuda lá fora?) “Eu acho que sim, por que ele pensa assim... - por que o cara que vai fumar aqui dentro ele vai fumar lá fora, é claro! - ...então, o cara vai pensar assim: ‘Pô, já que eu vou fumar, eu vou fumar lá fora, não vou fumar aqui dentro.’ Se o cara tiver aqui dentro, ele já não deixa o cara fumar aqui dentro, entendeu? Igual antigamente, se nós não fumava, ninguém fumava, entendeu? Que quem fumava a gente já derrubava.”	Diminuir o uso da droga dentro da unidade, também ajuda o adolescente a diminuí-lo fora dela. O adolescente que fuma dentro da casa, também o fará fora dela. Aos poucos irá pensando em evitar fazê-lo na unidade. Quando o adolescente estiver na unidade, não deixará os outros fumarem lá dentro, denunciando ou coagindo aqueles que o fizerem.	Eu acho que quando diminuimos o uso de drogas dentro da Unidade, isso nos ajuda a diminuí-lo fora dela. A princípio, usamos a droga tanto em um espaço quanto em outro. Depois, começamos a pensar e percebemos que conseguimos evitá-la aqui dentro. Para conseguir manter essa postura, buscaremos fazer com que os outros também não o façam. Aquele que fumar, então, será denunciado ou punido.
27	“Então... aí você vai pensando, entendeu?” (P: E aí você acha que isso que vai acontecendo aqui dentro acaba se repetindo lá fora?). “Exatamente, ajuda bastante!” (P: Quando você chega lá naquele grupo que ta fumando, por exemplo, e você chega lá e não ta, isso muda algo?) “Muda, muda bastante! (...) eles imaginam: ‘Oh, se não ta fumando, é que o cara ta mudando’. Então, se você não for no meio deles, o dia que eles tiver para usar eles nunca vão te chamar, entendeu? Se você ta isolando eles porque eles tão fumando, então eles vão falar assim: ‘Ou, fica aí que nós vamos fumar ali.’ E aí ‘só né’...”	Com relação à diminuição do uso da maconha, o que vai acontecendo dentro da Unidade acaba se refletindo no mundo lá fora. Esse movimento que o adolescente faz, dentro da Semiliberdade, ajuda-o a se posicionar lá fora. Segundo o adolescente, fora da Semiliberdade, os outros usuários de droga imaginam que, se ele recusa a droga, é porque está mudando. Se o adolescente não buscá-los, eles também não o procurarão quando forem usar drogas. Muitas vezes, chegam a avisá-lo para ficar fora, quando pretendem fumar.	Vamos pensando nessa postura com relação à droga e esse movimento que vai acontecendo conosco, dentro da Semiliberdade, nos ajuda também a mudar nossa postura fora dela. Fora da Semiliberdade, quando mostro a outros usuários que não estou fumando, quando procuro evitá-los, tenho a impressão de que eles percebem que eu estou mudando e que até contribuem para isso, avisando-me quando vão usar a droga para que eu possa sair de perto.
28	(P: E aí você é respeitado, também por isso lá fora, por	O adolescente confirma, com ênfase, a impressão de que	Chego a ser respeitado lá fora quando estou mudando.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	estar mudando?) “É, exatamente! Então, muitas vezes quando eles vão fumar eles até falam: ‘o veio, fica aí que nós vamos lá embaixo fumar’”.	chega a ser respeitado por outros usuários quando está mudando.	Muitas vezes, os outros usuários avisam-me e procuram me afastar na hora que forem usar a droga.
	O que é concebido como mudança: Constituir família própria		
11	“Como tem aquela assim (a mãe) que tem a família direitinho, o marido... A gente tem que arrumar a mesma coisa.” (P: ?) “É.... pra se preocupar, então... o cara vai pensar.”	Assim como algumas mães têm uma família organizada, têm um marido, ele precisa construir também sua própria família. Assim, terá alguém para se preocupar, em quem pensar antes de fazer algo.	É importante encontrarmos nosso próprio par, formar nossa própria família, para termos com quem nos preocupar, em quem pensar antes de fazer algo.
	O que é necessário para a mudança acontecer • Pessoa Significativa: “Não é a mãe”		
10	“A gente não preocupa tanto na mãe. A gente gosta sim, é claro, e tudo mais, entendeu? Só que não é <u>aquele motivo</u> assim da gente, se segurar”.	A mãe não é motivo suficiente para não se envolver com o crime.	Embora a mãe seja uma pessoa de quem gostamos, não é esse laço afetivo que nos segura e que sustenta o não-envolvimento com o crime.
34	“A mãe nem é tanto, que a mãe não vai ta aonde ele vai ta. Então, tem que ser uma outra pessoa que vai ajudar... Que vai encher o coração dele e tudo mais... e imaginar que o que tá fazendo por ele... assim... Uma hora ele vai aprumar. É igual o cara que é viciado que começa a ser ajudado. Então quando um cara faz, por exemplo, um ano dessa ajuda, uma hora ele não vai querer mexer com isso mais... Então, <u>tudo</u> depende disso.”	A mãe não é considerada um incentivo para que o adolescente possa sair do crime. Precisa ser uma outra pessoa que toque o coração dele. E essa ajuda precisa ser constante, até conseguir uma mudança. Como acontece com viciados.	Eu não considero a mãe como esse incentivo, pois ela não consegue se aproximar muito do que estou vivendo para ajudar. Para mim, precisa ser uma pessoa que esteja disposta a me ajudar de forma afetiva, tocando meu coração, acreditando que, em algum momento, eu vou conseguir me levantar. Ela precisará ser incansável, esperar até que eu consiga isso. Para mim, tudo depende desse incentivo.
	• Pessoa significativa: alguém que se importe		
08	(P: O que faz então que, vivendo lá fora, você consiga sobreviver e sair do mundo do crime?)	Em muitas situações, a sobrevivência no mundo fora da Semiliberdade depende de ajuda.	Em muitas situações, precisamos de ajuda para conseguirmos sobreviver fora da Semiliberdade. Para mim,

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	“Óh, muitas coisas, pra gente viver lá fora, depende de ajuda... Eu falo de ajuda assim, procurar alguma pessoa que goste dele... que dá um motivo para ele não fazer coisa errada, que senão perde essa pessoa. No caso, ele vai pensar três vezes antes de fazer coisa errada, para não prejudicar a pessoa que ele gosta. Então... isso que ajuda muito”. (P: Como é isso?) “É. Que imagina ela: ‘Se eu fazer isso, eu posso perder ela’”.	Um tipo de ajuda seria encontrar uma pessoa que realmente se importe com ele. O risco de perder essa pessoa o motiva a evitar envolvimento com a criminalidade (coisa errada). Com essa pessoa em mente, ele pensará mais de uma vez antes de agir.	essa ajuda seria encontrar uma pessoa que realmente se importe conosco, que nos dê motivos para não cometermos nenhum tipo de delito. O risco de perder o afeto dessa pessoa faz com que pensemos muito antes de cometer alguma infração. Esse tipo de relação com uma pessoa nos ajuda muito.
32	(P: Você acha que nesse ponto já não tem saída?) “Claro que tem saída!... Tudo tem Saída!” (com um certo tom de repreensão) “Tudo tem saída! Até o crack, que é a pior coisa que o cara tá usando, tem saída quando encontra incentivo.”	Para o adolescente, mesmo quando a pessoa chega a se tornar viciada, ou usar o crack, ela poderá sair disso, desde que encontre um incentivo.	Eu acredito mesmo que é possível sair desse círculo vicioso. Até mesmo se livrar do crack, que considero a pior droga que existe, quando se encontra algum incentivo.
33	“Incentivo é uma pessoa né... ‘Cê’ <u>guardar</u> aquela pessoa! Você vai chegar e vai acolher aquela pessoa... e pá... As horas mais difíceis dele, ela vai dar ele a mão.” (P: Incentivo então é ter alguém que o acolha.) “Exatamente!”	O incentivo para conseguir deixar o vício da droga é encontrar uma pessoa como referência significativa, que o acolha, lhe dê a mão nas horas mais difíceis.	Para mim, o incentivo para conseguir deixar as drogas é o encontro com uma pessoa que seja importante em minha vida. Uma pessoa que eu realmente considere e acolha. Alguém com quem eu possa contar nas horas mais difíceis.
35	(P: Se encontrou esse incentivo na Semiliberdade, com os educadores.) “É... todo mundo falando... eles te fala, te fala... Aí isso aí vai entrando... uma hora entra na cabeça da gente! Nem que se passe a vida inteira falando, mas uma hora entra.”	As intervenções dos educadores, vividas na Semiliberdade, acabarão fazendo sentido para o adolescente. Nem que isso demore muito tempo.	Na medida que as pessoas aqui vão falando, em algum momento sua fala irá fazer sentido para mim. Nem que precisem ser repetitivos durante muito tempo. Em algum momento vou considerar aquela fala.
	• Pessoa significativa: Uma relação empática		
36	(P: Tem que ser uma pessoa importante para falar isso? Por	Essa fala que provoca mudanças tem que vir de uma	Olha, com sinceridade, para que essa fala realmente faça

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	que muita gente fala né?) “Vou te falar uma verdade. Isso, tem que ser uma pessoa que talvez... se tiver uma pessoa que <u>vive</u> o que cê tá vivendo.” (P: É mesmo? Que sabe o que você tá passando?) “Que sabe! Que tudo que você passa, ele passa a mesma coisa entendeu? Então... os dois ali... aquele aí, na hora ali, entendeu?”	pessoa que se aproxime do que o adolescente está vivendo, que saiba o que ele está passando, quase como se tivesse vivido a mesma coisa.	sentido em minha vida, tem que vir de uma pessoa que compartilhe com a vivência que estou tendo e que, por isso, compreenda o que estou passando, pois vive aquilo como se ela mesma estivesse passando.
	O que é necessário para a mudança acontecer Um Posicionamento pessoal		
29	“Então, vai da pessoa né? Se a pessoa não quiser mesmo: ‘Oh, véio não quero não... Pode ficar na sua’. Na próxima vez que eles quiserem fumar: ‘Oh véio, fica aí que nos vamos fumar’, ou ‘nós vão ali na frente fumar’. Aí eles sempre vai dar um espaço para você ficar longe dele quando eles tiver fumando, por que o cheiro também chama a pessoa.”	É preciso um posicionamento pessoal, para não usar a droga lá fora. Quando o adolescente não aceita a oferta que lhe fazem, será evitado pelos outros usuários. Das próximas vezes, estes o avisarão para que fique longe.	Quando estou lá fora, usar ou não a droga dependerá de meu posicionamento pessoal. De um ‘não querer’ verdadeiro que se refletirá na minha postura perante os outros usuários, de dizer não quando me oferecerem. Quando me posiciono assim, eles respeitam-me, avisam-me quando vão fumar, evitam usar a droga perto de mim, para que eu não me sinta instigado.
	O que é necessário: Um projeto de vida		
11	“Como tem aquela assim (a mãe) que tem a família direitinho, o marido... A gente tem que arrumar a mesma coisa.” (P: ?) “É.... pra se preocupar, então... o cara vai pensar.”	Assim como algumas mães têm uma família organizada, têm um marido. O adolescente acredita que precisa também construir também sua própria família. Assim terá alguém para se preocupar e em quem pensar antes de fazer algo.	É importante encontrarmos nosso próprio par, formar nossa própria família, para termos com quem nos preocupar e em quem pensar, antes de fazer algo.
	Problemas enfrentados ao tentar mudar. As exigências do mundo do crime		
38	“...se não arrumar nada lá dentro entendeu? Vão supor, se você não arruma dívida	Se o adolescente não contrair dívida de drogas dentro da Semiliberdade, não encontrará	Se eu cumprir com os compromissos relativos à droga, assumidos com os

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	com ninguém entendeu? Sempre paga direitinho. Então na hora que cê chegar, quiser parar, o cara aceita. Aí o problema é ele, lá na rua entendeu? Não aqui dentro, entendeu?”	problemas lá dentro para deixar a droga quando quiser parar, Poderá, no entanto, encontrar problemas na rua.	outros adolescentes dentro da Semiliberdade, não encontrarei problemas com eles quando quiser parar. Os principais problemas enfrentados serão fora da Semiliberdade.
39	“...nem é tanto a sociedade é tanto é as outras favelas. O cara vai lá e aí os outros: ‘Ele vai roubar nossa boca!’ Entendeu? Então ele já vem e por pouca coisa eles matam o cara. Mas o cara tem que sair sem dever nada! Sair pra sair...”	O problema que o adolescente encontra na rua não é tanto com relação à sociedade, mas sim com a guerra pelo ponto ou pelas dívidas com o tráfico. Por isso, o adolescente tem que sair sem dever nada.	Enfrentar a sociedade, não me parece ser o principal problema quando tento mudar. O principal problema é lidar com os traficantes de outras favelas que podem me perceber como uma ameaça a seu ponto e por pouca coisa tentar me matar. Por isso, tenho que sair sem dever nada, sair de vez.
	A VIDA ATUAL Percepção de si		
44	“Tem que parar para ver. Eu também não sou santo, eu não tenho vergonha de falar não...”	É preciso, então, parar para ver como se está vivendo.	Eu sei que tenho meus defeitos, não tenho vergonha de assumir isso. É preciso parar e pensar na forma como se está vivendo a vida.

7.1.2 Sujeito 02 - Pedro

1 A VIDA ANTERIOR À MEDIDA DE SEMILIBERDADE

1.1 O uso de drogas:

- O Crime e a autodestruição: 34 e 35

2 VIVENDO EM (SEMI) LIBERDADE

2.1 Um lugar de Ambigüidades:

- Momentos bons, momentos ruins: 18
- A questão da escolha: 19, 13
- Estar preso, estar livre: 28

2.2 Vivências experimentadas como positivas

- Um lugar: Para receber ajuda: 01
- Um lugar: Para errar e aprender: 24
- As relações: De cuidado e referências: 08,09,10,25,
- As práticas: Possibilidade de se expressar: 17

2.3. Vivências experimentadas como negativas

- Lidar com as regras: a identidade pessoal: 04
- A relação com a equipe: 12, 26
- Desistências e evasões: 31

3 A MUDANÇA

3.1 Antecedentes:

- O medo de morrer: 35

3.2 O que é concebido como mudança:

- A redução ou abandono das drogas; 23
- Amadurecimento: Manter o filho e a mulher: 24, 38, 39
- Auto-imagem: Resgate da auto-estima: 05

3.3 O que é necessário para o processo de mudança acontecer

- Relação com pessoas significativas: 08, 29
- Construção de uma relação de confiança: 03, 05, 11, 13, 27
- Um posicionamento pessoal: 14
- Um projeto de vida – ser pai: 33, 34, 36, 37, 38
- Uma Estrutura fora da Semiliberdade: 06, 07,

3.4 Problemas enfrentados ao tentar mudar

- A dificuldade em se livrar do vício (droga e álcool): 02, 20, 21, 22

4 A VIDA ATUAL

4.1. Percepção de si:

- Ainda em risco: 07
- Mais maduro: 24
- Mais feliz: 32

4.2. Manutenção do vínculo afetivo: 15, 30

4.3. Buscando concretizar o projeto de vida: 37, 39

4.4. Um diferente modo de se relacionar: 16, 40

QUADRO 2 – Sujeito 2: Pedro

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
Tema	A VIDA ANTERIOR À MEDIDA DE SEMILIBERDADE O uso de drogas: o crime e a autodestruição		
34	“A idéia, tipo assim, é a idéia que a droga não vai deixar adquirir um pensamento de ter um filho. Que a pessoa que... vamos supor, tipo assim... fuma crack, mexe com química mesmo, só pensa assim: ‘Eu vou matar, arranjar um 38, vou fazer isso, vou fazer aquilo’ é só pensamento ruim que vem na cabeça entendeu?”	O desejo de ter um filho é considerado incompatível com os pensamentos cultivados durante o uso de drogas, principalmente daquelas mais pesadas como o crack..	Eu acho que o desejo de ter um filho é incompatível com o uso da droga, pois o usuário de drogas pesadas, como o crack. e outras químicas, só cultiva pensamentos de morte e de crimes. Somente pensamentos ruins lhe vêm à cabeça.
35	“Então eu pensava assim... - só que eu não pensava em matar e roubar não - eu pensava que... pensava: ‘eu vou morrer...’ Que eu vi muito camarada morrendo. Aí, tanto que o pessoal aqui até falava. Pô, todo mundo que tá no meio da droga, tá se matando! Aí eu ficava rindo... debochava da cara deles... mas hoje, graças à Deus não faço mais assim”.	A idéia da própria morte surgia como uma consequência da vida de uso de drogas. A morte, anunciada na convivência com os demais, era negada pelo adolescente num primeiro momento.	Embora não pensasse em matar ou roubar como acontecia com a maioria dos usuários de drogas pesadas, eu pensava que meu destino seria a morte, como via acontecendo com muitos colegas. Os educadores tentavam alertar-me para isso, mas eu “fugia” por meio do deboche.
	VIVENDO EM (SEMI) LIBERDADE Ambigüidades: momentos bons, momentos ruins.		
18	“Teve muitos momentos bons, mas teve muitos momentos ruins também porque, tipo assim, ali é uma família! Se você parar pra pensar é uma família.”	Considera que, na Semiliberdade, vivenciou momentos bons e momentos ruins, como acontece em qualquer família.	Parece-me que na Semiliberdade eu vivi momentos bons e ruins, como acontece em qualquer família, pois sentia que estava convivendo com as pessoas ali, como se estivesse numa família.
	Um lugar de Ambigüidades: a questão da escolha:		
19	“Tipo assim, tem as pessoas que estão ali de volta de você.	O adolescente demonstra uma percepção de que estava	Eu me via no centro de um grupo de pessoas que

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Você tá lá no meio. Eles falam assim: ‘Oh! Tem esse caminho aqui, tem esse aqui, você escolhe. Tem um largo e tem um estreito. O estreito é apertadinho, difícil pra você passar. Mas se você passar você vai vencer na vida’”.	no centro das intervenções e de que a equipe buscava trabalhar com ele um processo de escolha entre dois caminhos possíveis de serem trilhados.	procuravam mostrar-me dois caminhos a escolher: um largo, sem parâmetros e um mais estreito, difícil de ser trilhado, mas que, se eu conseguisse segui-lo, poderia vencer na vida.
	Um lugar de Ambigüidades: estar preso, estar livre		
28	“Oh... é complicado né, cê tá preso né, aí daí um pouco, você tem que sair né... e deu a hora, cê ter que voltar... igual, é assim, se você sai às 17:30 h, mas tem que esta aqui às 19:00h, se eu chego às 22:00h tem problemas... Mas então a pessoa também vai pegando o ritmo né.”	A dificuldade em lidar com a característica de (semi) liberdade. A responsabilidade por sair e ter que voltar .	Eu achava um pouco complicado lidar com uma liberdade controlada. Podia sair estando, portanto livre, mas, ao mesmo tempo, sabia que tinha que voltar em determinado horário estando, portanto, limitado. Não é fácil lidar com os horários, mas aos poucos, fui pegando o ritmo.
	Vivências positivas: um lugar para receber ajuda		
01	“Oh, o tempo que eu fiquei lá eu fui sentindo que as pessoas que estavam ali queriam me ajudar né. Só que no começo é muito difícil é... é igual... pra gente que tá lá e mexe com droga né, é muito difícil...”	Demonstra a percepção do interesse das pessoas em ajudá-lo e a dificuldade em aceitar tal ajuda no início, devido ao uso da droga	Durante o tempo que estive na Semiliberdade, fui sentido que as pessoas queriam me ajudar, mas, no início, não foi fácil aceitar aquela ajuda. Penso que o uso de drogas dificultava tal aceitação.
	Vivências positivas: um lugar para errar e aprender		
24	“Ai eu fui dando cabeçadas... mas depois então, que eu fui errando, que eu fui aprendendo, eu acho que o que me tornou assim uma pessoa muito cabeça, minha namorada fala muito isso.” (P: Então você foi errando...) “E fui aprendendo...” (P: Você foi aprendendo... Com o resultado do seu erro, no caso?) “Haham... Porque eu vi que	O amadurecimento foi surgindo com o aprendizado a partir da experiência, das reflexões, dos erros e acertos e das conclusões que foi tirando a partir disso.	Com a possibilidade de errar, aprender com meus erros, acertar, fui me tornando uma pessoa mais madura, o que é reconhecido até por minha namorada. Fui aprendendo com meus erros e tirando conclusões a partir de minhas ações.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	se eu fumasse maconha aqui, lá na frente eu ia ser pego.”		
	Vivências positivas: as relações: cuidado e referência		
08	“É... a gente ia pegar um ritmo né. A gente sente saudades... Eu sinto saudades.” (pensativo) (P: É?... Do que você mais sente saudades?) “Ah das pessoas né... Que sentavam, conversavam comigo, dos educadores que davam conselhos, ficavam de olho se eu tava com dificuldade com a questão da droga, entendeu?”.	O adolescente adquiriu um ritmo de vida dentro da Semiliberdade, do qual sente saudades. A saudade é principalmente das pessoas da instituição e da ajuda que lhe ofereciam com relação à abstinência de drogas.	Eu adquiri um ritmo de vida dentro da Semiliberdade, do qual sinto saudades. Sinto saudades principalmente das pessoas da Semiliberdade, da atenção que elas tinham comigo quando me encontrava em dificuldades com relação às drogas. Pois elas procuravam estar junto a mim, conversar e dar conselhos.
09	(Referindo-se a conversa com o educador) “Tipo assim: ‘Ah... eu não tô conseguindo! Me dá uma ajuda?!’ Entendeu? Aí a pessoa sentava do seu lado... ajudava você conversava. Pra mim, isso, eu acho que isso me ajudava a ficar.”	O apoio que encontrava nos educadores, para suportar os momentos de abstinência e dificuldade, ajudava-o a ficar e cumprir a medida.	Nos momentos em que eu não estava conseguindo me manter na casa e suportar a abstinência, buscava a ajuda dos educadores. Sentia que podia contar com o apoio deles, pois procuravam conversar comigo e estar a meu lado. Isso me ajudava a ficar na casa e cumprir a medida.
10	“Então acho que foi um período muito bom... a partir desse momento, dali pra frente, eu vi que eles estavam me resguardando.” (P: Então, com as medidas que as pessoas da Semiliberdade tomavam, você sentia que eles estavam, de certa forma, cuidando de você?) “ É...Cuidando!...”	O período vivido na Semiliberdade é percebido como positivo, a partir do momento em que encontrou apoio na equipe. Sentia-se resguardado, cuidado.	O período em que vivi na Semiliberdade foi muito bom para mim. Identifico isso a partir do momento que encontrei apoio nos educadores em situações de fragilidade e abstinência. Sentia que estava sendo resguardado, cuidado por eles.
25	(P: Sobre o que facilitou sua atitude de parar com as drogas e buscar mudar de vida). “Oh, facilitou porque..., foi igual eu te falei. Foram os educadores. Pela maneira assim de tratar, de conversar, sentar, fazer carinho assim e	Sobre o que facilitou sua atitude de parar com as drogas e buscar mudar, considera que foi a relação de afetividade e confiança estabelecida com os educadores.	Para mim, o que facilitou minha atitude de parar de usar drogas e buscar mudar de vida foi a relação de carinho com os educadores da Semiliberdade. O apoio recebido por meio de uma conversa e a confiança que

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	tal, conversar... Então eu peguei confiança com aquela pessoa, entendeu?”		fui adquirindo, naquelas pessoas.
	Vivências positivas: as práticas, possibilidade de se expressar		
17	“... porque sempre quando eu tava no direito, eu também falava”. (P: Como?) “Falava, brigava e xingava. Por que tinha que falar, tinha que por pra fora o que tava sentindo”.	A necessidade de se colocar quando sentia que estava certo, ainda que fosse xingando ou brigando.	Quando entendia que estava certo em alguma coisa, sentia necessidade de me expressar, colocar para fora o que estava incomodando. Fazia isso da forma que conseguisse: falando, xingando ou brigando.
	Vivências negativas: a relação com as regras e a identidade pessoal		
04	“Às vezes eu não fazia por onde, porque eu também não ia deixar de ... é... ser o Pedro, pra ser aquela pessoa que tá do meu lado. Mas eu queria ir... Assim... Ir me entregando aos poucos até um dia, me entreguei totalmente!”	A busca por manter sua identidade fazia com que não aceitasse tudo que lhe colocavam, nem se entregasse totalmente. A confiança foi sendo estabelecida aos poucos.	Nem sempre eu fazia tudo que esperavam de mim ou que me impunham, pois não poderia deixar de ser eu mesmo para me transformar em outra pessoa. Eu queria era ir me entregando e confiando aos poucos, até quando me entreguei totalmente.
	Vivências negativas: a relação com a equipe		
12	“Que eu no começo, eles falavam, aí eu falava: ‘Ah, você não manda em mim, você não é minha mãe, não é meu pai!’”.	Fala sobre a resistência em aceitar as orientações dos educadores, no começo, por não reconhecê-los como autoridade.	No começo, eu não aceitava aquilo que os educadores me falavam, pois não achava que eles podiam me dizer o que fazer, já que não os considerava como uma autoridade tal qual seria um pai ou uma mãe.
26	“... porque muitas das vezes o adolescente tá ali dentro, mas ele tá desconfiado. Ele acha que as pessoas tá ali tipo pra colocar um freio neles...”	A princípio, os adolescentes desconfiam do papel do educador, acreditando que seu objetivo seria contê-lo.	Percebo que muitos adolescentes na Semiliberdade, desconfiam das intenções dos educadores. Experimentam suas intervenções como uma contenção, como uma forma de podar sua liberdade.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Vivências negativas: desistências e evasões		
31	“Agora uma coisa que eu não consigo entender, é... igual quando eu tava na Semiliberdade. Eu vi muito mas, muito colega meu pulando muro, pulava e não voltava...” (P: Você não consegue entender que...) “Eles deixou a desejar né ... deixou a desejar porque, da mesma maneira que eu tive de tudo para mim mudar e eu mudei, eles também tiveram e deixaram...”	Fala, com certa indignação, dos colegas que desistiam de cumprir a medida, pulando o muro e indo embora. Considera que não aproveitaram a oportunidade que tiveram como ele aproveitou.	Eu fico, às vezes, indignado com alguns colegas que tiveram os mesmos incentivos que eu tive para mudar e que não souberam aproveitá-los, desistindo de cumprir a medida. Penso que eles não corresponderam ao empenho das pessoas em tentar ajuda-los.
	A MUDANÇA Antecedentes: o medo de morrer		
35	“Então eu pensava assim... - só que eu não pensava em matar e roubar não - eu pensava que... pensava: ‘eu vou morrer...’ Que eu vi muito camarada morrendo. Aí, tanto que o pessoal aqui até falava. Pô, todo mundo que tá no meio da droga, tá se matando! Aí eu ficava rindo... debochava da cara deles... mas hoje, graças à Deus não faço mais assim”.	A idéia da própria morte surgia como uma consequência da vida de usuário de drogas e envolvimento com o crime. Via muitos colegas morrendo, no entanto, procurava não pensar nisso.	Eu não pensava em matar ou roubar, como outros usuários de droga, sabia que iria acabar morrendo como via acontecendo com inúmeros colegas que estavam como eu. Muitas pessoas me diziam isso, mas eu evitava ouvir ou dar importância a essas pessoas.
	O que é concebido como mudança: redução ou abandono da droga		
23	“Então, depois que eu parei de mexer com a droga, comecei a ficar mais assim de cara limpa, sem beber, sem nada, só o vício que eu tenho até hoje que é o cigarro, as coisas foram mudando”.	A mudança relacionada à diminuição do uso de drogas e da bebida.	Acredito que as coisas foram mudando para mim, com a diminuição do uso de drogas e da bebida, quando comecei a me livrar desses outros vícios, mantendo apenas o cigarro.
	O que é concebido como mudança: amadurecimento		
24	“Ai eu fui dando cabeçadas... mas depois então ... que eu fui errando, que eu fui	O amadurecimento foi surgindo, no adolescente, com o aprendizado, a partir	Com a possibilidade de errar, aprender com meus erros, acertar, fui me

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	aprendendo, eu acho que o que me tornou assim uma pessoa muito cabeça. Minha namorada fala muito isso... Porque eu vi que se eu fumasse maconha aqui, lá na frente eu ia ser pego.”	da experiência, das reflexões, dos erros e acertos e das conclusões que foi tirando.	tornando uma pessoa mais madura, o que é reconhecido até por minha namorada. Fui aprendendo com meus erros e tirando conclusões a partir de minhas ações.
38	“Tanto que, tipo assim, eu fico vendo assim, e tal, na barriga da mãe dele, ele já começa a mexer... e na hora que já começa a mexer, você começa a ficar maduro, aí você pensa que tem que estudar, começa a ficar mais parado... Vou ver o que tem que fazer, porque eu quero dar uma vida boa e eu vou ver o que tenho que fazer...”	A existência concreta do filho como algo que desperta o desejo de mudança e busca por um amadurecimento	Quando me deparo com a vida do meu filho existindo na barriga de sua mãe, sinto necessidade de me tornar mais maduro, de buscar retornar aos estudos e encontrar meios de oferecer-lhe uma vida melhor do que aquela que eu tive.
39	“Eu tenho um primo que tem vinte anos e ele tem dois filhos... e ele deixou assim, tudo sabe? Igual eu falo, eu fico com dó... fico com dó... quê o cara tem dois filhos e não ajuda em nada! Então, dez Reais que ele gasta ali, é um pacote de fralda. Igual se eu trabalho ali, eu ganho vinte contos, pego, tiro dois Reais para comprar cigarro, o resto eu dou pra ela... Pra cuidar dela e do meu filho. Então, quando ela vai lá em casa e já fala com minha mãe o que precisa...”	O primo mais velho surge como um referencial negativo sobre o que é ser pai. O adolescente procura se portar de forma diferente, desde já, cuidando da mãe e tentando atender às suas necessidades	Eu censuro meu primo, devido à falta de interesse e investimento em seus próprios filhos. Eu procuro atender às necessidades da mãe de meu filho, contribuindo, financeiramente desde agora, pois entendo que preciso cuidar dela, para cuidar dele.
O que é concebido como mudança: resgate da auto-estima			
05	“...até um dia me entreguei totalmente!” (P: E como que foi esse momento em que você se entregou totalmente?) “Foi o momento que eu senti que eu tava mudando pra melhor. Eu tava assim, aparentemente mais bonito... mais assim responsável, fazia	A confiança na equipe se estabelece, quando ele começa a perceber uma mudança em si mesmo, para melhor.	Comecei a confiar mais integralmente naquelas pessoas, quando percebi que estava mudando para melhor. Comecei a me achar mais bonito, sentia-me mais responsável por cumprir meus compromissos.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	tudo, estudava à noite, acordava cedo.”		
	O que é necessário para a mudança acontecer: relação com Pessoa significativa: amizade e referências		
08	“É... a gente ia pegar um ritmo né. A gente sente saudades... Eu sinto saudades.” (pensativo) (P: É?... Do que você mais sente saudades?) “Ah das pessoas né... Que sentavam, conversavam comigo, dos educadores que davam conselhos, ficavam de olho se eu tava com dificuldade com a questão da droga, entendeu?”.	O adolescente adquiriu um ritmo de vida dentro da Semiliberdade, do qual sente saudades. A saudade é principalmente das pessoas da instituição e da ajuda que lhes ofereciam com relação à abstinência de drogas.	Eu adquiri um ritmo de vida dentro da Semiliberdade, do qual sinto saudades. Sinto saudades principalmente das pessoas da Semiliberdade, da atenção que elas tinham comigo, quando me encontrava em dificuldades com relação às drogas. Nesses momentos, elas procuravam estar junto a mim, conversar e dar conselhos.
29	(P: Sobre o que ficou de mais significativo daquele período) “Ah ... a amizade né! (pensa) A amizade assim... aquele carinho, os conselhos né... que passa tipo um filme na cabeça da gente... Quando a gente ta muito assim... é... como se diz... perturbado né, não sei se é a palavra certa...” (P: Preocupado, confuso?) “É... Aí você lembra das pessoas te falando né... Aí, isso aí, é onde você levanta né! E cê não quer nem saber daquele problema mais.”	A amizade, traduzida em carinho e referências, é o que fica de mais significativo. Essa relação serve como referência ainda hoje, quando se encontra em momentos difíceis.	Para mim, a amizade, traduzida na forma de carinho e referências, é o que ficou de mais significativo. Ainda hoje, nos momentos em que me sinto perturbado ou confuso, lembro-me dessa amizade que surge como um filme em minha cabeça, As palavras ouvidas, naquela ocasião, ajudam-me e fazem com que eu me sustente e não me deixe abater pelos problemas.
	O que é necessário para a mudança acontecer: • construção de uma relação de confiança:		
03	“Mas com o tempo passando, assim, acreditando mais naquelas pessoas que queriam me ajudar, ai eu cheguei ao ponto que eu falei assim: ‘Pô, peraí, eles querem me ajudar, então pô, eu tenho que fazer por onde’”.	O transcorrer do tempo e a crença na intenção da equipe em ajudá-lo, fizeram com que o adolescente buscasse corresponder àquela intenção de alguma forma.	Com o tempo, comecei a confiar na intenção daquelas pessoas em me ajudar e senti vontade de corresponder àquele empenho, tentando fazer a minha parte.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
05	“...até um dia me entreguei totalmente!” (P: E como que foi esse momento em que você se entregou totalmente?) “Foi o momento que eu senti que eu tava mudando pra melhor. Eu tava assim, aparentemente mais bonito... mais assim responsável, fazia tudo, estudava à noite, acordava cedo.”	A confiança na equipe se estabelece, quando ele começa a perceber uma mudança, em si mesmo, para melhor.	Comecei a confiar mais integralmente naquelas pessoas, quando percebi que estava mudando para melhor. Comecei a me achar mais bonito, sentia-me mais responsável por cumprir meus compromissos.
11	“Teve até uma vez, que eu namorava uma menina na escola, que tava envolvida também, entendeu?. E aí os caras (traficantes) vieram na porta da escola e essa menina até chegou a levar um tiro. Aí, quando cheguei à ‘Semi’, ficaram sabendo da história, depois de um tempo me chamaram e me falaram que iam tentar me mudar de escola, por que ali tava perigoso para minha vida”. (P: O que você sentiu nesse momento?) “Oh, depois que eu saí de lá (da escola), eu senti que eu tava sendo bem cuidado.”	Conta um episódio em que se envolveu com outra adolescente, usuária de drogas e que foi ameaçado por traficantes que inclusive atiraram nela. Quando essa situação chega ao conhecimento da Semiliberdade, decidem por muda-lo de escola, devido ao risco de morte.	Houve um episódio, em que as pessoas da Semiliberdade tomaram a atitude de me tirar de uma escola, por entenderem que eu estava correndo risco de morte, devido a meu namoro com uma menina envolvida com traficantes. Essa menina, inclusive, chegou a ser baleada lá. Depois que saí daquela escola, por intervenção das pessoas da Semiliberdade, eu vi realmente que se preocupavam comigo e cuidavam de mim.
13	“E depois que aconteceu isso foi pra eu ver, parar e refletir o que era bom e o que era ruim. Então é onde que eu fiz minha escolha: ‘Eu vou obedecer, eu vou tentar fazer o possível e o impossível pra... ficar numa boa’”.	Quando foi retirado da escola, devido ao risco de vida, começou a refletir sobre o que seria bom ou ruim para si mesmo. Decide aceitar mais as orientações e se portar melhor.	Eu comecei a refletir sobre o que era melhor ou pior para mim, a partir daquela atitude da equipe de me tirar de um lugar perigoso. Essa reflexão levou-me a fazer uma escolha por aceitar mais as orientações daquelas pessoas e fazer o possível para me portar bem.
27	“Mas a pessoa não tá ali pra colocar um freio neles. Tá ali pra aconselhar, pra ver se ele muda... se ele vira a cabeça, tem outros pensamentos. Você entendeu? Não é que a pessoa quer mandar em nada.”	A percepção, construída com o tempo, de que o objetivo dos educadores não é mandar, mas sim aconselhar e tentar ajudá-los a mudar de vida.	Com o tempo, percebi que as pessoas não estavam ali para nos conter ou cercar nossa liberdade, mas para nos aconselhar e tentar nos ajudar a pensar em outras coisas, mudar de vida.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	O que é necessário para a mudança acontecer: • um Posicionamento pessoal:		
14	(após o episódio da escola) “Éh... Eu parei e pensei... e falei: ‘Pô, tô mexendo com droga... já tem muitos anos... Aí eu chego ao ponto que eu cheguei... E agora eu parei, tô conhecendo outros ambientes, outras pessoas, outras amizades diferentes’. E eu sempre quis preservar aquilo”.	O risco de morte eminente, vivido na escola, faz com que o adolescente pare para refletir até onde tinha chegado com o uso de drogas e sobre o que tinha conseguido conquistar a partir do momento em que diminui seu uso.	Após ter sido tirado de uma situação de risco eminente, eu parei, pensei e concluí que já vinha usando droga há alguns anos e que isso havia me levado a tal ponto de destruição. Percebi que, a partir do momento que parei de usá-la, conheci outros ambientes, outras pessoas e amizades diferentes, as quais queria preservar.
	O que é necessário para a mudança acontecer • Um projeto de vida – ser um bom pai		
33	“Pra manter meu moleque né. Então, toda vez que eu paro assim e ponho a mão nele, eu lembro que agora eu... (emociona-se um pouco) ah... sei lá... Tipo assim eu achava que eu ia morrer, entendeu? Ai eu falava assim: ‘pô antes de eu morrer eu vou ter que deixar um filho’. É... com a namorada entendeu?”	A emoção de ter um filho surge quando o sente concretamente na barriga da mãe. O filho é como a possibilidade de sua continuidade, de deixar algo no mundo após sua morte.	Eu fico emocionado ao sentir a vida de meu filho dentro da barriga da mãe dele. Emociono-me porque pensava que iria morrer e não deixaria ninguém como uma continuidade. Era importante para mim deixar um filho no mundo antes de morrer.
34	“A idéia, tipo assim, é a idéia que a droga não vai deixar adquirir um pensamento de ter um filho. Que a pessoa que... vamos supor, tipo assim... fuma crack., mexe com química mesmo, só pensa assim: ‘Eu vou matar, arranjar um 38, vou fazer isso, vou fazer aquilo’. É só pensamento ruim que vem na cabeça entendeu?”	O desejo de ter um filho é considerado incompatível com os pensamentos cultivados durante o uso de drogas, principalmente daquelas mais pesadas como o crack..	Eu acho que o desejo de ter um filho é incompatível com o uso da droga, pois o usuário de drogas pesadas, como o crack. e outras químicas, só cultiva pensamentos de morte e de crimes. Somente pensamentos ruins lhe vêm à cabeça.
36	(P: E agora, que você está aí, está com outro projeto de vida... o que é o filho pra você?) “Ah meu filho pra mim é minha vida!... O que eu puder	O filho surge como sua própria vida. Uma possibilidade de oferecer-lhe o que não recebeu quando criança.	Meu filho tem o sentido de minha própria vida. Tenho a chance de poder oferecer-lhe tudo aquilo que não recebi na minha infância, e pretendo fazê-lo.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	dá a ele, eu vou dar. O que eu não tive eu vou dar pra ele, né?”		
38	“Tanto que, tipo assim, eu fico vendo assim, e tal, na barriga da mãe dele, ele já começa a mexer... e na hora que já começa a mexer, você começa a ficar maduro, aí você pensa que tem que estudar, começa a ficar mais parado... vou ver o que tem que fazer, porque eu quero dar uma vida boa e eu vou ver o que tenho que fazer...”	A existência concreta do filho é algo que desperta o desejo de mudança e busca por um amadurecimento.	Quando me deparo com a vida do meu filho existindo na barriga de sua mãe, sinto necessidade de me tornar mais maduro, de buscar retornar aos estudos e encontrar meios de oferecer-lhe uma vida melhor do que aquela que eu tive.
	O que é necessário pra mudar: manutenção de uma estrutura – uma rotina		
06	“Então, são é.... ritmos diferentes que eu tava aprendendo e que... e hoje em dia eu sinto um pouquinho de falta.”	Sobre a falta que sente da rotina e do ritmo de vida estabelecidos na Semiliberdade.	Hoje em dia, eu sinto falta do ritmo de vida diferente e das rotinas que fui apreendendo dentro da Semiliberdade.
07	“Que... eu acho que se eu tivesse fazendo um curso... estudando ainda... eu não ia ter tanta besteira pra pensar igual eu penso”.	Atualmente, a falta de atividades da escola e das rotinas o faz ocupar seus pensamentos com besteiras.	Tenho pensado em muita besteira hoje em dia e acho que não teria como me ocupar com isso se estivesse estudando ou ocupando meu tempo com um curso.
	Problemas enfrentados ao tentar mudar: a dificuldade em se livrar do vício (droga e álcool)		
02	“... pra gente que ta lá e mexe com droga né, é muito difícil. Você não aceita a opinião que as pessoas têm, acha que você que tem que tá certo, que você nunca vai mudar, que você vai ficar só naquela”.	A dificuldade em aceitar a opinião dos outros no início do processo, devido ao uso de drogas e a falta de perspectivas devido a tal uso.	No início, por estar usando drogas, eu achava difícil aceitar a opinião de outras pessoas, pois não acreditava que poderia mudar de vida. Portanto, pensava que somente eu estava certo a meu respeito.
20	“Eu acho que o que mais dificultou, mais, foi a mentira mesmo...” (P: A mentira?) “É... Eu falava muita mentira!	O adolescente aponta a mentira quanto ao uso de drogas e bebida, como algo que mais dificultou seu processo e sua saída da casa.	Eu acho que o que mais dificultou o meu processo, na casa, foi a mentira. Eu falava muita mentira e tentava ocultar o uso de

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Às vezes eu chegava na Semiliberdade, eu tava drogado. Ai.” (Reproduz o diálogo): Educ.- Ah! cê tá drogado! Adol. - Não, tô não! Educ. - Cê bebeu! Adol. - Não bebi não!		droga e bebida, mesmo quando os educadores viam isso claramente.
21	“Tanto que teve uma questão dessas aí que me atrapalhou um pouco. Foi quando eu cheguei embriagado lá, passei mal, vomitei, nossa! Aquele vexame todo, né! Aí, acho que por isso, eu fiquei mais um pouquinho de tempo também na ‘casa’”.	A impressão de que as mentiras com relação ao uso de drogas e bebida, contribuíram para prolongar sua permanência cumprindo a medida.	Penso que o fato de vir mentindo quanto ao uso de drogas e bebida, mesmo quando isso era extremamente evidente, contribuiu para que eu não fosse liberado antes, tendo que ficar por mais tempo cumprindo medida.
22	“Aí, acho que por isso, eu fiquei mais um pouquinho de tempo também na ‘casa’. Porque tava junto com a droga né, com o álcool. Sãos duas drogas que, se a pessoas não saber evitar, mata.”	O uso do álcool e de drogas juntos e sem medida foi considerado como um fator de risco que o impedia de conseguir sua liberação.	Tenho a impressão de que fiquei mais tempo cumprindo a medida, porque estava usando álcool e drogas juntos e de forma descontrolada. Não sabia evitar tal combinação e isso poderia mesmo me matar.
A VIDA ATUAL Percepção de si: Ainda em risco			
07	“Que... eu acho que se eu tivesse fazendo um curso... estudando ainda... eu não ia ter tanta besteira pra pensar igual eu penso”.	Atualmente, a falta de atividades da escola e das rotinas o faz ocupar seus pensamentos com besteiras.	Tenho pensado em muita besteira hoje em dia e acho que não teria como me ocupar com isso se estivesse estudando ou ocupando meu tempo com um curso.
Percepção de si: um cara mais maduro			
24	“ Ai eu fui dando cabeçadas... mas depois então ... que eu fui errando, que eu fui aprendendo, eu acho que o que me tornou assim uma pessoa muito cabeça, minha namorada fala muito isso...” (P: Então você foi errando...) “E fui aprendendo...” (P: Você foi aprendendo...	O amadurecimento foi surgindo com o aprendizado a partir da experiência, das reflexões, dos erros e acertos e das conclusões que foi tirando a partir disso.	Com a possibilidade de errar, aprender com meus erros, acertar, fui me tornando uma pessoa mais madura, o que é reconhecido até por minha namorada. Fui aprendendo com meus erros e tirando conclusões a partir de minhas ações.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Com o resultado do seu erro, no caso?) “Haham... Porque eu vi que se eu fumasse maconha aqui, lá na frente eu ia ser pego...”.		
	Percepção de si: mais feliz		
32	“Que hoje em dia, eu posso dizer que eu sou um cara feliz... não totalmente feliz, mas eu sou feliz. Falta ainda acabar de completar esse 2º grau, ir arrumar um emprego... pra manter meu moleque né!”	A percepção de ser uma pessoa feliz, ainda que lhe falte concretizar alguns planos, como terminar a escola e ter condições de sustentar o filho.	Hoje em dia, eu me considero uma pessoa feliz. Não totalmente feliz, porque ainda preciso concretizar alguns projetos, como voltar a estudar e ter condições de sustentar meu filho. Mas sou feliz.
	Manutenção do vínculo afetivo		
15	“Igual, eu tenho amizade até hoje com as pessoas que trabalham lá, tenho o maior respeito, o maior carinho também.”	O laço afetivo que continua a manter, ainda hoje, com as pessoas da Semiliberdade.	Mesmo fora da Semiliberdade, ainda hoje, mantenho amizade com as pessoas de lá e sinto o maior carinho e respeito por elas.
30	“Igual, muitas das vezes, eu ligo lá pra Semi, converso, troco uma idéia, escuto um conselho... que conselho que vem daqui para lá, é bom demais! ... Isso parece que me alivia”.	A Semiliberdade e as pessoas de lá continuam a ser uma referência segura para o adolescente, que mantém o contato baseado na confiança estabelecida.	Ainda hoje, eu mantenho contato com a Semiliberdade. Eu busco-os para conversar, trocar idéias e escutar um conselho, pois confio que tudo que vem deles é positivo e bom para mim.
	Um projeto de vida: Ser um bom pai		
37	“Eu vou dar assim, eu vou dar amor né, que eu não sei se ele vai ter assim... mas, o que eu tiver condições assim, eu vou dar a ele!” (P: Você está dizendo é no sentido de ser pai?) “É... que quando eu era menino e eu não tive... É... de falta de carinho, amor ele não vai poder reclamar nunca, que o moleque vai ter de sobra!”	O desejo de oferecer ao filho não coisas materiais mas o amor e carinho que ele mesmo não recebeu na infância.	Eu não sei o que terei condições de dar a meu filho em termos materiais, mas o que eu vou dar a ele, com certeza, é muito amor. Eu não quero que meu filho sinta que não recebeu o carinho e amor de um pai, como eu mesmo sinto hoje em dia. Tenho certeza de que carinho e amor ele terá de sobra.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
39	“Eu tenho um primo que tem vinte anos e ele tem dois filhos... e ele deixou assim, tudo sabe? Igual eu falo, eu fico com dó... fico com dó... quê o cara tem dois filhos e não ajuda em nada! Então, dez Reais que ele gasta ali, é um pacote de fralda. Igual se eu trabalho ali, eu ganho vinte contos, pego, tiro dois Reais para comprar cigarro, o resto eu dou pra ela... Pra cuidar dela e do meu filho. Então, quando ela vai lá em casa e já fala com minha mãe o que precisa...”	O primo mais velho surge como um referencial negativo sobre o que é ser pai. O adolescente procura se portar de forma diferente, desde já, cuidando da mulher e tentando atender às suas necessidades.	Eu censuro meu primo, devido à falta de interesse e investimento em seus próprios filhos. Eu procuro atender às necessidades da mãe de meu filho, contribuindo financeiramente desde agora, pois entendo que preciso cuidar dela, para cuidar dele.
	Um diferente modo de se relacionar		
16	“Agora, se eu tiver errado, se chegar e falar igual eles falava antes comigo quando eu tava lá, eu baixo a cabeça e escuto... se eu tiver errado! Bom, se eu tiver no meu direito também eu vou falar...”	Sobre a relação que ainda hoje mantém com a Semiliberdade, considera-se capaz de ouvi-los e reconhecer quando estiver errado e também de se posicionar quando estiver certo.	Ainda hoje, a opinião das pessoas da Semiliberdade tem importância para mim. Se perceber que estou errado, sou capaz de reconhecer isso e aceitar o que me dizem. Por outro lado, se entendo que estou certo, sinto-me à vontade para me colocar e questionar.
40	“E quando eu tô nervoso, eu hoje vou tentar não ficar... ficar mais tranqüilo, que toda família tem um estresse, né? Oh, às vezes eu tô deitado lá, na boa, escutando meu rádio... minha mãe vai lá, tira e já arruma outro cd. Aí, tipo assim... é... aquele... relacionamento tipo assim, de família, que rola mesmo, entendeu? Que eu acho assim, que incomoda, mas que hoje em dia, ah... eu deixo pra lá”. (P: Você acha que lida melhor com isso hoje em dia?) “É... quando eu tô vendo que a pessoa faz isso para me fazer raiva, que meus irmãos eles	Uma forma diferente, mais madura de lidar com os conflitos familiares.	Hoje em dia, quando fico nervoso com alguma coisa, procuro me controlar um pouco mais. Por exemplo, às vezes, quero ouvir uma música em casa e fico incomodado quando minha mãe muda o cd e não respeita meu espaço, mas entendo que toda família possui algumas dificuldades de relacionamento, então, já não reajo como antes nesses momentos. Quando percebo que meu irmão faz algo somente para me irritar, consigo me conter mais e não reagir como antes.

Nº do Trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	fazem muita raiva em mim, eu pego e acabo deixando pra lá...”		

7.1.3 Sujeito 03 – João Paulo

1 A VIDA ANTERIOR À MEDIDA DE SEMILIBERDADE

1.1 O uso de drogas

- E o envolvimento com o tráfico: 13,18,23,75
- E a autodestruição 19

1.2 O contexto social: 51

1.3 A relação com o ato infracional e com a lei: 01, 11, 12, 21

1.4 O sentido da intimação judicial

- Uma oportunidade: 02, 14, 20
- Um refúgio: 15, 16, 17

1.5 Experiência com outras medidas: 07, 08, 09, 10

2 VIVENDO EM (SEMI) LIBERDADE

2.1. Um lugar de Ambigüidades:

- Nem tudo são flores: 53
- A questão da escolha: 86, 87, 89
- Estar preso, estar livre: 88

2.2 Vivências experimentadas como positivas

- Um Lugar: Com chance de sobrevivência: 33, 76, 77
- Um Lugar: De estabilidade: 27
- Um Lugar: Com oportunidades para mudar: 06, 20, 92, 93
- As Relações: de amizade e afeto com a equipe: 52, 72, 97
- As Práticas: Reuniões para lidar com conflitos: 54, 66
- As Práticas: Discussões e novas idéias: 55, 57

2.3 Vivências experimentadas como negativas

- Lidar com as regras da instituição: 70, 71
- A relação com o educador: momentos de conflito: 53,65, 66
- O contraste entre os dois mundos: 43, 47, 50

- Incompreensão do objetivo do trabalho: 25, 91

2.5 Parceria ente outras instituições e a Semiliberdade: 94, 96

2.6 O impacto perante a liberação. 40

2.7 Um tempo subjetivo: 34, 35, 40

3 A MUDANÇA

3.1. Antecedentes:

- O desejo de mudar: 03, 04, 26, 69
- O medo de morrer: 13, 73, 74, 77
- Relação entre busca por mudança e a maioria: 22, 23, 24, 39

3.2 O que é concebido como mudança:

- A redução ou abandono das drogas; 37, 79, 80
- Maturidade: Flexibilidade na busca por trabalho 63, 64, 68,
- Auto imagem: O despertar de um interesse pela vida: 59
- Resgate de vínculos familiares e sociais; 38
- Descoberta de um potencial pessoal: 60, 61

3.3 O que é necessário para o processo de mudança acontecer;

- Relação com pessoa significativa: o laço afetivo: 52, 72, 97
- Um Posicionamento pessoal: 36
- Ter um projeto de vida: 84, 85
- Reconhecimento e aceitação social: 31
- Uma estrutura que dê apoio durante o processo: 27,58
- Ser despertado para a possibilidade de mudança: 90, 93
- Uma estrutura fora da Semiliberdade: 30, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49
- Uma oportunidade de trabalho: 60, 61, 62, 63, 64, 67, 95, 96,

3.4 Problemas enfrentados ao tentar mudar:

- As exigências do mundo do crime: 05
- Conseguir se livrar das drogas: 72, 78, 79, 89

- Os rótulos e a discriminação: 31, 32
- A falta do apoio familiar: 28, 29

4 A VIDA ATUAL

4.1 Percepção de si:

- Muito a crescer: 56
- Mais feliz: 82

4.2 A realização do projeto de vida: 80 81, 84

4.3 Um Diferente modo de viver: 83

QUADRO 3 – Sujeito 3: João Paulo

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
Item	A VIDA ANTERIOR À MEDIDA DE SEMILIBERDADE O uso de drogas: e o envolvimento com drogas e com o tráfico		
13	(P. Pergunto sobre seu envolvimento com as drogas e o tráfico). “Tava muito envolvido... Eu cheguei a ir para o Paraguai com dezessete anos de.. de droga... (corrige) de idade, pra buscar drogas pra maiores! Então, eu tava envolvido com.. com.. coisa grande! E meu medo era de... de... chegar até a falecer.”	O adolescente estava muito envolvido com as drogas e o tráfico. Já era utilizado pelos mais velhos para transportar a droga do Paraguai para o Brasil. Estava envolvido com escalões mais avançados no mercado de drogas e tinha medo de falecer devido a tal envolvimento.	Eu estava realmente muito envolvido, tanto com o uso da droga, quanto com o tráfico. O envolvimento era tal que, com dezessete anos de idade, eu já servia como ponte entre o Paraguai e o Brasil, fazendo serviços para maiores (por ser menor). Eu tinha medo de morrer nessa época, pois estava envolvido com coisa grande.
18	“Eu tava vinculado, eu tava ameaçado e muito envolvido... Tanto é, que eu saí da casa da minha mãe porque as coisas já começaram a chegar dentro da minha casa! Né? Quer dizer, já não tava sendo só eu. Eu tava atingindo minha família, eu tava atingindo minha mãe, tava atingindo meus irmãos, eu tava atingindo toda minha família com as drogas.”	O adolescente estava muito envolvido com o mundo do crime e também ameaçado de morte. Chega a sair da casa da mãe, devido a tal envolvimento, pois não era só ele que corria riscos, mas toda sua família.	Eu realmente estava muito vinculado ao mundo do crime e também ameaçado de morte. Tão envolvido que precisei sair da casa de minha mãe, com medo de que toda minha família pudesse ser atingida. Sentia-me responsável por estar colocando, não só minha vida como também a de minha família em risco.
23	“Eu tava com dezoito anos. Eu tinha passado por muita coisa ruim, eu tinha passado por muita violência, eu já tinha usado muita droga. Então eu já tava um pouco estafado disso tudo...”	Aos dezoito anos de idade, já havia passado por muitas situações de violência, tinha usado muita droga e estava cansado de tudo isso.	Aos dezoito anos, eu já me sentia cansado de tanto sofrimento, pois já havia passado por muitas situações de violência e usado muita droga.
75	“... que eu sempre fui muito sonhador, então eu sonhava e muita coisa e... o meu envolvimento com droga na minha adolescência, eu fui perdendo as esperanças...”	Fala com voz embargada sobre a perda das esperanças e dos sonhos, devido ao envolvimento com drogas.	Eu sempre tive sonhos para minha vida e, com o meu envolvimento com as drogas, fui perdendo as esperanças de realizar esses sonhos.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
O uso de drogas: e a autodestruição			
19	“Eu tava me destruindo e destruindo minha própria família. Então saí de casa e fiquei me refugiando... dormindo ali... dormindo aqui... casa de um... casa de outro... às vezes na rua.”	Ao perceber que estava se destruindo e destruindo sua própria família, o adolescente resolve sair de casa e ir para as ruas. Fica sem um local fixo para viver.	Quando percebi que, além de me destruir, estava destruindo minha própria família com o uso de drogas, resolvi sair de casa e ir viver nas ruas ou me refugiar na casa de amigos.
O contexto social			
51	“Que a maioria das pessoas que vem aqui, não todos, mas a maioria dos adolescentes que vem aqui, vem de família <u>muito</u> humilde, vem de família muito pobre, vem de dentro de <u>favelas</u> , que as coisas estão acostumadas a acontecer de uma forma!”	Os adolescentes que vêm para a Semiliberdade se originam de famílias muito humildes e de lugares com um determinado contexto social.	A realidade da maioria dos adolescentes que vem para cá é de pobreza e de uma situação de vida muito precária onde as coisas funcionam de forma diferente daqui.
A relação com a lei e o ato infracional			
01	“É... eu cheguei na casa, com... com... Um pouco diferente dos meninos que chegam porque, na maioria das vezes os meninos chegam obrigados pelo sistema, né? Obrigado pelo juizado de menor, obrigado pelo juizado”.	O adolescente considera que chegou à Semiliberdade com uma postura diferente dos demais.	Eu cheguei na casa com uma postura diferente da dos outros adolescentes, pois não sentia que estava ali apenas por uma imposição judicial, como percebo acontecer com os outros em geral.
11	“Então, é... com dezessete anos eu cometi uma infração, que foi uma tentativa de homicídio, é... que graças a Deus não foi concluída e que chegou até o juizado.”	Estando nas ruas, aos dezessete anos, o adolescente comete outro ato infracional, tentativa de homicídio. Esse fato chega ao conhecimento do Juizado.	Com dezessete anos, cometi um ato infracional mais grave que levou-me novamente ao juizado: tentativa de homicídio. Sinto-me aliviado por não ter chegado a matar aquela pessoa.
12	“Eu compareci no juizado uma vez, depois não compareci outras vezes e quando eu estava com dezoito anos recebi uma intimação na minha casa.” (P: Aí que você recebeu a intimação. Era pra você comparecer mais vezes provavelmente, né...) “Mais vezes, e eu não	Ao ser intimado, o adolescente compareceu apenas uma vez no juizado e não retornou nas novas intimações. Com dezoito anos, recebeu nova intimação em sua casa. Atribui o fato de não ter atendido às intimações do juiz, ao tipo de vida que estava levando.	Embora tenha sido chamado várias vezes ao juizado, compareci apenas uma vez, antes da intimação que recebi aos 18 anos. Atribuo essa atitude ao tipo de vida que eu estava levando. Eu me sentia completamente destruído pelas drogas, completamente vinculado à vida nas ruas.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	compareci, é... mediante a vida que eu tava vivendo né, eu tava completamente destruído pela droga, completamente vinculado nas ruas e...”		
21	(P: Aí você veio pra Semiliberdade, então para você, você veio já com uma disposição diferente). “Diferente! Porque às vezes os meninos já tão internados – Eles ficam internados e ali, o juiz fala assim: ‘Oh! Ou você fica internado, ou então você vem pra Semiliberdade’. Então, quer dizer, eles não vem com o intuito de... tá... da forma de... de mudar.”	Considera que vem para a Semiliberdade com um objetivo diferente dos demais adolescentes, pois muitos desses vêm para a Semiliberdade como uma alternativa à internação, conforme lhes é colocado pelo juiz. E, com isso, não vêm com o objetivo de mudar de vida.	Eu encarei a medida de Semiliberdade de uma forma diferente dos demais adolescentes, por não estar preso na época. A fala do juiz e o fato de se encontrar anteriormente em medida de regime fechado, fazem com que a maioria dos adolescentes entenda a Semiliberdade apenas como uma alternativa à internação e não venha para cá com o objetivo de mudar.
O sentido da intimação Judicial: Uma chance			
02	“E eu não vim com esse intuito, tanto porque eu ‘tava’ na rua quando eu recebi essa medida sócioeducativa. Eu já era maior de idade, eu tinha dezoito anos e aconteceu do juizado tá me dando a oportunidade d’eu pagar por uma coisa que eu fiz quando era menor de idade, já maior de idade.”	Ressalta que já era maior de idade quando recebe a intimação para cumprir essa medida. A intimação se referia a algum ato infracional que ele havia cometido enquanto ainda era menor. Por isso é sentida como uma oportunidade.	Eu venho para cá, com uma disposição diferente dos demais, visto que já era maior de idade (nem deveria mais cumprir medidas sócio-educativas para menores). Por se tratar de uma intimação referente a um ato infracional cometido quando ainda era menor de idade, ela teve, para mim, o sentido de uma oportunidade, mais do que uma imposição.
14	“Então é... aí começou a acabar o dinheiro, começou a acabar a mordomia e as coisas foram se complicando e chegou no ponto que eu não sabia pra quem mais recorrer e foi quando eu recebi esta intimação.”	A intimação chega num momento em que a vida no tráfico começava a ficar difícil, sua situação começa a se tornar perigosa e o adolescente se vê sem saída	A intimação para cumprir a Semiliberdade chega à minha vida num momento em que os ganhos advindos do tráfico diminuíram e, com isso, também os benefícios conseguidos por meio desse dinheiro. Minha situação começa a ficar perigosa e eu me via então, sem ter a quem pedir ajuda.
20	“E quando chegou a intimação, eu falei assim: ‘É uma saída pra mim né! É agora ou	Quando recebe a intimação encara como uma saída da situação que se encontrava.	A intimação teve, para mim, o sentido imediato de uma saída, uma última chance de me

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	nunca!’ (fala quase sem respirar).”		livrar da vida nas ruas e no crime.
	O sentido da intimação judicial: um refúgio		
15	“Recebi não, já estava fora da casa da minha mãe, minha mãe recebeu essa intimação, eu estive lá e ela me deu e aí eu falei assim - na época eu tava devendo na rua, tava envolvido demais - falei assim: ‘eu posso sair agora da rua, dessa forma, eu vou preso, passo um tempo lá dentro, tento parar com as drogas, quando eu sair eu faço minha vida’”.	O adolescente estava muito envolvido com o crime, devendo a traficantes e vivendo nas ruas ou em casa de amigos, quando recebe a intimação. A intimação surge como uma oportunidade de sair das ruas e se proteger.	Eu já estava morando nas ruas, fora da casa de minha mãe, quando recebi a intimação do juiz. Naquela época, eu estava muito envolvido com o tráfico e, principalmente, devendo aos traficantes. A intimação surgiu para mim como uma possibilidade de sair das ruas, ser esquecido. Estando preso, eu poderia tentar parar de usar drogas e refazer minha vida ao sair.
16	(P: Ah!... quando você recebe a intimação, isso te veio à cabeça?) “Aquilo me vem à cabeça como uma saída! Aquilo me veio à cabeça é... como um refúgio! Porque na intimação...” (P: Como um refúgio, mais do que como uma saída num primeiro momento?) “Isso!”	Quando o adolescente recebe a intimação do juiz, enxerga aquilo como uma saída das ruas, como um refúgio principalmente.	Encarei aquela intimação como uma saída da situação na qual me encontrava, mas principalmente como uma fuga do risco que corria, mais do que como uma oportunidade de mudança.
17	“Porque é... na intimação não tinha nada mostrando que eu ia pagar uma Semiliberdade. Eu nunca nem tinha conhecido sobre isso. Pra mim era uma internação, eu falei: ‘Demorou! Vou ser internado lá, eu dou um jeito de parar com drogas, dou um jeito de arrumar minha vida lá dentro, ou então piora as coisas!’ (...) ‘Mas ao menos da rua eu vou sair!’”	A intimação não esclarece ao adolescente que tipo de medida irá cumprir. Assim, imaginou que receberia uma Medida de Internação (regime fechado). Uma vez preso, estaria fugindo da ameaça das ruas e, ao mesmo tempo, tentando parar com o uso de drogas.	Eu não imaginava que poderia cumprir uma medida diferente de uma “prisão”. Nunca havia ouvido falar de uma medida semi-aberta. Para mim, ao atender àquela intimação, ficaria preso e poderia tentar, lá dentro, me livrar das drogas e mudar de vida. Mesmo se isso não acontecesse, pelo menos estaria me mantendo fora dos perigos enfrentados nas ruas.
	Experiência com outras medidas		
07	(P: Então me explica melhor. Você estava já na rua com dezoito). “Tava na rua “ (P: Você provavelmente deve	Antes de cumprir a medida de Semiliberdade, o adolescente estava na rua (não vem transferido de outra instituição), mas já havia	Eu estava na rua antes de vir para a Semiliberdade (não vim transferido de outra instituição, como acontece com muitos). Antes de vir para cá, cheguei a

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	ter recebido então, uma medida anterior...) “É eu recebi uma medida anterior, eu cheguei a ficar no CEIP com dezesseis anos de idade por quarenta e cinco dias. E... o juiz me deu a liberdade, eu fui pra rua, eu cumpri uma medida de é... é...pagar serviço social...” (P: Ah! Prestação de serviços.) “Prestação de serviços. E eu prestei! Fiz isso, mas depois continuei aprontando”.	recebido intimações para cumprir outras medidas. Com dezesseis anos, o adolescente ficou no CEIP (Centro de Internação Provisória) por 45 dias até receber uma medida definitiva do juiz: a Prestação de Serviços à Comunidade - PSC, tipo de medida que é cumprida em liberdade (“eu fui pra rua”). Ele chegou a cumprir essa medida, mas continua envolvido com delitos.	ficar “preso” por 45 dias no CEIP. Depois disso, o Juiz não me encaminhou para outra medida de privação de liberdade, apenas me aplicou a medida de prestação de serviço (PSC). E eu até cumpri essa medida, mas depois continuei cometendo outros delitos.
08	“Quer dizer, somente o CEIP não... não resolveu nada na minha vida. O CEIP só foi uma escola do crime pra mim. (P. ?) Porque lá dentro eu aprendi mais do que eu já sabia na rua. Então eu saí de lá já aprontando mais do que antes.”	Considera que o CEIP funcionou como uma escola do crime, tendo saído de lá ainda mais envolvido com a criminalidade que antes.	Ter permanecido no CEIP, durante esses 45 dias, não ajudou a provocar mudanças positivas em minha vida. Pelo contrário, nesse período, aprendi mais sobre o mundo do crime e, quando saí, cometi ainda mais atos infracionais do que antes.
09	“Hoje mudou muito o sistema, mudou muito o sistema mesmo, tem muito mais atividade, muito mais coisa. Mas, na minha época de dezesseis anos, as coisas eram você ficar trancado o dia todo, saía uma vez por dia pra tomar um sol e ali maquinando. Uma escola do crime realmente!”	Procura deixar claro que o funcionamento do CEIP, hoje em dia, mudou muito. Em sua época, não havia o que fazer a não ser ficar dentro da cela durante o dia todo e sair, uma vez ao dia, para tomar sol. Assim, no restante do tempo, ficava ali planejando.	Hoje em dia, percebo que já aconteceram mudanças no CEIP. No entanto, em minha época, o fato de não ter nada a fazer, ficar o dia todo trancado numa cela, só servia para potencializar pensamentos sobre ações criminosas e aprender mais sobre o crime.
10	(P: Pensando no que fazer?) “Pensando lá fora e lá dentro, é... a maioria das pessoas que estão lá, foram levadas pelo mal, então a única coisa que você tem pra conversar, pra maquinar é o mal. E... na minha época com dezesseis anos, que aconteceu foi isso.”	No CEIP, o adolescente ficava pensando no que faria quando estivesse fora. Seus pensamentos só estavam voltados para ações criminosas devido à influência de outros adolescentes encontrados naquela instituição.	Quando estava no CEIP, eu ficava pensando sobre o que fazer lá fora, mas, como a maioria das pessoas com quem convivia ali dentro estava envolvida com o crime, não havia outro assunto a se falar, outro plano a se fazer, a não ser pensar sobre as próximas atividades criminosas.
VIVENDO EM (SEMI) LIBERDADE Ambigüidades: nem tudo são flores			
53	“Às vezes, foram oito meses, mas não foram oito meses de	Momentos de conflito com pessoas significativas, impulso	Eu também enfrentei dificuldades aqui, durante

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	só alegria, às vezes, dava vontade de chutar o balde! Surgiram várias discussões entre eu e educadores que eu sempre gostei.”	de desistir de tudo.	esses oito meses, e algumas vezes quis desistir de tudo, por exemplo, quando discutia com pessoas de quem gostava aqui dentro.
Ambigüidades: a questão da escolha			
86	(P: Como é cumprir um tipo de medida como a Semiliberdade onde não se está totalmente preso?) “É... é muito mais difícil do que estar tudo preso... (P: ?) Porque você tem a escolha! E quando você tem a escolha e não tem maturidade pra encarar essa escolha, não tem entendimento pra saber que esta escolha vai trazer algo de positivo pra sua vida, você escolhe o outro caminho! O caminho mais fácil!”	Cumprir uma medida de Semiliberdade é muito mais difícil do que estar totalmente preso. Porque se tem a possibilidade de escolha do caminho a seguir e é preciso certa maturidade para escolher um caminho positivo.	Considero mais difícil cumprir uma medida como a Semiliberdade do que estar totalmente preso, porque essa medida nos coloca diante da possibilidade de escolha. E é necessário maturidade para compreender que escolher ficar pode trazer algo positivo para nossas vidas. Quando não se tem tal maturidade, acaba-se escolhendo um caminho “mais fácil”, por ser conhecido.
87	“É a mesma coisa, cê tem duas ruas: uma lotada de lama e a outra completamente calçada. Você pode caminhar tranquilo e ir embora... E a outra lotada de lama, você vai demorar não sei quanto tempo pra atravessar, ela. (P: A lotada de lama que você diz seria essa cheia de regras?) Seria essa, cheia de regras! Que é muito mais difícil! É você saber que, no fim da calçada que cê pode caminhar livre, cê não vai encontrar nada de positivo! E sabendo que ali, você tem algo de positivo. Se você não tem entendimento pra entender isso, cê vai pro lado mais fácil! Cê vai pegar um lado mais fácil e vai embora!”	Uma escolha entre dois caminhos. Um livre de regras, mas que não levará a nada de positivo. Outro cheio de regras, difícil de atravessar, mas que, no fim, pode lhe proporcionar algo positivo. É preciso compreender isso, para não pegar o caminho mais fácil.	Percebo essa escolha como se existissem dois caminhos: um livre de regras, parece mais fácil de caminhar e outro cheio de obstáculos, em que demorarei muito mais tempo e encontrarei mais dificuldades para passar. No entanto, ao final do primeiro caminho, não encontrarei nada de positivo. Enquanto que, no segundo, poderei encontrar coisas positivas para minha vida. É preciso ter discernimento para compreender isso de forma ampla, a fim de não pegar o caminho mais “fácil”.
89	“Muitos adolescentes desses daqui, a abstinência é tão grande, a droga tá tão ligada no sangue, tá tão aprofundada, que não deixa a cabeça parar pra pensar que de repente eles	A dependência da droga é algo que impede o adolescente de pensar em mudar o caminho. Essa perspectiva também pode, ainda, nem ter sido sentida pelo adolescente.	Eu tenho a impressão de que muitos adolescentes aqui não percebem essa possibilidade de escolher outro caminho para suas vidas, devido à crise de abstinência e à dependência

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	podem parar e ir pra outro caminho. Ou de repente isso nem consegue bater no coração deles ainda!”		excessiva da droga, que os impedem até mesmo de pensar nessa possibilidade. Ou até chegam a pensar, mas não sentem isso como algo significativo.
	Ambigüidades: estar preso, estar livre		
88	“E a maioria das vezes que acontece aqui é isso! Você tem um contraste muito grande de tá preso e tá livre, de poder ir na rua e <u>voltar</u> . E <u>ter que voltar</u> ! No início, você sai acompanhado, depois eles te soltam sozinho e aí como é que você vai ter entendimento?”	O adolescente fala do contraste entre estar preso e estar livre, do fato de sair da casa em liberdade e voltar por conta própria, da responsabilidade por esse movimento que, aos poucos, lhe é conferida.	Vive-se aqui uma ambigüidade muito grande entre sentir-se preso e, ao mesmo tempo, livre. Não é fácil sair para a rua sabendo que terei que voltar para a Semiliberdade. No início, esse retorno é monitorado, mas depois dependerá de minha decisão pessoal e é preciso discernimento para decidir voltar.
	Vivências positivas: um lugar: com chance de sobrevivência		
33	“Com certeza! (P: Sobre o apoio recebido na Semiliberdade como ajuda no processo de mudança). A oportunidade que a gente teve, o apoio foi excelente, porque eu sozinho, lá fora, te garanto uma coisa: você não tava fazendo esta entrevista comigo agora não.” (P: Você acha que sozinho, você não conseguiria...) “(interrompe) Do jeito que <u>eu</u> estava lá fora? Com certeza! (ênfatisa) Eu não acho, eu tenho <u>certeza absoluta</u> que as coisas não tinham acontecido na minha vida, da forma que aconteceu.”	O adolescente considera que a oportunidade e o apoio recebidos na Semiliberdade foram fundamentais. Confirma enfaticamente que, se estivesse fora da Semiliberdade durante esse período, poderia não estar vivo e tampouco, ter conseguido realizar mudanças em sua vida como as que aconteceram.	Eu tenho certeza de que não estaria aqui vivo, lhe concedendo essa entrevista, se tivesse passado esse período sozinho, fora da Semiliberdade. O apoio e as oportunidades que recebi aqui foram fundamentais. Eu estou convicto de que não teriam acontecido coisas significativas (provocadoras de mudanças) em minha vida, da forma como aconteceram, devido à situação em que me encontrava antes de vir para cá.
76.	“e quando eu cheguei aqui e vi que podia, (aumenta um pouco o tom, mas ainda emocionado) que esse era o investimento que podia fazer na minha vida, que de repente podia acontecer, eu agarrei com	A Semiliberdade foi encarada como uma possibilidade de realizar os projetos de vida e isso fazia com que ele investisse todas as suas forças nisso.	Quando vi na Semiliberdade uma possibilidade de realização de meus sonhos, uma chance de investir em minha vida, investi meus esforços nessa oportunidade.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	todas as minhas forças.”		
77	(P: Então o medo de morrer e a esperança de conseguir sair...) “Isso !” (ênfatisa) (P: Isso te segurava.) “Me segurou!”	O medo de morrer e a esperança de conseguir mudar sua vida o seguravam do impulso de pular o muro e voltar para as drogas.	O medo de morrer e a esperança de mudar de vida foram dois elementos que me mantiveram na Semiliberdade.
	Vivências positivas: um lugar de: estabilidade		
27	(P: E o quê que você acha que ajuda a adquirir essa vontade de mudar?) “Olha, num primeiro momento, o apoio da Semiliberdade, ele é muito importante. O apoio psicológico, o apoio é ... é... de estabilidade, porque aqui a criança tem... (corrige) o adolescente, ele tem uma estabilidade muito grande. Têm pessoas que tem ajudado todos os dias, isso, é... de uma certa forma ajuda muito.”	Para adquirir a vontade de mudar, o apoio da Semiliberdade é importante em um primeiro momento. O apoio psicológico, afetivo e a estabilidade que a instituição proporciona aos adolescentes.	Considero que o apoio psicológico, o contato afetivo, (pessoas buscando ajudar) e a estabilidade, oferecidos pela Semiliberdade, são elementos que, a princípio, ajudam o adolescente a ir adquirindo esse desejo de mudança.
	Vivências positivas: um lugar: com oportunidades para mudar		
06	“mas depois as coisas foram se assimilando e eu vi que realmente essa era a oportunidade da minha vida e que se eu perdesse essa oportunidade, talvez não poderia ter outra”.	Aos poucos foi encarando o fato de estar ali cumprindo a medida, como uma oportunidade em sua vida, da qual não poderia abrir mão.	Com o tempo, as coisas foram se organizando e fui encarando o cumprimento da medida de Semiliberdade, como se fosse a última oportunidade de minha vida, da qual não poderia abrir mão, pois não encontraria outra.
20	“E quando chegou a intimação, eu falei assim: ‘É uma saída pra mim né? É agora ou nunca!’ (fala quase sem respirar).”	Quando recebe a intimação, encara como uma saída da situação que se encontrava.	A intimação teve, para mim, o sentido imediato de uma saída, uma última chance de me livrar da vida nas ruas e no crime.
92	“Mas eu acho que o que tem que colocar na cabeça dos adolescentes é que <u>aqui</u> é uma oportunidade de mudança, é que <u>aqui</u> eles vão conseguir o apoio, que aqui eles vão	Fala sobre a importância de convencer os adolescentes de que a Semiliberdade é uma oportunidade de mudança.	Para mim, a Semiliberdade é uma oportunidade de realizar mudanças, onde se consegue apoio e oportunidades que não se encontram lá fora. Acho fundamental convencer os

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	conseguir ter oportunidades que lá fora eles não tem!”		adolescentes disso aqui.
93	“Então, que isso tem que ser despertado nos adolescentes, tem que ser despertado na sociedade.”	Fala sobre a necessidade de se despertar o adolescente e a sociedade para a oportunidade de mudanças contida na Semiliberdade.	É importante que não só os adolescentes mas também a sociedade considerem a Semiliberdade como uma oportunidade de mudanças.
Vivências experimentadas como positivas: as relações: de amizade e afeto			
52	(P: Que influência teve pra você, a relação que você estabeleceu com as pessoas daqui para sua mudança.) “Ah... foi uma relação de amizade, uma relação de carinho, uma relação de apoio... quando eu me sentia triste, eu tinha em quem me apoiar, eu tinha com quem conversar, eu tinha com quem dividir. As pessoas me <u>ajudavam</u> a solucionar os problemas... Quer dizer, eu não <u>pensava</u> sozinho!”	O tipo de relação estabelecido na Semiliberdade foi uma relação de amizade de afeto e apoio onde o adolescente sentia que tinha alguém para ajudá-lo a resolver os problemas.	Eu vivi a relação estabelecida com as pessoas da Semiliberdade, como uma relação de amizade, de afetividade. Encontrava, nessas pessoas, um apoio nos momentos de tristeza. Sentia que não estava sozinho para pensar e resolver meus problemas.
72	(à noite, com a insônia) “Às vezes vinha, conversava com um educador, às vezes eu ficava conversando horas e horas e eu sabia que ele tava conversando comigo e sabendo que eu tava... eu tava louco pra pular o muro e usar droga, que eu tava....”	Durante a noite, o adolescente buscava, por várias vezes, a conversa dos educadores como um apoio contra o impulso de evadir e a necessidade de usar drogas.	Nos momentos de insônia, devido à abstinência de drogas, eu buscava, na conversa com os educadores, um apoio. Eu acredito que eles sabiam disso. Sabiam que eu estava ali, me segurando para não fugir e buscar a droga.
97	(P: o que ficou de mais significativo vivido na Semiliberdade) “A afetividade... (emocionasse). O carinho que as pessoas tiveram aqui comigo. De encontrar um apoio, de alguém que me ouvisse nos momentos que precisava. Encontrei aqui como se fosse uma nova família pra mim. Conversei coisas com os educadores que	Considera o afeto encontrado nas relações vividas na Semiliberdade como algo que ficou de mais significativo em sua vida.	Para mim, o afeto, o carinho recebido das pessoas aqui da Semiliberdade foi algo que ficou de mais significativo e que me toca ainda. Encontrei aqui pessoas que me ouviam, como se fosse uma nova família. Sentia-me à vontade para falar de coisas com os educadores que não falava nem com minha mãe. Isso é algo que levarei para sempre em

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	não conversava nem com minha mãe. Isso é que não vou esquecer nunca e levo pra minha vida”.		minha vida.
	Vivências experimentadas como positivas: as práticas: reuniões para lidar com conflitos		
54	(quando surgiam discussões com os educadores) “... e que aí sentava, a gente se reunia, fazia reunião, eu pedia... às vezes pedia: ‘Oh, vamos juntar todo mundo aí que eu quero fazer uma reunião!’ E a gente colocava, jogava aquilo tudo em pratos limpos.”	Nos momentos de conflito com educadores, encontrava, nas reuniões, possibilidade de falar a respeito de forma clara.	Quando surgiam discussões entre mim e educadores, me sentia à vontade para pedir uma reunião onde pudesse falar e esclarecer as coisas. Mostrar o que pensava.
66	“Então nos reunimos aqui mesmo nesta sala e falei com eles o que tava acontecendo: ‘Oh gente, olha, eu escutei na festa de uma pessoa, que trabalhava próximo, que era parceiro da Semiliberdade, que eu tô escolhendo serviço. Eu quero que vocês me expliquem como é que é isso?’ Aí foi uma série de discussão e tal uma coisa meio que... conturbada, que acabaram eles conseguiram esclarecer na minha cabeça que, realmente, eu tinha que escolher. Que se a minha posição era pra aquilo, então, realmente eu tinha que escolher.”	O adolescente pede uma reunião para falar de seu incômodo perante o que havia escutado, com relação à escolha de serviço. Esse momento foi de discussão, bastante conturbada, mas, ao final, ele consegue esclarecer para si mesmo que, na verdade, tinha o direito de escolher aquilo que realmente queria.	Eu pedi uma reunião para falar do incômodo que estava sentindo perante o que havia escutado com relação à escolha de serviço. Foi um momento de discussão, bastante conturbado, mas, ao final, percebi que, na verdade, tinha o direito de escolher aquilo que realmente queria.
	Vivências experimentadas como positivas: as práticas: discussões e novas idéias		
55	“...e eu falava: ‘Ô gente, ôh tá acontecendo isso e isso’” (relativo às discussões com educadores). “E aí surgiam idéias novas, da forma que eu não conseguia pensar! Porque, na realidade, eu tinha dezoito anos, mas era um adolescente, não era adulto!”	Nas reuniões, com a participação de todos, podia se posicionar e, ao mesmo tempo ouvir novas idéias e formas diferentes, mais adultas, de lidar com o problema.	Nas reuniões, eu podia falar sobre o que estava se passando comigo, sobre os conflitos com os demais. Nesses momentos, ouvia idéias e formas de pensar, diferentes das minhas pois, embora já tivesse 18 anos, eu não conseguia ainda pensar com a maturidade de um adulto.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
57	“Mas é... são... a troca de idéias, é que cê consegue chegar num bom senso e você consegue vê onde é que cê tá errando e ver onde é que as pessoas tão errando e consegue encontrar uma solução!”	Com a troca de idéias (nas reuniões), o adolescente consegue perceber seus erros e acertos e ver os outros também, além de encontrar uma solução para os conflitos.	A troca de idéias que acontecia, durante as reuniões, ajudava-me a ver meus erros e acertos e a enxergar as outras pessoas também. Assim ia encontrando uma solução para o conflito.
Vivências experimentadas como negativas: lidar com as regras da instituição:			
70	“É... eu te falo com sinceridade. Um adolescente que tá lá fora, vivendo com drogas do jeito que quer, chegar aqui e seguir regras é um pouco complicado. (...) Entendeu? É um pouco complicado. Igual eu te falei. No início foi complicado pra mim ... seguir regras, seguir horários.”	Sair de uma vida em “liberdade” para um ambiente de regras, aparece como um dificultador para os adolescentes em processo de mudança.	Sinceramente, é um pouco difícil para os adolescentes, saírem de uma vida onde agem como querem, para um ambiente onde têm que lidar e se submeter às regras. Para mim, precisar seguir regras, horários também foi difícil no início.
71	“Eu não gostava de dormir à noite. Então, no início aqui, já teve vezes de... é... - os educadores eles percebem isso, são pessoas inteligentes, elas percebem e sabem também que a abstinência, ela... isso acontece - ... eu tinha insônia e não conseguia dormir à noite! E tinha horários pra dormir, tinha horário pra acordar...E às vezes, como é que eu ia ficar acordado, sendo que eles tinham que colocar o restante pra dormir? Quer dizer, se eles dar regalia pra um, tem que dar pra todos. Então, acontecia às vezes de eu esperar eles colocarem... eu ia deitar, esperava a galera dormir pra depois levantar.”	O adolescente encontrava dificuldades em dormir à noite, como era regra da instituição, devido à abstinência de drogas. Os educadores percebiam isso, no entanto, não poderiam abrir mão do horário para um, perante os demais. Por outro lado, permitiam que o adolescente se levantasse depois que todos já haviam ido dormir.	Eu tinha dificuldades de dormir à noite e os educadores sabiam que isso se devia à abstinência de drogas, que eu estava mesmo com insônia e não tentando descumprir um horário estabelecido. Eu entendia que, embora soubessem disso, não poderiam me dar privilégios perante os demais, pois havia regras na casa. Por outro lado, eu sabia que poderia esperar que todos se deitassem, para me levantar e isso era, de certa forma, aceito pelos educadores.
Vivências experimentadas como negativas: a relação com o educador: momentos de conflito			
53	“Às vezes, foram oito meses, mas não foram oito meses de só alegria, às vezes dava vontade de chutar o balde!”	Momentos de conflito com pessoas significativas, impulso de desistir de tudo.	Eu também enfrentei dificuldades aqui, durante esses oito meses, e algumas vezes quis desistir de tudo, por

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Surgiram várias discussões entre eu e educadores que eu sempre gostei .”		exemplo, quando discutia com pessoas de quem gostava aqui dentro.
65	“...e eu me lembro até, que teve uma festa uma vez que surgiu um comentário, que eu escutei e que não gostei, que eu tava escolhendo serviço. Na época que eu tava aqui. Então, no outro dia, acabou a festa, eu fiquei muito chateado, acabou a festa, não me lembro qual festa que era, se era fim de ano aqui... ou dia dos pais... eu esperei passar toda a festa. Quando eu cheguei aqui dentro, falei pra o educador que queria no outro dia que se reunisse a direção e que os educadores estivessem presentes, que eu queria conversar. Porque eu não tava escolhendo. E eu já tinha feito este teste! (para a empresa X)”	O adolescente não tinha aceitado participar dos testes anteriores para trabalhar como auxiliar de cozinha na empresa X e, por isso, alguns membros da equipe comentam que o ele estaria escolhendo trabalho. Esse comentário deixa-o bastante magoado e ele busca um espaço com a equipe para mostrar que não era essa sua posição.	Quando escutei da equipe que eu estaria escolhendo serviço, fiquei muito magoado. Esse foi um comentário que aconteceu durante uma festa na Semiliberdade. Não respondi imediatamente àquilo. Esperei passar a festa e pedi um espaço para me posicionar. Queria falar com todos e mostrar-lhes que eu não estava escolhendo trabalho, pois eu já até tinha aceitado fazer o teste para a empresa X.
66	“Então, nos reunimos aqui mesmo nesta sala e falei com eles o que tava acontecendo: ‘Oh gente, olha, eu escutei na festa de uma pessoa, que trabalhava próximo, que era parceiro da Semiliberdade, que eu tô escolhendo serviço. Eu quero que vocês me expliquem como é que é isso?’ Aí foi uma série de discussão e tal uma coisa meio que... conturbada, que acabaram eles conseguiram esclarecer na minha cabeça que, realmente, eu tinha que escolher. Que se a minha posição era pra aquilo, então, realmente eu tinha que escolher.”	O adolescente pede uma reunião para falar de seu incômodo perante o que havia escutado, com relação à escolha de serviço. Esse momento foi de discussão bastante conturbado mas, ao final, ele consegue esclarecer para si mesmo que, na verdade, tinha o direito de escolher aquilo que realmente queria.	Eu pedi uma reunião para falar do incômodo que estava sentindo perante o que havia escutado com relação à escolha de serviço. Foi um momento de discussão bastante conturbado, mas, ao final percebi que, na verdade, tinha o direito de escolher aquilo que realmente queria.
	Vivências experimentadas como negativas: o contraste entre os dois mundos		
43	“Porque na realidade, cê manter um adolescente aqui dentro é... durante nove... um ano... um ano e oito meses, e	Manter um adolescente na Semiliberdade durante determinado período e depois devolvê-lo a um contexto,	Ser mantido na Semiliberdade durante nove meses, um ano ou mais e depois ser jogado no mundo lá fora, no mesmo

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	depois soltar ele e jogar ele dentro da casa da mãe dele, com toda a droga em volta dele, com toda marginalidade em volta dele de novo, isso não vai adiantar nada! Quer dizer, a estrutura que ele correu atrás aqui dentro, que ele conseguiu aqui dentro, lá fora não tem”.	cheio de drogas e criminalidade, não facilita seu processo, uma vez que, esse adolescente não encontrará lá fora a estrutura que encontrou dentro da Semiliberdade.	ambiente anterior, tendo que conviver com a droga e a marginalidade sem nenhuma estrutura como aquela encontrada aqui dentro, não nos ajuda em nada.
47	“Porque não adianta! Às vezes, o menino mora lá no outro bairro. Aqui ele está estruturado, aqui ele tá aqui dentro da casa, aqui ele vai pra um curso de tarde... ele vai pra uma escola de noite... ele almoça meio dia... janta seis horas... toma café... Mas lá na casa dele é totalmente diferente. A mãe é alcoólatra, o pai é desempregado, o irmão é drogado. Como é que você tira um... você pega um adolescente que você conseguiu estruturar ele aqui, durante oito meses, durante um ano e joga ele no meio disso tudo de novo?”	Parece-lhe que os adolescentes encontram, na casa, uma certa rotina que os estrutura. Mas, quando retornam para suas casas, não encontrarão nada disso, e sim situações conflituosas como, uma mãe alcoólatra, um pai desempregado.	Eu acho que não é suficiente para ajudar o adolescente a mudar, oferecer-lhe uma estrutura aqui dentro, que implique num cotidiano organizado, frequência à escola etc, se quando ele chega em sua casa não encontra nada disso e sim uma situação familiar de alcoolismo, uso de drogas e desemprego.
50	“Aqui dentro ele tem várias oportunidades. Ele tem curso, né? As pessoas correm atrás de escola, as pessoas correm atrás de psicólogo, as pessoas correm atrás de clínicas que ajuda ele na abstinência de droga, que consegue manipular na cabeça dele que as drogas não vão levar ele em lugar nenhum. Só que lá na casa da mãe dele, na casa do pai dele, na casa da tia dele, não tem esse tipo de pessoas. As pessoas estão acostumadas com um ritmo de vida sofrido!”	Dentro da Semiliberdade, os adolescentes encontram oportunidades e pessoas que buscam os apoios necessários para ele se manter e sair das drogas. Mas, ao retornar para sua casa, não encontrará esse tipo de ajuda.	Dentro da Semiliberdade, encontram-se várias oportunidades, como cursos, escola, e também pessoas que buscam apoios necessários para nos ajudar a se livrar das drogas. No entanto, ao sair, não encontraremos esse tipo de ajuda, pois nossos familiares já vivem um tipo de vida muito sofrido para se preocupar com essas coisas.
	Vivências experimentadas como negativas: incompreensão do objetivo do trabalho		
25	“Pra maioria dos meninos que chegam aqui, eles acham que	Considera que a maioria dos adolescentes entende a	Acredito que, quando se encara esse período de permanência

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	isso é só um passageiro na vida deles, eles acham que... Você pode parar aí pra conversar com os meninos que tão é ... pagando a medida, que a primeira coisa que eles falam é que tão ' <u>segurando a onda</u> ' (ênfatisa). Quer dizer, que eles tão tentando ficar aqui pra poder pagar a justiça.”	Semiliberdade como um local de passagem em suas vidas, como uma determinação judicial a ser cumprida. Assim, procuram resistir e não fugir, para “pagar” a justiça e não para realmente provocar mudanças em sua vida. São poucos os que se despertam para isso.	na Semiliberdade como algo passageiro, quando se encara a medida apenas como uma dívida a ser paga, o adolescente só se manterá aqui, para atender a determinação judicial e não por um desejo pessoal. Assim, poucos adquirem uma convicção pessoal de mudança. Um desejo de provocar acontecimentos em sua própria vida.
91	“ Porque na maioria das vezes...” (P: Vêm com essa mentalidade, que é uma medida que, que é pra pagar o juiz?) “Pra pagar ué! Ele sai do juiz lá, quando o juiz fala: ‘cê tá na Semiliberdade!’ Ele sai de lá, vem pra cá pra pagar o juiz!” (P: Pra pagar o juiz...) “Chegar e pagar! Eles falam assim: ‘Oh, eu vou pagar minha medida, não quero dever mais nada’ e tudo mais.”	Na maioria das vezes, os adolescentes têm em mente que estão na Semiliberdade para pagar o juiz. Para não dever mais nada à justiça.	Eu percebo que muitos adolescentes não vêem a Semiliberdade como uma oportunidade de mudança, estão aqui apenas para cumprir a ordem do juiz, para pagar pelo que fizeram ao juiz e não dever mais nada à justiça.
Parceria entre outras instituições e a Semiliberdade			
94	“... porque a Semiliberdade sozinha também é... é como eu já te falei. Ela é muito pequena... Não dá conta.”	A Semiliberdade precisa de ajuda para atingir seu objetivo.	Como já lhe falei, é importante que existem outras coisas contribuindo com o trabalho da Semiliberdade para que ela consiga atingir o objetivo de nos ajudar.
96	“... então foi uma parceria com a Semiliberdade, que Semiliberdade sozinha não conseguiria. A Semiliberdade na minha época conseguiu integrar na Empresa X, cerca de cinco a seis adolescentes. Quer dizer, foi um parceiro pequeno! Se você for parar pra comparar a Empresa X com	A parceria estabelecida entre a empresa X e a Semiliberdade pôde reintegrar cerca de cinco a seis adolescentes na época. Embora seja uma empresa pequena, essa parceria é considerada muito significativa.	Eu acho que a parceria estabelecida entre uma pequena empresa e a Semiliberdade, oferecendo trabalho a mais de seis adolescentes, em minha época, foi uma ajuda muito significativa e proporcionou mudanças importantes também nos outros.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	várias outras empresas que tem, ela é pequenininha mas que de uma parceria muito grande, que proporcionou mudanças muito significativas.”		
	O impacto perante a liberação		
40	“... então, oito meses pra mim pareciam oito dias...” (P: Foi muito rápido pra você) “Foi muito rápido pra mim, foi muito rápido... e no dia que eu saí daqui, foi um baque muito grande!”	Oito meses se passaram como se fossem oito dias para o adolescente. Foi muito rápido e a saída foi marcante.	Embora tenham sido oito meses, tive a impressão de que esse tempo passou rápido demais, a ponto de sentir um baque quando chegou a hora de ser liberado.
	Um tempo subjetivo		
34	“Quer dizer, que foi num período muito curto... Foram só oito meses de Semiliberdade, que... que...”	O tempo que o adolescente permaneceu na Semiliberdade foi de oito meses.	Considero que, meu processo dentro da Semiliberdade se deu em um período muito curto, foram só oito meses...
35	“Eu cheguei ali agora, cumprimentei um adolescente ele me perguntou.” (Reproduz o diálogo:) - Você passou por aqui? - Passei. - Quanto tempo você ficou? Eu falei: - Oito meses. Ele falou: - ‘Nó’! Isso tudo!?” “Quer dizer, cê vê que as coisas ainda não ficavam claras. Que eles acham que, oito meses na vida de um adolescente de dezesseis anos é uma eternidade e na realidade isso não é. Não é uma eternidade. Sente como uma eternidade, mas na realidade não é.”	O entrevistado conta a conversa que teve com um adolescente ao chegar à unidade. Este lhe perguntou se já havia cumprido aquela medida e por quanto tempo ficou. Ao dizer que foram oito meses, o adolescente se admira considerando um longo tempo. Para o entrevistado, esse episódio mostra que o fato de estar cumprindo aquela medida ainda não estava claro na cabeça do adolescente, pois, quando se tem dezesseis anos, sente-se oito meses como uma eternidade, o que na verdade não é.	Quando se está aqui dentro, quando se é mais jovem, vivenciam-se esses oito meses como um longo período. Na vida de um adolescente de dezesseis anos, passar oito meses aqui dentro é experimentado como se fosse uma eternidade, mas para mim, na verdade, esse tempo passou muito rápido.
40	“... então, oito meses pra mim pareciam oito dias...” (P: Foi muito rápido pra você) “Foi muito rápido pra mim, foi muito rápido... e no dia que eu	Oito meses se passaram como se fossem oito dias para o adolescente. Foi muito rápido e a saída foi marcante.	Embora tenham sido oito meses, tive a impressão de que esse tempo passou rápido demais, a ponto de sentir um baque quando chegou a hora

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	saí daqui, foi um baque muito grande!”		de ser liberado.
	A MUDANÇA Antecedentes: o desejo de mudar		
03	“E eu ‘tava’ à procura de.. de... de mudança na minha vida. Apesar de tá envolvido com drogas ainda, de tá envolvido com furtos, mas <u>eu tinha</u> essa intenção de mudança! Só que eu não tinha aonde me apoiar.”	A busca por mudanças em sua vida, apesar do envolvimento com drogas e com o crime. A falta de um apoiar.	Antes mesmo de entrar na Semiliberdade, eu já estava em busca de mudanças em minha vida. Mesmo envolvido com drogas, com o crime, eu realmente queria mudar, mas precisava me apoiar em algum lugar para conseguir.
04	“E eu via a Semiliberdade como um apoio. Então eu já cheguei na Semiliberdade destinado, com muita vontade de tá mudando de vida. Então eu cheguei um <u>pouco</u> diferente.”	A Semiliberdade é vista como um apoio. A intenção é de mudar, diferenciando-o dos demais.	Eu vi, naquela oportunidade de cumprir uma medida de Semiliberdade, o apoio de que precisava. Então, isso fez com que eu já chegasse à Semiliberdade com muita vontade de mudar e isso, de certa forma, me diferenciava dos demais adolescentes.
26	“... mas o intuito de mudar, o intuito de fazer as coisas acontecerem na vida deles, são poucos os que conseguem adquirir essa vontade dentro de si mesmos.”	Poucos adolescentes conseguem se despertar para o desejo de mudança	Poucos adolescentes conseguem adquirir uma convicção pessoal de mudança. Um desejo de provocar movimento em suas vidas.
69	(P: Sobre aspectos que dificultaram seu processo de mudança) “Bom, igual eu te falei, esse ponto aí é meio relativo pra tocar. Porque eu já cheguei aqui com vontade de mudar então, às vezes, isso facilitou bastante.”	A princípio o adolescente acha delicado falar em aspectos que dificultaram sua mudança, por já ter chegado com esse objetivo em mente.	Eu acho que o fato de ter chegado aqui, já com vontade de mudar, facilitou muito meu processo e, por isso, considero os aspectos que dificultam essa mudança um pouco relativos, para mim.
	Antecedentes: o medo de morrer:		
13	(P. Pergunto sobre seu envolvimento com as drogas e o tráfico). “Tava muito envolvido... Eu cheguei a ir para o Paraguai com dezessete anos de.. de droga... (corrige) de idade,	O adolescente estava muito envolvido com as drogas e o tráfico. Já era utilizado pelos mais velhos para transportar a droga do Paraguai para o Brasil. Estava envolvido com escalões mais avançados no	Eu estava realmente muito envolvido, tanto com o uso da droga, quanto com o tráfico. O envolvimento era tal que, com dezessete anos de idade, eu já servia como ponte entre o Paraguai e o Brasil, fazendo

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	pra buscar drogas pra maiores! Então, eu tava envolvido com.. com.. coisa grande! E meu medo era de... de... chegar até a falecer.”	mercado de drogas e tinha medo de falecer devido a tal envolvimento.	serviços para maiores, (por ser menor). Eu tinha medo de morrer nessa época, pois estava envolvido com coisa grande.
73	(Estava falando dos momentos em que ficava conversando com educadores e se segurando para não pular o muro e usar drogas) (P: O que te segurava então ?) “Ah... (pequena pausa) a vontade de mudar <u>o medo de morrer!</u> ”	A vontade de mudar e, principalmente, o medo de morrer, o mantinham na casa, nos momentos de abstinência.	A vontade de mudar e, mais especificamente, o medo de morrer eram as coisas que me faziam resistir ao impulso de pular o muro em busca da droga.
74	(P: Medo de morrer?) (muda um pouco o tom) “Medo! Eu tinha muito medo de morrer... eu tinha um filho de três anos aqui, na época quatro anos, ia fazer quatro anos, e eu tinha um medo muito grande de morrer e de não ver as coisas acontecerem na minha vida.” (Sua voz fica mais embargada).	O adolescente fala, com certa emoção, de seu medo de morrer caso voltasse para as drogas. Fala da existência de um filho e do medo de não ver sua vida acontecendo.	O medo de morrer segurava-me aqui. Eu sentia um medo muito grande de morrer sem ver meu filho de três, quatro anos desenvolvendo-se, sem ter conseguido provocar mudanças, acontecimentos em minha vida.
77	(P: Então o medo de morrer e a esperança de conseguir sair...) “Isso!” (P: – Isso te segurava.) “Me segurou!”	O medo de morrer e a esperança de conseguir mudar sua vida freavam o seu impulso de pular o muro e voltar para as drogas.	O medo de morrer e a esperança de mudar de vida foram dois elementos que me seguravam na Semiliberdade e impediam-me de pular o muro e voltar para as drogas.
Antecedentes: relação entre busca por mudança e a maioridade			
22	“Às vezes, isso pode até passar pela cabeça deles, mas o fato de não ter muita experiência de vida... porque a maioria dos meninos vieram pra cá na minha época tinham dezesseis, quinze anos, eles estavam <u>começando a passar</u> pelas coisas que eu tinha passado.”	Considera que a vontade de mudar pode passar pela cabeça dos adolescentes mais jovens. Mas, devido à idade, eles não têm tanta experiência de vida no crime, não passaram por tanto sofrimento para essa vontade se instalar efetivamente.	Eu acho que a vontade de mudar até passa pela cabeça dos adolescentes mais jovens, mas a falta de experiência de vida não faz com que isso se torne uma convicção. Eu já tinha passado por sofrimentos que eles ainda nem conheciam e, por isso, minha busca por mudança era mais intensa.
23	“Eu tava com dezoito anos. Eu tinha passado por muita coisa ruim, eu tinha passado por muita violência, eu já tinha usado muita droga. Então, eu já tava com a cabeça	O adolescente aos dezoito anos de idade já havia passado por muitas situações de violência, havia usado muita droga e já estava cansado de tudo isso.	Aos dezoito anos, eu já me sentia cansado de tanto sofrimento, pois já havia passado por muitas situações de violência e usado muita droga.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	Então, eu já tava um pouco estafado disso tudo.”		
24	(P – É você acha que sua idade, isso interferia para que você encarasse a medida de uma forma diferente?) “Muito!” (Diminui um pouco o ritmo da fala.) “É claro que... claro que... na minha idade, bateu um pouco... foi um pouco mais forte em mim a minha vontade de mudar. Porque ali, eu tava vendo como minha última chance.”	Confirma a relação entre a maioridade e a urgência por mudança. Encara a medida como uma última chance de mudar.	Ser maior de idade interferiu muito na forma como encarei a medida de Semiliberdade. A vontade de mudar surge um pouco mais forte em mim, devido ao medo de não ter outra chance para fazer isso, por já ter completado dezoito anos.
39	“Quando eu assustei, eu já tava com oito meses e eu já tinha que sair, porque eu ia fazer acho que dezenove anos, e não podia continuar mais aqui dentro. Então, eu tinha que ta correndo mais atrás ainda para as coisas acontecerem mais rápido.”	Os oito meses passaram muito rápido para o adolescente. Quando completasse dezenove anos, não poderia mais ficar cumprindo uma medida socioeducativa.	Quando assustei, já teria que sair da Semiliberdade devido a minha idade. Esse limite de tempo fez com que eu buscasse, com ainda mais empenho, fazer as coisas acontecerem em minha vida.
	O que é concebido como mudança: a redução ou abandono das drogas		
37	“... quer dizer, eu com um mês de casa, já consegui me manter em abstinência de drogas. Então, aquilo já foi uma vitória.”	Conseguir se manter sem uso da droga, surge como uma vitória pessoal	Ter conseguido me manter sem as drogas já no primeiro mês de permanência na casa, foi uma vitória pessoal para mim.
79	“E eu costumo falar que uma pessoa em recuperação, a recuperação na vida dela é eterna. (P:?) Porque você não <u>deixa</u> de sentir vontade. Você só se apóia numa força muito grande, você vê as coisas acontecer na sua vida de forma diferente.”	Para o adolescente, a recuperação de um usuário de drogas é constante, pois ele não deixará de sentir vontade de usar drogas. Precisar-se-á apoiar em uma força muito grande para conseguir.	Para mim, um processo de recuperação das drogas não tem fim, pois não deixamos de sentir vontade de usá-las. Para conseguir, foi preciso me apoiar numa força interior muito grande e ver as coisas acontecendo em minha vida de uma forma diferente de antes.
80	“Porque já aconteceu, quando eu usava droga e não era aquilo que eu sonhava, hoje as coisas acontecem na minha vida da forma que eu sonhava. Quer dizer, eu tenho minha casa, tenho	A vida não era como sonhava quando usava drogas. Hoje sente mais a vida acontecendo da forma como sempre sonhou.	Quando usava drogas, sentia que aconteciam coisas, em minha vida. muito diferentes daquilo que eu sonhava. E hoje vejo minha vida acontecendo como sonhei, tenho minha casa, minha família e meu filho.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	minha família, tenho meu filho...”		
	O que é concebido como mudança: resgate de vínculos familiares e sociais		
38	“... então a cada dia era uma respiração. Retomei meus estudos, é... consegui ficar próximo da minha família. Então as coisas aconteceram, foram acontecendo, que eu não vi o tempo passar!”	A cada dia, uma nova conquista era sentida, como retomar os estudos e resgatar os laços familiares.	A cada dia, sentia um novo impulso, retomei os estudos e consegui me aproximar de minha família. Empenhado nesse processo, nem vi o tempo passar.
	O que é concebido como mudança: o despertar de um interesse pela vida		
59	(P: Sobre momentos em que se sentia mudando verdadeiramente). “Ah... eu num é... eu não sei se eu entendi muito, é.. mas o quê eu entendi foi o seguinte: eu quando cheguei aqui, eu num tinha... às vezes, eu não conseguia olhar pro... pro... céu e falar assim: ‘Que céu bonito! Que coisa bonita!’ Eu não conseguia reparar as coisas, eu não tinha interesse com as coisas. Vamos supor, eu não tinha interesse com um livro e hoje em dia eu não consigo me imaginar sem um livro pra ler! Então, foram despertando mudanças que eu via isso tudo acontecendo. Interesse.”	Sobre como percebe seu processo de mudança, relata que, antes de chegar à Semiliberdade, não conseguia se interessar pelo mundo a seu redor. Aos poucos, esse interesse foi sendo despertado. Parece-lhe que isso era uma mudança acontecendo.	Eu acho que algo que me mostrava que eu estava mudando era o fato de começar a me interessar pelo mundo a meu redor, pela beleza existente neste mundo, pelo prazer que encontro hoje numa leitura. Acho que a mudança foi sendo despertada, em minha vida, quando comecei a ver e me interessar por tudo isso.
	O que é concebido como mudança: descoberta de um potencial pessoal		
60	“é... por exemplo, o ramo de trabalho que eu trabalho: eu nunca me imaginei trabalhando dentro de uma cozinha. Então foram coisas que aconteceram aqui. Eu sempre achei que a minha vocação era pra trabalhar dentro de um escritório, era trabalhar na frente de um computador e de repente é... a gente...”	Cita, como exemplo de uma mudança acontecendo em sua vida, o fato de despertar-se para uma área profissional antes desconhecida, o que foi acontecendo na Semiliberdade.	O interesse por meu ramo de trabalho é exemplo de uma mudança que foi acontecendo em minha vida aqui. Eu nunca imaginei que poderia trabalhar dentro de uma cozinha, acreditava que minha vocação era trabalhar em escritórios. Fui despertado para isso aqui, na Semiliberdade.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
61	“E aqui, eu consegui colocar isso na cabeça das pessoas que estavam tentando me ajudar. Então agente tava até....(?) Porque, tipo assim, é... elas viam em mim uma pessoa que sabia conversar, sabia entrar, sabia sair. Então o que elas entendiam é que eu tinha um lance mais pra escritório, um lance assim mais pra trabalhar na área ‘escritorial’, um negócio... administrativo, um negócio mais até de lidar com público, uma coisa mais tranqüila.”	À princípio, o adolescente consegue convencer à equipe da Semiliberdade que sua vocação era mais para serviços de escritório. Suas características pessoais, saber conversar, se colocar, também eram reconhecidas nesse sentido.	No começo, eu consegui convencer as pessoas que queriam me ajudar, que eu tinha uma vocação para serviços de escritório. Inclusive percebia que eles viam, em mim, características mais adequadas para um serviço administrativo, para lidar com o público, por exemplo.
O que é concebido como mudança: maturidade: flexibilidade na busca por trabalho			
63	“E mediante a isso, tava tendo aqui a oportunidade de alguns adolescentes estarem ingressando onde eu trabalho hoje, que é na empresa X, e sempre surgiu umas vagas. O pessoal ligava pra cá, e falava: ‘Olha, tem uma vaga aqui, manda um adolescente pra fazer teste.’ E assim, às vezes era a minha vez - porque as coisas aconteciam por vez, as coisas aconteciam por etapa, è... as coisas aconteciam por características - Então, não tinham as minhas características”.	A oportunidade de trabalho na empresa X, onde trabalha atualmente, sempre surgia, mas não consideravam que o adolescente tinha características para aquele tipo de serviço (auxiliar de cozinha).	Surgiram aqui, na Semiliberdade, oportunidades de trabalho na empresa X, onde trabalho atualmente. Eu sabia que era preciso aguardar minha vez para concorrer às vagas, mas, quando chegava minha vez, eu achava que o tipo de serviço oferecido não se encaixava em minhas características.
64	“Só que o tempo foi apertando e nada foi acontecendo pra mim, foi apertando.... Teve um dia que surgiu uma oportunidade e a (coordenadora) me chamou e falou: ‘João, e aí o que você acha? Você acha que dá pra você ir lá e tentar, até de repente aparecer outra coisa?’ Ai eu fui lá e passei no teste!”	O tempo de permanência do adolescente na Semiliberdade estava terminando, devido à idade. A coordenadora lhe propõe fazer o teste para o trabalho na empresa X que, até então, não era bem o que ele queria. Ele decide fazer o teste e passa.	Eu sentia que meu tempo na Semiliberdade estava se acabando e que ainda não havia conseguido mudar muita coisa. A coordenadora falou-me da oportunidade na empresa X. Eu teria que decidir se aceitaria ou não fazer o teste. Decidi aceitar fazê-lo e passei.
68	“Eu fiquei muito feliz! Oh te confesso que no início, não era	O adolescente mostra que, no início, não era bem aquele	Embora tenha ficado feliz por ter passado no teste, no início,

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	bem o que eu queria mesmo... Porque, realmente, eu tinha mais esta visão de escritório, eu achava que... que meu lance, era escritório. Era só eu estudar um pouquinho que dava pra trabalhar num escritório bacana. Mas aí comecei a trabalhar e as coisas foram acontecendo... com quarenta e cinco dias de serviço, eu fui promovido e aí deslanchei!” (...) “Graças a Deus!”	trabalho que queria, pois achava que sua vocação era para trabalhar em escritório. No entanto, foi se destacando no trabalho e percebeu que as mudanças estavam acontecendo.	estava um pouco desapontado, pois eu achava que minha vocação era para trabalhar em escritório e não em uma cozinha. Mas aos poucos, fui me destacando naquele trabalho e percebi que as mudanças que eu buscava, estavam acontecendo em minha vida., Graças a Deus!
	O que é necessário para o processo de mudança acontecer: relação com pessoa significativa: o laço afetivo		
52	(P: que influência que teve pra você a relação que você estabeleceu com as pessoas daqui para sua mudança.) “Ah... foi uma relação de amizade, uma relação de carinho, uma relação de apoio... quando eu me sentia triste, em tinha em quem me apoiar, eu tinha com quem conversar, eu tinha com quem dividir. As pessoas me <u>ajudavam</u> a solucionar os problemas... Quer dizer, eu não <u>pensava</u> sozinho!”	O tipo de relação estabelecido na Semiliberdade foi uma relação de amizade, de afeto e apoio, onde ele sentia que tinha alguém para ajudá-lo a resolver os problemas.	Eu vivi a relação estabelecida com as pessoas da Semiliberdade, como uma relação de amizade, de afetividade. Encontrava, nessas pessoas, um apoio nos momentos de tristeza. Sentia que não estava sozinho para pensar e resolver meus problemas.
72	(à noite, com a insônia) “Às vezes vinha, conversava com um educador, às vezes eu ficava conversando horas e horas e eu sabia que ele tava conversando comigo e sabendo que eu tava... eu tava louco pra pular o muro e usar droga, que eu tava....”	Durante a noite, o adolescente buscava, por várias vezes, a conversa dos educadores como um apoio contra o impulso de evadir e a necessidade de usar drogas.	Nos momentos de insônia, devido à abstinência de drogas, eu buscava, na conversa com os educadores, um apoio. Eu acredito que eles sabiam disso. Sabiam que eu estava ali, me segurando para não fugir e buscar a droga.
97	(P: o que ficou de mais significativo vivido na Semiliberdade) “A afetividade... (emociona-se). O carinho que as pessoas	Considera o afeto encontrado nas relações vividas na Semiliberdade como algo que ficou de mais significativo em sua vida.	Para mim, o afeto, o carinho recebido das pessoas aqui da Semiliberdade foi algo que ficou de mais significativo e que me toca ainda. Encontrei aqui pessoas que me ouviam,

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	tiveram aqui comigo. De encontrar um apoio, de alguém que me ouvisse nos momentos que precisava. Encontrei aqui como se fosse uma nova família pra mim. Conversei coisas com os educadores que não conversava nem com minha mãe. Isso é que não vou esquecer nunca e levo pra minha vida”.		como se fosse uma nova família. Sentia-me à vontade para falar de coisas com os educadores que não falava nem com minha mãe. Isso é algo que levarei para sempre em minha vida.
	O que é necessário para o processo de mudança acontecer: reconhecimento e aceitação social		
31	“Quantas vezes eu já saí aqui por este portão e as pessoas que moram em volta aqui me olhavam diferente, me olhavam como se eu fosse um... um... (toma fôlego) marginal! Na realidade eu tava tentando fazer as coisas mudarem na minha vida (...) E o apoio dessas pessoas, era importante pra mim. As pessoas me olharem da mesma forma que elas olham pra você quando você anda na rua, era importante pra mim!”	Fala sobre a importância de ser visto como uma pessoa, não como um marginal, também pelas pessoas que estão fora da Semiliberdade, pela sociedade em geral.	Por muitas vezes, eu me senti discriminado por pessoas fora da Semiliberdade. Embora estivesse tentando fazer as coisas mudarem em minha vida, tinha a sensação que continuavam a me ver como um marginal e não como uma pessoa, como outra qualquer. Ser visto como uma pessoa, por quem estava fora da Semiliberdade também era importante para mim.
	O que é necessário para o processo de mudança acontecer: uma estrutura que dê apoio durante o processo		
27	(P: E o quê que você acha que ajuda a adquirir essa vontade de mudar?) “Olha, num primeiro momento, o apoio da Semiliberdade, ele é muito importante. O apoio psicológico, o apoio é ...é... de estabilidade. Porque aqui a criança tem ... (corrige) o adolescente, ele tem uma estabilidade muito grande. Têm pessoas que tem ajudado todos os dias, isso, de uma certa forma, ajuda muito”.	Para adquirir a vontade de mudar, o apoio da Semiliberdade é importante em um primeiro momento. O apoio psicológico, afetivo e a estabilidade que a instituição proporciona aos adolescentes.	Considero que o apoio psicológico, o contato afetivo (pessoas buscando ajudar) e a estabilidade oferecidos pela Semiliberdade são elementos que, a princípio, ajudam o adolescente a ir adquirindo esse desejo de mudança.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
58	“Então o apoio e a oportunidade, tudo isso é muito, foi muito relativo, foi muito bom pra minha mudança.”	O apoio encontrado na Semiliberdade e as oportunidades são vivenciados como importantes para a mudança.	Eu senti o apoio e a oportunidade que encontrei na Semiliberdade como algo muito bom para minha mudança.
	O que é necessário para o processo de mudança acontecer: ser despertado para a possibilidade de mudança:		
90	“Uma coisa que a Semiliberdade tenta despertar é... nós adolescentes é isso: o interesse de mudança. É tentar mostrar... e... e eu realmente acho que é um pouco fraco, que devia ser muito mais amplo essa questão de colocar na cabeça dos adolescentes que a mudança vai ser algo positivo na vida deles e que não é só uma medida pra ser paga!”	A Semiliberdade tenta despertar, no adolescente, o interesse pela mudança. Mas deveria se dedicar um pouco mais a isso.	Eu vejo a Semiliberdade, tentando despertar nos adolescentes esse interesse pela mudança, mas realmente acho que é insuficiente a tentativa que fazem, pois é fundamental mostrar ao adolescente que a mudança vai trazer algo positivo na vida deles e que a Semiliberdade não é só uma medida a ser paga.
93	“Então, que isso tem que ser despertado nos adolescentes, tem que ser despertado na sociedade”.	Despertar o adolescente e a sociedade para a oportunidade de mudanças contida na Semiliberdade.	É importante que não só os adolescentes mas também a sociedade considerem a Semiliberdade como uma oportunidade de mudanças.
	O que é necessário para o processo de mudança acontecer: uma estrutura fora da Semiliberdade		
30	“... então, é todo um contexto muito grande! Não adianta eu te falar que vai ser assim, que é uma vírgula só que falta, não é? Na realidade, o que falta é muita coisa mesmo é toda sociedade, é todo o meio.”	Não é só uma coisa ou outra que precisa ser feita para ajudar o adolescente nesse processo. É todo um contexto de condições favoráveis.	Acredito que não é só um elemento que pode causar mudanças. É preciso todo um contexto favorável, muitas coisas em torno do adolescente, para que ele possa se sustentar.
41	“Bom, eu me estruturei lá fora primeiro. Antes de eu sair daqui eu, juntamente com os coordenadores, com os educadores, eu estruturei totalmente primeiro.”	A estruturação da vida fora da Semiliberdade, contando com a ajuda da equipe.	Eu busquei, com a ajuda da equipe da Semiliberdade, estruturar minha vida fora daqui, antes de ser liberado.
42	“Quer dizer, eu saí daqui empregado, eu saí daqui muito bem com minha família, eu saí daqui muito bem com uma namorada que eu já tinha um	O adolescente enumera as coisas que considera uma estruturação, fora da Semiliberdade. Procura organizar essa estrutura para	Para mim, foi importante organizar uma estrutura fora da Semiliberdade, composta por um emprego, uma boa relação com a família de origem e com

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	filho com ela de três anos, eu já saí daqui com uma casa alugada, praticamente mobiliada. Então, eu me estruturei lá fora, eu procurei me estruturar pra sair e ter como continuar minha vida!”	conseguir dar continuidade a sua vida.	a família própria (esposa, filhos) e uma casa, para conseguir continuar minha vida. Então, eu busquei essa estrutura antes de sair.
44	(P: Então, para que ele consiga se manter lá fora, ele precisa ter uma certa estrutura, é isso que você tá me dizendo?) “Com certeza! Eu acho que a Semiliberdade, ela tem que focar. Eu sei que foca, porque tem as pessoas é... tem assistente social, que tá sempre na casa dos adolescentes, procurando ver como é que tá a família, como é que a família tá vivendo...”	Para o adolescente conseguir se manter bem, ao ser liberado, precisará encontrar uma estrutura de apoio fora da Semiliberdade e o entrevistado acredita que a equipe deve investir mais na organização dessa estrutura.	É importante, para que consigamos nos manter lá fora, encontrarmos uma certa estrutura. E acho que a Semiliberdade precisaria voltar mais seu investimento e atenção para a formação dessa estrutura fora daqui. Sei que até já fazem isso, pois há assistentes sociais que acompanham nossas famílias lá fora.
45	“Eu já tinha, na minha época aqui é... conseguiram até ajudar minha família que na época passavam por necessidade. Então conseguiram cesta básica, conseguiam as coisas.”	A importância do apoio oferecido à família do adolescente durante o período que ainda estava lá dentro.	Enquanto estive aqui dentro, pude perceber este investimento das pessoas da Semiliberdade em minha família, que passava por necessidades básicas, na época.
46	“Mas eu acho que a Semiliberdade, juntamente com as outras pessoas, veja bem, não só a Semiliberdade, porque a Semiliberdade é muito pequena em frente isso tudo que tá acontecendo aí fora. Mas a Semiliberdade buscando parcerias, buscando parceiros, ela tem que focar muito mais a estabilidade do adolescente lá fora. Quando ele for liberado aqui, ele tem que ter uma estrutura lá fora.”	Na sua opinião, a Semiliberdade precisaria focalizar mais a estabilidade do adolescente quando for liberado. E precisa contar com outros parceiros para isso.	Acho que a Semiliberdade precisaria concentrar mais esforços em reestruturar nossas vidas lá fora. Sei que já tentam fazer isso, mas precisa buscar parceiros que a auxiliem nessa estruturação. É importante que encontremos uma sustentação de nossas vidas lá fora, quando formos liberados.
48	(P: Então, você está me dizendo que, se lá fora é... por mais que seja feito um trabalho aqui dentro com o adolescente, se lá fora não tiver nenhum tipo de trabalho ele não	Se não existir nenhum trabalho de reestruturação da vida do adolescente fora da Semiliberdade, o que é feito ali dentro é considerado totalmente perdido.	Eu acredito que o trabalho que a Semiliberdade realiza conosco, aqui dentro da instituição, pode se tornar completamente perdido, se não houver um investimento em

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	consegue se manter?) “Vai ser um trabalho completamente perdido!” (P: Você acha que é um, trabalho completamente perdido.) “Eu acho que vai ser um trabalho completamente perdido!”		uma reestruturação de nossas vidas lá fora.
49	(P: Se é muito difícil para o adolescente sair do mundo do crime sem ter algo que o apóie lá fora?) “ Com certeza! Com certeza! Sem ter algo que o apóie... sem ter oportunidades...”	A necessidade de um apoio fora para sair do mundo do crime.	Eu tenho certeza de que é muito difícil sair do mundo do crime sem encontrar um apoio lá fora, ao ser liberado sem encontrar oportunidades.
O que é necessário para o processo de mudança acontecer: um posicionamento pessoal			
36	(P: E você, nesses oito meses, como que você sentia esse tempo aqui?) “Olha, eu batalhei muito aqui dentro. Então as coisas aqui dentro começaram a acontecer muito cedo.”	O Adolescente considera que seu investimento pessoal, durante esses oito meses, foi importante para que o seu processo fosse acelerado.	Eu tenho a impressão de que o investimento pessoal que fiz, durante esses oito meses, foi importante para que as mudanças fossem acontecendo mais rápido do que é o comum aqui.
O que é necessário para o processo de mudança acontecer: uma oportunidade de trabalho			
60	“É ... por exemplo, o ramo de trabalho que eu trabalho, eu nunca me imaginei trabalhando dentro de uma cozinha. Então foram coisas que aconteceram aqui. Eu sempre achei que a minha vocação era pra trabalhar dentro de um escritório, era trabalhar na frente de um computador e de repente é... a gente...”	Cita, como exemplo de uma mudança acontecendo em sua vida, o fato de despertar-se para uma área profissional antes desconhecida, o que foi acontecendo na Semiliberdade.	O interesse por meu ramo de trabalho é exemplo de uma mudança que foi acontecendo em minha vida aqui. Eu nunca imaginei que poderia trabalhar dentro de uma cozinha, acreditava que minha vocação era trabalhar em escritórios. Fui despertado para isso aqui, na Semiliberdade.
61	“E aqui, eu consegui colocar isso na cabeça das pessoas que estavam tentando me ajudar. Então agente tava até....(?) Porque, tipo assim, é... elas viam em mim uma pessoa que sabia conversar, sabia entrar, sabia sair. Então o que elas	A princípio, o adolescente consegue convencer a equipe da Semiliberdade que sua vocação era mais para serviços de escritório. Suas características pessoais, saber conversar, se colocar, também eram reconhecidas nesse	No começo, eu consegui convencer às pessoas que queriam me ajudar, que eu tinha uma vocação para serviços de escritório. Inclusive percebia que eles viam em mim características mais adequadas para um

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	entendiam é que eu tinha um lance mais pra escritório, um lance assim mais pra trabalhar na área 'escritorial', um negócio... administrativo, um negócio mais até de lidar com público, uma coisa mais tranqüila.”	sentido.	serviço administrativo, para lidar com o público por exemplo.
62	“Então, a gente começou a batalhar pra isso. Tivemos na câmara dos vereadores, em outras empresas, levando currículos que nós fizemos aqui mesmo e levamos pra várias empresas, vários lugares tentando bater nessa tecla.”	O adolescente com a equipe da Semiliberdade buscam oportunidades de trabalho, sempre voltadas para a área administrativa .	Junto à equipe, eu participava ativamente da busca por oportunidades de trabalho. Essa busca estava baseada nas características que percebiam em mim, voltadas mais para a área administrativa.
63	“E mediante a isso, tava tendo aqui a oportunidade de alguns adolescentes estarem ingressando onde eu trabalho hoje, que é na empresa X, e sempre surgiu umas vagas. O pessoal ligava pra cá, e falava: ‘Olha, tem uma vaga aqui, manda um adolescente pra fazer teste.’ E assim, às vezes era a minha vez - porque as coisas aconteciam por vez, as coisas aconteciam por etapa, è... as coisas aconteciam por características - Então, não tinham as minhas características”.	A oportunidade na empresa X, onde trabalha atualmente, sempre surgia, mas não consideravam que o adolescente tinha características para aquele tipo de serviço. (auxiliar de cozinha)	Surgiram aqui, na Semiliberdade, oportunidades de trabalho na empresa X, onde trabalho atualmente. Eu sabia que era preciso aguardar minha vez para concorrer às vagas, mas, quando chegava minha vez, eu achava que o tipo de serviço oferecido não se encaixava em minhas características.
64	“Só que o tempo foi apertando e nada foi acontecendo pra mim, foi apertando.... Tive um dia que surgiu uma oportunidade e a (coordenadora) me chamou e falou: ‘João, e aí o que você acha? Você acha que dá pra você ir lá e tentar, até de repente aparecer outra coisa?’ Ai eu fui lá e passei no teste!”	O tempo de permanência do adolescente na Semiliberdade estava terminando, devido à idade. A coordenadora lhe propõe fazer o teste para o trabalho na empresa X que, até então, não era bem o que ele queria. Ele decide fazer o teste e passa.	Eu sentia que meu tempo na Semiliberdade estava se acabando e que não havia conseguido ainda muita coisa. A coordenadora falou-me da oportunidade na empresa X . Eu teria que decidir se aceitaria ou não fazer o teste. Decidi aceitar fazê-lo e passei.
67	“E aí acabou a reunião eu entrei lá prá dentro, sentei, passou cinco minutos me chamaram avisando que eu	Após a reunião que havia feito com a equipe, sobre escolha de trabalho, o adolescente fica sabendo que havia passado no	Eu fiquei sabendo, logo após a discussão com a equipe, que eu tinha passado no teste de seleção para o emprego.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	“... tinha passado no teste de seleção.” (Fala com muita satisfação desse episódio.) “Então, a prova que eu não tava escolhendo, depois da reunião, foi que eu recebi o telefonema aqui. Disseram que eu tinha passado no teste, que era levar a documentação que eu ia ta empregado, então isso foi muito bacana!”	teste para o emprego na empresa X. Considerou isso como uma prova de que não estava escolhendo serviço.	Para mim, isso foi uma prova de que não estava escolhendo serviço e gostei de ter acontecido aquilo naquele exato momento.
95	(P: O que também contribuiu para o processo de mudança). “Bom, em primeiro lugar a oportunidade que eu tive de um parceiro, nessa época a empresa X era parceira da Semiliberdade.”	A oportunidade de trabalho também contribuiu para o processo de mudança do adolescente.	Dentre outras coisas que me ajudaram a mudar, considero, em primeiro lugar, a oportunidade de trabalho oferecida pela empresa X, como parceiro da Semiliberdade.
96	“... então foi uma parceria com a Semiliberdade, que Semiliberdade sozinha não conseguiria. A Semiliberdade na minha época conseguiu integrar na Empresa X, cerca de cinco a seis adolescentes. Quer dizer, foi um parceiro pequeno! Se você for parar pra comparar a Empresa X com várias outras empresas que tem, ela é pequenininha mas que de uma parceria muito grande, que proporcionou mudanças muito significativas.”	A parceria estabelecida entre a empresa X e a Semiliberdade pôde reintegrar cerca de cinco a seis adolescentes na época. Embora seja uma empresa pequena, essa parceria é considerada muito significativa.	Eu acho que a parceria estabelecida entre uma pequena empresa e a Semiliberdade, oferecendo trabalho a mais de seis adolescentes em minha época, foi uma ajuda muito significativa e proporcionou mudanças importantes também nos outros.
O que é necessário para o processo de mudança acontecer: ter um projeto de vida			
84	“Consigo proporcionar pra o meu filho, tudo aquilo que não tive na minha infância” (voz embargada). (...) “É... um detalhe importante, eu <u>nunca</u> é... eu fui ter um aniversário, uma festinha de aniversário, eu tinha doze anos de idade e foi uma colega da minha mãe que gostava muito de mim que conseguiu me proporcionar isso. Então, aquilo me doía de	Fala da importância de poder proporcionar ao filho, todo investimento afetivo que não teve. Como é o caso das festinhas de aniversário. Orgulha-se de conseguir fazer isso hoje em dia.	Fico emocionado ao perceber que consigo proporcionar a meu filho, hoje, todo investimento afetivo que não recebi em minha infância. Doía-me pensar que meu filho poderia passar seus aniversários em branco, como aconteceu comigo. E, desde quando consegui reestruturar minha família, posso garantir que isso não se repetirá com

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	ver meu filho nascer e deixar passar em branco. Então quer dizer, graças a Deus, desde quando eu consegui reestruturar minha família, nunca mais passou em branco!”		ele, graças a Deus.
85	(P: Ter um filho, então também foi algo que te ajudou.) “Ah é... me fez crescer muito , me fez amadurecer demais né... Porque eu sempre tive esse sonho, de ter uma família, de ter um filho e proporcionar pra ele tudo aquilo que eu não tive e no início da vida do meu filho, eu ainda tava envolvido com drogas. Então, eu tava vendo aquele sonho , <u>mais um sonho meu</u> , indo por água abaixo. Então isso também me deu muita força...”	Ter um filho surge como fator de amadurecimento pessoal. Mas o que lhe dá mais motivação para buscar mudança é perceber que seu sonho de ter uma família e poder ser um bom pai para seu filho estava se perdendo também, como todos os outros, devido ao uso de drogas.	Ter um filho amadureceu-me muito. Eu sempre sonhei em ter uma família, ter um filho e oferecer-lhe, como pai, tudo aquilo que não recebi enquanto filho. Ver mais esse sonho indo por água abaixo, devido ao envolvimento com drogas, teve o efeito de impulsionar-me para tentar mudar e crescer.
	Problemas enfrentados ao tentar mudar: as exigências do mundo do crime e abstinência de drogas		
05	“Mas eu cheguei com o intuito de mudar! Claro que no início foi complicado pra mim, porque eu tive que ficar em abstinência de drogas... eu tive que ficar em abstinência de rua... tudo, coisa que... que o mundo lá fora tava me oferecendo e que quando você quer sair, eles te oferecem muito mais! Então, foi <u>muito</u> complicado no início.”	Apesar de chegar à Semiliberdade com o intuito de mudar, ressalta que no início foi muito difícil, visto que precisou enfrentar a abstinência de drogas, a falta da liberdade e evitar o que o mundo do crime lhe oferecia com mais intensidade.	Mesmo estando com o intuito de mudar, encontrei muitas dificuldades no início de meu processo. Tive que enfrentar a abstinência das drogas, lidar com a falta de liberdade e, ainda, me posicionar negando o que o mundo do crime me oferecia quando me encontrava lá fora. Então, tudo isso foi realmente muito difícil.
	Problemas enfrentados ao tentar mudar: conseguir se livrar das drogas:		
72	(à noite, com a insônia) “Às vezes vinha, conversava com um educador, às vezes eu ficava conversando horas e horas e eu sabia que ele tava conversando comigo e sabendo que eu tava... eu tava louco pra pular o muro e usar droga ,	Durante a noite, o adolescente buscava, por várias vezes, a conversa dos educadores como um apoio contra o impulso de evadir e a necessidade de usar drogas.	Nos momentos de insônia, devido à abstinência de drogas, eu buscava, na conversa com os educadores, um apoio. Eu acredito que eles sabiam disso. Sabiam que eu estava ali, segurando-me para não fugir e buscar a droga.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
	que eu tava....”		
78	(com relação à abstinência de drogas) “Com certeza! Muito difícil, muito grande, muito grande mesmo! É um sofrimento, que cê... não tem noção!”	A abstinência de drogas foi muito difícil para o adolescente.	Para mim, suportar a abstinência de drogas foi realmente muito difícil. Vivi um sofrimento tão grande, que penso que as pessoas não chegam a ter noção.
79	“E eu costumo falar que uma pessoa em recuperação, a recuperação na vida dela é eterna.” (P: Como assim?) “Porque você não <u>deixa</u> de sentir vontade. Você só se apóia numa força muito grande, você vê as coisas acontecer na sua vida de forma diferente”	Para o adolescente, a recuperação de um usuário de drogas é constante, pois ele não deixará de sentir vontade de usar drogas e precisará se apoiar em uma força muito grande para conseguir.	Para mim, um processo de recuperação das drogas não tem fim, pois não deixamos de sentir vontade de usá-las. Para conseguir, foi preciso me apoiar numa força interior muito grande e ver as coisas acontecendo em minha vida de uma forma diferente de antes.
89	“Muitos adolescentes desses daqui, a abstinência é tão grande, a droga tá tão ligada no sangue, tá tão aprofundada, que não deixa a cabeça parar pra pensar que de repente eles podem parar e ir pra outro caminho. Ou de repente isso nem consegue bater no coração deles ainda!”	A dependência da droga é algo que impede o adolescente de pensar em mudar o caminho. Essa perspectiva também pode, ainda, nem ter sido sentida pelo adolescente.	Eu tenho a impressão que muitos adolescentes aqui não percebem essa possibilidade de escolher outro caminho para suas vidas, devido à crise de abstinência e à dependência excessiva da droga, que os impedem até mesmo de pensar nessa possibilidade. Ou até chegam a pensar mas não sentem isso como algo significativo.
	Problemas enfrentados ao tentar mudar: os rótulos e a discriminação		
31	“Quantas vezes eu já saí aqui por este portão e as pessoas que moram em volta aqui me olhavam diferente, me olhavam como se eu fosse um... um... (toma fôlego) marginal! Na realidade eu tava tentando fazer as coisas mudarem na minha vida (...) E o apoio dessas pessoas, era importante pra mim. As pessoas me olham da mesma forma que elas olham pra você quando você anda na rua, era importante pra mim!”	Fala sobre a importância de ser visto como uma pessoa, não como um marginal, pelas pessoas que estão fora da Semiliberdade e pela sociedade em geral.	Por muitas vezes, eu me senti discriminado por pessoas fora da Semiliberdade. Embora estivesse tentando fazer as coisas mudarem em minha vida, tinha a sensação de que continuavam a me ver como um marginal e não como uma pessoa, como outra qualquer. Ser visto como uma pessoa, por quem estava fora da Semiliberdade, também era importante para mim.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
32	“Por que querendo ou não, isso deixa a auto-estima dos adolescentes toda em baixa. Eles vêem que... que... as coisas não <u>vão acontecer!</u> Não conseguem acreditar que as coisas podem acontecer na vida deles!”	A discriminação como um efeito desmotivante do processo. Uma negação da possibilidade de mudança.	O olhar discriminatório só contribui para diminuir a nossa auto-estima, fazendo-nos desacreditar que algo possa realmente mudar em nossas vidas.
Problemas enfrentados ao tentar mudar: a falta do apoio familiar:			
28	“Mas se a família, a sociedade, de forma geral, as pessoas que estão em volta não ajudarem, não adianta.”	A importância atribuída ao apoio externo à Semiliberdade.	É preciso que encontremos também lá fora, um apoio da família, da sociedade em geral, das pessoas próximas. Caso contrário, aquele apoio encontrado na Semiliberdade será insuficiente.
29	“Porque na maioria das vezes, já tive na minha época aqui, já tive... já teve casos de adolescentes que estavam aqui que a família falava assim: ‘Isso aí já era! Isso aí já acabou!’ Então, na hora de apoiar, a família não tava presente”.	A falta do apoio familiar percebida como um dificultador do processo. A falta de encorajamento e consideração de familiares de alguns adolescentes.	Eu convivi aqui com adolescentes que eram desacreditados e desqualificados por seus próprios familiares, no momento em que mais precisavam de um apoio.
A VIDA ATUAL: Percepção de si: muito a crescer e mais feliz			
56	“E até hoje eu sei que eu não sou adulto. Tem muita coisa pra aprender, muita coisa pra crescer. (respira)”	Ainda hoje, considera que tem muito a apreender e crescer.	Ainda hoje, não me considero um adulto, pois sei que tenho muita coisa a aprender e muito a crescer.
82	“Claro que hoje eu não tô num momento essencial da minha vida, porque ainda eu quero ter minha casa própria, ainda quero ter meu carrinho, ainda quero ter uma porção de coisa. Mas é, com certeza, muito diferente da forma que eu vivia. Eu me sinto muito mais feliz!”	Embora não se sinta ainda no auge de sua vida, e tenha mais planos e desejos para o futuro, sente que sua vida mudou muito e que está muito mais feliz.	Eu não me sinto no auge de minha vida ainda, pois pretendo ter minha casa própria, meu carro e outras coisas. Mas minha vida hoje é, com certeza, muito diferente de antes. Eu me sinto muito mais feliz.

Nº do trecho	Trecho da entrevista	Síntese do significado	Expressão do significado como um vivido
A realização dos projetos			
80	“Porque já aconteceu, quando eu usava droga e não era aquilo que eu sonhava. Hoje as coisas acontecem na minha vida da forma que eu sonhava. Quer dizer, eu tenho minha casa, tenho minha família, tenho meu filho...”	A vida não era como sonhava quando usava drogas. Hoje sente mais a vida acontecendo da forma como sempre sonhou.	Quando usava drogas, sentia que aconteciam coisas em minha vida muito diferentes daquilo que eu sonhava. E, hoje, vejo minha vida acontecendo como sonhei, tenho minha casa, minha família e meu filho.
81	(P: Se está dizendo que hoje faz seu próprio projeto). “Com certeza! Com certeza o meu projeto ele tem andado, eu sempre tive este projeto na minha vida, que era de ter a minha família, de ter minha casa, de ter meu trabalho, e eu tô lutando pra adquirir mais.”	Fala sobre seu projeto de vida. Hoje ele tem acontecido. Sempre pensou em ter uma família, uma casa e um trabalho como projeto de vida.	Hoje, eu tenho a certeza de que meu projeto de vida tem acontecido. Sempre tive um projeto de ter uma família, uma casa, um trabalho e hoje tenho lutado para adquirir mais.
82	“Claro que hoje eu não tô num momento essencial da minha vida, porque ainda eu quero ter minha casa própria, ainda quero ter meu carrinho, ainda quero ter uma porção de coisa, mas é, com certeza, muito diferente da forma que eu vivia. Eu me sinto muito mais feliz!”	Embora não se sinta ainda no auge de sua vida, e tenha mais planos e desejos para o futuro, sente que sua vida mudou muito e que está muito mais feliz.	Eu não me sinto no auge de minha vida ainda, pois pretendo ter minha casa própria, meu carro e outras coisas. Mas minha vida hoje é, com certeza, muito diferente de antes. Eu me sinto muito mais feliz.
Um diferente modo de viver			
83	(P: Se é muito diferente o caminho hoje.) “É... muito diferente o caminho! A forma que eu vivo hoje é muito diferente. Quer dizer, eu trabalho o dia todo, trabalho a noite toda e consigo colocar o alimento dentro da minha casa.”	Percebe sua vida hoje, bem diferente de antes, principalmente por trabalhar muito e conseguir sustentar uma família.	O caminho que segui é muito diferente de antes. Percebo isso na forma como vivo hoje, trabalhando muito e conseguindo sustentar minha família.

7.2 Descrição da estrutura das vivências por unidade temática

Para realizar as descrições das vivências, iniciamos cada unidade temática reproduzindo, entre aspas, uma ou mais falas que consideramos representativas do tema a ser tratado naquela unidade. Além disso, apresentamos entre parênteses, os trechos das entrevistas que ilustravam a descrição relatada, no corpo da descrição. Adotamos para essa ilustração, o seguinte padrão: Lembrando que os nomes dos entrevistados são fictícios, utilizamos a primeira letra do nome de cada um, seguida do número relativo ao trecho de sua entrevista, que expressou o tema em articulação. Assim, por exemplo, a indicação (F-09), significou o trecho nove, relativo à entrevista de Flavio que é o sujeito 01. A indicação (P-34), se refere ao trecho 34 da entrevista de Pedro, sujeito 02 e, finalmente, a indicação (JP-51) é relativo ao trecho 51 da entrevista de João Paulo, sujeito 03.

7.2.1 A vida anterior à medida

O relato de como era a vida antes de serem encaminhados para a Semiliberdade surgiu de forma espontânea, em diferentes momentos das entrevistas, embora não houvesse perguntas objetivas a esse respeito. Flávio e Pedro, ainda que falando menos sobre o assunto, oferecem elementos significativos, experimentados nesse período, que também são identificados na fala de João Paulo. Este descreve, de forma mais detalhada, todo um percurso que vai desde o uso de drogas, envolvimento com o tráfico, relação com a lei, o juizado e experiência com outras medidas, até chegar a Semiliberdade.

“... eu tinha passado por muita violência, eu já tinha usado muita droga...”

O envolvimento com drogas torna-se evidente na fala de cada um dos entrevistados, tanto no que diz respeito ao uso pessoal (F-09, F-30, F-31, F-37, JP-13, JP-18, JP-23, JP-75), quanto à convivência com outros usuários (P-34 e P-35). Tal elemento chega a ser mais significativo na vida desses jovens do que a própria prática de ato infracional de maior gravidade, como nos sugere Pedro (P-35). Muito embora todos os entrevistados estabeleçam uma relação entre o uso de drogas e a entrada para o mundo do crime, quer seja como funcionário do tráfico (JP-13), quer seja como autores de pequenos furtos ou assaltos

(P-34; F-30 e F-31), verifica-se que o fato de se tornar um usuário de drogas não é considerado elemento determinante desse envolvimento, como nos esclarece Flávio: “... vai do pensamento da pessoa, se a pessoa quer só usar... ah., tem como... Sem se envolver com o crime, com nada!” (F-30). Ao falar de como percebe esse percurso, Flávio aponta para um conjunto de elementos relativos ao contexto social no qual estão inseridos. Um contexto onde “... as coisas estão acostumadas a acontecer de forma diferente”, como também afirma João Paulo (JP-51). Assim, Flávio nos explica que, ao se tornar um usuário, o adolescente precisará buscar formas de adquirir a droga, o que, naquela realidade, o leva a cair num círculo vicioso. Ou cometerá pequenos furtos, ou assaltos isolados com o objetivo de comprar mais drogas, ou acabará endividando-se com os traficantes, tornando-se, então, um peão, “obrigado” a trabalhar para a organização. (F-30 e F-31). Caso contrário, acabará pagando com a vida.

“Aí já vira um viciado.. aí... (faz sinal negativo com a cabeça).. aí é trágico!”

Uma vez envolvido com o crime organizado, o comprometimento pessoal e o risco de vida tornam-se evidentes. Todos os entrevistados relatam a vivência de um contínuo processo de autodestruição, caracterizado pela dependência, cada vez maior, de drogas mais pesadas (F-31; P-34; JP-19 e JP-23) o que, neste contexto, os leva a um envolvimento crescente com traficantes, (JP-13 e JP-18), bem como a uma gradativa desvinculação familiar (F-31; JP-18 e JP-19). A prática de atos infracionais deixa de ser fato isolado e individual na vida do adolescente, tornando-se um tipo de “prestação de serviços”, mão-de-obra, barata e descartável para o mercado do tráfico. Sabe-se que a habilidade do adolescente nessa atividade, aliada à pretensa impunidade, é de grande valia para os traficantes mais velhos. Flávio comenta como muitas vezes realizou serviços sem se questionar a respeito (F-09).

João Paulo irá relatar, com mais ênfase, seu grau de envolvimento com o tráfico de drogas: “... Eu cheguei a ir ao Paraguai com dezessete anos para buscar droga para os maiores” (JP-13), repetindo de forma enfática mais à frente. “Eu tava vinculado, eu tava ameaçado e muito envolvido...”. A impressão, ao escutá-lo durante a entrevista, é de que precisava deixar clara a situação de risco pessoal e social na qual se encontrava.

Apenas Pedro dá a entender que ainda não se encontrava em estágio tão avançado de envolvimento com o crime, considerando-se somente um usuário: “... não pensava em matar ou roubar não” (P-35), muito embora já se percebesse nesse caminho, ao falar daqueles que estavam a seu redor.

“... eu pensava que... eu vou morrer... que eu vi muito camarada morrendo.”

Outro elemento que emerge na fala de todos é a percepção da morte como fim daquele percurso de autodestruição que vinham trilhando (P-35; JP-13; F-31 e F-37). A vivência da morte eminente parece ter gerado, nos entrevistados, uma certa descrença no futuro e desvalorização da própria vida (JP-75, F-37. P-35). Mesmo o desejo de ter um filho que surge em Pedro (P-33) não aparece, num primeiro momento, como um projeto de vida, mas como uma possibilidade de deixar algo de si no mundo, antes de morrer. Não parecia estar em seus planos ver esse filho crescer naquela ocasião. João Paulo representa bem essa descrença no futuro, quando relata que, aos poucos, foi perdendo as esperanças de ver seus sonhos serem realizados (JP-75). O caminhar em direção à morte parece ser vivido como algo determinado, rígido, com poucas chances de ser desviado para aqueles que se tornam totalmente envolvidos com a criminalidade e dependentes das drogas. Quando chegam a tal ponto, o final é “trágico”, conforme bem nos esclarece Flávio (F-31) e João Paulo (JP-13).

“... e quando chegou a intimação eu falei: é uma saída pra mim né... é agora ou nunca!” (...) *“... aquilo me vem a cabeça como uma saída, aquilo me veio à cabeça como um refúgio!”*

João Paulo é o único que descreve o sentido que teve para ele ter sido intimado a comparecer no juizado para cumprir uma medida de Semiliberdade. Em seu relato, verifica-se que, num primeiro momento, a Semiliberdade surge mais como uma fuga das ruas do que como uma oportunidade de realizar mudanças efetivas em sua vida.

Devido ao grau de envolvimento com o tráfico e o risco de morrer, João Paulo resolve acatar a intimação e se apresentar ao juiz, enxergando nela uma saída (JP-20). Naquele momento, imaginava que seria encaminhado para um Centro de Internação (JP-17), semelhante ao Centro de Internação Provisória - CEIP no qual já havia ficado (JP-07). Sua experiência com aquele tipo de instituição era bastante negativa (JP-08, e JP-10), portanto, não esperava ajuda, vinda da instituição, para conseguir mudar de vida. Esperava apenas sair das ruas, poder ser esquecido pelos traficantes com os quais já se encontrava em dívidas e, por isso, ameaçado (JP-15). Acreditava que bastaria ficar longe das ruas, para conseguir se livrar das drogas e mudar. Portanto, num primeiro momento, João Paulo parecia contar apenas consigo mesmo para realizar essa mudança (JP-17).

Refletindo sobre o sentido que teve para ele a ordem judicial, João Paulo conclui que isso influenciou em todo seu processo. A intimação é vivenciada por ele, mais como uma

oportunidade, uma opção a fazer, do que como uma imposição judicial como lhe parecia acontecer com os demais adolescentes (JP-02).

Esse significado estará presente em todo o relato de João Paulo e é, inclusive, apontado por ele como elemento necessário para que um processo de mudança se instale.

7.2.2 Vivendo em (semi) liberdade

Utilizamos essa forma de grafar o termo Semiliberdade, com o objetivo de sinalizar uma característica que surgiu no relato dos adolescentes ao se referirem a esse período. A vivência de uma liberdade parcial, não integral. Para a descrição desse tema, acompanhando o que foi feito na análise, realizamos uma subdivisão em três tópicos: Semiliberdade como um lugar de ambigüidades; vivências experimentadas como positivas na instituição e aquelas experimentadas como negativas.

- **Um lugar de ambigüidades**

“... você tem um contraste muito grande de ta preso e ta livre, de poder ir à rua e voltar. E ter que voltar!”

Uma vez inseridos na Semiliberdade, os adolescentes começam a construir um significado específico para aquele tipo de medida. Um dos elementos que surge como característico diz respeito a um tipo de ambigüidade presente na sua condição de “semi”. Essa ambigüidade é retratada na vivência de “sentir-se livre” e, ao mesmo tempo, “sentir-se preso” descrita por todos os entrevistados (JP-88, F-28, P-05). Cumprir um tipo de medida, em que eram obrigados a permanecer numa casa por determinação judicial, mas que, ao mesmo tempo, poderiam sair para ir à escola, participar de cursos, trabalhar, visitar a família tendo, no entanto, que voltar nos horários determinados (P-28), era uma situação inusitada, diferente daquilo que experimentavam em outras medidas de restrição de liberdade. Essa característica presente na instituição exigia dos adolescentes um gradativo e contínuo posicionamento pessoal, conforme nos conta João Paulo “poder ir à rua e ter que voltar! No início você sai acompanhado, depois eles te soltam sozinho e aí?” (JP-88). No início, ver a rua, o muro baixo sem grades, se deparar com a possibilidade de pular e sair, se conter, mesmo sentindo-se “preso” submetido às regras, não é fácil. Instala-se um conflito nesse momento: ficar ou fugir? Conforme bem nos coloca Flávio (F-05).

Adequar-se a esse tipo de liberdade limitada, conseguir lidar bem com a ambigüidade presente na vivência de estar “semilivre”, “semipreso”, parece ser o primeiro desafio enfrentado por esses adolescentes ao cumprir tal medida. (P-28, F-05 e JP-88). Todos relatam, de forma explícita ou implícita, o quanto consideram a Semiliberdade uma medida difícil de ser cumprida por conter tal característica (JP-86; F-04 e F-05; P-28).

“É... é muito mais difícil do que estar tudo preso... Porque você tem a escolha né!”

A questão da escolha é, então, outro elemento presente na fala de todos os entrevistados. Descrevem a Semiliberdade, como um lugar onde se deparam o tempo todo com a escolha. (P-19 e P-13; JP-86 e JP-87; F-14). Pedro e João Paulo representam essa vivência como se estivessem em uma constante encruzilhada. Trata-se de dois caminhos: um talvez já conhecido, por isso vivenciado como mais fácil, largo, sem parâmetros ou restrições, também sem limites ou referências a não ser o de um final trágico. Esse primeiro caminho, é o que vêm trilhando sem pensar muito em seu final (P-35). O outro é vivenciado como mais estreito, desconhecido, difícil de ser trilhado. Possui obstáculos, limites e restrições. Era o caminho proposto pela instituição. Seu final era desconhecido, mas anunciado pelas pessoas da instituição como diferente daquele que vinham trilhando, com possibilidades de oferecer-lhes conquistas positivas na vida (JP-87; P-19).

Assim, nenhum deles considera fácil o caminho proposto em direção a um processo de mudança. Tanto João Paulo como Pedro relatam, de forma explícita, a necessidade de uma reflexão a respeito da vida e do caminho a seguir, aliada a uma posição pessoal, fruto de certa maturidade. Este último nos mostra esse processo de reflexão e posicionamento acontecendo “... então, depois que aconteceu isso, foi para eu ver, parar e refletir o que era bom e o que era ruim. Então, eu fiz minha escolha” (P-13). A esperança de que esse caminho pudesse levar a uma mudança para uma situação de vida mais positiva surge como elemento para tal posicionamento na fala de João Paulo (JP-87). A necessidade de parar, refletir e decidir, também está presente na fala de Flávio, quando nos conta como vivenciou o fato de transitar por dois mundos diferentes. Flávio parece comparar o impacto do que vivenciou em diferentes situações, o que o leva a pensar e tentar escolher por uma delas (F-14).

“... aqui é bom e tudo mais, entendeu? Eles são legais e tudo mais... mas só que, na real? Ah... é difícil demais o cara agüentar ficar aqui”.

Muito embora todos demonstrem bastante carinho pela “casa” e um vínculo afetivo com as pessoas que nela trabalham, o que é percebido, inclusive, pela disponibilidade e interesse em retornar para participar dessa entrevista, fica claro que a Semiliberdade não é idealizada por eles, não é concebida como um lugar perfeito e sim como um lugar real.

Todos relatam ter vivenciado momentos bons e momentos ruins dentro da instituição. (F-01, F-04 e F-22; P-18; JP-58). Percebem-se, no entanto, intensidades diferentes nesse tipo de vivência. Dentre eles, Flávio é quem parece vivenciar, de forma mais conflituosa, essa dicotomia. Em sua fala, parece querer expressar-se de forma autêntica, colocando todas as faces, tanto positivas quanto negativas, de sua experiência na Semiliberdade (F-01). Será também quem apresentará mais elementos dificultadores do processo a serem discutidos mais à frente. Ao ser convidado a falar do processo de mudança vivenciado na instituição, demonstra certo conflito. Por um lado, parece sentir-se grato por ter vivenciado coisas boas, principalmente na relação com educadores, o que, ao mesmo tempo, o faz se ressentir com essas pessoas por momentos experimentados como ruins, nos quais se sente desconsiderado (F-22). Assim, Flávio fará críticas à instituição, significando a Semiliberdade como um bom lugar, difícil de ficar.

A existência de momentos bons e momentos ruins, para Pedro, já parece estar associada à identificação que faz das relações ali existentes com as relações familiares (P-18). Para ele, tal dicotomia é naturalmente pertinente a qualquer tipo de relação como aquela que, a seu ver, se aproxima da familiar.

João Paulo parece lidar com essa dicotomia de forma menos conflituosa. Talvez pela distância maior do tempo de liberação, ou devido ao sentimento de gratidão que, durante toda a entrevista, parece experienciar em relação à Semiliberdade, sua tendência é apontar para aspectos positivos que vivenciou. No entanto, em dado momento, faz questão de mostrar que “nem tudo foram flores” e que, por vários momentos, pensou em desistir de tudo (JP-53).

- **Vivências experimentadas como positivas: um bom lugar...**

Alguns elementos foram experimentados como facilitadores da permanência dos adolescentes na instituição. Sabemos que permanecer na instituição e cumprir toda a medida não determinam, por si só, a instauração de um processo de mudança. Mas é, sem dúvida, o primeiro elemento necessário para que algum tipo de trabalho seja realizado.

“... que talvez, nesses seis meses, eu, lá fora, talvez eu não estaria aqui... entendeu?”

“... porque eu sozinho, lá fora, te garanto uma coisa, você não estava fazendo essa entrevista comigo não!”.

Todos os entrevistados consideram que continuam vivos até aquele momento, graças ao período que passaram na Semiliberdade (P-11, F-12, JP-33 e JP-77). A chance de sobreviver é um dos elementos experimentados como facilitadores. A Semiliberdade parece provocar um corte no percurso que vinham trilhando em direção à morte. Permanecer na casa cumprindo a medida tem o significado, num primeiro momento, de estar longe das ruas e longe do risco de morrer.

Pedro descreve a experiência de sentir sua vida sendo resguardada devido às atitudes que foram tomadas pela equipe, quando se encontrava em situação de risco. Dentre elas, a que lhe pareceu mais significativa foi quando lhe mudaram de escola, devido às ameaças de traficantes voltadas para uma menina, com o qual estava se envolvendo (P-11). A partir desse episódio, Pedro sente-se protegido. Esse sentimento de que sua vida estava sendo valorizada começa a despertar nele a confiança e a percepção da Semiliberdade como um lugar para ser cuidado, onde sua vida estaria sendo resguardada por outras pessoas.

Flávio tem a impressão de que poderia não estar vivo se tivesse passado aquele período de seis meses nas ruas. Reconhece essa possibilidade de permanecer vivo como uma ajuda bastante significativa para seu processo, (F-12).

João Paulo é mais enfático nesse sentido. Afirma ter “certeza absoluta” de que não estaria ali, vivo, concedendo essa entrevista se tivesse passado aquele período nas ruas. (JP-33). Segundo ele, o tipo de vida que vinha levando já era de alto risco. Precisava sempre se esconder, dormindo em diferentes locais, devido ao envolvimento com o tráfico. É interessante notar que o mesmo envolvimento que o impedia, em determinado momento, de acatar as intimações judiciais (JP-12), o impulsionou a agarrar essa oportunidade como chance de sobrevivência e mudança num momento seguinte.

Todos consideram que, sozinhos, sem contar com qualquer ajuda, não seriam capazes de sobreviver por muito tempo nas ruas. Para esses adolescentes, era necessário um espaço físico que lhes garantisse uma proteção concreta, real. Assim, a casa onde cumprem a medida de Semiliberdade é vivenciada como um local seguro, onde se sentem protegidos, longe da mira dos traficantes.

“Olha, aqui é um descanso pra mente, entendeu? (...) então você vai vivendo”.

Uma vez podendo continuar vivos e protegidos pela estrutura da instituição, os adolescentes parecem diminuir o ritmo frenético de vida e diminuir o foco de preocupações. Para todos, a Semiliberdade começa a se tornar um local de espera: um lugar para viver a vida sem precisar se ocupar tanto em garantir a própria sobrevivência. Um lugar para experimentar a vida, aprendendo por meio das próprias ações o que é melhor ou pior para si mesmos, um lugar onde se apoiar (P-24, F-13, JP-27). Cada um irá utilizar desse período de espera para trabalhar um aspecto da própria vida.

Flávio nos traz um relato mais claro dessa vivência ao definir aquele lugar como um “descanso mental” (F-13), ou seja, ali não precisaria estar com a cabeça em funcionamento constante, no sentido de buscar se proteger ou mesmo de buscar o que fazer da vida. Poderia simplesmente viver, ocupando-se de outras coisas que não aquelas relacionadas à luta pela sobrevivência presente nas ruas. Mesmo sendo o entrevistado que mais relata conflitos e insatisfações vividas na instituição, percebe-se que seu relato se refere mais às relações ali experimentadas. O caráter de “semi” reclusão também lhe permite entrar e sair desse ambiente, experimentar, comparar os dois mundos e escolher o que realmente quer para si mesmo (F-14).

Esse mesmo período de espera parece ser utilizado por Pedro para ensaiar a forma de viver essa vida. Encontra ali uma oportunidade de errar, acertar, aprender com seus erros. Pode, então, dar passos em falso, sem o risco de pagar com a vida, como acontece na lógica do crime organizado. Assim, Pedro se percebe amadurecendo, o que, segundo ele, é reconhecido também pela namorada (P-24).

Para João Paulo, Semiliberdade surge como um lugar de estabilidade, garantida pelo apoio que a equipe busca oferecer ao adolescente. Encontram-se ali pessoas cuidando do entorno, buscando atender às necessidades emergentes (JP-27). Parece que essa estabilidade foi elemento necessário para que buscasse, com afinco, iniciar um processo de mudanças em sua vida: livrar-se das drogas e se capacitar para encontrar outras formas de ganhar a vida com o trabalho. Uma vez que sua idade já não lhe permitia esperar muito, vivencia esse tempo de espera como um curto período que, em seu caso, precisou ser muito bem aproveitado (JP-34 e JP-39). João Paulo considera, no entanto, que essa estabilidade é importante num primeiro momento, mas não suficiente para que a medida de Semiliberdade seja encarada como uma oportunidade de mudanças e não somente como um local de proteção e um período de espera. Ao relatar sua experiência com o CEIP (JP- 07, JP-08, JP-

09, JP-10), João Paulo nos mostra que não basta uma estrutura física, de contenção, que os mantenha longe das ruas, para que esse local seja experimentando como positivo e facilitador do processo de mudanças. A convivência quase que exclusiva com os adolescentes e jovens envolvidos com o crime, no CEIP, só o levou a usar aquele tempo para se preparar ainda mais para o mundo do crime. Assim, João Paulo fala da importância de que o adolescente seja despertado para a oportunidade de mudança existente na Semiliberdade (JP-92 e JP-93). Ser tocado, despertado, palavras que denotam um tipo de contato afetivo. João Paulo aponta, nessa fala, para a existência de outro elemento que é experimentado como facilitador da permanência na instituição: a qualidade da relação ali estabelecida.

“Ah.. foi uma relação de amizade, uma relação de carinho, uma relação de apoio...”

Todos os entrevistados descrevem momentos de relação com as pessoas da Semiliberdade, experimentados como positivos e fundamentais para sua permanência na instituição (P-08, P-09, P-10, P-25, P-29; F-15, F-16, F-19, F-25; JP-52; JP-72, JP-97). A qualidade da relação será um elemento retomado mais à frente, quando falarmos mais especificamente do processo de mudança. Todos definem esse tipo de experiência como uma relação de amizade (P-29, F-15, JP-52), ou seja, uma relação peculiar, com alguns elementos diferenciados, muitas vezes não encontrados em outras relações que vivenciaram (JP-97). Assim, embora não descrevam objetivamente quais são esses elementos, podemos perceber que, para eles, uma relação é de “amizade”, quando: a) se sentem amados: um tipo de amor experimentado de diferentes formas por cada um, quer seja por meio do cuidado, quer seja via carinho e referências, quer seja por meio da consideração e respeito; b) se sentem escutados: todos relatam episódios em que puderam dizer de si, sem se sentirem julgados por quem lhes escutava (F-09, F-19, JP-72); c) se sentem acompanhados: não estão sozinhos para enfrentar seus problemas e, principalmente, suas dificuldades com relação ao uso de drogas (F16, F-35, P-08, JP-72). Além disso, Flávio irá falar de forma mais contundente sobre como lhes são colocados os limites, o que poderá ser elemento facilitador ou dificultador do processo.

Para Pedro, a vivência de se sentir amado parece ser significada por meio do cuidado. Relata que, a partir do momento em que se sente protegido pelas atitudes tomadas pela equipe, começa a acreditar que realmente estavam interessados em sua vida. (P-10). Esse cuidado também é sentido via contato físico afetivo, da forma de ser abordado, da atitude de proximidade tomada pelos educadores nos momentos difíceis (P-25). Com esse tipo de aproximação afetiva, Pedro pôde ir abrindo mão de suas defesas, confiando e “se entregando

aos poucos” até confiar e se entregar totalmente a esses cuidados (P-05). Tratava-se, portanto, de uma relação que o permitia falar de suas dificuldades, contando com a compreensão e apoio daquelas pessoas. A sensação de estar sendo sempre acompanhado está presente, não como uma vigilância, mas como mais uma faceta desse “cuidado” (P-08).

João Paulo nos fala com emoção daquilo que denomina “afetividade”. Para ele, a experiência de se sentir amado tem origem no apoio que considera ter recebido da equipe durante todo o período que esteve na Semiliberdade. Diferente de Pedro, não se trata de se sentir cuidado somente. O que aparece como mais significativo em sua fala é a possibilidade de ter com quem contar. Alguém com quem dividir suas angústias, tristezas e dúvidas. João Paulo fala da importância de poder contar com essas pessoas, talvez mais experientes, para compartilhar seus problemas (JP-55). Considera que ter alguém por perto, capaz de ajudá-lo a pensar sobre o que está vivendo, de propor outras formas de ver o mesmo problema, amplia seu campo de visão ajudando-o a compreender melhor o mundo antes de agir. (JP-52). Assim, sua necessidade parece ser mais de encontrar, nessas relações, uma referência, parâmetros, a fim de que possa enfrentar o mundo com mais recursos. João Paulo, assim como Pedro, considera que estabelece uma relação de caráter familiar. Mas lhe parece um tipo diferente de família, onde se sentia escutado e à vontade para trazer preocupações que não podiam ser compartilhadas em sua família de origem (JP-97).

Mas para chegar a esse tipo de relação de confiança, é necessário um percurso. Flávio nos traz dicas a esse respeito. Em seu relato sobre a qualidade dessa relação, o adolescente dá a entender que se trata de uma forma diferenciada de se relacionar, na qual são necessárias habilidade e consideração pela pessoa que está ali, naquele contexto particular (F-22.).

É quando se sente considerado que Flávio experimenta essa relação como positiva. Assim, para esse adolescente, não é necessariamente o conteúdo do que lhe é dito, mas a forma como isso é feito que importa. O que é dito precisa tocar o adolescente de uma forma positiva, fazendo com que ele se sinta acolhido, respeitado quer seja em momentos de atenção e carinho (F-16), quer seja em momentos de orientação e limites (F-19). Flávio fala sobre a forma diferenciada de lidar com os adolescentes. Sente-se considerado, por exemplo, quando a regra lhe é apresentada de forma particular, quando o educador lhe mostra as consequências de seu ato, antes de lhe impor uma punição imediata. Assim, oferece-lhe oportunidade de errar e acertar, mas, ao mesmo tempo, não lhe deixa solto, sem referências do que pode vir a acontecer se repete o mesmo erro (F-25). Flávio demonstra que, nessa relação de amizade, sua necessidade é de ser conduzido, guiado como num rebanho, mas, como uma ovelha arredia, é

preciso que saibam como levá-lo (F-16), ou seja, fala da necessidade de ser considerado e respeitado como uma pessoa em sua particularidade.

“... quando junta todo mundo lá fora, quando todo mundo fala, entendeu? Ali, você tem um momento de liberar o que você sente”.

Encontrar na Semiliberdade um espaço, para se expressar, também é apontado por todos como elemento significativo, importante para sua permanência e mesmo para seu processo de mudança. Todos descrevem as assembléias e reuniões como espaços em que podiam se colocar, discutir a relação com os educadores e com a equipe, elaborar conflitos entre os demais e até descobrir novas formas de lidar com um problema (P-17, JP-55, JP-66, F-17). A vivência de um espaço propício à fala, em grupo, é experimentada de forma positiva por todos.

A necessidade de falar sobre o que estão vivenciando surge tanto no que diz respeito às situações enfrentadas fora da Semiliberdade, quanto em relação aos conflitos e dificuldades experimentadas dentro da instituição. Poder falar de tais conflitos diretamente com as pessoas envolvidas, permite que eles aprendam uma nova forma de se relacionar em momentos de tensão (JP-66). João Paulo acrescenta que, nesses momentos, pôde verificar o surgimento de novas idéias, de formas diferentes de pensar (JP-55). Idéias que, segundo Flávio, em algum momento farão sentido e se tornarão significativas para sua vida (F-35).

- **Vivências experimentadas como negativas: um lugar difícil de ficar...**

Todos os entrevistados relatam algumas situações vividas na Semiliberdade, sentidas como dificultadoras de sua permanência na instituição. São intervenções, algumas práticas, tipos de relação, experimentados como negativos, que muitas vezes, faziam com que eles pensassem em desistir de tudo, abandonar a medida e voltar para as ruas. Sabe-se que muitos não resistem e fogem. Algumas vezes, acabam sendo intimados por alguma reincidência no crime e retornam à Semiliberdade por determinação judicial. É claro que o motivo das evasões não se restringe a tais elementos estando, também, relacionando ao processo pessoal de cada um. Embora a compreensão do fenômeno da evasão não seja nosso objeto de estudo, sabemos que o fato de o adolescente conseguir permanecer na instituição, aprender a lidar com as normas, receber uma liberação ou progressão de medida do juizado é considerado pela equipe como parte integrante de um processo de mudança.

“... eu te falo com sinceridade, um adolescente que ta lá fora vivendo com drogas, do jeito que quer, chegar aqui e seguir regras é um pouco complicado.”

Todos os entrevistados relatam dificuldades em lidar com um local regido por regras que lhes impunham certas restrições. Aprender a lidar com tais regras é experimentado como um segundo desafio a ser enfrentado. João Paulo e Pedro nos darão uma bela descrição desse desafio, ao comparar a Semiliberdade a um caminho estreito, cheio de obstáculos, difícil de trilhar (P-19 e JP-87). A dificuldade, no entanto, não parece estar relacionada à existência das regras, mas à forma como essas lhes são apresentadas. Assim, a regra é experimentada como negativa quando é imposta e lhes parece sem sentido, quando não é considerada a peculiaridade de cada um, ou seja, a regra é aplicada de forma indistinta para todos, quando obedecer a determinada regra implica em risco de perder a própria identidade.

Tanto João Paulo quanto Flávio nos falam desse primeiro momento, no qual saem de uma vida nas ruas, numa sensação de total liberdade, para um ambiente cheio de regras, horários, rotinas, com os quais não estavam habituados a lidar (F-02, JP-70). É uma difícil adaptação experimentada por todos (P-28).

Flávio parece experimentar a regra como uma imposição. A impressão que se tem é que algumas não fazem muito sentido para ele, como é o caso da obrigação de frequentar a escola ou participar de atividades práticas do dia-a-dia (F-02). Assim, sente-se submetido a um conjunto de normas com as quais não concorda muito e que considera distantes de sua própria realidade. Mas parece que o que mais o incomoda é a imposição de algumas práticas, principalmente a religiosa. Nesses momentos, sente-se desconsiderado, tanto no que diz respeito ao que pensa quanto à sua forma de ser. Não assimila aquela regra como algo significativo para sua vida, vivenciando-a como uma ordem a ser cumprida (F-03). Mais uma vez Flávio sinaliza para a questão da forma como essa regra é apresentada.

Para João Paulo, a dificuldade estava em se conciliarem aspectos particulares de cada um, com regras gerais estabelecidas na instituição. Como exemplo, fala do impasse gerado no horário de dormir. Como conciliar a insônia, devido à abstinência de drogas, com os horários estabelecidos para o recolhimento de todos os adolescentes, sem que isso signifique regalia para alguns? (JP-71). João Paulo parece conseguir lidar um pouco melhor com essa situação, na medida que identifica a necessidade da existência da regra, mas também busca encontrar um meio termo para atender a sua necessidade, conversando com os educadores durante a noite (JP-72).

No que diz respeito à relação com as regras, Pedro traz, de forma mais explícita, um elemento que estará presente implicitamente na fala de todos: a necessidade de garantir

sua própria identidade. Assim, aceitar tudo que lhe era imposto era experimentado como ameaçador à manutenção dessa identidade. Para fazer isso, teria que deixar de ser ele mesmo (P-04). Essa busca por defender a identidade pessoal, por se sentir considerado em sua especificidade parece ser um importante elemento que interfere na aceitação de um limite ou regra.

O outro elemento é aquele que vem sendo sinalizado por Flávio: a forma como o educador coloca essa regra. Assim, a modalidade da relação também pode ser experimentada como negativa pelos adolescentes ao longo do processo, como veremos a seguir.

“... mas não foram oito meses de só alegria (...) Surgiam varias discussões entre eu e educadores de quem eu sempre gostei”.

Todos os entrevistados relatam ter vivido momentos de conflito na relação com os educadores (F-01, F-03, F-20, F-21; P-20, P-26, JP-53, JP-54, JP-65, JP-66). No entanto, os elementos que desencadeiam tais conflitos se distinguem e parecem estar mais relacionados às características pessoais, nível de maturidade, ou ao tempo de liberação e distanciamento da instituição.

De todos os entrevistados, Flávio é quem nos fala de forma mais contundente sobre algumas situações experimentadas como negativas na relação com os educadores. Ele considera algumas formas de intervenção, principalmente aquelas relativas ao uso de drogas na casa, como causadoras de desentendimentos e conflitos (F-21). Já Pedro parece associar a existência de tais conflitos à sua própria conduta, proveniente da necessidade da droga, como é o caso do uso da mentira e a oposição frente às intervenções dos educadores (P- 20 e P-01). João Paulo também atribui ao uso de drogas a resistência de alguns adolescentes em ouvir e aceitar as intervenções e limites colocados (JP-89).

Assim, num primeiro momento, a questão da droga parece ser o principal elemento gerador dos conflitos. No entanto, ao examinar com mais detalhes o relato de Flávio, acrescentando o que surge implicitamente na fala dos demais, encontraremos elementos existentes na relação educador-adolescente indicativos de outras razões para tais conflitos.

“... eles aí, com esse jeito deles, eles mesmo prejudicam a gente. Estão tentando ajudar, mas acabam prejudicando”.

São situações experimentadas como negativas, ligadas aos tipos de intervenções dos educadores e também a certas atitudes e comentários. Esses elementos parecem gerar, nos adolescentes, certa dúvida quanto ao verdadeiro interesse e afeição dos educadores por eles.

Falam também de momentos em que o educador utiliza-se do poder que lhe é atribuído, como agente penitenciário, para manter o controle da relação, ou seja, vigiar, conter, punir, desconsiderando a característica educativa que deve estar presente nessa relação.

Isso pode ser verificado na fala de Flávio, que não critica tanto a existência de normas de convivência e restrições apontadas pelos educadores, mas sim o uso dessas normas e restrições para ameaçá-lo, ou contê-lo de forma impositiva. Flávio descreve situações semelhantes nas quais o uso de drogas exigiu intervenções que, no entanto, foram sentidas de formas diferentes pelo adolescente. Na primeira, o educador se impõe, por qualquer motivo, usando um poder que lhe foi conferido pela instituição de forma autoritária (F-20 e F-21). Na outra, sem abrir mão de sua função, o educador mostra ao adolescente qual será a sua obrigação no caso de se repetir aquele tipo de conduta (F-23 e F-25). Assim, ele se coloca como alguém que também está submetido às normas da instituição e não como alguém que cria e impõe tais regras.

A argumentação de Flávio também explicita uma dificuldade pessoal do adolescente em lidar com as regras e limites que lhe são impostas. No entanto, mais do que a questão da existência ou não de regras e restrições, o que parece estar mais presente em sua fala é a delicada relação com a autoridade (F-24), o que também surge em alguns relatos de João Paulo e Pedro (P-04, JP-65)

Um outro indício de que a relação torna-se delicada, quando entra em jogo a questão da autoridade, surge num detalhe do relato de Flávio, quando fala sobre o que ficou de mais significativo para ele: “A amizade, entendeu... foi a amizade... (completa pensativo) mais com os educadores, entendeu?” (F-15). Nessa fala, Flávio exclui a coordenação e equipe técnica. São as coordenadoras e técnicas que geralmente colocam as restrições e advertências, devido a alguma transgressão às regras cometida pelos adolescentes. Principalmente a coordenação, é geralmente associada à figura de autoridade que mantém e faz cumprir a lei e ordem da casa.

A fala de Flávio sugere que há uma forma de falar, um jeito de colocar a norma, que se torna mais aceitável e possível de ser assimilada pelos adolescentes (F-22). Para ele, buscar estudar e aprimorar essa forma de agir ou intervir seria considerar a pessoa do adolescente ali presente.

Assim, para Flávio, há educador que não é considerado “gente boa”, por não saber se relacionar com os adolescentes. Essa habilidade de saber se colocar, considerando o que é especificidade de cada um, sem desconsiderar o que é sua função como educador é o elemento que mais está presente em seu relato. Embora reconheça a intenção de ajudar

presente nas intervenções relativas ao uso de drogas, ele insiste em falar sobre a importância de se encontrar a melhor forma de fazê-lo, pois, às vezes, uma forma impositiva, autoritária, ou descuidada acaba causando um rompimento no tênue vínculo de confiança estabelecido, que outrora os manteve na casa, levando o adolescente a romper com todo o resto do processo e pensar em evadir (F-21, F-31 e F-05).

“Igual eles falam: ‘Ah! Você está fumando! Eu vou chamar os homens!’ O único pensamento que vem é : ‘Ah... eu vou embora então uai!’”

Parece que, quando o vínculo afetivo é ameaçado, entra em jogo a própria permanência na instituição. Mesmo João Paulo, que é quem menos aponta elementos negativos experimentados na relação com a equipe, conta-nos que pensou em desistir de tudo em momentos de discussões entre ele e educadores dos quais gostava (JP-53).

João Paulo descreve um episódio em que demonstra certa mágoa dos educadores por ter escutado um comentário avaliativo de sua postura em relação a trabalho, o que foi sentido como um julgamento negativo a seu respeito. Neste momento, a relação fica estremecida, pensa em romper com tudo, em suas palavras: “chutar o balde” (JP-53). No entanto, a possibilidade de falar de sua insatisfação, diretamente com as pessoas envolvidas, o impede de fazê-lo e também o ajuda a reelaborar a imagem de si mesmo (JP-64).

Já Pedro nos relata que, a princípio, os adolescentes desconfiam do real interesse dos educadores por ajudá-los (P-26). No início, parece-lhes que os educadores estão ali somente para contê-los, restringir sua liberdade, punir suas atitudes. São resquícios das inúmeras outras relações vividas com agentes penitenciários, técnicos em diferentes instituições. Assim, não aceitam bem as orientações desses educadores, reagem às intervenções de forma negativa por não reconhecê-los como uma autoridade (P-12). A autoridade que lhe é conferida pela função, na prática, só é reconhecida quando a relação assim o permitir.

Enfim, o interesse do educador pela pessoa do adolescente; a garantia de manutenção do vínculo afetivo, independente da colocação de um limite; o bom uso da função e do lugar de autoridade, são três elementos que, quando negligenciados ou desconsiderados, em função de uma pretensa atitude “profissional”, tornam a relação conflituosa, tensa, experimentada como dificultadora da permanência do adolescente na instituição e, conseqüentemente, prejudicial à instauração de um processo de mudança.

“... mas aqui dentro ta ensinando ele a viver lá fora, mas o que ensina aqui dentro, ele não vai viver nada lá fora. Aqui eles ensinam uma coisa, lá fora é totalmente diferente.”

Todos os entrevistados abordam, em seu relato, um outro tema vivido na Semiliberdade como dificultador. Trata-se do contraste existente entre dois mundos bastante distintos (F-06 e F-07, JP-43, JP-47, JP-50 e P-06, P-07). Um mundo experimentado na Semiliberdade, no qual aprendem a lidar com outras regras, outras formas de conduta e relação, se deparam com um cotidiano diferente, com atividades diárias, uma estrutura que lhes dá apoio e acompanhamento. Um outro representado pelas regras do “mundão”, com as quais precisam aprender a lidar, para não serem exterminados, onde precisam saber se posicionar e sentem-se sozinhos para isso, contando apenas consigo mesmos. Esse mesmo contraste, no entanto, aparece na fala de Pedro como oportunidade para se perceber vivendo num outro ambiente, construindo outras relações (P-14), o que também surge no relato de Flávio, ao falar da questão da escolha, como já foi apontado anteriormente.

Ainda com relação aos aspectos negativos desse contraste, Flávio incomoda-se com o fato de não encontrar, em algumas regras e atividades vividas na instituição, recursos, referências para lidar com as regras e dificuldades do mundo do crime (F-06 e F-07). Ressalta a importância de aprender a lidar com tais regras para a manutenção da própria vida.

Para João Paulo é insuficiente manter uma estrutura dentro da Semiliberdade, na qual adquirir-se um ritmo de vida diferente, encontram-se pessoas interessadas em ajudá-lo, oportunidades de formação, quando a realidade externa que ele vai enfrentar, não lhe oferece nada disso. Mais à frente, João Paulo irá enfatizar como foi importante para ele se cuidar da estrutura externa, além dos muros da Semiliberdade. João Paulo demonstra, em seu relato, a vivência de certo desamparo, que parece ser experimentada por muitos adolescentes ao saírem da Semiliberdade “... você pega um adolescente que você conseguiu estruturar aqui, durante oito meses, durante um ano e joga ele no meio disso tudo de novo!”. (JP-47).

Pedro também nos dá indícios dessa vivência de desamparo, ao falar do risco que parece estar enfrentando em sua vida atual, justamente por não encontrar uma rotina que lhe garanta a manutenção do percurso iniciado na Semiliberdade (P-07) e da saudade que sente dos ritmos diferentes experimentados durante o período de permanência na instituição (P-06).

7.2.3 Mudança

A presença de algum processo de mudança pode ser verificada ao longo do relato de todos os entrevistados. É interessante notar que cada um parece se encontrar em uma fase diferente desse processo. Isso pode ser confirmado ao verificarmos os elementos que foram priorizados em seus relatos. Enquanto Pedro enfatiza a construção de uma relação de confiança dentro da instituição (P-03, P-05, P-11, P-13, P-27) como fundamental para o despertar de um interesse pela mudança, Flávio irá falar mais sobre a relação com uma pessoa significativa, mesmo fora da instituição (F-08, F-32, F-33, F-35, F-36) e o gradativo abandono das drogas como elementos significativos para seu processo (F-26, F-27 e F-28). Já João Paulo aponta para a importância de contar com uma estrutura externa, um reconhecimento social (JP-30, JP-41, JP-42, JP- 44, JP- 45, JP- 46, JP- 48, JP- 49), bem como uma boa oportunidade de trabalho (JP-60, JP- 61, JP- 62, JP- 63, JP- 64, JP- 67, JP- 68, JP- 95 e JP- 96) para que seu processo de mudança se concretizasse.

Encontraremos, nos relatos: a) alguns elementos que antecederiam a instauração do processo de mudanças, tais como: a esperança, a vontade de continuar vivo e o desejo de mudar de vida; b) uma concepção de mudança ligada ao abandono das drogas, a certo amadurecimento pessoal e à construção de uma imagem positiva de si e; c) alguns elementos considerados, por todos, como necessários para que esse processo se efetive. Para melhor visualização do tema mudança, o descreveremos subdividido-o de acordo com esses três tópicos. Relataremos, além disso, algumas dificuldades enfrentadas pelos adolescentes ao buscarem uma mudança.

- **Antecedentes**

“(P: O que te segurava então?) ‘... ah... a vontade de mudar... o medo de morrer!’”

Conforme descrito anteriormente, todos os entrevistados reconhecem o risco de vida no qual se encontravam. No entanto, é João Paulo quem irá falar de forma mais explícita, sobre a influência do medo de morrer e de “não ver as coisas acontecerem em sua vida” (JP-74) na busca por mudar. Mas o medo que aparece em sua fala, não parece ser o suficiente para se instaurar um processo de mudanças. É preciso que também tenham *esperança*. Flávio surpreende-me em sua entrevista, quando lhe pergunto se acha que a pessoa já não teria mais saída quando chegam ao fundo do poço com relação às drogas. Vale a pena transcrever sua

afirmação: “Claro que tem saída! Tudo tem saída! Até o crack, que é a pior coisa que o cara tá usando tem saída, quando encontra incentivo...” (F-32). Nessa fala, Flávio demonstra sua esperança e a convicção na possibilidade de mudar o curso da vida, mesmo estando em alto grau de dependência como ocorre com usuários de crack.. A existência da esperança de se livrar das drogas e sair do mundo do crime, aliada ao desejo de continuar vivo, estão presentes na fala de João Paulo como principais elementos que o mantinham na casa cumprindo a medida (JP-73, 74 e 77). O medo da morte também está presente no relato de Pedro. Ao buscar, a todo custo, deixar um filho antes de partir, Pedro parece depositar a esperança de sua continuidade, num filho, já que, a princípio, via a morte como seu destino certo (P-33).

O desejo de mudar também surge como um antecedente necessário à instauração de um processo de mudança. Esse desejo aparece de diferentes formas na entrevista de cada um. Quer seja mudar por uma necessidade pessoal (João Paulo), quer seja para agradar ao outro ou retribuir o seu investimento afetivo (Flávio e Pedro) ou mesmo, para agradar a Deus (Flávio).

João Paulo considera que o desejo de mudar já estava presente em sua vida antes mesmo de entrar para a Semiliberdade (JP-03 e JP-04). No entanto, não havia encontrado ainda um apoio para fazê-lo. Acredita que isso foi o principal mecanismo propulsor de sua mudança, tendo facilitado bastante seu processo pessoal (JP-69). Para João Paulo, a força desse seu desejo de mudar o diferenciava dos demais adolescentes, pois não via neles essa convicção, essa busca por mudanças efetivas em suas vidas (JP-26). Assim, João Paulo ressalta a importância de se despertar no adolescente o desejo de mudança, considerando que esse deveria ser o primeiro investimento da Semiliberdade (JP-90 e JP-93).

Pedro parece ter sido despertado aos poucos para esse desejo de mudança. A partir do momento em que começa a confiar no interesse e investimento afetivo daquelas pessoas, parece buscar retribuir tal investimento, modificando sua conduta e aceitando mais o que lhe é colocado. Esse movimento parece ser o propulsor do início de um processo de mudanças (P-03). A busca por manter o laço afetivo e as relações de amizade ali criadas também parece ser importante para a continuidade desse desejo de mudar (P-14).

Já Flávio não fala explicitamente da existência de um desejo de mudança anterior ao processo. No entanto, ao falar de sua concepção de Deus, podemos verificar alguns indícios de uma vontade de mudar, relacionada à busca por uma sintonia com o que seria o plano divino. Assim, Flávio parece ter a impressão de que não está agradando a Deus quando faz uso de drogas, não sendo digno de sua proteção nesses momentos (F-40 e F-41).

Além desses elementos, João Paulo estabelece uma importante relação entre a maioria e a busca por mudanças em sua vida. A proximidade dos 18 anos faz com que o desejo de mudança seja sentido de forma mais intensa por João Paulo (JP-24). Considera que a vontade de mudar pode até estar presente nos mais jovens, mas o fato de terem vivido pouco aquele percurso de sofrimento e autodestruição, conhecido bem por João Paulo, faz com que isso não seja levado tão a sério (JP-22, JP-23). A proximidade da maioria também desencadeia em João Paulo uma urgência por mudanças, uma vez que, após os 18 anos, não seria mais submetido às medidas socioeducativas, mas ao código civil, ou seja, às penitenciárias de adultos.

- **O que é concebido como mudança?**

“Então, depois que parei de mexer com drogas e comecei a ficar mais assim de cara limpa (...) as coisas foram mudando”.

Para todos os entrevistados, a mudança está associada, em primeiro lugar, à redução do uso de drogas ou a seu abandono (P-22, P-23, F-26, F-27, F-28, JP-37, JP-79 e JP-80). No entanto, para que seja sentida como mudança efetiva, essa redução precisa ser sustentada por uma atitude como nos mostrará Flávio e João Paulo.

Pedro considera que as mudanças que foram acontecendo em sua vida, durante o tempo em que esteve na Semiliberdade, foram consequência da gradativa redução da bebida e do uso da droga (P-23). Entende que não foi liberado antes, justamente por associar os dois vícios (P-21 e P-22). Embora afirme não mais fazer uso de drogas, Pedro não descreve como se deu esse processo de abandono como o farão os outros.

Flávio é quem mais associa a mudança ao abandono das drogas. Vai nos relatar a vivência de um gradativo processo de redução do seu uso, que se inicia dentro da própria instituição e, aos poucos, se estende para além de seus muros (F-26). Na fala de Flávio, verifica-se que não se trata só de reduzir o uso por si mesmo. Para que isso seja vivido como mudança, é preciso que venha acompanhado de uma nova postura perante os demais usuários. É importante mostrar para os outros a sua convicção em parar de fumar, para se fazer respeitar. Assim, quando mostra aos outros que não está mais fumando, quando procura evitá-los nesses momentos, Flávio tem a impressão de que estes o respeitam mais, pois percebem sua mudança e até contribuem para ela (F-26, F-27, F-28).

Nesse sentido, mudar na experiência de Flávio não é somente deixar de usar drogas, mas principalmente adotar uma atitude contrária a seu uso, junto aos demais.

Essa atitude também está presente na fala de João Paulo, fazendo parte do processo de recuperação que considera constante (JP-37, JP-79, JP-80). Assim, um posicionamento contrário ao uso de drogas será necessário e exigido para a vida toda. João Paulo considera que um ex-usuário de drogas nunca deixará de sentir, em algum momento, vontade de voltar a usá-las. O que muda não é, portanto, essa vontade, mas o posicionamento pessoal perante ela, a atitude, a busca por não sucumbir. Assim, conseguir suportar a crise de abstinência, nos primeiros meses, é experimentado como uma vitória pessoal. Manter-se, resistindo sempre a essa vontade, apoiando-se numa força interior e no desejo de exercer um domínio sobre a própria vida, isso é realmente concebido como mudança, no que diz respeito à relação com as drogas, na vivência de João Paulo.

“... eu fui errando, eu fui aprendendo, eu acho que o que me tornou assim uma pessoa muito cabeça, minha namorada fala muito isso”.

Além disso, um certo amadurecimento pessoal também parece estar presente na vivência dos entrevistados, como indicativo de mudança. Esse amadurecimento é verificado na capacidade de assumir algumas responsabilidades do mundo adulto como: constituir família própria (F-11), ser capaz não só de ter um filho, mas também de mantê-lo de forma digna (F-38; JP-35) e também de se manter numa atividade profissional lícita sendo reconhecido por seu trabalho (JP-68).

Assim, para Flávio mudar implica em assumir a responsabilidade de manter uma relação afetiva mais estável, encontrar um par, constituir sua própria família (F-11). Considera que, ao encontrar alguém de quem goste, um amor diferente do materno, com quem se preocupe e que se interesse por ele, precisará mudar sua atitude, pensar muito antes de fazer algo “errado”, que ponha em risco tal relação (F-09). Essa atitude de pensar antes de agir, de considerar a existência de outra pessoa e os efeitos de sua atitude na relação com essa pessoa é característica de uma pessoa com certa maturidade.

Assumir uma responsabilidade real de pai de um filho que está por vir é o indicativo de amadurecimento na vida de Pedro (P-38). Algo que não estava presente antes de se instaurar um processo de mudança, quando o filho significava apenas a possibilidade de deixar uma continuidade nesse mundo (P-33). Além disso, a percepção de si, como alguém que aprendeu a conversar, a lidar de forma mais amena com os conflitos presentes nas relações do dia-a-dia também são indicativos desse amadurecimento (P-40).

Em João Paulo surgem dois indicativos desse processo, dessa ascensão à vida adulta: o fato de assumir a responsabilidade pelo filho que já tinha quatro anos (JP-84 e JP-

85) e, principalmente, a forma como lida com a oportunidade de trabalho surgida. A princípio, João Paulo demonstra ter ficado um pouco decepcionado por não se tratar de um serviço administrativo, como queria (JP-60 e JP-61). No entanto, assume, com responsabilidade, tal função, destacando-se na empresa, rapidamente. Demonstra, nesse momento, flexibilidade e capacidade de lidar com alguma frustração e com as exigências do mundo real e do mercado de trabalho (JP-68).

“Foi o momento que eu senti que eu tava mudando pra melhor. Eu tava assim, aparentemente mais bonito... mais assim responsável.”

A mudança também é sentida quando surge uma nova imagem, uma nova percepção, quer seja de si mesmo, quer seja do mundo a seu redor. Assim, Pedro fala de um resgate de sua auto-estima, ao se achar mais bonito e mais responsável, como uma mudança para melhor (P-05).

Já João Paulo nos relata de forma bastante sensível, a vivência de se abrir para a vida. Fala dos momentos em que foi sendo despertado para as belezas desse mundo. Começa a enxergar beleza, ou encontrar outros tipos de prazer, em sua vida, como o de uma boa leitura. Interessa-se pelas coisas que aconteciam a seu redor e descobre novos potenciais (JP-59, JP-60). Assim, o interesse pela área profissional na qual trabalha atualmente faz parte dessa descoberta de características pessoais e um potencial antes não observado (JP-60).

João Paulo acrescenta como elemento de seu processo de mudanças o resgate dos vínculos familiares, elemento que não aparece explicitamente na fala dos demais (JP-38).

• O que é necessário para uma mudança acontecer

Para que o processo de mudança se instaure, de forma mais efetiva, alguns elementos parecem ter sido experimentados como essenciais. Esses elementos estavam presentes tanto dentro quanto fora da Semiliberdade. Assim, todos os entrevistados relatam a experiência de vivenciar uma relação diferenciada, como importante nesse processo. Também descrevem algumas situações críticas vividas naquele período, perante as quais tiveram que se posicionar. Surgem também vivências relativas à construção ou à manutenção de um projeto de vida presente principalmente no relato de Pedro e João Paulo. Além disso, elementos mais específicos como a questão da estrutura, tanto dentro quanto fora da Semiliberdade e da oportunidade de trabalho e o reconhecimento social estão presentes, de forma bastante intensa, no relato de João Paulo.

Sobre o que ficou de mais significativo vivido na Semiliberdade:

“Ah... a amizade né!(pensa) A amizade assim... aquele carinho, os conselhos né...”

“Ah... a amizade entendeu? Foi a amizade... (completa). Mais com os educadores...”

“A afetividade... (emociona-se)... o carinho que as pessoas tiveram aqui comigo”.

A relação de “amizade” já foi relatada anteriormente no tópico: vivências experimentadas como positivas na Semiliberdade. No entanto, consideramos importante retomar esse tema uma vez que surgiu como resposta ao questionamento sobre a vivência mais significativa experimentada por todos os entrevistados, dentro da Semiliberdade, para a instauração e manutenção do processo de mudança.

Podemos identificar, na descrição, alguns elementos específicos que tornam essa, uma relação diferenciada. Todos parecem se sentir, nesse tipo de relação, pessoas de valor, dignas de investimento, interesse e cuidados (JP-52, F-08, P-10). Constitui-se, então, um vínculo afetivo em que experimentam o carinho, o apoio do outro (JP-97, F-34, P-25). Nessa relação, também contam com referências que se manifestam por meio dos conselhos (P-30), de novas formas de lidar com problemas (JP-55) e palavras significativas de incentivo em momentos difíceis (F-16). Além disso, a compreensão sem julgamento, a capacidade de se aproximar da vivência do adolescente, a construção de uma relação de confiança, a busca por manter e cuidar desse vínculo afetivo são elementos que aparecem no relato de um ou de outro entrevistado, formando as diversas facetas de um mosaico que, talvez, represente tal relação. É importante ressaltar que, tanto João Paulo, quanto Flávio não restringem essas vivências à relação com educadores da Semiliberdade, mas identificam tais elementos em outras relações afetivas.

Flávio é quem descreve com mais detalhes essas características que, em seu caso, parecem ter sido experimentadas também fora da casa. Assim, começa dizendo que, para se manter no mundo lá fora, precisa da ajuda, de um incentivo. Para ele, esse incentivo seria encontrar uma pessoa que realmente se preocupasse com ele (F-08). Nessa relação, sente-se importante para alguém. Mas esclarece que essa pessoa não é necessariamente a mãe. Não se trata do vínculo materno, pois na sua experiência, a mãe não consegue se aproximar do que ele está vivendo, principalmente com relação ao envolvimento com drogas. (F-10 e F-34). Aponta, então, para um outro tipo de relação afetiva, na qual se sente acolhido, acompanhado e talvez amado. Em alguns momentos, Flávio parece ter experimentado esse tipo de vivência com pessoas da Semiliberdade. Determinadas intervenções e conselhos acabam fazendo

sentido para sua vida (F-35), mas acrescenta um detalhe, para que essas intervenções realmente provoquem mudanças. Vale a pena transcrever sua fala a esse respeito “... Vou te falar uma verdade... Isso tem que vir de uma pessoa que, talvez... se tiver uma pessoa que vive o que cê tá vivendo. Que sabe! Que tudo que você passa, ela passa a mesma coisa, entendeu?” (F-36). Ou seja, Flávio aponta claramente para a necessidade dessa pessoa aproximar-se da vivência do adolescente, de forma empática, para que a sua fala se torne significativa.

Uma relação de proximidade da experiência vivida, na qual o outro seja capaz de compreender o adolescente de forma empática, também está presente no relato de João Paulo (JP-72). Um exemplo disso é a importância que João Paulo atribui ao fato dos educadores perceberem os momentos em que se via em crise de abstinência. Nesses momentos, tinha a sensação de que poderia compartilhar com aquelas pessoas, ainda que de forma velada, a angústia que experimentava devido à crise de abstinência. Além disso, a afetividade e o apoio presentes nessa relação foram experimentados como fundamentais para que João Paulo pudesse buscar, com mais afinco, atingir seus objetivos (JP-52, JP-72, JP-79).

Já Pedro acrescenta o gradativo estabelecimento da relação de confiança, culminando com uma aceitação, por parte do adolescente, da presença e interferência do outro em sua vida. Como ele mesmo diz: uma entrega. Esse processo é relatado em vários trechos da entrevista de Pedro (P-03, P-05, P-11, P-13 e P-27). Começa com a não aceitação de intervenções e conselhos, passando por ações que o leva a acreditar no interesse do outro, até sentir-se cuidado, guiado e buscar retribuir este investimento afetivo com uma nova atitude.

A confiança, que vai sendo estabelecida parece ser de mão dupla, como nos mostra João Paulo: “no início ele sai acompanhado, mas depois vai à rua sozinho”. Aí, segundo João Paulo, o adolescente precisará ter discernimento. (JP-88).

“Foi para eu parar e refletir o que era bom ou ruim para mim (...) Ai eu parei e pensei... e falei...”.

“Então... vai da pessoa, se a pessoa não quiser mesmo! (...) Tem como...”.

O *discernimento* apontado por João Paulo parece ser outro elemento necessário para o processo de mudança. Todos os adolescentes relatam a necessidade de terem que se posicionar perante diferentes situações de conflito.

Pedro nos conta um episódio envolvendo um risco de vida na escola e, ao mesmo tempo, um investimento de algumas pessoas da Semiliberdade em sua vida. Após esse episódio, Pedro parou, refletiu sobre tudo que vinha fazendo de sua vida até então e sobre

onde havia chegado, sobre as novas relações e vivências experimentadas (P-14). Nesse momento, posicionou-se, procurando adotar uma atitude diferente, uma nova postura mais aberta ao contato com o outro e às intervenções contidas nessa relação.

Em João Paulo, esse posicionamento parece surgir antes mesmo de entrar para a Semiliberdade, quando recebe a intimação judicial (JP-15, JP-17, JP-20). Assim, já começa na instituição com uma postura diferente (JP-36). No entanto, esse posicionamento pessoal se repete em várias situações, geralmente conflituosas: durante as crises de abstinência, em que algo o segurava e o fazia decidir por não pular o muro (JP-72), em momentos de discussão e insatisfação com os educadores, nos quais optava por solicitar uma reunião e não por “chutar o balde” (JP-65 e JP-54), no momento de aceitar a proposta de emprego que não era bem a que queria (JP-63, JP-64). Em todos esses episódios, estão presentes um conflito, uma avaliação e um posicionamento pessoal.

Em Flávio, encontramos também a referência a um posicionamento pessoal, no que diz respeito ao envolvimento com o crime e o uso de drogas. Neste sentido, a intenção de parar de fumar deve ser percebida pelos demais companheiros de uso e reafirmada constantemente (F-29). Em sua vivência, esse posicionamento vai diferenciá-lo dos demais envolvidos e ajudá-lo a se afastar (F-27). João Paulo completa essa vivência quando fala da resistência ao uso de drogas, conforme já foi relatado anteriormente. É preciso “... se apoiar numa força muito grande”, para continuar resistindo. Essa força parece se constituir ou se desenvolver ao longo do processo.

“... porque eu sempre tive esse sonho, de ter uma família, de ter um filho e proporcionar para ele tudo aquilo que eu não tive...”.

A existência ou elaboração de *um projeto de vida* também está presente na fala de todos. Um projeto que parece indicar a busca por vida e continuidade, quer seja se tornar um bom pai, quer seja encontrar uma parceira e constituir família. Mas não basta existir o projeto, é preciso que tenham esperanças de conseguir realizá-lo. Só assim esse projeto servirá como propulsor do processo de mudanças.

Nesse sentido, o desejo de ter um filho já estava presente na vida de Pedro, antes mesmo de ele entrar para a Semiliberdade (P-39 e P-34), assim como a existência do filho na vida de João Paulo (JP-85). No entanto, esse fato parecia não ser experimentado como suficiente para impulsioná-los a buscar uma mudança efetiva em suas vidas. A impressão que se tem é que o envolvimento com drogas e a presença da morte eminente os impedia de vivenciar tal experiência enquanto projeto de vida.

A concretização da existência desse filho na barriga da mãe, acompanhar seu desenvolvimento e ver esse sonho se tornar realidade parece gerar em Pedro o desejo de tornar-se um bom pai, de dar a esse filho todo o afeto de pai que lhe fez falta quando criança (P-37). O filho parece atualizar a sua vida, talvez uma forma de reviver sua história, mas reescrevendo-a de forma diferente (P-36). Ser um bom pai: um novo sentido para sua vida que o leva a planejar retornar aos estudos, buscar trabalho e mudar suas atitudes (P-32, P-33, P-37). São planos de continuidade da própria vida para cuidar do filho e não apenas de ter sua continuidade na vida do filho.

Para João Paulo, esse sonho de ter uma família vinha se perdendo antes do processo, devido ao uso de drogas. A tomada de consciência de que estava deixando se perder mais um sonho tem o efeito de impulsioná-lo para buscar mudar (JP-85). Assim, procura investir em seu processo dentro da instituição, aprende a aproveitar oportunidades que lhe surgem ao longo do percurso, a lidar com as frustrações e obstáculos presentes nesse caminho.

No caso de Flávio, o projeto de vida parece estar ainda se formulando. Sua ênfase está na busca por um incentivo para se livrar das drogas. Em seu relato, constituir uma família própria surge como um incentivo. Verifica-se que, para Flávio, encontrar uma parceira com quem compartilhar as coisas da vida se configura como um projeto a ser buscado (F-11).

“Bom, eu me estruturei lá fora primeiro, antes de eu sair daqui, eu, juntamente com os coordenadores, com os educadores, eu estruturei totalmente primeiro.”

João Paulo acrescenta, em seu relato, outros elementos que, para ele, foram fundamentais na efetivação de seu processo de mudança. Um deles, também surge na fala de Pedro de forma implícita. Trata-se da *estrutura*. João Paulo chama de estrutura, tanto os recursos materiais proporcionados pela casa, quanto à estabilidade, o apoio emocional que o adolescente ali encontra (JP-27). Mas, também, irá falar de uma estrutura externa, reorganizada durante o período em que esteve na instituição. Para ele, o apoio e oportunidade encontrados na Semiliberdade foram, num primeiro momento, fundamentais para o seu processo de mudança. No entanto, enfatiza que, se não existir nenhum trabalho de reestruturação da vida do adolescente fora da Semiliberdade, o que foi, feito ali dentro, acaba se perdendo por completo (JP-48).

João Paulo considera que foi construindo, enquanto cumpria a medida e com a ajuda da equipe da Semiliberdade, toda uma estrutura externa que lhe possibilitou, não só iniciar, mas também dar continuidade a seu processo de mudança (JP-41 e JP-42). O

adolescente enumera elementos que considera representativos dessa estrutura: ter saído da Semiliberdade já com um emprego, uma boa relação com a família de origem e constituição da própria família (mulher e filhos), um local para morar e um trabalho estável (JP-42).

Para João Paulo, foi importante o enfoque dado pela Semiliberdade a essa estruturação externa e, por isso, parece considerar esse investimento como prioritário no trabalho da equipe (JP-45, JP-46).

Pedro também nos dá indícios da importância de que a organização vivenciada dentro da Semiliberdade se estenda para além dos muros, após a liberação do adolescente, quando fala da saudade (P-06, P-08). Saudades de algo que viveu como positivo e que hoje lhe faz falta, o ritmo de vida que encontrou dentro da Semiliberdade. Ritmo é organização, estabilidade que constituiu uma estrutura. Pedro também sente falta do apoio emocional e das referências que o ajudavam a se organizar. Não encontrar algo semelhante do lado de fora parece colocar em risco seu processo (P07).

Já Flávio não fala explicitamente dessa necessidade. No entanto, um indício de que esse elemento também é importante em seu processo é a presença de um certo ressentimento por viver um tipo de vida dentro da instituição que não terá condições de dar continuidade, sozinho, fora dela (F-06 e F07).

A precariedade dessa estrutura externa, somada a um processo de mudança ainda frágil e em andamento, contribui para dificultar ainda mais o enfrentamento dos problemas vivenciados ao se tentar mudar, como descreveremos mais à frente.

“... bom, em primeiro lugar, a oportunidade que tive de um parceiro (...) tava tendo aqui a oportunidade de alguns adolescentes estarem ingressando onde trabalho hoje, que é a empresa X.”

Além da questão da estrutura, João Paulo é o único que descreve toda a experiência de buscar um trabalho, sendo apoiado pelas pessoas da instituição. Também fala da importância que teve para sua vida a parceria entre a Semiliberdade e uma empresa que lhe ofereceu uma oportunidade de trabalho, com reconhecimento e chance de crescimento profissional. Esse elemento foi explicitado e enfatizado em vários momentos do relato de João Paulo (JP-60, JP-61, JP-62, JP-64, JP-67, JP-68, JP-95, JP-96,) e é vivenciado como principal fator para que a mudança se efetive.

- **Problemas enfrentados ao tentar mudar.**

Mesmo estando presentes todos esses facilitadores do processo de mudança alguns obstáculos, relatados pelos entrevistados, precisarão ser enfrentados, se quiserem se manter nesse percurso por mudança.

Dois elementos surgem de forma associada ou isolada: a dificuldade em reduzir ou interromper o uso de drogas e a dificuldade em lidar com as exigências do mundo lá fora. Essa última aparece como uma pressão dos companheiros por continuar, ou por meio da discriminação vivenciada durante o convívio social, ou mesmo como o traquejo que precisam ter para se desvencilharem dos riscos presentes na própria comunidade.

“... olha, é um sofrimento que ce ... não tem noção.”

A dificuldade em se livrar do vício foi experimentada por Pedro como algo que atrasou seu processo e mesmo sua liberação (P-22). Percebe-se que, embora tentasse aos poucos, se adequar e aceitar as intervenções dos educadores durante o período que estava na casa, nos momentos em que se via livre, acabava exagerando no uso de drogas e álcool associados. Pedro entende que, sua atitude de oposição frente a qualquer intervenção ou orientação, algumas vezes, se devia ao fato de estar sobre efeito ainda desses produtos (P-02). Num primeiro momento, simplesmente se opunha, uma vez que ainda não havia criado um vínculo suficiente (P-12). Posteriormente, o vínculo vai se estabelecendo e Pedro começa a utilizar-se da mentira para ocultar seus excessos (P-20, P-21).

Para João Paulo, a crise de abstinência foi enfrentada com um grande sofrimento que, segundo ele, não chega a ser compreendido pelas pessoas em geral (JP-78). João Paulo considera que esse sofrimento presente nos momentos de abstinência, muitas vezes, impede o adolescente de enxergar a chance, presente na Semiliberdade, de seguir outro caminho (JP-89). Como já foi dito, será uma luta eterna contra o impulso de sucumbir novamente ao uso de drogas, mesmo que a fase mais crítica tenha passado.

É justamente essa luta que surge como tema recorrente durante quase todo o relato de Flávio, o que nos dá a impressão de que ele ainda está às voltas com esse problema, buscando a força interior, descrita por João Paulo, para não se deixar sucumbir às drogas.

Flávio irá apontar para outro obstáculo enfrentado ao se tentar mudar. Trata-se das exigências do mundo do crime. Esse elemento também aparece na fala de João Paulo (JP-05), de uma forma mais sucinta. No entanto, não está presente no relato de Pedro, pelo menos de forma explícita. Como já foi dito, Pedro é o único que parece estar menos envolvido com a

criminalidade em si, ainda que se encontre às voltas com os efeitos de se tornar um usuário de drogas naquela realidade.

De acordo com Flávio, estar em dívida com os traficantes, ou mesmo com os companheiros da própria instituição, é um problema enfrentado ao se decidir mudar (F-38). Para ele, sua decisão por parar tem chances de ser aceita pelos traficantes se estiver quite com suas dívidas (F-38).

João Paulo relata ter enfrentado uma pressão ainda maior do mundo lá fora, em oposição à sua decisão por mudar (JP-05). Diferente de Flávio, João Paulo não encontrou incentivos do grupo de amigos lá fora, nesse momento.

“...mas se a família, a sociedade de forma geral, as pessoas que estão em volta não ajudarem, não adianta.”

A falta de uma aceitação social e do apoio familiar é descrita por João Paulo como outro problema enfrentado ao se tentar mudar (JP-28). Para ele, ser visto como uma pessoa comum é fundamental para que ele se perceba realmente como alguém capaz de provocar mudanças em sua vida (JP-31). João Paulo nos conta como se sentiu, por muitas vezes, discriminado ao sair da casa de Semiliberdade. Tinha a sensação de que continuavam a vê-lo como marginal, muito embora estivesse tentado mudar as coisas em sua vida. Assim, a discriminação que enfrentam nesse percurso é desmotivante e parece minar a construção de uma percepção mais positiva de si mesmo (JP-32). João Paulo também ressalta o efeito da descrença e até de certo abandono familiar, no processo do adolescente. Percebe o quanto isso é prejudicial a partir da convivência com adolescentes que não recebiam reconhecimento ou encorajamento de seus familiares, durante o tempo em que estavam ali. (JP-29).

Flávio, no entanto, não chega a experimentar esse olhar da sociedade como um problema. Para ele, o principal problema é lidar com os traficantes de outras favelas. É, talvez, integrar-se em sua própria comunidade, com uma postura diferente de antes. Desenvolver um jogo de cintura, se fazer respeitar pelos demais, justamente por ter mudado de vida (F-39).

7.2.4 Vida atual.

Apenas João Paulo e Pedro nos trazem, durante a entrevista, alguns elementos relativos ao presente, de forma espontânea. Já Flávio não fala muito a esse respeito, o que nos dá a impressão de se encontrar em diferente fase do processo.

“Que hoje em dia, eu posso dizer que eu sou um cara feliz... não totalmente feliz... mas eu sou feliz.”

Tanto João Paulo quanto Pedro se consideram mais felizes hoje em dia, ainda que lhes falte concretizar alguns planos (P-32, JP-82). Nesse sentido, parece que cada um encontra-se em etapa diferente de realização do projeto de vida, mas ambos já vislumbram a sua concretização, quer seja na vida atual, quer seja num futuro próximo.

A presença de um filho lança Pedro em direção ao futuro, na busca por efetivar seu projeto (P-37). Assim, atualmente Pedro tem adotado novas atitudes que, a seu ver, seriam características de “um bom pai”, procurando atender às necessidades da mãe de seu filho, contribuindo financeiramente para cuidar de ambos. Mas, muito além da busca por garantir esse sustento material, está presente, em seu relato, o desejo de oferecer-lhe aquilo que não recebeu durante sua própria vida. amor, traduzido na forma de carinho e referências como pai. Busca, dessa forma, que não se repita com o filho o que ele mesmo vivenciou quando criança.

Já João Paulo parece experimentar o prazer de ver seus projetos se realizando no presente. O sonho de manter uma família, um filho, um trabalho, sonhos que vinham se perdendo, quando se via envolvido com o crime, hoje é uma realidade em sua vida (JP-80 e JP-81). João Paulo também se sente mais autor de sua própria história. Essa concretização dos sonhos o lança para o futuro, no sentido de ampliar, continuar sonhando, adquirir outros bens materiais, mas de uma forma bem diferente de antes (JP-82).

A manutenção do vínculo afetivo surge de forma explícita no relato de Pedro (P-15, P-30). Assim, a relação de confiança que foi gradativamente construída ao longo do processo, ainda se mantém. Ainda hoje, Pedro continua a manter contato com a instituição, principalmente nos momentos difíceis, onde busca reviver, talvez, a sensação de estar sendo acompanhado, cuidado, tão importante para seu processo.

CAPÍTULO 8

ARTICULANDO O DIÁLOGO FINAL

A elaboração da síntese das vivências experimentadas nos permitiu visualizar uma figura que representa a intercessão entre o *processo de mudança* e as *experiências vividas em Semiliberdade*, a partir da qual se destacam elementos experimentados como significativos para o desencadeamento e efetivação de tal processo.

A partir dessa síntese, verificamos que a vida anterior à medida sócioeducativa, se caracterizou pelo que estamos chamando de um *percurso autodestrutivo*. Constituído inicialmente pelo envolvimento com drogas que, aliado a um contexto social, econômico e pessoal precários, leva o adolescente a romper com as relações familiares e se inserir num outro universo cultural, o mundo da criminalidade, constituído principalmente pelas relações perversas existentes no tráfico de drogas. Nesse contexto, aprenderá novas regras, modalidades relacionais pautadas na violência, toda uma contracultura que o “educa” e o “socializa”. A partir de então, o adolescente entra num círculo vicioso de autodestruição. A prática de atos infracionais estará intimamente relacionada a esse percurso, que terá a morte precoce e violenta como destino.

Com a entrada para a Semiliberdade, identificamos três diferentes percursos que poderão ser seguidos pelos adolescentes. Aqui faremos uma distinção didática entre tais percursos, mas consideramos que muitos adolescentes podem viver em algum momento um ou outro, não se tratando de um processo linear. *O primeiro* deles não passa por uma intercessão entre a vida na Semiliberdade e um processo de mudanças. É percorrido por adolescentes que acabaram retornando para as ruas, por evasão, ou recebendo uma regressão de medida por dificuldade de adaptação. Parece que, nesses casos, não foi possível nem mesmo se estabelecer um *processo relacional*, conforme descrito por Amatuzzi (2001). *O segundo* passa por uma intercessão entre a Semiliberdade e o processo de mudanças. Isso significa que algum processo se iniciou dentro da instituição e se manteve durante aquele período, a ponto de o adolescente ter sido liberado de forma adequada (por autorização judicial). Trata-se de um *processo relacional*, onde uma coisa acontece em decorrência de outra, sem, no entanto se instaurar um efetivo processo de transformação pessoal. Por isso, esse processo não se sustenta nem evolui fora da instituição. Nesses casos, a mudança que se apresentou durante a instituição não foi interna, ou mesmo efetiva o suficiente para que o adolescente pudesse enfrentar, por si só, os desafios de sua existência no mundo exterior. São

desafios enfrentados por todos, tais como: a dificuldade em se livrar do vício, a pressão do mundo do crime, a falta de apoio familiar, os rótulos e discriminações e a “guerra” do tráfico. *O terceiro percurso*, que é o que nos interessa em especial, também passa por essa interseção, mas, após a liberação judicial, mantém-se em direção a uma vida mais construtiva, realizando o que temos considerado uma *mudança significativa* nesse contexto, constituída por redução do uso de drogas, maturidade, construção de uma auto-imagem positiva, estabelecimento de vínculos afetivos, realização de projetos e presença de novos sonhos. Nesse percurso, estabeleceu-se um processo relacional, uma seqüência de fatos de atividades que desembocaram na liberação judicial. Mas também esteve presente um *processo pessoal*, uma transformação interna, na qual o adolescente pôde tomar novos rumos na vida, caracterizando um processo de mudanças significativo, como nos ensina Amatuzzi (2001).

Alguns *elementos* saltaram aos olhos durante a realização dessa síntese e se apresentam como necessários ao desencadeamento, instauração e efetivação desse processo. Alguns deles estarão presentes na Semiliberdade, como: *o sentido da Semiliberdade, a escolha, as relações, as regras, o contraste entre dois mundos, a expressão*. Outros dois elementos surgiram como antecedentes ou desencadeadores do processo, presentes mesmo antes da inserção neste regime, mas também provocados por vivências experimentadas ali dentro: *o medo de morrer + a esperança de viver e o desejo de mudar*. Além disso, destacamos a vivência de *relações significativas e diferenciadas* como necessária à instauração de um processo de mudanças, que pode estar presente tanto dentro quanto fora da instituição. Esses elementos descritos aliam-se a outros dois intrapsíquicos que também foram identificados como necessários para o processo de mudança. Trata-se de um *posicionamento pessoal* e da *elaboração de um projeto de vida*.

Com relação aos elementos encontrados especificamente na instituição, conforme citado, verificamos que a sua simples presença não determina o percurso do adolescente em direção a uma mudança significativa. Assim, um elemento, como a presença de regras, pode ser facilitador ou dificultador do processo de mudanças. Tudo dependerá da forma como esse elemento foi apresentado, experimentado e significado pelo adolescente durante seu percurso. Assim, a experiência vivida pelo adolescente diante de tais elementos pode mantê-lo num gradativo percurso em direção a uma mudança significativa em sua vida, ou redirecioná-lo para o percurso autodestrutivo do qual partiu. Além disso, alguns elementos externos à Semiliberdade como *a oportunidade de trabalho* e *a estrutura externa* serão vivenciados como essenciais para a efetivação de tal processo.

Finalmente, uma *mudança significativa*, passível de ser alcançada no final do terceiro percurso, possui diversas facetas que poderão ser vivenciadas com mais ou menos intensidade, mas que precisarão estar presentes para a efetivação do processo. Assim, mudar para os adolescentes significa: *uma redução ou abandono do uso de drogas, aliado a uma atitude de maturidade frente a esse uso e frente à vida*. Deverão estar presentes também: *uma imagem de si e do mundo ao redor mais positiva, vínculos afetivos consistentes, realização de projetos e, ainda, a presença de novos sonhos*.

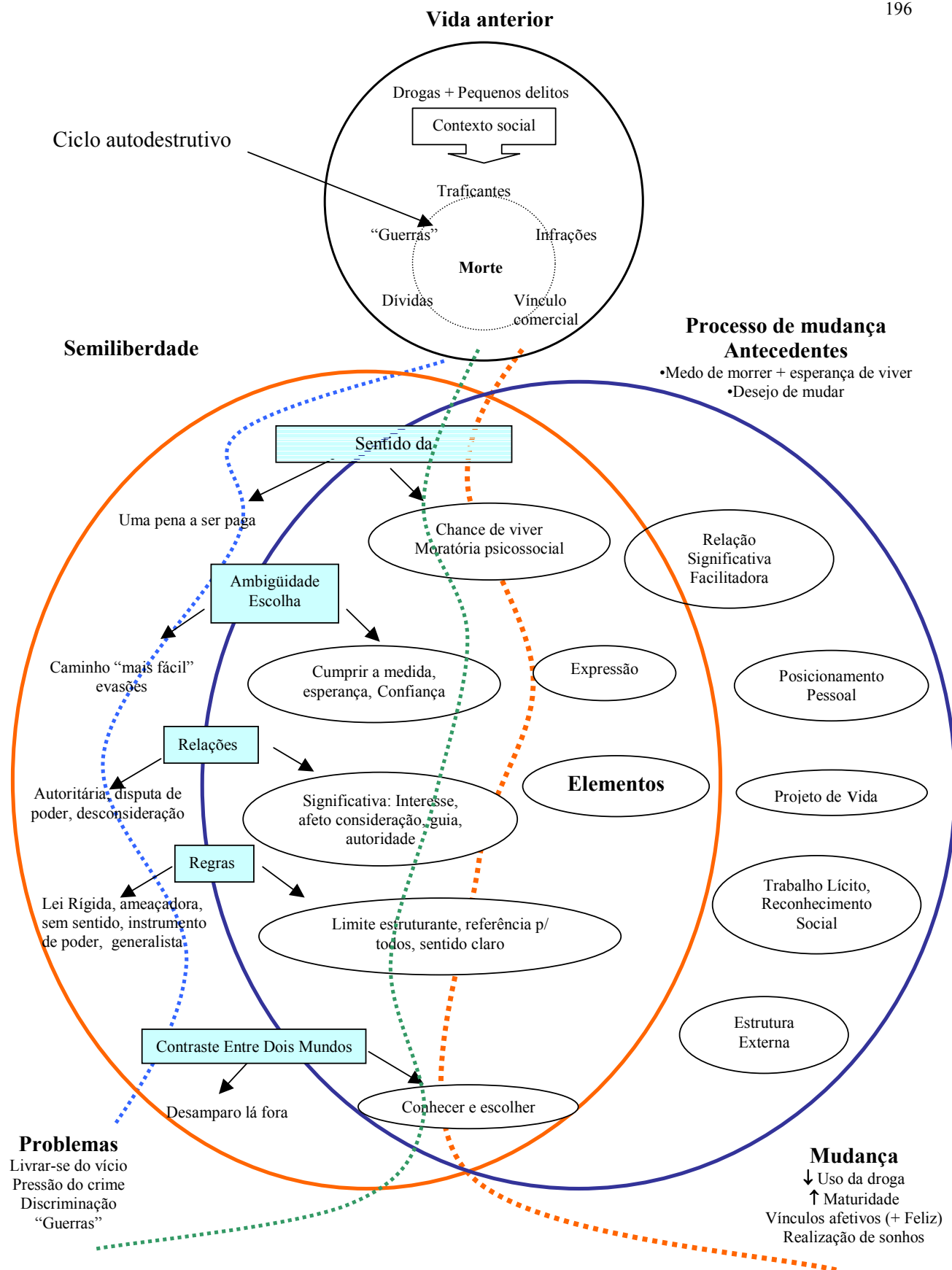


Figura 1 – Interseção entre o processo de mudança e as vivências em Semiliberdade

8.1 Um percurso autodestrutivo

Em se tratando de vida anterior à Medida de Semiliberdade, pudemos constatar que um percurso autodestrutivo vinha sendo seguido por todos os entrevistados. A entrada nesse percurso parece ser resultante da ineficácia da sociedade em exercer sua função nesta fase de desenvolvimento humano. Como vimos anteriormente, é na adolescência que se instaura a *força psicossocial de fidelidade*, caracterizada pela filiação a uma sociedade que deveria acolher esse membro, o adolescente, que nela busca referências quanto à importância de sua existência. Essa força é resultante da vitória da tendência sintônica, de constituição de uma Identidade Significativa, sob a tendência distônica que levaria à constituição de uma Identidade Negativa, contrária a tudo aquilo que lhe foi estabelecido como importante e ideal pela sociedade: Erikson (1998).

Para exercer a sua principal tarefa, ou seja, constituir uma identidade significativa, um Eu existencial, o adolescente precisa receber dessa sociedade um reconhecimento de seu valor, de sua utilidade e serventia, defendendo causas que, agora, também serão suas (Erikson, 1976). Tal reconhecimento, no entanto, não é vivido por esses adolescentes, conforme nos conta João Paulo: *“Quantas vezes eu já saí aqui por este portão e as pessoas que moram em volta aqui me olhavam diferente, me olhavam como se eu fosse um... um... (toma fôlego) marginal, na realidade eu tava tentando fazer as coisas mudarem na minha vida e o apoio dessas pessoas, era importante pra mim”* (JP-31). Sabemos que, em nossa sociedade, tais adolescentes são reconhecidos como delinquentes, bandidos, sem chance alguma de recuperação, pois seriam “piores do que os adultos”, fala frequentemente encontrada no senso comum. De acordo com Erikson, esse é o passo final para a formação de uma *identidade negativa*, a confirmação convincente dessa identidade pela sociedade. Assim, “os bandos e quadrilhas, naturalmente, convertem-se em subsociedades para aqueles que assim foram confirmados” (ERIKSON, 1976, p.256).

Não há, portanto, espaço para a emergência da força psicossocial de fidelidade, numa sociedade que não lhes oferece os elementos necessários à confirmação de quem são e de seu valor social. Mas, no mundo do crime, encontram espaço para a confirmação de um “eu-bandido”, de um “eu-traficante”.

O distanciamento dos vínculos familiares não parece ser o causador da entrada nesse percurso autodestrutivo, mesmo porque esse rompimento ocorre depois que o

adolescente já se iniciou no mundo do crime ou das drogas. Além disso, esse distanciamento é, de acordo com Erikson, uma característica comum na adolescência, uma vez que o adolescente deverá buscar, na comunidade, a confirmação de quem é e não mais na família. É exatamente essa necessidade de ter reconhecido seu poder e utilidade que é aproveitada pelos traficantes para o aliciamento desses jovens, conforme nos mostrou Zaluar (1994), o que pode ser confirmado pelas falas de Pedro: *“Como nas ‘treta’ aí, na rua, como muita gente aí manda, ai você faz as ‘treta’”* (P-09); e de João Paulo *“Tava muito envolvido... Eu cheguei a ir para o Paraguai com dezessete anos, de.. de droga... (corrige) de idade, pra buscar drogas pra maiores! Então eu tava envolvido com.. com.. coisa grande!”* (JP-13). No dia-a-dia, esse envolvimento é relatado com um certo orgulho. O orgulho de ser reconhecido como alguém importante, “respeitado” no mundo do tráfico.

Portanto, diferente do que pensava Erikson, o envolvimento com o crime parece estar relacionado num primeiro momento, mais a uma necessidade inerente a essa fase de desenvolvimento do que a uma “Confusão de Identidade”. No entanto, esse tipo de comunidade do crime não atende a essa necessidade, ou melhor, atende de forma perversa. São reconhecidas e confirmadas partes deste Eu, apenas aquelas que têm serventia para a máquina do crime. Outras partes essenciais para a integração do Eu são rechaçadas. A lei e as relações presentes nessa comunidade impedem o fortalecimento do Eu, necessário a uma integração pessoal. Pelo contrário, seu valor é enquanto peça de um esquema, fonte de renda, e não como uma pessoa, como nos mostra Flávio *“O que rola é o seguinte... o que rola no barraco é isso. Se o cara não tem dinheiro, ele vai ter que arrumar um jeito de conseguir dinheiro pra comprar. Então... se ele não tiver um jeito de comprar, ele vai pegar fiado; então neste pegar os cara diz: ‘então vem trabalhar’, pra firma entendeu? Se ele não trabalhar, então ele vai roubar, se não roubar, eles matam ele.”* (F-30).

O uso de drogas contribui para o esfacelamento do Eu, para a perda de um sentimento de existência humana. A vida já não é o que mais importa, mas sim, a garantia de obtenção da droga. *“eu pensava que... (?) pensava, eu vou morrer... Que eu vi muito camarada morrendo. Aí, tanto que o pessoal aqui até falava. Pô, todo mundo que ta no meio da droga, ta se matando! Aí eu ficava rindo... debochava da cara deles...”* (P-35).

A força psicossocial de fidelidade não emerge nesses casos, mas parece emergir uma força oposta, de descaso e desinteresse pelo que se é e por uma sociedade excludente. Esse desinteresse e a ausência de filiação provocam, no adolescente, a perda de um sentido de continuidade de sua existência e, conseqüentemente, facilitam a “escolha” por um percurso autodestrutivo.

8.2 Semiliberdade e processo de mudança

A vivência e tomada de consciência desse percurso autodestrutivo, no entanto, não são suficientes para que se inicie uma busca por mudanças. Verifica-se, a partir do relato dos adolescentes, que alguns elementos antecedem a instauração desse processo. Segundo AmatuZZi (2001), uma mudança é precedida pelo questionamento do presente, um diferente modo de encarar as mesmas situações. O predomínio desse questionamento culmina com uma crise: o encontro com o real duro, no presente e no desamparo. Essa crise antecede um processo de mudança. No relato dos adolescentes, encontramos vivências que confirmam a existência desse questionamento pessoal que gera uma crise. Assim, Pedro nos conta sobre o momento que parou, pensou e, então, decidiu mudar suas atitudes ao se deparar com uma situação de risco iminente, presente e real, após sua entrada na Semiliberdade. João Paulo vinha se deparando com essa crise antes mesmo de entrar para a instituição. A presença do risco de morte, em conflito com seu desejo de continuar vivo, de realizar seus sonhos foi um verdadeiro detonador de seu processo de mudanças. Confirmando a fala de AmatuZZi, verifica-se que há um movimento anterior ao processo de mudança, que se caracteriza por uma crise. No caso específico desses adolescentes podemos perceber que duas vivências foram mobilizadoras do centro pessoal e antecederam a crise: *o medo de morrer e a esperança de continuar vivo*, como fica bem evidente na fala de João Paulo.

Ainda sobre mudança, AmatuZZi (2001) ressalta que esse movimento, essa crise que desemboca numa crescente angústia, é elemento decisivo para o processo, pois é o que mobiliza mudanças mais profundas, mas, ao mesmo tempo, pode levar a pessoa a não se aprofundar mais, caso não se sinta acompanhada com segurança.

Assim, após se deparar com as vivências que antecederam e desencadearam uma busca por mudança, verifica-se que foi importante para esses adolescentes encontrar na Semiliberdade um amparo, um acompanhamento de seu processo pessoal de ruptura com o percurso autodestrutivo, e de caminhar em direção à essa mudança. Flávio chama esse apoio de um incentivo: “*Claro que tem saída!... Tudo tem Saída! Tudo tem saída!! Até o crack., que é a pior coisa que o cara ta usando tem saída, quando encontra incentivo...*” (F- 32)

No entanto, a Semiliberdade, só funcionará como esse amparo, facilitando um processo de mudanças se alguns elementos presentes na instituição forem experienciados pelos adolescentes de determinadas formas, conforme veremos a seguir.

8.3 Elementos no percurso pela Semiliberdade

8.3.1 O sentido da Semiliberdade

Verificamos que a Semiliberdade precisará ter o sentido de um corte no percurso autodestrutivo, ou seja, precisará ser vivenciada pelo adolescente como uma chance de viver e uma oportunidade para mudar. Trata-se de um vivido, como bem nos esclarece AmatuZZi. Por isso, não basta que lhe seja informado intelectualmente, que se trata de um bom lugar. Não basta que a Semiliberdade seja considerada assim, por equipe, juizado ou familiares. É necessário que esse sentido seja vivenciado intimamente pelo adolescente.

Os adolescentes entrevistados vivenciaram a Semiliberdade como um local de proteção e espera como bem nos mostra Flávio: *“Aqui é um descanso para mente, entendeu? Aqui, cê tá trabalhando, aqui cê enche o dia... o dia inteiro tem coisa pra fazer, entendeu? Então você não pensa em nada quando você tá aqui. Então você vai vivendo”*. Assim, a Semiliberdade funcionou para esses adolescentes, como uma Moratória Psicossocial, um compasso de espera, conforme descrito por Erikson (1976).

No entanto, discordando da opinião deste autor, em que: “muito da delinquência juvenil, especialmente em sua forma organizada, deve ser considerada uma tentativa de criação desse compasso de espera”, entendemos que esses adolescentes envolvidos com atos infracionais e em conflito com a lei, não vivenciam uma moratória psicossocial quando entram para o mundo do crime. Isso por que, na verdade, acabam assumindo compromissos adultos, negociações de adultos, riscos de adultos, ao se tornarem funcionários do tráfico. Temos a impressão de que é justamente quando entraram para a Semiliberdade, que os entrevistados puderam vivenciar a adolescência como um intervalo, uma espera antes de assumir as responsabilidades de um adulto. A Semiliberdade pode proporcionar essa Moratória Psicossocial, mas terá que lhes oferecer elementos para que seu processo pessoal dê andamento. Ou seja, reconhecimento necessário à integração do Eu, a constituição de uma identidade significativa, ao engajamento e estabelecimento da força psicossocial de fidelidade.

8.3.2. A ambigüidade: semipreso, semilivre

Verificamos, durante nosso levantamento teórico, que a ambigüidade existente na condição de (semi)liberdade é uma característica peculiar desse tipo de Medida. Constatamos, a partir do relato dos adolescentes, que essa característica precisará ser vivenciada por eles, principalmente, como uma oportunidade de escolha, a fim de que seja propícia à instauração de um processo de mudança. Erikson (1976) nos diz que, uma questão dominante nessa fase é a garantia de que o Eu ativo e seletivo está no comando. Assim, o adolescente precisará se sentir, de certa forma, sobre o comando dessa decisão por ficar e confiar. Flávio nos mostra o reflexo dessa ambigüidade nos adolescentes: *“Porque aqui é bom e tudo mais, entendeu, eles são legal e tudo mais ... mas só que, na “real” o cara... há... é difícil demais o cara agüentar ficar aqui.. (...)o menino que cair aqui... pra cada pessoa... isso aqui é de um jeito. Então... do ponto de vista dele, ele olha assim... “Ah.. o muro é baixinho.... eu vou pra escola, pela ‘orde’” Já pensa em sair daqui. Só que, tem muitas coisas...que faz ele ficar...(..) vai do pensamento da pessoa” (F-04).* A situação ambígua, o muro baixo, a condição de (semi) liberdade, tudo isso é motivo para fugir. Mesmo o fato de estar ali, por ordem judicial, não é suficiente para sustentar a permanência, tampouco, para se instaurar um processo de mudança, conforme nos mostra João Paulo: *“Ele sai do juiz lá, quando o juiz fala , cê tá na Semiliberdade, ele sai de lá, vem pra cá pra pagar o juiz! (...) mas a vontade de mudar, a vontade de fazer as coisas acontecerem na vida dele, são poucos que conseguem...”(JP-91).*

Assim, se faz necessário que ele encontre, nesse local, um sentido para ficar, pois decidir por ficar já é parte integrante de um processo de mudanças, uma vez que se trata de uma atitude, um posicionamento pessoal em oposição ao impulso de pular o muro e ir embora. Assim, estar em (semi) liberdade: *“É... é muito mais difícil do que estar tudo preso... Porque você tem a escolha! E quando cê tem a escolha e não tem maturidade pra encarar essa escolha, não tem entendimento pra saber que esta escolha vai trazer algo de positivo pra sua vida, você escolhe o outro caminho! O caminho mais fácil!” (JP-86).*

Esse elemento ratifica a percepção da peculiaridade desse tipo de Instituição de Medida Sócioeducativa. A capacidade de lidar com essa característica parece estar relacionada à gradativa capacidade do adolescente em assimilar uma contenção interna, prescindindo, aos poucos, da necessidade da contenção física externa. Há, portanto, a necessidade da contenção para esses jovens, conforme Volpi (2002) ressaltou. No entanto, é

uma necessidade distinta daquela presente nos adolescentes que precisariam ser contidos em um regime de internação.

8.3.3 Relação com a Equipe

De acordo com Amatuzzi (2001), um processo pessoal é resultado de uma mobilização interior desencadeada no contexto de uma relação interpessoal facilitadora. Isso é claramente confirmado por Pedro (P-04 e P-05) que nos conta como, a partir da relação estabelecida com a equipe, foi se entregando e mudando suas atitudes. João Paulo também fala de uma mobilização pessoal, de uma mudança de postura de novas idéias, a partir das relações estabelecidas. Sem dúvida, inúmeras relações serão estabelecidas dentro da Semiliberdade, a partir do momento em que o adolescente decide ficar. Mas, conforme sugere Rogers (1961), é a qualidade dessas relações que as definem como facilitadoras ou dificultadoras de um processo de mudança. Assim, há relações que se processam no sentido do crescimento, do aperfeiçoamento, da abertura e da maturidade dos indivíduos: *“Ah... foi uma relação de amizade, uma relação de carinho, uma relação de apoio... quando eu me sentia triste, eu tinha em quem me apoiar, eu tinha com quem conversar, eu tinha com quem dividir”* (JP-52). *“Dependendo do jeito que eles (os educadores) conversam com a gente, muda muito a gente entendeu?..”* (F-16). Por outro lado, Rogers (1961) nos ensina que também encontramos relações que contribuem para a inibição do desenvolvimento psicológico para a formulação de atitudes defensivas e para a elevação de barreiras entre ambas as partes. Flavio confirma essa distinção ao dizer que muitas vezes, reconhece a intenção dos educadores em ajudá-lo, mas a forma impositiva como se colocam, desconsiderando-o em seu modo de ser, acaba atrapalhando seu processo. *“Mas só que aqui os caras obrigam. O cara é obrigado a ler, então, aquilo ali... o ponto de vista da pessoa... eles manda entendeu, eles manda e é obrigado a fazer.”* (F-03)

Dentro da Semiliberdade as relações vivenciadas como facilitadoras, apresentaram alguns elementos: o *interesse* genuíno pela pessoa do adolescente, a *consideração positiva*, ou seja, a *aceitação* do adolescente como pessoa e consideração de suas necessidades pessoais, elementos presentes numa relação significativa postulada por Rogers (1961). Além disso, esteve presente a habilidade em exercer o poder. Um poder que é conferido ao adulto, pelo adolescente, não devido ao cargo que aquele exerce, mas à forma como a relação de

confiança, aceitação e respeito se constrói: “... *Porque muitas das vezes o adolescente tá ali dentro, mas ele tá desconfiado. Ele acha que as pessoas tá ali tipo pra colocar um freio neles...*” (P- 26) , “ *Igual eles falam. ‘Ah, você está fumando, eu vou chamar os homens!’ O único pensamento que vem é ‘Ah, vou embora então uai!’ Então, eles aí com esse jeito deles, eles mesmo prejudicam a gente. Está tentando ajudar, mas acaba prejudicando.*” (F-21).

Enfim, a qualidade da relação surgiu como um elemento bastante significativo para o processo de mudanças, tanto dentro quanto fora da instituição. Por isso, retornaremos a esse ponto mais adiante.

8.3.4 As regras

Uma regra pode ser experimentada como organizadora e estruturante para a vida do adolescente, na medida em que está pautada numa referência firme e segura (no caso o ECA. e o Regimento Interno da instituição). Para tanto, precisa ser carregada de sentido, relacionada ao objetivo último do trabalho na instituição: favorecer o pleno desenvolvimento humano dos adolescentes, conforme Volpi (2002) e Costa (1997) salientam. Além do mais, precisa ser colocada ao adolescente, de forma clara, discutida, para que, aos poucos, faça sentido para ele. Desta forma, a regra é facilitadora do processo de mudanças, uma vez que organiza o entorno, para que o adolescente possa se organizar internamente e dar continuidade a seu processo pessoal. “*Igual, é assim, se você sai às 17:30 h. , mas tem que esta aqui às 19:00h, se eu chego às 22:00h tem problemas...(?) Mas então a pessoa também vai pegando o ritmo né.*”(…) “*È... a gente pega um ritmo né. A gente sente saudades... Eu sinto saudades... (pensativo)*” Pedro (P-08).

Muitas vezes, as regras serão contestadas. Segundo Erikson (1998), isso faz parte do processo do adolescente, que deverá apresentar um certo “repúdio ao papel” que uma sociedade tenta lhe conferir, buscando, por si mesmo, garantir uma confirmação daquilo que lhe é particular, que o define como ser único, mas, ao mesmo tempo integrado ao grupo. Assim, ainda, que aos poucos, busque se submeter às regras, Pedro ressalta que: “às vezes, não fazia por onde...” Numa tentativa de defender a sua identidade em construção.

Verifica-se, portanto, a importância de que a equipe tenha clareza sobre o limite estabelecido, quer seja o limite legal, imposto pelo juiz ou pelo ECA, quer seja o estabelecido pelas regras da casa, presentes no Regimento Interno, quer seja o limite discutido e definido

de comum acordo pelos integrantes daquela comunidade: adolescente, educadores e técnicos. Esse limite, não pode ser mudado ao “bel prazer” dos adolescentes ou mesmo por interesses pessoais das autoridades que os acompanha. Por outro lado, uma regra não poderá ser absoluta, totalitária, baseada no interesse de uma única pessoa, um líder, em detrimento aos interesses de uma comunidade. Esse é o caso das leis que regem o mundo do tráfico, que são lineares e rígidas, mas também modificáveis de forma indiscriminada, quando um traficante morre é preso ou substituído por outro.

Experimentar, na Semiliberdade, uma outra modalidade de relação com a regra, facilita o processo do adolescente. Nestes casos, uma regra não pode ser aplicada por seu valor em si. É preciso compreender a sua essência, o objetivo para o qual essa regra aponta, o que ela pretende garantir. Assim, uma regra que exige o acompanhamento do adolescente por um educador, quando sai para alguma atividade externa ou mesmo um monitoramento de seu percurso, poderá ser, aos poucos, flexibilizada, considerando-se a particularidade e evolução pessoal de cada adolescente. Essa mesma regra poderá, mais à frente, ser retomada, uma vez que esse processo de desenvolvimento não é linear.

Na Semiliberdade, os adolescentes têm a oportunidade de experimentar a regra, não de forma absoluta, pois há a possibilidade da relação no espaço privado e não só no grupo. Existe a relação com a regra no espaço público, onde ela precisará ser respeitada. Como reconhece João Paulo: *“a abstinência, ela... isso acontece, eu tinha insônia e não conseguia dormir à noite! E tinha horários pra dormir, tinha horário pra acordar...E às vezes como é que eu ia ficar acordado sendo que eles tinham que colocar o restante pra dormir? Quer dizer se eles dar regalia pra um tem que dar pra todos.”* (JP-71). Mas há também o espaço privado, onde ela pode ser flexibilizada e significada como sugeriu Flávio ao falar das chances que teve com relação ao uso de drogas.

O sentimento verdadeiro de que fez algo errado, que cometeu uma “transgressão”, dentro da instituição, parece começar a se estabelecer um tempo depois que o adolescente se percebe cuidado, conduzido. Depois que começa a confiar no interesse de educadores e equipe técnica por sua pessoa. Assim, parece se plantar uma semente do que é certo e errado, do lícito e do ilícito.

8.3.5 As assembléias: possibilidade de expressar-se

É significativo constatar que, a assembléia como espaço de expressão, relação e aprendizado, foi o único elemento presente no relato que não se apresentou de forma ambígua na fala dos entrevistados. Ou seja, todos consideram que encontraram um espaço nas assembléias para auto-expressão, no qual se sentiram escutados como iguais, em que seus sentimentos e insatisfações puderam ser colocados e considerados, e apontam essa vivência como fundamental para seu processo de mudança: *“Igual... quando junta todo mundo lá fora, entendeu, (assembléia) quando todo mundo fala entendeu? Ali, cê tem um momento de liberar o que você sente.”* (P-17).

Parece que, quando vivenciam, nessas reuniões, um certo grau de aceitação, quando têm a oportunidade de se colocarem diretamente como pessoas, para aqueles que se tornam significativos para eles, começam também a se aceitar. A fala de João Paulo é representativa dessa vivência: *“... e que aí sentava, a gente se reunia, fazia reunião eu pedia... às vezes pedia: “Oh! Vamos juntar todo mundo aí que eu quero fazer uma reunião! E a gente colocava, jogava aquilo tudo em pratos limpos.”* (JP-54).

De acordo com Rogers (1978) esse fenômeno está presente em Grupos Terapêuticos em maior grau e essa auto-aceitação está no começo da mudança.

8.4 Elementos vivenciados para além dos muros da Semiliberdade

8.4.1 A relação significativa e diferenciada

Todo Ser Humano possui em si a capacidade latente ou manifesta de compreender-se a si mesmo, de buscar soluções eficazes para seus problemas e desenvolver um adequado funcionamento em sintonia consigo mesmo e com a sociedade. No entanto, o exercício dessa capacidade requer um contexto de relações humanas positivas, favoráveis à conservação e à valorização do Eu, (ROGERS, 1977).

Encontramos, na fala dos adolescentes, vários momentos em que um encontro significativo com o outro esteve presente, quer seja como detonador, quer seja como mantenedor do processo de mudança.

Ao discorrer sobre as características de uma relação significativa, Rogers (1977) prioriza a empatia como elemento crucial e chama atenção para aspectos diferentes desse tipo de relação e sua adequação a situações diferentes. Vimos como algumas características estiveram presentes, definindo um tipo de relação vivenciada como significativa e necessária ao processo de mudança: *a confiança, o afeto positivo, as referências e a empatia*.

Dentro da categoria empatia, podemos identificar claramente, na fala dos entrevistados, dois elementos descritos por Rogers: o *interesse genuíno* vivenciado, mesmo em nível não-verbal, por meio de atitudes (como a retirada de Pedro da escola, por exemplo). É um interesse que não deve ser simplesmente falado, mas vivenciado pela pessoa. Esse interesse genuíno aproxima-se do amor que humaniza, que leva um ser humano a se deparar com seu sentido, seu significado para a raça humana. Assim, Pedro nos conta que mais sente falta: “...das pessoas né... *Que sentavam, conversavam comigo, dos educadores que davam conselho... Ficavam de olho se eu tava como dificuldade com a questão da droga entendeu?*”.

O outro elemento é justamente a aproximação, maior o possível, do vivido, a fim de oferecer-lhe uma compreensão empática do que ele está experienciando como claramente nos mostra Flávio “*Vou te falar uma verdade... Isso, tem que ser uma pessoa que talvez... se tiver uma pessoa que vive o que cê tá vivendo. (P: É mesmo? Que sabe o que você tá passando?) Que sabe!*” A característica de uma relação empática é expressa de forma contundente pelo adolescente. Para ele, quando os “conselhos” as falas vêm de alguém que se aproxima de sua vivência e é capaz de compreender, verdadeiramente, o que ele está experimentando, isso provoca mudanças significativas em sua vida.

Sem dúvida, interesse genuíno, consideração positiva incondicional e empatia foram fundamentais para que essas se tratassem de relações significativas e necessárias ao processo de mudança, o que confirma as belas palavras de AmatuZZi:

Quando há processo, a pessoa está em contato consigo mesma, com o centro de si mesma, com o coração. (...) Quando a pessoa perde contato com seu coração, ela bloqueia seu processo e passa a funcionar mais ou menos como autômato (...) a restauração do contato com o centro se dá quando uma outra pessoa, com o seu coração aberto ouve nosso coração. (AMATUZZI, 2001, p.121.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuar como coordenadora de uma instituição como a Semiliberdade, defendendo direitos de adolescentes em conflito com a lei e, ao mesmo tempo, enfrentando suas reações contrárias à autoridade e às regras que lhes são impostas, foi superar obstáculos e enfrentar alguns desafios: preconceitos e questionamentos quanto à validade das chamadas medidas sócioeducativas, reações adversas a esse trabalho, considerado perigoso e insalubre, vindas principalmente de familiares e amigos. Além disso, tal atuação provocou em mim uma tomada de consciência de nossa própria limitação como seres humanos e como psicólogos. Adotar esse tema como objeto de estudo, retornar à instituição por interesse pessoal foi reencontrar uma realidade da qual já havia me distanciado. Foi necessário lidar com o mal-estar gerado em inúmeras pessoas próximas, pela simples menção desse tema de pesquisa e, ao mesmo tempo, rever constantemente meus objetivos, a fim de não me perder nas demandas da instituição e em meu próprio desejo de contribuir, na prática, com aquele trabalho.

Mas o tema se impôs. Surgiu-me quase como um compromisso com aqueles adolescentes e educadores. Uma vez tendo navegado naqueles mares, não havia como ficar imune, ao que víamos todos os dias se confirmando. Uma realidade, cada vez mais cruel, em que, cada vez mais cedo, crianças e adolescentes são aliciados pelo tráfico e, cada vez mais rápido, têm sua vida interrompida. Em contrapartida, um sistema de atendimento ainda em implantação, com urgência em pensar, organizar e sistematizar sua prática.

Consideramos que, antes mesmo de se configurar como um projeto de pesquisa, o percurso já trilhava os caminhos da Fenomenologia. O trabalho na Semiliberdade já pressupunha uma aproximação, o mais possível, da experiência vivida pelos adolescentes, a

fim de tocá-los, levá-los a um questionamento pessoal. Compreendi, por meio do contato com a Fenomenologia, que seria preciso buscar um distanciamento desse vivido, para investigá-lo e melhor compreendê-lo. Esse distanciamento permitiu que a questão que me inquietava se delineasse melhor. Tratava-se de investigar a mudança interna, existencial vivida pelos adolescentes, mas não uma mudança qualquer. Precisava compreender quais elementos facilitadores desse processo estariam presentes naquela instituição.

Isso posto, buscamos compreender melhor esse universo: o das Medidas Sócioeducativas. Nossa investigação teórica explicitou a grande luta travada até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Descobrimos que essa luta não parou por aí. Hoje o grande desafio tem sido a efetivação das políticas públicas em sintonia com o Estatuto, principalmente no que diz respeito às Medidas Socioeducativas, bem como a desconstrução das idéias equivocadas e preconceituosas a seu respeito. Nessa investigação, confirmamos, principalmente, o caráter peculiar da Semiliberdade e o quanto ainda há para ser pensado, investigado e discutido acerca desse tipo de Medida.

Compreender o conceito de adolescente foi o próximo passo. Para tanto, foi fundamental encontrar concepções teóricas que consideram a adolescência uma fase do processo de desenvolvimento humano, com características peculiares, mas sem o estigma de uma “síndrome” ou uma “fase essencialmente conflituosa e difícil”.

Essa concepção abriu caminho para buscarmos uma melhor definição dos chamados “adolescentes em conflito com a lei”. Aos poucos, fomos desvelando os inúmeros rótulos que lhes foram atribuídos ao longo da história: “menores abandonados e excluídos”, “menores em situação irregular”, “delinquentes”, “menores infratores”, “adolescentes infratores”, “adolescentes em conflito com a lei” até, finalmente, considerá-los, simplesmente adolescentes, autores de ato infracional. O estudo desse assunto nos permitiu confirmar que esses são adolescentes como outros quaisquer, pessoas em uma fase especial de desenvolvimento humano. Mas que, no entanto, haviam enfrentado, desde muito cedo situações extremamente adversas, que ameaçavam e até impediam esse processo de desenvolvimento. Assim, abandonados principalmente pela sociedade que deveria acolhê-los e dar sentido a sua existência, esses adolescentes eram levados a trilhar um percurso de autodestruição, encontrando sentido numa “subsociedade” que, de forma perversa, os acolhia, e dava sentido ao seu “eu-infrator”.

Mas o que seria essa mudança que nos propúnhamos investigar? Não se tratava simplesmente de uma reinserção social. Procurávamos por um processo mais profundo, vivenciado em nível pessoal. Definimos então mudança como um processo, um movimento

dinâmico que não partiria de um ponto determinado em direção a outro. Vimos como uma mudança pessoal efetiva, se constituía por todo um processo, iniciado por uma crise, um deparar-se com o real, um espanto e questionamento diante dessa realidade, que levaria a um posicionamento pessoal, uma mudança íntima e significativa. Além disso, compreendemos que todo esse processo se dá nos domínios de uma relação humana significativa.

Após esse primeiro distanciamento e busca por uma compreensão teórica de tais elementos, era momento de retornar ao “barco”, adotando agora uma nova postura. Não mais como guia, mas como investigadora de seus rumos. Surpreendeu-me positivamente a repercussão de meu retorno à instituição. A recepção não poderia ter sido melhor. Todos se mostraram dispostos a colaborar e ansiosos por falar da prática, descrevendo situações quotidianas e dando-me notícias (sem que as tivesse solicitado), acerca dos adolescentes de minha época. Novamente me vi às voltas com o fluxo dessa experiência, o que quase turvou a clareza do objetivo daquele retorno. Foi necessário um segundo momento de distanciamento, a fim de que pudesse retomá-lo.

A nova aproximação já se deu por ocasião da realização das entrevistas. Os nomes já haviam sido selecionados e os contatos vinham sendo feitos. Uma situação, então, surgiu neste período, gerando grande mobilização e mesmo preocupação quanto aos rumos da pesquisa. O assassinato de dois adolescentes: um deles, ainda em regime de Semiliberdade, foi pego por gangues rivais em uma emboscada, quando retornava da escola. O outro, justamente um dos meninos selecionados para a entrevista, já havia sido liberado e, segundo notícias dos educadores, vinha buscando se manter longe da criminalidade. No entanto, os traficantes eram implacáveis quanto a dívidas não saudadas. Esses episódios haviam gerado grande desânimo na equipe e, inclusive, ameaçado a renovação do contrato que estabelecia a parceria entre os Salesianos e a Secretaria de Justiça (que felizmente foi renovado). Novamente encontrava-me diante da realidade cruel e concreta, a morte dos adolescentes causava-me uma sensação de impotência e desânimo. Foi necessário um posicionamento: mais uma vez continuar, não mudando os rumos da pesquisa.

O contato com os adolescentes selecionados para a entrevista começou a confirmar a intuição de que um processo de mudança significativo realmente se estabelecia durante aquele período. A princípio, imaginávamos que seria difícil convencê-los a retornar à instituição a fim de participar de uma pesquisa e minha experiência demonstrava que geralmente não gostavam de falar de si ou de seu passado. Mas qual não foi nossa surpresa ao percebê-los interessados e disponíveis para retornar e falar de como vivenciaram aquele

período na Semiliberdade. Durante a entrevista, a presença de um processo de mudanças começava a se delinear.

Concluimos que um processo de mudança pessoal significativo pode ser desencadeado e se instaurar dentro de uma Instituição de Semiliberdade. Esse processo, no entanto, não deve ser considerado de forma linear. De fato, não se trata da saída de um ponto em direção a outro, mas de uma espiral na qual alguns elementos estão presentes e precisarão ser vivenciados de forma positiva e facilitadora pelos adolescentes. Dessa forma, eles poderiam, aos poucos, retomar seu processo de desenvolvimento humano.

Verificamos que esse processo de mudança apresentou *três diferentes fases*: uma de desencadeamento; uma de instauração e outra de efetivação e manutenção. Além disso, os elementos que o constituíram estiveram presentes em três diferentes esferas. A primeira relativa às experiências vivenciadas dentro da Semiliberdade. Esse espaço parece ter funcionado como uma “microsociedade” para esses adolescentes, oferecendo-lhes uma oportunidade de experienciar, testar sua forma de ser e estar no mundo. Assim, consideramos que a Semiliberdade funcionou para eles, como uma moratória psicossocial, permitindo-lhes vivenciar alguns elementos facilitadores de seu desenvolvimento humano. Verificamos que, para realizar esse processo, os adolescentes já precisariam ter adquirido uma capacidade de se conter numa instituição semi-aberta, ambiente ambíguo que exigiria deles, logo de início, um posicionamento pessoal. A partir disso, encontraram, na Semiliberdade a possibilidade de fazer escolhas, de assumir as rédeas da própria vida. Para tanto, precisaram vivenciar uma diferente modalidade relacional constituída de afeto, interesse genuíno e referências seguras.

A segunda esfera seria a pessoal, subjetiva. Verificamos que, uma vez garantidos os elementos facilitadores iniciais, um processo de mudanças pessoal, subjetivo, poderia se instaurar e não somente um processo relacional objetivo. Esse processo de mudança interna, pessoal, foi desencadeado e se sustentou, em meio a relações significativas nas quais, um encontro profundo com o outro foi mobilizador de um encontro consigo mesmo. Tal vivência possibilitou ao adolescente, em alguns momentos, se deparar com seu fluxo experiencial provocando uma auto-reflexão, geradora de posicionamentos pessoais, cerne do emergir da Pessoa. Assim, surge uma pessoa que se projeta em direção ao futuro, retomando a vida por meio da elaboração e concretização de projetos pessoais.

A terceira esfera se encontrou para além dos domínios da Semiliberdade e se caracterizou pela manutenção do que foi desencadeado ou estabelecido ali dentro. Trata-se da “adoção” dessa pessoa que emerge, pela mesma sociedade que quase a destruiu. O significado de elementos presentes nesse nível, como a oportunidade de trabalho e a estrutura externa, de

certa forma, confirmou uma concepção presente na instituição, mas também ampliou a sua compreensão. Verificamos que esses elementos se tornam significativos, principalmente quando aqueles, presentes nas duas outras esferas, já foram bem vivenciados pelos adolescentes. Assim, uma oportunidade de trabalho que foi fundamental para um determinado adolescente pode ser secundária para outro se este último não conseguiu vivenciar, por exemplo, as regras de uma forma positiva e estruturante.

Concluimos que não só o processo se dá em forma não linear, como também cada adolescente se encontrará em diferente etapa desse processo. Cada adolescente é pessoa, pertencente à raça humana compartilhando de um mesmo processo de desenvolvimento e estruturação como pessoa, presente em todo ser humano. Como pessoa é também ser único, com suas peculiaridades que o personificam e o definem. Por tanto, cada um parecia se encontrar numa fase diferente desse processo de mudança, apresentando necessidade de vivenciar de forma mais intensa um ou outro elemento de todo o processo. Assim, enquanto alguns precisavam ser despertados para o desejo de mudar (e desses não havia que se exigir, por exemplo, a elaboração de um projeto de vida), outros precisariam de apoios específicos, nas relações afetivas ou na elaboração dos limites e regras, para se organizarem. Outros, ainda, precisariam de uma sustentação externa, algo que garantisse a manutenção desse processo. Assim, concluimos que é fundamental se detectar onde os adolescentes se encontram em seu percurso pessoal, buscando, talvez, a partir daí potencializar este ou aquele elemento facilitador do processo. Ressaltamos que essa compreensão deve transitar entre todos os educadores, uma vez que, esses, surgem como pessoas mais significativas no espaço relacional dos adolescentes.

Concluimos também que não basta a existência de um ou outro desses elementos. Alguns serão mais importantes para desencadear o processo de mudanças, outros para sua instauração e desenvolvimento, outros ainda, para sua efetivação e sustentação. Assim, todos os elementos serão necessários, podendo estar presentes em maior ou menor grau.

Finalmente, acreditamos que essa pesquisa serviu para clarear alguns aspectos desse processo, mas sem dúvida, também para reiterar nosso interesse por continuar investigando e buscando uma compreensão das diferentes facetas de uma mudança significativa nesses adolescentes. Durante a sua realização, um aspecto nos chamou a atenção e mereceria, talvez, uma futura continuidade da pesquisa. Trata-se da investigação das mudanças em andamento ainda dentro da instituição. Pudemos detectar vestígios desse processo desenrolando-se principalmente durante os movimentos do grupo, durante as assembleias e reuniões. Outro tema que nos chamou a atenção foi a relação entre a maioria

e a busca por mudanças. Além disso, a questão da ambigüidade presente nesta condição de “semi”, aqui pouco aprofundada.

Sem dúvida, fizemos algumas constatações durante essa pesquisa. Acreditamos, e esperamos, que algumas respostas encontradas sejam preciosas para a atuação dos profissionais da área, para o questionamento da prática e para seu reinventar. Além disso, aprendemos muito com essa investigação. Aprendemos com os “meninos”, principalmente que: *para tudo tem saída, até da pior coisa do mundo, é possível sair, mudar, desde que se encontre um real incentivo...*

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY de Pichon Riviere; Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 9. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. 92p.
- ABRAMOVAY, Mirian (org.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas Públicas**. Brasília: UNESCO-BID, 2002.192p.
- AMARO, Sarita. **Crianças vítimas de violência: das sombras do sofrimento à genealogia da resistência : uma nova teoria científica**. Porto Alegre: AGE: EDIPUCRS, 2000. 149p.
- AMATUZZI, Mauro Martins. **Por uma psicologia humana**. Campinas: Alínea, 2001.167p.
- AMATUZZI, Mauro Martins. Pesquisa fenomenológica em psicologia, in BRUNS, Maria Alves de Toledo & HOLANDA, Adriano Furtado (org.). **Psicologia e Pesquisa Fenomenológica**. São Paulo: Omega Editora e Distribuidora Ltda. 2001.
- AMATUZZI, Mauro Martins. **Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica**. Revista Estudos de Psicologia., Campinas, Vol. 13, n.1, 5-10,1996.
- ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 196p.
- BRICENO-LEON, Roberto. **La nueva violencia urbana de América Latina**. Sociologias, Porto Alegre, n.8, p.34-51, jul./dez. 2002.

- CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 157p.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. De menor a cidadão, *in* COSTA, Antônio Carlos Gomes; MENDES, Emílio Garcia. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1994. 195p.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas**. Brasília: OIT; São Paulo: LTr, 1994. 70p.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Pedagogia da presença; da solidão ao encontro**, 1.ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997. 140p.
- DENNE, J.M.; THOMPSON, N.L.. **The experience of transition to meaning and purpose in life**. Journal of Phenomenological Psychology, Chicago, v.22, n.2, p. 109-133, 1991.
- ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.322p.
- ERIKSON, Erik H. **O ciclo de vida completo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 111p.
- FEIJÓ, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves de. **O contexto de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e de suas famílias**. Estudos de psicologia, Natal, vol.9, no.1, p.157-166, jan./abr. 2004.
- FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig, 2001. 81p.
- FREIRE, Elizabeth S. **A implementação das atitudes facilitadoras na relação terapêutica centrada no cliente**. Campinas: PUC, 2000.
- GONZÁLEZ, Marta. **A agressividade e o jogo lúdico agressivo presentes na dinâmica psicomotora**. Belo Horizonte: Instituto Italiano di Psicologia Della Relazione, apostila do Curso de Formação em Psicomotricidade Relacional, 2002.
- GOMES NETO, Gercino Gerson. **O adolescente autor de ato infracional frente aos princípios e garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Revista do ILANUD, São Paulo-SP: n.14, p. 43-54, 2001.
- GOMES, Willian B. (org.). **Fenomenologia e pesquisa em psicologia**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.
- LAPIERRE, André; AUCOUTURIER, Bernard. **A Simbologia do movimento: psicomotricidade e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. 88p.

- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. **O Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 1990.
- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. **Constituição da República**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2000. 108p.
- MARTINS, Joel; BICUDO Maria A.V. **A pesquisa qualitativa em psicologia - fundamentos e recursos básicos**. São Paulo: Moraes: EDUC, 1989. 110p.
- MEAD, Margaret. *Coming of age in Samoa: A study of adolescence and sex in primitive societies*. 8. ed. Melborne: Penguin Book, 1943. 240p.
- MENDES, Emílio Garcia. Adolescentes infratores graves: sistema de justiça e políticas de atendimento, In COSTA, Antônio Carlos Gomes; MENDES, Emílio Garcia. **Das necessidades aos direitos**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda, 1994.
- MENDES, Emílio Garcia. **Adolescentes e responsabilidade penal: um debate Latino Americano**. Buenos Aires – Belo Horizonte: ABMP/MIMEO, 2000. 165p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992. 269p.
- MUUSS, Rolf. E. H. **Teorias da adolescência**. 5. ed. Belo Horizonte: Ed do Professor, 1969. 173p.
- ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 2.ed. Lisboa: Moraes Editores, 1961. 342p.
- ROGERS, Carl R. Uma maneira negligenciada de ser: a maneira empática, In ROGERS, Carl R.; ROSEMBERG, Rachel L. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. 228p.
- ROGERS, Carl R. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 273p.
- ROGERS, Carl R.; KINGET, G. Marian. **Psicoterapia e relações humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva**. 2.ed. v.2, Belo Horizonte: Interlivros, 1977. 287p.
- ROGERS, Carl R. **Grupo de encontro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978. 165p.
- ROGERS, Carl R. **Um jeito de ser**. 3. ed. São Paulo: E.P.U. 1983, 156p.
- SARAIVA, João Batista Costa; **Medidas Sócioeducativas e o adolescente infrator**. Revista do ILANUD, São Paulo, n.14, p. 55-59, 2001.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais – Textos escolhidos de Alfred Schutz**. Organização e introdução Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zaahar, 1979. 319p.

- SÊDA, Edson. **Os Eufemistas e as crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: MIMEO, 1999.
- SILVA, Roberto da . **300 anos de construção das políticas públicas para crianças e adolescentes**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 30, p. 115-127, 2000.
- SOTTO MAIOR NETO, Olympio de Sá. **Sim à garantia para a infância e juventude do exercício dos direitos elementares da pessoa humana. Não à diminuição da imputabilidade penal**. Revista Educa, Curitiba, N. 15, p.143-154, 1999.
- SPOSATO, Karyna. **A Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança – 10 anos**. Revista do ILANUD, São Paulo, n. 14, p. 9-18. 2001.
- SPOSATO, Karyna. (org.) **Guia teórico e prático das Medidas Socioeducativas**. Brasília:ILANUD/UNICEF, 2004.
- SPOSATO, Karyna. **O Jovem: conflito com a lei - A lei: conflito com a prática**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. Ano 08, p. 109-114, Abril/junho de 2000.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1992.385p.
- VOLPI, Mário (org.). **O adolescente e o ato infracional**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 87p.
- VOLPI, Mário. **O adolescente e o ato infracional**, Revista do ILANUD , São Paulo: n.14, p.21-32, 2001.
- WASELFISZ, Jacob. **Mapa da violência: os jovens no Brasil**. Rio de janeiro: Garamond, 1998. 135p.
- WINNICOTT, Donald W. **Privação e delinquência**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 290p.
- WOOD, John K. **A abordagem centrada na pessoa**. 2.ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995. 318p.
- ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Reva/UFRJ, 1994. 278p.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Texto de introdução ao tema:

Você passou pela experiência de precisar cumprir uma medida socioeducativa de Semiliberdade, por algum tempo... e agora está liberado. Acredito que algumas mudanças foram acontecendo em sua vida desde quando entrou na Semiliberdade até sua liberação. Você poderia me falar um pouco sobre como foi esse percurso?

Roteiro de temas

- Como foi seu percurso até chegar a Semiliberdade?
- Como foi esse tempo que passou pela Semiliberdade? Como foi enfrentar tal medida?
- Você acha que aconteceram mudanças sua vida durante o tempo que permaneceu aqui?
- Como foram acontecendo essas mudanças?
- Em que momento ou situação, você sentia que algo estava mudando dentro de você?
- O que você acha que facilitou ,ou facilita essa mudança em sua vida?
- O que você acha que dificultou, ou dificulta esse processo de mudança?
- Como é se manter no mundo lá fora hoje, longe das coisas que lhe trouxeram para cá?

Para finalizar fale um pouco mais sobre o que ficou de mais importante, mais significativo para esse novo rumo que você está dando à sua vida hoje. O que ainda hoje te ajuda a se manter bem lá fora?

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ diretor das Unidades de Medida Sócioeducativas de Semiliberdade - Ouro Preto e Santa Terezinha, autorizo a participação dos internos desta instituição na pesquisa: *Adolescência, ato infracional e Semiliberdade: Um estudo fenomenológico sobre o processo de mudança vivido por adolescentes ao cumprirem uma medida sócio-educativa*, realizada por Juliana dos Santos Lopes, mestranda da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Psicologia Social. Declaro estar ciente de que os entrevistados não receberão pagamento ou gratificação pelo seu depoimento, assim como que não correrão risco de vida, pois não serão utilizados materiais ou técnicas que possam causar dano a pessoa dos entrevistados; que tudo o que for relatado será registrado e utilizado para a produção de trabalhos científicos; que os nomes dos entrevistados serão mantidos em sigilo e que têm o direito de excluírem-se desta pesquisa em qualquer momento. Afirmo que estes internos não foram coagidos pela Instituição e nem por outras pessoas a participar deste estudo, e que os depoimentos foram colhidos por livre e espontânea vontade dos entrevistados.

Por ser verdade, assino o presente documento.

Belo Horizonte, 01 de outubro de 2004.

Pesquisador responsável: Juliana dos Santos Lopes

CPF: 914.142.536-72

CRP: 04/13648

CID: M.6.310.010– SSPMG

Telefones: res: 3476-1866 - (Res.) 3417-5327 (com.) - 9111-7251